

Ricardo Luiz Coltro Antunes

CLASSE OPERÁRIA, SINDICATOS E PARTIDO NO BRASIL
(Um Estudo sobre a Consciência de Classe: 1930 - 35)

Dissertação de Mestrado
apresentada ao Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas
da Universidade Estadual de
Campinas.

An89c

3662/BC

1980

Ao Caio, fruto maravilhoso
de uma vida em comum e a
Maria Teresa, a minha mais
profunda gratidão.

"É certo que a arma da crítica não pode substituir a crítica das armas, que o poder material tem que ser derrocado pelo poder material, mas também a teoria transforma-se em poder material logo que se apodera das massas".

K. Marx - Crítica da Filosofia
do Direito de Hegel -
Introdução

CLASSE OPERÁRIA, SINDICATOS E PARTIDO NO BRASIL

(Um Estudo Sobre a Consciência de Classe : 1930 - 35)

		APRESENTAÇÃO	I
CAP.	I	- <u>A Emergência da Consciência de Classe</u>	1
		1- A Teleologia do Trabalho	1
		2- Espontaneidade e Vanguarda Operária	16
CAP.	II	- <u>A Classe Operária e a Objetivação do Capitalismo no Brasil</u>	41
		1- A Via Prussiana, a Via Colonial e o Capitalismo Hiper-Tardio	41
		2- A Particularidade da Classe Operária	67
CAP.	III	- <u>O Estado, o Reformismo pelo Alto e a Classe Operária</u>	75
		1- O Movimento Sindical e Operário antes de 1930	75
		2- A "Revolução de 1930" e o Reformismo pelo Alto	80
		3- O Estado, A Classe Operária e o Início do Controle Sindical	91
		4- A Resistência Operária ao Controle Sindical	110
		5- A Heterogeneidade Política do Movimento Sindical	145
CAP.	IV	- <u>O Movimento Grevista e a Consciência de Classe</u>	169
		1- As Manifestações Grevistas	169
		2- Greve Espontânea e Falsa Consciência	188
CAP.	V	- <u>As Vicissitudes da Vanguarda Operária</u>	200
		1- A Gênese do PCB	202
		2- O IIIº Congresso do PCB e a Questão Colonial	208
		3- A Internacional Comunista, a Questão Colonial e a Revolução Brasileira	213
		4- A Retomada do Movimento de Massas: A Aliança Nacional Libertadora	245
		CONCLUSÃO	255
		BIBLIOGRAFIA	257

APRESENTAÇÃO

A preocupação deste trabalho é trazer à tona algo que não tem merecido, por parte dos estudiosos, o seu justo e devido valor: A questão da consciência de classe do operário brasileiro.

É verdade que se solidificou no Brasil a tese que atribui uma inconsciência de classe ao operariado, explicação que é, porém, pouco convincente, uma vez que privilegia aspectos fenomênicos e aparentes. A "origem rural" do proletariado, sua ação guiada pelo "ideal de ascensão social", seriam fatores explicativos de sua "fraqueza e atraso". Oriundo da "passividade do mundo rural", teria sido o proletariado inconsciente presa fácil do "populismo" e do "paternalismo", constituindo-se, não poucas vezes, em "massa de manobra" de grupos sociais e políticos alheios aos interesses populares. Ou ainda, como em outra interpretação, ao migrar do campo rumo à cidade, os trabalhadores inseriam-se num processo produtivo onde predominavam as "manufaturas" e mesmo as "oficinas artesanais", que objetivamente tolhiam as possibilidades concretas de desenvolvimento e avanço da consciência operária.

Se estas interpretações apontaram, em alguns casos, aspectos que dizem respeito à classe operária brasileira, não creio que tenham conseguido responder efetivamente a questão da consciência ou inconsciência daquela classe social. Isto porque não conseguiram penetrar na atuação concreta da classe operária, em toda sua complexidade, limitando-se a partes deste todo; explicou-se a inconsciência operária pelas suas manifestações "em-

píricas", "psicológicas", "individuais".

Claro que enfrentar esta questão é uma tarefa extremamente difícil. A complexidade que envolve tal temática é evidente. A isto se acrescentam as dificuldades naturais do próprio autor. Convencido, porém, da validade e importância deste estudo, optei por empreendê-lo, sabendo, entretanto, que não é o caso de se pretender responder a tal questão, mas antes buscar um caminho que possibilite tentar contribuir para esta discussão.

Parto da seguinte formulação, de matriz lukacsiana: o entendimento da consciência operária implica em que se estude, primeiro, a gênese desta classe e sua inserção no processo de produção; segundo, em que medida a classe operária procurou colocar-se acima da imediatidade e assim superá-la; e, terceiro, se o seu entendimento da realidade captou ou não a totalidade em sua essência.

Para procurar responder a estas indagações, o estudo pretende trilhar os seguintes passos, claramente imbricados entre si: qual a particularidade da classe operária brasileira, dentro do processo de produção industrial? De que maneira suas manifestações cotidianas, suas lutas grevistas e sindicais eclodidas entre os anos 1930-1935 expressavam ou não um momento de sua consciência de classe? Em suas relações com o Estado, com as demais classes sociais, em sua atuação propriamente política - lembre-se que este período foi marcado por eventos políticos importantes como a "Revolução de 1930" e a eclosão da Aliança Na -

cional Libertadora -, em que medida a classe operária conseguiu entender a realidade social e oferecer uma alternativa transformadora e revolucionária para toda a sociedade? Daí a necessidade de estudar a sua proposta para a revolução brasileira, elaborada por sua vanguarda política.

Através do estudo da atuação concreta da classe operária penso ser possível suprir parte das dificuldades que a temática apresenta: o estudo das greves permite entender a atuação cotidiana de parcela significativa das massas assalariadas; o estudo da sua atuação sindical, apesar de abranger uma parcela mais restrita da classe - os militantes sindicais - apresenta também uma importância decisiva; e, por fim, o estudo da atuação da vanguarda partidária possibilita entender a sua proposta e prática explicitamente políticas. É evidente a imbricação destes momentos. Procuro aqui apresentar os passos a serem seguidos pelo estudo.

Concluo lembrando que a pesquisa sobre o movimento sindical e grevista atém-se, basicamente, ao proletariado e camadas assalariadas do Estado de São Paulo, uma vez que este segmento representava parcela importante da classe trabalhadora nacional e, por outro lado, pelo fato de que as fontes de pesquisa a que tive acesso restringem-se predominantemente a São Paulo.

Quero aproveitar esta oportunidade para fazer alguns agradecimentos.

Inicialmente a Décio Saes, que desde o início acreditou neste trabalho, incentivando-o sempre. Décio esteve sempre disposto e aberto para orientar-me e nossas conversas foram sempre muito proveitosas. Ao Décio minha gratidão.

A José Chasin, que conheci nos idos de 1976 e a quem, em pouco tempo, aprendi a respeitar. Se procurei manter um mínimo de rigor teórico neste trabalho, foram lições que aprendi com Chasin. A Chasin também o meu agradecimento.

A Vânia Sant'Anna, o meu afeto e gratidão por uma amizade que vem desde os primeiros anos de 70, quando fui seu aluno e que, mais tarde, quando tornamo-nos colegas no Departamento de Ciências Sociais da EAESP, intensificou-se. A Vânia, amiga e companheira, a minha lembrança.

A Edgard Carone, de quem sempre recebi palavras estimulantes, o meu sincero agradecimento. Solicitado várias vezes, sempre encontrei em Carone disposição para auxiliar-me. Igualmente agradeço sua gentileza por permitir a consulta a seu arquivo particular, o que se mostrou indispensável para a conclusão deste trabalho.

A David José que, em 1975, quando a idéia de continuar os estudos na área de Política começou a brotar, prestou um valioso e paciente auxílio, permitindo que aquela idéia vies-

se a concretizar-se. Também a David o meu agradecimento.

A Esdras B. Costa, inicialmente Chefe do Departamento de Ciências Sociais e depois colega da EAESP, que sempre procurou criar as condições para que este trabalho fosse concluído. Ao Esdras a minha lembrança.

A Maria Hermínia Tavares de Almeida, que sempre esteve à disposição para auxiliar-me e que gentilmente cedeu sua pesquisa feita em A Platêa, o meu agradecimento.

A todos os colegas do Departamento de Economia da UNESP, e especialmente a Vera Mariza, Antônio Márcio Costa, José Ênio Casalecchi, Rodolpho Telarolli e Helena De Lorenzo, agradeço pela acolhida calorosa que ali encontrei, em fins de 1979.

A Sérgio Amad Costa, pela dedicação integral e incomum com que se dedicou no auxílio à pesquisa, o meu agradecimento, que também se estende a Césio S. Peixoto.

A Márcio Naves, pela crítica sempre construtiva e a Carlos Eduardo Berriel, que sempre incentivou este estudo, a minha lembrança.

A Denice Barbara Catani, pela paciência e dedicação ao efetuar o penoso trabalho de leitura e correção dos originais e a Afrânio M. Catani, amizade que nasceu já há alguns anos.

Agradeço especialmente à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) pela bolsa de pós-gradua -

ção, ao Núcleo de Publicações e Pesquisas da EAESP (NPP) e à Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Ensino Superior (CAPES), pelo auxílio material concedido, em momentos diferentes, que tornou possível a elaboração deste trabalho.

CAPÍTULO I

A EMERGÊNCIA DA CONSCIÊNCIA DE CLASSE

1- A Teleologia do Trabalho

A relação entre o ser e a consciência, objeto e sujeito, realidade e pensamento só encontrou na formulação de Marx sua verdadeira dimensão dialética. Enquanto o pensamento filosófico positivista desarticulava a relação entre ser e consciência, através da afirmação do primado do empírico - entendido como real-, e da exclusão da razão, o pensamento filosófico racionalista, oposição aparentemente radical ao empiricismo positivista, esforçava-se para explicar o objeto por meio do pensamento, através do primado da razão; da mesma forma que o empiricismo, o racionalismo operava uma rigorosa separação entre matéria e consciência. Na verdade, entre o empiricismo e o racionalismo há uma pseudo-antinomia; ambos operam uma separação mecânica entre consciência e matéria, razão e realidade, e não conseguem apreender o verdadeiro conhecimento do real.

Na formulação hegeliana, o espírito (Weltgeist) englobará o conjunto da natureza e da sociedade, ainda que de forma idealizada. Neste sistema dar-se-á uma dissolução do real; este não será outra coisa que a idéia alienada. O espírito hegeliano presidirá toda a edificação da natureza. Decorrentemente, o mundo real, enquanto idéia alienada será criação da idéia⁽¹⁾. O objeto

(1) "Enquanto que para o materialismo o único real é a natureza, no sistema hegeliano esta representa tão só a 'alienação' da idéia absoluta, algo assim como uma degradação da idéia; em todo caso, aqui o pensar e seu produto discursivo, a idéia, são

tornou-se idêntico ao sujeito, ou melhor, a explicitação do objeto dá-se por meio do pensamento.

Foi somente com o pensamento materialista que a relação dialética entre objeto-sujeito aflorou em sua plenitude. Na III.^a tese sobre Feuerbach disse Marx: "A doutrina materialista segundo a qual os homens são produtos das circunstâncias e da educação e, portanto, segundo a qual os homens transformados são produtos de outras circunstâncias e de uma educação modificada, esquece que são precisamente os homens que transformam as circunstâncias e que o próprio educador deve ser educado"⁽²⁾. Na crítica ao materialismo vulgar, Marx mostra o homem enquanto produto e agente da sociedade; não há aquela antinomia radical entre sujeito e objeto, mas sim a busca das relações recíprocas entre a situação real, objetiva, material, e a ação do sujeito, ação esta de transformação da natureza e da sociedade. Há pois, não só a superação do materialismo vulgar e positivista, - aqui entendido na sua forma mais genérica possível -, como também da concepção idealista e abstrata⁽³⁾. Na ideolo-

o primário, e a natureza é o derivado, o que só por condescendência da idéia pode existir". Engels, F., Ludwig Feuerbach y el Fin de la Filosofia Clasica Alemana, Ed. Rosa Blindada, Argentina, 1975, pp. 37/38.

(2) Marx, K., Teses sobre Feuerbach, in A Ideologia Alemã, Grijalbo, S. Paulo, 1977, p. 126.

(3) A utilização do instrumental dialético de Marx parece-nos absolutamente necessária para enfrentar a questão da consciência de classe, embora tenhamos que reconhecer, como disse Lukács, que esta questão pressupõe uma análise adequada de nossa época, tarefa que ainda não foi realizada pelo marxismo. Aqui não

gia Alemã, Marx dirá que é tão verdade que as circunstâncias fazem os homens como os homens fazem as circunstâncias⁽⁴⁾. A atividade do sujeito torna-se, portanto, também uma atividade objetiva. Daí que se desfaz qualquer antinomia radical entre consciência e matéria; ao contrário, ambas se entrelaçam. O que Marx introduz é, isto sim, o primado de uma sobre a outra. Porém, sem negar a determinação da materialidade⁽⁵⁾, Marx ressaltará o lado ativo do sujeito : existe a determinação social do pensamento, chave e compreensão do materialismo dialético, porém a consciência é mais que mero epifenômeno desta realidade. Limitada pelo número de possibilidades postas pelo real, "a consciência reflete a realidade e, sobre essa base, torna possível intervir nessa realidade para modificá-la..."⁽⁶⁾.

temos outro objetivo senão procurar contribuir para este debate. Veja Carta de Lukács a István Mészáros, de 20 de julho de 1970, em Mészáros, I. (Organizador), Aspectos de la Historia y la Conciencia de Clase, UNAM, México, 1973, p. 5.

(4) Ver Marx, K. e Engels, F., A Ideologia Alemã, Ed. Presença, Portugal, p. 49.

(5) "Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência". Marx, K., Para a Crítica da Economia Política, Prefácio, Os Pensadores, Ed. Abril Cultural, S. Paulo, 1974, p.136.

(6) Lukács, G., "As Bases Ontológicas do Pensamento e da Atividade Humana", in Temas de Ciências Humanas, nº 4, Ed. Ciências Humanas, S. Paulo, 1978, p. 3. "... então a teoria do conhecimento materialista, segundo a qual a consciência humana reflete a realidade objetiva cuja existência é independente da sua, apresenta-se sob uma luz completamente nova. A realidade objetiva sendo ela mesma um processo feito do movimento dos fenômenos que evoluem para tornar-se seu contrário, a reflexão não pode

A consciência, ontologicamente vista, é a faculdade de reflexão e de modificação do real, a partir da determinação deste mesmo real⁽⁷⁾. A consciência, tal como aparece formulada por Marx, é um produto social, nasce do processo social na medida que os homens atuam teleologicamente⁽⁸⁾. O trabalho será o elemento de terminante na constituição da consciência; o trabalho é a chave da história; é o complexo gerador do pensamento e da consciência humana. De forma diversa do trabalho animal, no trabalho humano, o resultado do processo de trabalho - o produto - já existe idealizado na imaginação do trabalhador. Tem-se a pré-ideação, a mentalização da forma do produto. Mais do que a simples transformação do material, o homem, através do trabalho, imprime ao material o projeto

ria pretender reproduzi-la de uma maneira adequada, a não ser com a condição de ser ela mesma dialética". Lukács, G., Existencialismo ou Marxismo, Ed. Ciências Humanas, 1979, p. 230.

- (7) Ontológico, na formulação lukacsiana, é a busca dialética do ser social, historicamente existente. É a consideração do todo, na sua forma de ser, como processo histórico que se transforma. É o oposto da ontologia clássica, metafísica, especulativa, não ancorada no real, no histórico, no material.
- (8) "A consciência é pois um produto social e continuará a sê-lo enquanto houver homens. A consciência é, antes de tudo, a consciência do meio sensível imediate e de uma relação limitada com outras pessoas e outras coisas situadas fora do indivíduo que toma consciência; é simultaneamente a consciência da natureza que inicialmente se depara ao homem como uma força francamente estranha, toda-poderosa e inatacável, perante a qual os homens se comportam de uma forma puramente animal e que os atormenta tanto como aos animais; é, por conseguinte, uma consciência de natureza puramente animal (religião natural). Por outro

que tinha conscientemente em mira, o qual constitui a lei determinante do seu modo de operar e ao qual tem de subordinar sua vontade⁽⁹⁾.

É pois, o trabalho, a proto-forma de toda práxis social; "Toda práxis social, se considerarmos o trabalho como seu modelo, contém em si esse caráter contraditório. Por um lado, a prá-

lado, a consciência da necessidade de entabular relações com os indivíduos que o cercam marca para o homem a tomada de consciência de que vive efectivamente em sociedade. Este começo é tão animal como a própria vida social nesta fase; trata-se de uma simples consciência gregária e, neste aspecto, o homem distingue-se do carneiro pelo simples facto de a consciência substituir nele o instinto ou de o seu instinto ser um instinto consciente". Marx, K., Engels, F., A Ideologia Alemã, op. cit., pp. 36/37.

- (9) "Pressupomos o trabalho sob forma exclusivamente humana. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha supera mais de um arquiteto ao construir sua colmeia. Mas o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade. No fim do processo de trabalho aparece um resultado que já existia antes idealmente na imaginação do trabalhador. Ele não transforma apenas o material sobre o qual opera; ele imprime ao material o projeto que tinha conscientemente em mira, o qual constitui a lei determinante do seu modo de operar e ao qual tem de subordinar sua vontade". Marx, K., O Capital, Livro 1, Vol. 1, Ed. Civ. Brasileira, 2.^a Ed., 1971, p. 202. Engels também conferiu ao trabalho o estatuto fundante da praxis social: "O homem, ao contrário (do animal), modifica a natureza e a obriga a servir-lhe, domina-a. E aí está, em última análise, a diferença essencial entre o homem e os demais animais, diferença que, mais uma vez, resulta do trabalho". Engel, F., "So-

xis é uma decisão entre alternativas, já que todo indivíduo singular, sempre que faz algo, deve decidir se o faz ou não. Todo ato social portanto surge de uma decisão entre alternativas acerca de posições teleológicas futuras. A necessidade social só se pode afirmar por meio da pressão que exerce sobre os indivíduos (frequentemente de maneira anônima), a fim de que as decisões deles tenham uma determinada orientação"⁽¹⁰⁾. "O trabalho é um ato de pôr consciente e, portanto, pressupõe um conhecimento concreto, ainda que jamais perfeito, de determinadas finalidades e de determinados meios"⁽¹¹⁾. Mais ainda, ao analisar o processo global do trabalho, mes

bre o Papel do Trabalho na Transformação do Macaco em Homem", em Textos 1, Edições Sociais, S. Paulo, 1975, p. 71.

(10) Lukács, G., "As Bases Ontológicas da Atividade Humana", op. cit. p. 6.

(11) Ibid, p. 8. Diz ainda Lukács que "Através do trabalho, tem lugar uma dupla transformação. Por um lado, o próprio homem que trabalha é transformado pelo seu trabalho; ele atua sobre a natureza exterior e modifica, ao mesmo tempo, a sua própria natureza; 'desenvolve as potências nele ocultas e subordina as forças da natureza 'ao seu próprio poder'. Por outro lado, os objetos e as forças da natureza são transformados em meios, em objetos de trabalho, em matérias primas, etc. O homem que trabalha 'utiliza as propriedades mecânicas, físicas e químicas das coisas, a fim de fazê-las atuar como meios para poder exercer seu poder sobre outras coisas de acordo com sua finalidade". Lukács, G., Ontologia do Ser Social - Os Princípios Ontológicos Fundamentais de Marx, Ed. Ciências Humanas, S. Paulo, 1979, p. 16.

mo desencadeando uma ação teleológica consciente, o sujeito jamais conseguirá ver todos os condicionantes e consequências da própria atividade.

Ao colocar finalidades e os meios para sua realização, a consciência se antecipa e traz modificações para a própria natureza. Ora, na medida que o ato teleológico acarretou transformação e inovação da natureza, a consciência, impulsionadora deste processo, não poderá mais ser vista como mero epifenômeno redutível à base material⁽¹²⁾.

O trabalho é, portanto, o elemento determinante e gerador da consciência e do pensamento humano; por outro lado, e dialéticamente, o produto do trabalho já existia idealmente na imaginação do trabalhador, isto é, a pré-consciência é condição para a efetivação do trabalho; desta reciprocidade decorre que não há trabalho sem consciência nem consciência sem trabalho.

Evidentemente há nuances fundamentais entre o processo de trabalho operado individualmente e aquele visto, em seu desenvolvimento histórico, através dos sujeitos coletivos - as classes - . No primeiro caso - o individual - a finalidade se sobrepõe e regula os meios. Porém, no segundo caso, quando se defronta com o desenvolvimento histórico, na sua fase capitalista plena - verifi-

(12) "Como categoria da nova forma do ser, a realização de finalidades tem uma importante consequência: a consciência humana, com o trabalho, deixa de ser um epifenômeno (em sentido ontológico)". Lukács, G., "Trabalho e Teleologia", Capítulo inédito da Ontologia do Ser Social, publicado pelo C.A.A.E., tradução de Carlos Nelson Coutinho, p. 16.

ca-se uma inversão das prioridades: os meios passam a se sobrepor aos fins.

O mesmo procedimento pode ser verificado quando, ao ser proposta a questão da consciência, avança-se dos primórdios da civilização para as sociedades regidas pela produção de mercado - rias. O fato de se atuar teleologicamente, não implica na existência de uma consciência verdadeira. Em outras palavras, o fato de toda ação humana encontrar-se idealizada na consciência não implica nem a sua efetiva realização e nem a sua veracidade enquanto consciência verdadeira. Quando Marx enfatiza que os homens atuam sobre condições previamente postas, está, ao mesmo tempo, enfatizando a dimensão teleológica do ser humano e também os limites concretos, objetivos, que determinam e limitam as opções humanas⁽¹³⁾.

Nas sociedades capitalistas onde a produção fetichiza o trabalho humano - "as relações entre os produtores, nas quais se afirma o caráter social dos seus trabalhos, assume a forma de relação social entre os produtos do trabalho"⁽¹⁴⁾ - a este fetichismo do trabalho humano - da mercadoria - corresponderá, ao nível da

(13) "Creio, e parece-me já ter usado esta expressão, que o homem é um ser que dá respostas e que sua liberdade consiste no fato de que deve e pode fazer uma certa escolha no interior das possibilidades oferecidas dentro de uma certa margem". Conversando com Lukács, H.H. Holz, L. Kofler e W. Abendroth, Paz e Terra, p. 129.

(14) Marx, K., O Capital, op. cit., p. 80.

consciência do ser social, uma coisificação, uma reificação do mundo das idéias⁽¹⁵⁾. A busca do cotidiano, empiricamente mensurável, será pois, estruturalmente limitada pela busca da imediatidade, o que, por sua vez, pode restringir e limitar a apreensão da totalidade concreta⁽¹⁶⁾. O processo de coisificação empreendido nas sociedades capitalistas avançadas leva a que o trabalho tenha como finalidade a sua sobrevivência, a busca da sua subsistência, das suas necessidades e não a sua objetivação plena, visto que o processo de fetichização opera exatamente a separação entre o produ-

(15) "Além disso, já que o caráter alienado do produto refere-se à ação de produzir, esta também é alienada; paralelamente à alienação do produto corre a alienação do ato de produzir, na qualidade de auto-alienação (Selbstentfremdung) do sujeito". Giannotti, A., Origens da Dialética do Trabalho, Difel, 1966, p. 138.

(16) A relação entre cotidianidade e consciência foi assim tematizada por Agnes Heller: "É indiscutível que uma ação correspondente aos interesses de uma classe ou camada pode elevar-se ao plano da práxis, mas nesse caso superará o da cotidianidade; a teoria da cotidianidade, nesses casos, converte-se em ideologia (...)". Mas, alertará que "não existe nenhuma 'muralha chinesa' entre a atividade cotidiana e a práxis não-cotidiana ou o pensamento não-cotidiano mas existem infinitos tipos de transição". E, embora a estrutura da vida cotidiana favoreça a alienação, não será de maneira nenhuma necessariamente alienada. "Existe alienação quando ocorre um abismo entre o desenvolvimento humano-genérico e as possibilidades de desenvolvimento dos indivíduos humanos, entre a produção humano-genérica e a participação consciente do indivíduo nessa produção". Heller, Agnes, O Cotidiano e a História, Paz e Terra, 1972, pp. 32/33 e 38. Ou ainda como disse Lukács, "o comportamento cotidiano do homem é começo e final ao mesmo tempo de

tor e o produto - "uma relação social definida, estabelecida entre os homens, assume a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas" (17).

Sendo o proletariado produto também do modo de produção capitalista, sua atuação está sujeita às formas de existência de seu produtor, isto é, a inumanidade e a reificação (18). Porém, a sua situação de existência é, ao mesmo tempo, a constante tentativa de negação desta existência.

toda atividade humana" Lukács, Estética I, Prológo, Ed. Grijalbo, 1974, p. 11.

(17) Marx, K., O Capital, op. cit., p. 81.

(18) Lukács, G., Historia y Consciencia de Clase, Grijalbo, México, p. 54. Em "La Cosificación y la Conciencia del proletariado" diz Lukács: "Se se estuda o caminho percorrido pelo desenvolvimento do processo de trabalho desde o artesanato, passando pela cooperação e a manufatura, até a indústria maquinista, observa-se uma crescente racionalização, uma progressiva eliminação das propriedades qualitativas, humanas, individuais, do trabalhador. Por uma parte, porque o processo de trabalho se decompõe cada vez mais em operações parciais abstratamente racionais, com o que se rompe a relação do trabalhador com o produto como um todo, e seu trabalho se reduz a uma função especial que se repete mecanicamente", em Historia y Consciencia de Clase, op. cit., p. 129. A práxis humana, o trabalho, "tende a objetivar-se contra os próprios homens, tende a tornar-se uma objetividade alienada... Os produtos da atividade do homem social, desde a esfera da economia à da cultura, revelam-se aos indivíduos como algo inteiramente alheio à sua essência; opera-se uma cisão entre a essência (a práxis criadora) e a existência (a vida social) dos homens. Essa vida social converte-se num objeto 'coisificado', inumano, que

Em outras palavras, na consciência operária coexistem, de forma conflitante, dois momentos: a coisificação ou reificação e, de outro lado, a insatisfação oriunda da sua posição de classe no processo de produção. Evidencia-se que esta coexistência não invalida a preeminência de um momento sobre o outro, sendo que o "salto" da reificação e insatisfação para o momento da consciência verdadeira, esta passagem fundamental da forma de ser da consciência, implica na fusão da práxis com a concepção teórica socialista.

O proletariado não nasce, portanto, com uma consciência de classe verdadeira, captadora da realidade e superadora da imediatidade, mas com uma consciência do seu momento, permeado pela ideologia burguesa. "A classe que dispõe dos meios de produção material dispõe igualmente dos meios de produção intelectual, de tal modo que o pensamento daqueles a quem são recusados os meios de produção intelectual estão submetidos igualmente à classe dominante. Os pensamentos dominantes são apenas a expressão ideal das relações materiais dominantes concebidas sob a forma de idéias e, portanto, a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante; dizendo de outro modo, são as idéias do seu domínio ... as suas idéias são, portanto, as idéias dominantes de sua época"⁽¹⁹⁾.

não pode mais comportar nenhuma subjetividade autêntica; essa subjetividade, por sua vez, desligada de suas objetivações concretas, nas quais e através das quais se constitui e ganha conteúdo, transforma-se igualmente num fetiche vazio". Coutinho, Carlos N., O Estruturalismo e a Miséria da Razão, Paz e Terra, RJ, 1972, pp. 23/24.

(19) Marx, K. e Engels, F., A Ideologia Alemã, op. cit., p. 56.

Como essa dominação, diz Lukács, é exercida em interesse e por uma minoria, a situação ilusória das demais classes através de uma consciência de classe obscurecida é condição necessária para a preservação do regime burguês⁽²⁰⁾.

A consciência proletária é, portanto, uma longa distância que vai da falsa consciência, presa a ideologia dominante e limitada pelo imediatismo, até o máximo de consciência possível que corresponderia à percepção da totalidade concreta e sua possibilidade de superação revolucionária, o que somente é possível quando a classe operária apodera-se da teoria revolucionária, dada pelo marxismo, e transforma-se em única classe capaz de destruir o capitalismo, e iniciar a transição para a sociedade sem classes. É preciso lembrar a impossibilidade de tal distância ser pensada de forma linear e evolutiva. Ela deve ser concebida como um processo com fluxos e refluxos, onde ora são predominantes os momentos da falsa consciência, ora se está próximo da consciência verdadeira.

Parece-nos importante distinguir a consciência real do proletariado, isto é, sua consciência empírica, individual, e sua consciência possível, que é o máximo de adequação que uma classe pode alcançar para poder transformar revolucionariamente a sociedade. A consciência real posta-se aquém da consciência possível.

Goldmann nos diz: "Com efeito, certo grupo social tem em cada instante, sobre diferentes questões que se lhe põem e

(20) Lukács, Historia y Consciencia de Clase, op. cit., p. 72.

sobre as realidades que encontra, uma certa consciência de fato , real, cuja estrutura e conteúdo se explicam por um número considerável de fatores de toda natureza, os quais contribuíram todos, em diversos graus, para a sua constituição"⁽²¹⁾. Já a consciência possível implica uma percepção verdadeira da totalidade concreta, uma captação do processo histórico em sua dimensão dialética e ontológica, o que obriga a superação do fenomênico, epidérmico, e coloca a categoria da "possibilidade objetiva" do conhecimento como momento necessário para o desmascaramento do ilusório e a captação verdadeira do real. A possibilidade objetiva do conhecimento da totalidade corresponde, para o proletariado ao máximo de consciência possível ou a consciência de classe plena, o que somente poderá ser obtido através do marxismo enquanto ideologia do proletariado.

Esta distância entre a luta imediata e o objetivo final do proletariado, entre o momento isolado e a totalidade, já aparece na distinção operada por Marx entre classe "em si" e "para si". Enquanto classe "em si", apesar de constituir-se numa "classe relativamente ao capital" sua atuação pauta-se dentro do terreno "econômico", não rompendo com as raízes do modo de produção capitalista. Já a classe "para si" expressa o momento em que o proletariado adquire o entendimento da totalidade e impõe um projeto político revolucionário; é o momento em que se formula uma alternativa histórica capaz de superar a subordinação estrutural que lhe impõe a ordem capitalista. Se enquanto classe "em si" a situação objetiva de subordinação real do trabalho ao capital persiste, enquanto classe

(21) Goldmann, L., Dialética e Ciências Humanas, Vol. 1, Ed. Presença, Portugal, 1972, p. 105. Entretanto, contrariamente à oposição rígida estabelecida por Goldmann, em Lukács, a falsa e a verdadeira consciência são momentos constitutivos da consciência operária. Mesmo na falsa consciência há uma tendência objetiva para a verdade.

"para si", há a formulação de um projeto político hegemônico alter^unativo à sociedade de classes, numa incumbência histórica que im^uplica na destruição das contradições antagônicas da própria sociedade e na própria universalização do proletariado enquanto clas^use que, ao extinguir o seu polo contrário, busca também a sua pró^upria auto-abolição. Enfim, enquanto classe "em si" há o privilegia^umento do plano econômico da luta; enquanto "para si" atinge-se a totalidade e abre-se o momento de luta política revolucionária⁽²²⁾. Evidentemente que esta separação não pode ser feita mecanicamente: se de um lado Marx demonstrou os limites da luta estritamente eco^unômica - "luta contra os efeitos, mas não contra as causas destes efeitos"⁽²³⁾ - demonstrou também a impossibilidade de uma separa^ução mecanicista entre dois momentos da luta de classes: " mostrou como é próprio de toda a luta econômica transformar-se em luta po^ulítica (e inversamente)"⁽²⁴⁾. Porém, já demarcava o momento de uni^udade e contradição: se inserida e incorporada ao processo de supe^uração da totalidade em seu conjunto dinâmico, a luta econômica tor^una-se elemento importante para o avanço da consciência operária ; por outro lado, se desvinculada do objetivo final superador da or^udem capitalista, há a tendência de esgotar-se eternamente na luta contra os efeitos e não contra as causas do capitalismo.

(22) Marx, K. , Miséria da Filosofia, Grijalbo, S. Paulo, 1976, p. 164.

(23) Marx, K. , Salário, Preço e Lucro, em Marx e Engels, Textos 3, Edições Sociais, S. Paulo, 1977, p. 377.

(24) Lukács, G. , Historia y Consciencia de Clase, op. cit., p. 77.

"... a consciência de classe é a reação racional adequada que se atribui deste modo a uma determinada situação típica no processo de produção. Essa consciência não é, pois, nem a soma nem a média do que os indivíduos singulares que compõem a classe pensam, sentem, etc. E, sem embargo, a atuação historicamente significativa da classe como totalidade está determinada em última instância por essa consciência e não pelo pensamento, etc ... do indivíduo, e só pode reconhecer-se por essa consciência"⁽²⁵⁾.

A noção de consciência de classe "atribuída" em oposição a consciência empírica, psicológica, implica pois, na consciência que o proletariado tem de sua missão historicamente determinada⁽²⁶⁾. Refere-se "as idéias, os sentimentos, etc., que teriam os homens em uma determinada situação vital se fossem capazes de captar completamente essa situação e os interesses dela resultantes, tanto com relação à ação imediata quanto à estrutura de toda a sociedade, coerentes com esses interesses; ou seja; as idéias, etc, adequadas a sua situação objetiva"⁽²⁷⁾.

Conforme István Mészáros: "A consciência de classe proletária é, pois, a consciência que o trabalhador tem de sua existência social encarada no antagonismo estrutural necessário da

(25) Ibid, p. 55.

(26) Mészáros, István, "Consciencia de Clase Contigente y Necesaria", op. cit., p. 126.

(27) Lukács, G., História y Consciencia de Clase, op. cit., pp. 54/55.

sociedade capitalista, em contraste com a contingência da consciência de grupo que percebe só uma parte mais ou menos reduzida da configuração global".

"O desenvolvimento da consciência de classe é um processo dialético: é uma 'inevitabilidade história' precisamente enquanto a tarefa se realiza por uma necessária mediação de um agente humano consciente de si mesmo. Isto, inevitavelmente, requer algum modo de organização... Dito de outro modo, o desenvolvimento 'espontâneo' e 'direto' da consciência de classe proletariada - seja sob o impacto das crises econômicas ou a consequência de uma iluminação pessoal do indivíduo - é um sonho utópico"⁽²⁸⁾.

2- Esponaneidade e Vanguarda Operária

Kautsky, Rosa Luxemburgo e Lenin, particularmente os dois últimos, foram protagonistas de um vigoroso debate sobre o papel da organização no processo de formação da consciência de classe. Kautsky considerava a organização partidária como condição prévia e indispensável para o desencadeamento da ação revolucionária. Ao partido imputava o papel de produtor do movimento revolucionário⁽²⁹⁾. "Muitos de nossos críticos revisionistas - afirma Kautsky - atribuem a Marx a afirmação que o desenvolvimento econômico e a luta de classes, além de criarem as premissas da produção socialista, engendram diretamente a consciência da sua necessidade ... Por

(28) Mészáros, I., op. cit., pp. 138/139.

(29) Lukács, G., Lenin (la Coherencia de su pensamiento), Grijalbo, México, 1970, p. 46.

consequência, a consciência socialista aparece como resultado necessário e direto da luta de classes do proletariado. Mas isto é completamente falso. Como doutrina, é evidente que o socialismo tem as suas raízes nas relações económicas actuais tal e qual como a luta de classes do proletariado, e tal como esta, o socialismo tem origem na luta contra a pobreza e a miséria das massas geradas pelo capitalismo. Mas o socialismo e a luta de classes surgem paralelamente e não são criadas uma pela outra; surgem de premissas diferentes. A consciência socialista moderna não pode surgir senão com base em profundos conhecimentos científicos. Com efeito, a ciência económica contemporânea constitui de tal modo uma premissa da produção socialista que, por exemplo, a técnica moderna, e o proletariado, por mais que o deseje, não pode criar nem uma nem outra; ambas surgem do desenvolvimento social contemporâneo. Mas o portador da ciência não é o proletariado mas a intelectualidade burguesa (sublinhado por K.K.): foi do cérebro de alguns membros desta camada que surgiu o socialismo moderno e foram eles que o comunicaram aos proletários mais destacados pelo seu desenvolvimento intelectual, os quais introduziram, em seguida, na luta de classe do proletariado, onde as condições o permitiam. Deste modo, a consciência socialista é um elemento trazido do exterior e não qualquer coisa que surgiu espontaneamente no seio dela"⁽³⁰⁾.

É possível perceber os vínculos existentes entre as formulações mecanicistas e evolucionistas da II^o Internacional e o

(30) Kautsky, K.; Neue Zeit n^o 3, 1901-2, citado por Lenin em Que Fazer? Ed. Estampa, Portugal, 1973, pp. 46/47.

E, concebendo o Partido como o organismo capaz de formular a

pensamento kautskyano no que concerne à concepção de partido, quando este afirma ser o partido produtor do movimento socialista revolucionário que, no entanto, nasce separado da luta de classes. Es

teoria revolucionária para o movimento operário, diz ainda Kautsky: " Na unidade assenta a grande superioridade de um exército sobre as multidões sem organização, ainda que estas últimas sejam muito mais numerosas e estejam igualmente armadas. A unidade é quem dá superioridade a um partido organizado sobre a massa indiferente". Daí que, apesar de reconhecer a existência de divergências de pensamento dentro do Partido, deve-se preservar a sua unidade e coesão: "A unidade de tática é a unidade de ação. Isto não exclui as divergências de pensamento nem as divergências do ponto de vista teórico. Porém, isto não quer dizer que a opinião teórica de um membro do Partido seja coisa indiferente, ou, por assim dizer, um assunto privado". E conclui que "a atividade de um partido necessita, como toda atividade coletiva, que o indivíduo sacrifique parte de sua individualidade", sem que com isso "o Partido se converta em uma horda de escravos sem vontade, ou um rebanho de carneiros. A verdade é que quanto maiores são as divergências de opinião do ponto de vista teórico no seio do partido, o indivíduo deve sacrificar-se mais da sua individualidade em prol da unidade de ação ..." Daí ser "preciso que a vida intelectual não caia em letargia no seio do Partido. Porém esta é uma legião de lutadores e não assembléia de retóricos ..." ver Kautsky, K. , La Doctrina Socialista, Réplica al Livro de Eduardo Bernstein, Socialismo Teórico y Socialismo Practico, Ed. Claridad, Argentina, 1966, pp. 12/13.

sa concepção opera uma separação estanque entre teoria revolucionária e movimento operário, e rompe com a riqueza dialética que existe entre a teoria e a prática operária. Um exemplo dessa concepção deformada de Kautsky pode ser encontrado quando ele discute a questão da revolução: "A social democracia é um partido revolucionário; não é um partido que faz revoluções. Sabemos que nossos objetivos podem ser alcançados somente mediante uma revolução, porém sabemos também que está tão pouco em nossas mãos fazer esta revolução como em mãos de nossos adversários impedi-la. Por isso não nos passa sequer pela mente, querer provocar ou preparar uma revolução. E posto que a revolução não pode ser feita a nosso arbítrio, não podemos dizer absolutamente nada com respeito ao tempo, às condições e às formas em que ela se produzirá"⁽³¹⁾.

Para Rosa Luxemburgo o partido será entendido como produto do movimento de massas. Nesta formulação o salto revolucionário será uma decorrência da deterioração das condições concretas da classe operária, da situação de penúria orinda da situação de crise econômica, aos sofrimentos que acarreta uma guerra imperialista ou um regime opressor. Em Greve de Massas, Partido e Sindicatos, escrito após a experiência russa de 1905, Rosa expõe com clareza ímpar sua formulação: "Este despertar da consciência de classe imediatamente se manifesta do seguinte modo: uma multidão de milhões de proletários descobre de súbito, com um sentimento de acui

(31) Kautsky, K., "Um Catecismo Socialdemocrata", em Die Neue Ziet, dezembro de 1893, citado por Kautsky, K., El Camino Del Poder, Cuadernos de Pasado y Presente, n° 68, 1978, p. 211.

dade insuportável o caráter intolerável da sua existências social e econômica, do qual era escravo há decênios, sob o jugo do capitalismo. De repente, desencadeia-se uma sublevação geral e espontânea para sacudir o jugo, para quebrar as algemas"⁽³²⁾. Ou ainda , pouco mais adiante, "o elemento espontâneo desempenha como vimos, um enorme papel em todas as greves de massas na Rússia, quer como elemento motor, quer como freio. Este fato não é motivado por a social-democracia russa ser ainda jovem e fraca, mas porque cada operação particular é o resultado de uma infinidade de fatores econômicos, políticos, sociais, gerais e locais, materiais e psicológicos, de tal maneira que nenhuma delas pode ser definida ou calculada como um exemplo aritmético... Se o elemento espontâneo desempenha um papel tão importante na greve de massas russa, não é porque o proletariado esteja 'deseducado' mas porque as revoluções não se aprendem na escola"⁽³³⁾.

Se, por outro lado, Rosa não desconsidera a necessidade da direção social-democrata, entendida por ela como a vanguarda mais esclarecida e mais consciente no proletariado, também neste aspecto sua formulação foi bastante polêmica. Em seu ensaio "Problemas de Organização da Social-democracia Russá", Rosa retoma a discussão sobre a organização político-partidária da classe operária: "diferenciando-se das velhas experiências do socialismo utópico, no movimento socialdemocrata a organização não é o produto artificial de

(32) Luxemburgo, Rosa, Greve de Massas, Partido e Sindicatos, Ed. Centelha, Portugal, 1976, p. 35.

(33) Ibid, pp. 62/63.

propaganda, mas sim o produto da luta de classes, a que a social-democracia dá simplesmente consciência política"⁽³⁴⁾. Após formular crítica violenta à concepção de centralismo de Lenin, vista como "uma transposição mecânica dos princípios blanquistas de organização dos círculos de conjurados ao movimento socialista das massas operárias"⁽³⁵⁾ - volta Rosa à questão da organização, enquanto produto do movimento de massas: a social-democracia surge historicamente da luta elementar do proletariado e somente no processo desta luta se recruta o exército do proletariado, que, por sua vez, toma consciência dos fins dessa luta de toda a classe⁽³⁶⁾. Porém, enfatiza sua postura privilegiadora do espontaneísmo ao afirmar que "as mudanças mais importantes e fecundas de tática nos últimos dez anos não foram devidas às descobertas de algum dirigente e ainda menos de órgãos centrais, foram sempre produto espontâneo do movimento em fase de atividade"⁽³⁷⁾.

Se, por vezes, Rosa Luxemburgo aproximou-se efetivamente da rica relação dialética existente na dinâmica entre partido e classe, o que dificultou sua verdadeira aproximação foi a desconsideração do momento subjetivo, o momento do elemento ativo e

(34) Luxemburgo, Rosa, "Problemas de Organización de La Socialdemocracia Rusa", in Cuadernos de Pasado y Presente, nº 12, Argentina.

(35) Ibid, p. 47.

(36) Ibid, p. 46.

(37) Ibid, p. 49.

consciente. Em outras palavras, há sem dúvida um desprivilegiamento do momento político da luta de classes, dos fatores ideológicos, da ação da classe enquanto sujeito coletivo, ao se privilegiar a explicação de corte economicista, onde a crise do capitalismo vincula-se direta e imediatamente a sublevação das massas populares, sublevação instintiva e espontânea, que relega a um plano secundário a mediação fundamental e específica dada pelo partido político da classe⁽³⁸⁾. "Definir a social-democracia como movimento próprio da classe implica uma concepção mecanicista e não política. Se os bolcheviques houvessem se atido a tal concepção teriam esperado a luz verde do congresso dos soviets para desencadear a insurreição. Sem embargo, só a vanguarda organizada podia compreender que a data da insurreição deveria preceder o congresso e desencadear-la efetivamente"⁽³⁹⁾.

(38) Não passou despercebido para Gramsci estas questões vinculadas à análise que Rosa Luxemburgo faz em Greve de Massas, Partido e Sindicatos. Apesar do marxista italiano enfatizar que no estudo das greves, feito por Rosa, há uma significativa teorização da guerra de movimento aplicada à arte da política, disse também: "No opúsculo teoriza-se um pouco apressadamente e também superficialmente sobre as experiências históricas de 1905. Efetivamente Rosa desprezou os elementos 'voluntários' e organizativos, muito mais difundidos e eficientes naqueles acontecimentos do que ela pudesse crer em virtude de certo preconceito 'economista' e espontaneista". Em Gramsci, A., Maquiavel, A política e o Estado Moderno, Ed. Civ. Brasileira, RJ, 1976, p. 71.

(39) Bensaïd, D. e Nair, A., "A propósito del problema de Organización: Lenin y Rosa Luxemburgo", in Cuadernos de Pasado y Presente, nº 12, p. 34.

A crença de que a missão histórica do proletariado possa brotar a partir de sua posição de classe, gerando uma verdadeira consciência de classe do proletariado que lhe possibilite superar a imediatidade e entender o complexo quadro superador da totalidade das relações sociais capitalistas, é uma interpretação mecânica do marxismo na medida que a ação da classe enquanto sujeito histórico fica subsumida aos momentos de crise do capitalismo, cuja ideologia revolucionária seria, a partir da situação de crise, espontaneamente dada ao proletariado.

O fato de Rosa não ter considerado com a devida importância o papel do elemento ativo e consciente, impossibilitou-a de formular a relação de reciprocidade entre o partido e a classe. Isso impossibilitou-a ainda de compreender o núcleo da concepção de partido em Lenin.

A formulação de Lenin superou as formulações de Kautsky e de Rosa Luxemburgo ao imputar ao partido o caráter de produtor e produto do movimento revolucionário⁽⁴⁰⁾. Lenin descartou a possibilidade da consciência de classe revolucionária emergir exclusivamente da posição de classe do proletariado. Questionou as análises fatalistas e mecanicistas que concebiam a consciência de classe como decorrência da sua situação de classe ou como reflexo direto das relações econômicas e das condições objetivas favoráveis a uma situação revolucionária. Uma situação de crise econômica não implica necessariamente numa situação de crise revolucionária; ou melhor, essa transformação requer a participação ati-

(40) Lukács, G., Lenin (...) op. cit., p. 46.

va do sujeito revolucionário, transformando a crise capitalista numa crise contra o Estado capitalista. A grande polêmica de Lenin com os economicistas visava demonstrar que, espontaneamente, o proletariado não conseguiria afastar-se do terreno da luta econômica e que a dimensão política da luta revolucionária contra as raízes da ordem e do Estado capitalista implicava na atuação da vanguarda organizada da classe operária⁽⁴¹⁾.

A missão do partido é, pois, compreender o processo de produção em sua totalidade e o papel do proletariado no processo de superação revolucionária e vinculá-lo à luta concreta, cotidiana, da classe operária. Essa formulação não levou Lenin a desconsiderar a importância dada pela situação de crise econômica, mas, ao contrário, a ressaltar a sua importância como momento de afloramento da luta de classes "sacudindo o povo para a política". Ora, este nexos dialético que persiste por toda sua obra entre os fatores objetivos e subjetivos, entre o ser e a consciência, opera radical rompimento não somente com as abordagens economicistas e fatalistas que consideram somente o dado objetivo, como também com aquelas abordagens voluntaristas, onde subjetivamente, idealisticamente, formulam-se teleologias que desconsideram as causalidades

(41) "A tarefa e a missão do partido é dar direção e fim ao processo revolucionário... é conduzir as explosões elementares que se produzem pela crise da ordem econômica ao único caminho para alcançar a salvação, ao caminho da ditadura do proletariado". Lukács, G., "La Misión Moral del Partido Comunista" in Cuadernos Pasado y Presente, nº 41, Argentina, 1973.

postas pelo real; a relevância da iniciativa política jamais desconsidera os limites determinados pelo real, pelo desenvolvimento das relações sociais de produção, objetivamente dados.

A atuação do partido será a condição necessária para a superação da espontaneidade e o alcance da plenitude da consciência de classe; é a condição necessária para o proletariado superar a imediatidade - que percebe o antagonismo em relação ao patrão, mas não atinge a totalidade desse antagonismo - e buscar a consciência de classe verdadeira que lhe possibilite colocar-se acima da imediatidade e perceber a totalidade das relações sociais de produção e o antagonismo estrutural, nos seus aspectos econômicos, sociais e políticos, na clareza necessária para a sua superação. O partido tem como atributo elaborar uma teoria científica revolucionária que se antecipa às massas operárias objetivando alcançar o seu máximo de consciência possível, dado pelo marxismo. Essa teoria revolucionária, produzida e organizada pela vanguarda, sofrerá entretanto uma fusão com o movimento espontâneo de massas. Pautando sua atuação na busca da razão dialética, o partido cria as condições para que a classe operária atinja a sua consciência de classe plena, verdadeira. Daí Lenin conceber a vanguarda como organizadora da teoria socialista que se funde com o movimento operário. Neste sentido, a consciência política da classe operária vem de fora da luta econômica, de fora das relações diretas entre patrões e empregados, e sim através dos intelectuais revolucionários portadores do conhecimento e da compreensão global do processo de produção. A consciência socialista, dirá Lenin, não pode surgir senão com base em profundos conhecimentos científicos. A consciência socialista será levada para o proletariado de fora da lu-ta econômica, de fora das relações diretas de trabalho e será con-

dição necessária para a superação da ação imediata, espontânea, trazendo a esta uma formulação abrangente que mostre com clareza os vários momentos do antagonismo entre as classes, o que implica uma formulação científica da realidade, impossível de ser adquirida na sua plenitude dentro da fábrica, no mundo hostil do trabalho.

É importante ressaltar que a formulação leniniana da consciência socialista vinda de fora não implica - como quer certa interpretação - uma separação entre o partido revolucionário e a massa operária: o partido será exatamente a mediação necessária e fundamental entre a teoria e a prática operárias. É a organização que aproxima dialeticamente a teoria com o movimento operário numa ligação que implica em reformulação e auto-crítica permanentes.

Seria necessário lembrar que essa concepção da consciência política que vem de fora das relações econômicas se insere num contexto em que o partido político revolucionário encontra-se em gestação e no qual predomina no seio da massa operária a espontaneidade, que favorece a penetração da política tradeunionista - e é este o contexto, vale lembrar, em que se insere o Que Fazer?. Quanto mais dinâmica a relação partido-massa, maior será a unidade dialética entre teoria e prática, e mais estreita será a relação entre vanguarda e classe. Parece evidente o nexó dialético entre a consciência e a práxis operária - e com isso Lenin distingue-se completamente do mecanicismo kautskyano - : embora a teoria revolucionária venha de fora das relações econômicas travadas entre os patrões e os operários, ela encontra as condições para a sua existência dadas pela própria luta entre as classes e somente quando se realiza a fusão da teoria revolucionária com o movimento espontâneo -

neo é que se eleva qualitativamente a consciência operária⁽⁴²⁾.

Ou, nas próprias palavras de Lenin: "A consciência da classe operária não pode ser uma verdadeira consciência política se os operários não estão habituados a reagir contra todos os

(42) As distinções existentes entre as formulações de Kautsky e Lenin ainda não foram objetos, ao que eu saiba, de um estudo aprofundado. Atenho-me pois, a mencionar aqui algumas indicações. Balibar, por exemplo, disse que Lenin, diferenciando-se de Kautsky, não concebe a "separação" inicial entre movimento operário e teoria científica "de um modo sociológico (e psicossociológico)", como um confronto entre os operários e os intelectuais e entre suas respectivas consciências. Lenin "estuda as condições sociais, historicamente determinadas, desta separação relativa, e logo da fusão, o que é algo muito diferente". Ver Balibar, Etienne, "Materialismo e Idealismo em La História De La Teoría Marxista" em Cinco Ensayos de Materialismo Histórico, Ed. Laia, Barcelona, 1976, p. 290. Althusser, no mesmo diapasão epistemológico de Balibar, vai ainda mais além. Questionando a origem exterior da teoria revolucionária, diz: "Marx e Engels não forjaram sua teoria fora do movimento operário, senão dentro do movimento operário, não de fora do proletariado e de suas posições, senão de dentro das posições e da prática revolucionária do proletariado... A pseudo importação de que fala Kautsky não é outra coisa que a expansão, no interior do movimento operário, de uma teoria produzida dentro do movimento operário por intelectuais orgânicos do proletariado". Althusser, Louis, Nuevos Escritos (La Crisis del Movimiento Comunista Internacional frente a la Teoría Marxista), Ed. Laia, Barcelona, 1978, p. 117. Luciano Gruppi também procura apontar diferenças entre Kautsky e Lenin, particularmente no que concerne às concepções de partido. Ver "Lénine Et La Théorie du Parti Revolutionnaire de La Classe Ouvrière", em Histoire du Marxisme Contemporain, direção de Dominique Grisoni, Union Générale Deditons, França, especialmente, pp. 63 e seguintes.

casos de arbitrariedade e opressão, de violência de toda a espécie -
que quaisquer que sejam as classes afetadas; a reagir do ponto de
vista social-democrata e não de outro. A consciência das massas o-
perárias não pode ser uma verdadeira consciência de classe se os o-
perários não aprendem, com base nos fatos e acontecimentos políti-
cos concretos e, além disso, necessariamente atuais, a observar ca-
da uma das outras classes sociais em todas as manifestações da vi-
da intelectual, moral e política, se não aprendem a aplicar na prá-
tica a análise materialista e a apreciação materialista de todos
os aspectos da atividade e da vida de todas as classes, camadas e
grupos da população... Ora, não é nos livros que o operário poderá
obter essa 'idéia clara': só a podem encontrar nas situações vivi-
das, nas denúncias de acontecimentos ainda recentes, de tudo o que
sucede num dado momento à nossa volta (...). Estas denúncias políti-
cas que abarcam todos os aspectos da vida são uma condição necessá-
ria e fundamental para educar a atividade revolucionária das mas-
sas"(43).

(43) Lenin, V.I., Que Fazer? op. cit., pp. 75/76. Sobre as várias
"críticas" sofridas por Que Fazer? diz Lenin: "O erro princi-
pal dos que hoje criticam Que Fazer? consiste em que despren-
dem por completo esta obra da situação histórica concreta de
um período determinado do desenvolvimento de nosso partido, já
distante...

"Que Fazer? é o compêndio da tática iskrista e da política
iskrista em matéria de organização durante os anos 1901 e
1902. Um 'compêndio', nem mais nem menos". Ver Prologo a La
Recompilación "En Doce Años", 1902, em Obras Escogidas, Vol. II,
Ed. Cartago, Argentina, pp. 242/244. Sobre a concepção de par-
tido em Lenin, veja-se ainda Um Passo em Frente, Dois Passos
Atrás, em Obras Escolhidas I, Ed. Alfa-Omega, 1979 e especial

Pouco adiante, em uma nota de rodapé nesta mesma obra dirá ainda Lenin, na sua polêmica com os economicistas. " Muito frequentemente, a luta econômica reveste-se de um caráter político de maneira espontânea, isto é, sem a intervenção desse 'bacilo revolucionário que são os intelectuais', sem a intervenção dos sociais-democratas conscientes. Assim, a luta econômica dos operários em Inglaterra revestiu-se, também, de um caráter político, sem a menor participação dos socialistas. Mas a tarefa dos sociais-democratas não se limita a agitação política no campo econômico; a sua luta é transformar esta política trade-unionista numa luta política social-democrata, aproveitar os vislumbres de consciência política que a luta econômica fez no espírito dos operários para elev - var estes últimos à consciência política social-democrata"⁽⁴⁴⁾.

Ora, a distinção apontada por Lenin (vale lembrar, retomada de Marx e Engels)⁽⁴⁵⁾ entre a luta econômica e a luta po-

mente Carta a um Camarada sobre Nossas Tarefas de Organização, em Obras Completas, Vol. VI, Ed. Cartago, Argentina, onde expõe de forma límpida sua concepção de partido, que aliás, longe de pautar-se num formalismo burocrático, somente será efetivamente revolucionário se não abandonar a razão dialética necessária para operar-se a transformação radical da sociedade.

(44) Ibid, p. 79.

(45) "Ao mesmo tempo, e abstraindo totalmente a escravização geral que o sistema do salariato implica, a classe operária não deve exagerar a seus próprios olhos o resultado final destas lutas diárias. Não deve esquecer-se de que luta contra os efeitos, mas não contra as causas destes efeitos; que logra conter o movimento descendente, mas não fazê-lo mudar de direção;

lítica revolucionária não levou a uma desconsideração da primeira, mas à necessidade fundamental de transformação desta luta. Na verdade não há oposição exclusiva entre luta econômica e luta política. Lenin lembrou inúmeras vezes que na luta econômica encontra-se o embrião da plena consciência de classe e que essa luta favorece a difusão do socialismo. Trata-se de imprimir uma direção política revolucionária à luta econômica. Porém, o que Lenin enfatizou intensamente foi a oposição existente entre política trade-unionista e política revolucionária, entre espontaneismo e direção socialista: "O trade-unionismo não exclui de modo algum toda a 'política', como por vezes se pensa. As trade-uniões fizeram sempre uma certa agitação e uma certa luta política (mas não social-de-

que aplica paliativos, mas não cura a enfermidade. Não deve, portanto, deixar-se absorver exclusivamente por essas inevitáveis lutas de guerrilhas, provocadas continuamente pelos abusos incessantes do capital ou pelas flutuações do mercado. A classe operária deve saber que o sistema atual, mesmo com todas as misérias que lhe impõe, engendra simultaneamente as condições materiais e as formas sociais necessárias para uma reconstrução econômica da sociedade". Marx, K., Salário, Preço e Lucro, op. cit., p.377. Também Engels fez observações no mesmo sentido: "Aproxima-se também o momento em que a classe operária terá compreendido que a luta por salários altos e a redução da duração do trabalho - a que se resume toda a ação sindical na hora atual - não é um fim em si, mas um meio, por certo muito necessário e eficaz, mas apenas um meio entre muitos outros a visar um fim mais alto: a abolição do sistema salarial no seu conjunto". Marx, K. e Engels, F., Escritos Inéditos Sobre Sindicalismo, Ed. Abraxas, B. Aires, p. 41.

mocrata)"⁽⁴⁶⁾. A política trade-unionista é, na verdade, uma falsa política, por acreditar que somente através da luta econômica o proletariado possa alcançar o seu máximo de consciência possível. É, conseqüentemente, uma política que nega a necessidade histórica do partido de vanguarda, portador da consciência revolucionária. A política trade-unionista faz apologia do espontâneo, tornando-o um mito, um ideal, e acredita que através das lutas econômicas, sem a direção revolucionária, o proletariado consiga transformar radicalmente a sociedade. Concretamente não faz mais do que manter o movimento operário sob a direção de uma ideologia burguesa. É o reformismo opondo-se à concepção revolucionária. Daí a importância de diferenciar claramente "movimento espontâneo" e "espontaneísmo": o espontâneo é algo que faz parte da natureza da classe operária, que se manifesta no bojo da luta de classes, mas sem contar com a presença da direção socialista. A greve é uma manifestação espontânea quando não conta com uma direção dada pela vanguarda revolucionária. Porém, o "movimento operário espontâneo não pode criar por si só senão o trade-unionismo (e cria-o inevitavelmente), e a política trade-unionista da classe operária não é mais do que a política burguesa da classe operária"⁽⁴⁷⁾. Portanto, a política trade-unionista - ou economicista ou espontaneísta - é uma forma de manifestação ideológica que privilegia o espontâneo como única fonte suficiente para a transformação operária. É a negação do partido e da política revolucionária; daí não fazer mais do que reforçar a ideologia e a dominação burguesa.

(46) Lenin, Que Fazer? op. cit., p. 39, grifos meus.

(47) Ibid, p. 99. Ver especialmente caps. II e III. Ver também Gramsci, A., Espontaneidade e Direção Consciente, em Obras

A concepção leniniana, seguindo ainda a herança de Marx e Engels, enfatizou a importância decisiva, para a política revolucionária, de se partir da posição do proletariado no processo de produção. Decorrentemente, a luta econômica, se conduzida pela direção socialista, mostra-se como um elo no processo de constituição da verdadeira consciência de classe⁽⁴⁸⁾. Em escritos de 1899 dirá: "Pois as greves, por surgirem da natureza da sociedade capitalista, significam o começo da luta da classe operária contra esta estrutura da sociedade... Toda greve infunde com enorme força aos trabalhadores a idéia do socialismo: a idéia da luta de toda classe trabalhadora por sua emancipação do jugo do capital".

"Durante cada greve cresce e desenvolve-se nos operários a consciência de que o governo é seu inimigo e de que a classe operária deve preparar-se para a luta contra ele pelos direitos do povo.

"Assim, pois, as greves ensinam aos operários a unirem-se, as greves lhes fazem ver que só unidos podem sustentar a luta contra os capitalistas, as greves ensinam aos operários a

Escolhidas, Vol. II, Ed. Estampa, Portugal, 1974.

(48) Evidentemente descarto aqui qualquer concepção linear e evolucionista, segundo a qual, primeiro se deve desenvolver a luta econômica, sindical, para somente depois levar a luta ao plano da política. Na dialética essa forma de pensar é por si só inconcebível.

pensar na luta de toda a classe operária contra toda a classe patronal e contra o governo autocrático e policial. Por isso mesmo, os socialistas chamam as greves 'escola de guerra', escola onde os operários aprendem a desencadear a guerra contra seus inimigos pela emancipação de todo o povo e de todos os trabalhadores do jugo dos funcionários e do jogo do capital.

"Porém, a 'escola de guerra' não é ainda a própria guerra... As greves são um dos meios da classe operária para sua emancipação, porém não o único, e se os operários não prestam atenção aos outros meios de luta, com isso demoram o desenvolvimento e os êxitos da classe operária". "... as greves somente são vitoriosas onde os operários já possuem bastante consciência, onde sabem apresentar reivindicações, onde mantêm contacto com os socialistas para receber volantes e folhetos... Esta é a missão que devem assumir os socialistas e os operários conscientes, formando para isso o partido operário socialista... Por agora devemos indicar que as greves são como anotamos mais acima, uma 'escola de guerra', porém não a guerra propriamente dita; as greves são somente um dos meios de luta, uma das formas do movimento operário"⁽⁴⁹⁾.

Incorrendo talvez no exagero das citações, ainda assim seria bom ressaltar algumas outras passagens de Lenin onde

(49) Lenin, "Sobre Las Huelgas", in Sobre el Sindicalismo, Ed. Abraxas, B. Aires, pp. 50/52/54/ e 55.

esta questão fica absolutamente clara: no seu "Informe sobre a Revolução de 1905", escrito em 1917, ressaltou mais uma vez a importância da greve de massas e, particularmente, no traço característico novo dado pelo entrelaçamento das greves econômicas com as políticas, condição fundamental para que houvesse o fortalecimento do movimento revolucionário. Novamente aqui enfatizou o papel particularmente relevante das greves políticas e, da sua importância para a verdadeira educação política das massas. Lenin cita o caso dos metalúrgicos, que constituindo o setor mais avançado dos operários, deflagram um maior número de greves políticas, enquanto os setores mais atrasados foram despertados através da luta econômica, imediata, tornando-se em poucos meses um exército de lutadores políticos. Completou lembrando que "a verdadeira educação das massas não pode ir nunca separada de sua luta política independente e, sobretudo, revolucionária"⁽⁵⁰⁾.

Esta formulação, repetimos, perdurará por toda sua obra: se de um lado Lenin sempre destacou a importância da organização política da classe operária, não é verdade que tenha considerado a atividade cotidiana das massas. No seu célebre "Esquerdismo, Doença Infantil do Comunismo", datado de 1920, mostrou novamente a importância da combinação da greve econômica com a greve política e a transformação desta última em insurreição armada e na constituição dos soviets⁽⁵¹⁾.

(50) Lenin, Obras Escogidas, Vol. II, Ed. Cartago, Argentina, p. 495.

(51) Lenin, Esquerdismo, Doença Infantil do Comunismo, Ed. Escriba, S. Paulo, p. 104.

Parece, portanto, que nesta formulação, não compete ao partido impor para as massas uma formulação abstrata da realidade, mas, sim, elaborar uma concepção que se fundamente na luta das massas populares visando elevar seu nível de consciência, e atingir o seu máximo de razão possível, inserindo as lutas que nascem espontaneamente num direcionamento revolucionário, que capte a totalidade das relações sociais e busque a sua superação. No Estado e Revolução, dirá Lenin: "Educando o partido operário, o marxismo educa uma vanguarda do proletariado capaz de tomar o poder e de conduzir o povo inteiro ao socialismo, de dirigir e organizar um novo regime, de ser o educador, o guia e o chefe de todos os trabalhadores e explorados para a organização da sua vida social, sem a burguesia e contra a burguesia"⁽⁵²⁾.

O partido, tendo como função máxima abrir caminho para uma situação revolucionária, apresenta-se portanto, como produtor e produto do movimento de massas, como seu suposto e fruto, e sua elaboração clara da realidade objetiva deverá caminhar sempre em constante e permanente interação com as lutas elementares da classe operária. Essa relação é dialética em si mesma, na medida que o partido não é exclusivamente o produtor da evolução histórica, senão o seu impulso consciente⁽⁵³⁾. O partido é o elaborador e antecipador do máximo de consciência possível que a classe operária está objetivamente possibilitada a atingir, para poder

(52) Lenin, Estado e Revolução, Ed. Henrique Carneiro, Portugal, p. 31.

(53) Ver Lukács, Lenin (...) op. cit., p. 52.

transformar de forma revolucionária a sociedade. O partido não poderá jamais substituir a classe; ao contrário, ele será o elo que possibilitará, através do entendimento da totalidade e da sua superação, a passagem da classe em si à classe para si.

Gramsci, seguindo a herança leninista, destacará as fases constitutivas do processo de auto-consciência e organização do proletariado; a abordagem histórica lhe possibilitou captar os diversos momentos da consciência política coletiva. O primeiro e mais elementar momento é o da consciência econômico-corporativa: um comerciante, sente que deve ser solidário com outro comerciante, etc, mas não se sente ainda solidário com o fabricante. Há aqui a unidade homogênea corporativa, que percebe a importância de organizar o grupo profissional, mas esta consciência é restrita a tais segmentos e não abrange a unidade do grupo social mais amplo, a classe.

Percebe-se a primeira manifestação da consciência, porém, a nível estritamente corporativo. Esta fase historicamente primitiva dentro da classe operária marca o advento das primeiras organizações operárias. O segundo momento - é aquele onde já se adquiriu solidariedade no contexto e na amplitude de uma classe porém, ainda no terreno exclusivamente econômico. A questão do Estado aparece enquanto condição necessária para que os subalternos adquiram igualdade jurídico-política com os grupos dominantes. A reivindicação de participar da legislação e da administração e até mesmo de reformá-las e modificá-las pauta-se dentro dos limites estabelecidos pela estrutura econômica da sociedade. O elo distintivo é que, nesta fase, a consciência atinge todos os membros de um grupo social, - a classe -, enquanto que, na primeira, ela,

é restrita a uma categoria, a uma corporação específica. O terceiro momento dentro da formulação gramsciana é aquele superador, quando a consciência abrange os interesses dos vários grupos subalternos. "Esta é a fase mais abertamente política, que assinala a passagem nítida da estrutura para as esferas das superestruturas complexas; é a fase em que as ideologias germinadas anteriormente se transformam em 'partido', entram em choque e lutam até que uma delas, ou pelo menos uma combinação delas, tende a prevalecer, a se impor, a se irradiar em toda a área social determinando, além da unicidade dos fins econômicos e políticos, também a intelectual e moral". É o momento em que a luta extrapola o âmbito corporativo e ascende ao plano universal, constituindo a hegemonia de uma determinada classe. A questão do Estado se põe enquanto representante dos interesses das classes estruturalmente dominantes; passa-se pois, para o âmbito da luta estritamente política. A constituição de uma hegemonia alternativa do bloco subalterno é condição necessária para a transformação superadora da realidade e para a quebra da hegemonia do bloco então dominante. Esta é, pois, a fase da consciência nitidamente política da classe operária, agente fundamental neste processo de transformação⁽⁵⁴⁾.

Não pretendo me alongar demasiadamente; esta introdução teve a preocupação exclusiva de tentar repor a questão da consciência da classe. Tenho claro, porém, os limites

(54) Gramsci, A. , Maquiavel, A Política e o Estado Moderno, op. cit., Ed. Civ. Brasileira, pp. 49/50. Lembra Gramsci que esses momentos não são estanques, mas se confundem reciprocamente.

dessa exposição teórica; não pretendo mais do que criar as condições mínimas para o debruçar perante o material empírico com relativa clareza quanto a questões como consciência ou inconsciência de classe; trata-se aqui não de explicar efetivamente tão complexas questões, trata-se de tentar repor a discussão - ainda que de forma modesta e limitada - naquele que julgo ser o caminho correto, e tentar esboçar algumas conclusões ou pelo menos algumas indicações no trabalho.

A necessidade da tomada de consciência de si, enquanto classe hegemônica, engendrou, para Gramsci, a necessidade de criação do "moderno príncipe": é o momento em que o partido, enquanto "intelectual coletivo", tornou-se estruturalmente necessário. "O movimento proletário, na sua fase atual, tende a atuar uma redução na organização das coisas materiais e das forças físicas; os seus traços característicos não podem ser os sentimentos e as paixões difundidas na massa e que sustentam a vontade da massa; os traços característicos da revolução proletária podem ser apenas procurados no partido da classe operária, no Partido Comunista, que existe e se desenvolve enquanto é a organização disciplinada da vontade de fundar um Estado, da vontade de dar uma sistematização proletária à ordem das forças físicas existentes e lançar as bases da liberdade popular".

"O Partido Comunista é o instrumento e a forma histórica do processo de íntima libertação pela qual o operário de executor se torna iniciador, de massa se torna guia e chefe, de braço se torna cérebro e vontade,... O Partido Comunista, mesmo como mera organização revelou-se como forma particular da revolução proletária". Gramsci, A. . Obras Escolhidas, op. cit., pp. 46/47 e 48/49.

A partir do exposto penso que, uma aproximação de tal temática implica, em primeiro lugar, estudar com exatidão qual o momento do processo de produção - o momento estritamente objetivo - que atinge, de maneira mais imediata e mais vital os interesses da classe operária; em que medida houve o interesse desta classe em colocar-se acima desta imediatidade, de perceber o momento imediatamente importante, como simples momento da totalidade, e assim superá-lo, e, finalmente, de que natureza foi a totalidade assim atingida, e em que medida houve a percepção verdadeira da totalidade real da produção. Estes são, segundo Lukács, os passos necessários para o processo de entendimento dos momentos da consciência de classe⁽⁵⁵⁾.

(55) Lukács, G., Historia y Consciencia de Clase, op. cit., pp. 58/9.

CAPÍTULO II

A CLASSE OPERÁRIA E A OBJETIVAÇÃO DO CAPITALISMO NO BRASIL

Os poucos estudos sobre a classe operária no Brasil e a questão da sua consciência de classe deixaram de lado, não poucas vezes, o essencial e privilegiaram aspectos aparentes desta problemática, conferindo a estes estatutos de determinação. Expliou-se a inconsciência operária pela "origem rural" do proletariado, pelo "ideal de ascensão social" e nem sempre se penetrou na análise das complexas relações sociais; mais ainda, não se procurou efetivamente entender a atuação concreta da classe operária, num contexto historicamente determinado. Enfim, privilegiou-se o estudo da "consciência empírica", "psicológica", "individual", negligenciando-se o estudo da verdadeira forma de ser desta classe⁽¹⁾.

Penso que o real entendimento da forma de ser da classe operária - e de sua consciência - implica, num primeiro momento, estudar a particularidade desta classe dentro do processo de constituição e consolidação do capital industrial no Brasil. Por esse motivo procurarei esboçar neste capítulo algumas considerações sobre estes problemas.

1. A Via Prussiana, a Via Colonial e o Capitalismo Hiper-Tardio

A busca da verdadeira dimensão ontológica deste ca-

(1) Faço ressalva ao estudo recente de Celso Frederico, onde procurou apreender a consciência operária em seu estágio contemporâneo, através de pesquisa junto aos operários avançados, entendidos como portadores da possibilidade de expressão do máximo de consciência possível da classe. Frederico, Celso, A Vanguarda Operária, Ed. Símbolo, SP., 1979.

pitalismo tem esbarrado em duas vertentes deformadas de apreensão da sua particularidade. A primeira delas, com volumosa contribuição, buscou a apreensão do caso brasileiro a partir do seu enquadramento nos casos clássicos. Repetia-se aqui, nesta vertente, os momentos vividos pelo capitalismo clássico, perdendo-se os aspectos singulares fundamentais para o efetivo entendimento da nossa formação social. Na outra vertente, a busca da singularidade empreendeu des caminho ainda maior e, ao não se articular as relações e mediações entre o singular, o particular e o universal, caiu-se num processo de apreensão do real que não superou a imediatidade e o empírico, negligenciando o universal, ao se buscar excessivamente o singular. Em outros termos, eliminou-se a universalidade. Enquanto a primeira vertente acentuava o universal perdendo a possibilidade de apreensão do singular, a segunda perdeu-se na singularidade ao distanciar-se do universal⁽²⁾.

Momento em que a questão acima aludida aparece com clareza refere-se à problemática das relações entre a agricultura e a indústria no Brasil, problemática indispensável para se entender a forma de ser deste capitalismo. Predominou durante longo tempo a tese que imputava às relações entre agrarismo e industrialis-

(2) Sobre as relações entre singular, particular e universal, veja-se Lukács, G., "O particular à Luz do Materialismo Dialético", em Introdução a uma Estética Marxista, Civ. Brasileira, RJ, 1970. Com relação ao caso brasileiro estas preocupações aparecem em Chasin, J., O Integralismo de Plínio Salgado: Forma de Regressividade no Capitalismo Hipertardio, Ed. Ciências Humanas, SP, 1978.

mo no Brasil um caráter de contradição antagônica, uma vez que o contexto agrário era entendido como a expressão do mundo feudal enquanto o industrial expressava o advento do capitalismo. Repetia-se aqui, num país de herança colonial e portanto submisso ao capitalismo na sua fase imperialista, o modelo clássico de transição tal como na França ou mesmo na Inglaterra. Numa reação a esta tendência, outra vertente operou uma identificação absoluta entre campo e cidade no Brasil, entre agricultura e indústria, negando qualquer forma de contradição entre os interesses oriundos daqueles setores, desconsiderando aquelas fissuras e contradições existentes, mesmo sabendo que tais contradições jamais possuíram o estatuto de antagonismo.

Elaborações recentes, retomando parte das contribuições anteriores⁽³⁾, apontam para um real entendimento das relações entre campo e cidade, mostrando os complexos aspectos existentes nestas relações. João Manuel C. de Mello indica a existência de uma relação contraditória que, comporta momentos de unidade e de contradição. A unidade é constatada quando se procura entender a fase de gestação do capital industrial no Brasil, gestação esta que tem na economia cafeeira sua matriz básica ao "gerar, previa -

(3) Entre as contribuições clássicas lembramos: Prado Jr., Caio, História Econômica do Brasil, Ed. Brasiliense, SP, 1969; Sodré, Nelson Werneck, Formação Histórica do Brasil, Ed. Brasiliense, SP, 1973; Furtado, Celso, Formação Econômica do Brasil, Cia Editora Nacional, SP, 1970. Dentre as contribuições recentes lembro: Mello, João M. Cardoso de, O Capitalismo Tardio, Tese de Doutorado, Unicamp, 1975; Silva, Sérgio, Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil, Ed. Alfa-Omega, SP,

mente, uma massa de capital monetário, concentrada nas mãos de determinada classe social passível de se transformar em capital produtivo industrial"; ao "transformar a própria força de trabalho em mercadoria" e ao "promover a criação de um mercado interno de proporções consideráveis⁽⁴⁾. Do que resulta que o "capital industrial nasceu do desdobramento do capital cafeeiro empregado, tanto no núcleo produtivo do complexo exportador (produção e beneficiamento do café), quanto de seu segmento urbano (atividades comerciais, inclusive as de importação, serviços financeiros e de transporte)"⁽⁵⁾.

É mister ressaltar que o capital cafeeiro deu nascimento à indústria de bens de consumo assalariado, como a têxtil, e não a indústria de bens de produção cujos riscos de investimento eram altíssimos. Enquanto a indústria de bens de consumo assalariado requeria um volume de investimentos menor, uma tecnologia menos sofisticada e existente no mercado internacional, a indústria pesada, carecia de uma tecnologia muito mais complexa e não disponível no mercado internacional, naquele momento de disputas imperialistas⁽⁶⁾.

1977, e Oliveira, Francisco de, "A Emergência do Modo de Produção de Mercadorias: Uma Interpretação Teórica da Economia da República Velha no Brasil", em A Economia da Dependência Imperfeita, Graal, RJ, 1977.

(4) Mello, João Manuel C. de; op. cit., p. 102.

(5) Ibid, p. 103.

(6) Ibid, pp. 106/107.

Porém, ao mesmo tempo em que o capital cafeeiro ge-
rou as condições para o advento do capital industrial criou limi-
tes concretos para a sua expansão, o que objetivamente bloqueou u-
ma expansão mais dinâmica do núcleo produtivo industrial.

Com igual justeza, diz Sérgio Silva: "Na verdade ,
ao examinar os diferentes aspectos da questão concluímos que as
relações entre o comércio exterior e a economia cafeeira, de um
lado, e a indústria nascente, de outro, implicam, ao mesmo tempo,
a unidade e a contradição. A unidade está no fato de que o desen-
volvimento capitalista baseado na expansão cafeeira provoca o nas-
cimento e um certo desenvolvimento da indústria; a contradição ,
nos limites impostos ao desenvolvimento da indústria pela própria
posição dominante da economia cafeeira na acumulação de capi-
tal"(7).

Ao invés de falar em relação de contradição antagô-
nica entre modos de produção distintos, em relação unívoca e de
plena identidade entre campo e cidade, estas análises acima men-
cionadas apontam para o momento de constituição do capitalismo no
Brasil, na sua fase de transição de uma acumulação mercantil-ex-
portadora, para uma acumulação onde predominará a fase industri-
al.

Francisco de Oliveira fornece-nos uma interpreta-
ção para a dinâmica das relações entre a indústria e a agricultu-

(7) Silva, Sérgio, op. cit., p. 103.

ra que, apesar de muitos pontos de divergência com os autores acima citados, também aponta para o aspecto crucial da contradição entre burguesia industrial e latifundiários no processo de constituição do capitalismo industrial no Brasil. "A luta de classes, nesse movimento, dá-se em dois planos: o primeiro, o do antagonismo fundamental entre proprietários e não-proprietários ou entre exploradores e explorados, e o segundo o do antagonismo no seio da própria classe dominante proprietária e exploradora"⁽⁸⁾. Mais adiante dirá: "As relações analisadas apontam para a evidência de que, enquanto se inviabilizava em si mesmo, a economia agrária-exportadora bloqueava o avanço da divisão social do trabalho no rumo do capitalismo industrial, na medida em que reiterava os mecanismos da intermediação comercial e financeira externa, que nada tinham a ver com a realização interna do valor da produção de mercadorias dos setores não exportadores"⁽⁹⁾.

Inegavelmente, estes estudos, mesmo comportando divergências várias⁽¹⁰⁾, apontam para a apreensão da particularidade do capitalismo industrial no Brasil, particularida -

(8) Oliveira, , Francisco, op. cit., p. 29.

(9) Ibid, p. 33.

(10) Enquanto para Francisco de Oliveira "Longe de ter havido transferência de recursos ou de renda do setor exportador para os demais setores, houve o contrário, o que reafirma o fato de que a intermediação comercial e financeira externa própria da economia agro-exportadora representou uma restrição ao avanço da divisão social interna do trabalho ao próprio tempo em que se negava", op. cit., p. 33; para João Manuel Cardoso de Mello "A grande indústria não atraiu capitais do

de que não pode ser entendida a partir dos casos clássicos de transição revolucionária para o capitalismo, como aqueles verificados na França ou na Inglaterra, mas que aponta para um processo lento, gradual, conciliatório, reformista, com alguma similitude, se quiséssemos uma aproximação ainda absolutamente preliminar, com a transição alemã. Justamente por essa similitude, a via prussiana - enquanto modo específico de constituição do capitalismo na Alemanha, - mostra-se como uma referência teórica da qual se pode partir quando se procura entender a particularidade do caso brasileiro⁽¹¹⁾.

Deve-se a Lenin a distinção entre as formas de transição para o capitalismo: a via revolucionária, característica dos países clássicos, que marcou uma transição abrupta, radical e violenta para o capitalismo, onde as relações e instituições feudais foram extirpadas. Já a via reformista "é o caminho das dilatações,

complexo cafeeiro num momento de crise, porque lhes remunerasse melhor, mas, pelo contrário, num momento de auge exportador, em que a rentabilidade do capital cafeeiro há de ter alcançado níveis verdadeiramente extraordinários", op. cit., p. 103.

- (11) Foi Carlos Nelson Coutinho quem introduziu em seus estudos estéticos a categoria da via prussiana como referência explicativa para o desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Ver "O Significado de Lima Barreto na Literatura Brasileira", Realismo e Anti-Realismo na Literatura Brasileira, Ed. Paz e Terra, 1974, RJ. Esta categoria foi posteriormente retomada por Luiz Werneck Vianna em Liberalismo e Sindicato no Brasil, Paz e Terra, 1970, RJ. José Chasin em O Integralismo de

dos adiamentos, de agonia dolorosa e lenta..." As realizações efetivam-se "de um modo lento, progressivo, cauteloso, indeciso, por meio de reformas e não de revolução", conciliando com as reminiscências do feudalismo, num processo de avanço reacionário, excludente dos interesses populares⁽¹²⁾.

Dirá ainda Lenin em O Programa Agrário da Social Democracia, ao referir-se aos caminhos possíveis para o desenvolvimento do capitalismo e a resolução de questão agrária na Rússia: "Porém, podem ser duas as formas deste desenvolvimento. Os vestígios do feudalismo podem desaparecer como resultado da transformação das terras dos latifundiários ou como resultado da liquidação dos latifúndios dos grandes proprietários, quer dizer, por meio de uma reforma ou de uma revolução. O desenvolvimento bur -

Plínio Salgado: Forma de Regressividade no Capitalismo Hipertardio, foi sem dúvida, quem efetivamente aprofundou a questão da via prussiana, e demonstrou a sua validade enquanto referencial teórico de que se deve partir para se buscar a particularidade do capitalismo no Brasil. Quero enfatizar desde logo que recorro à noção de via prussiana não por crer que ela se constitua em referencial explicativo e acabado para a realidade brasileira, mas, ao contrário, a via prussiana, enquanto forma concreta de desenvolvimento do capitalismo tardio tal como se realizou na Alemanha, apresenta algumas similitudes - assim também como diferenças importantes que procuro apontar mais adiante - que permitem partir dessa categoria e, ao avançar-se na busca da singularidade brasileira, superá-la.

(12) Lenin, V.I., Duas Táticas da Social Democracia na Revolução Democrática, Ed. Livramento, SP, p. 37.

guês pode ter lugar tendo à frente a grande propriedade latifundiária, que paulatinamente se tornará cada vez mais burguesa, e paulatinamente, substituirá os métodos feudais de exploração pelos burgueses; e pode ter lugar também tendo à frente a pequena propriedade camponesa, que pela 'excrecência' dos latifundiários feudais se desenvolverá depois livremente sem eles pelo caminho da economia capitalista.

"Estes dois caminhos de desenvolvimento burguês objetivamente possíveis, nós os dominaremos, respectivamente, caminho prussiano e caminho norte-americano. No primeiro caso a fazenda feudal do latifundiário transforma-se lentamente em uma fazenda burguesa, Junker, que condena os camponeses a décadas inteiras da mais dolorosa expropriação e serviços, enquanto surge ao mesmo tempo uma minoria de Grossbauer (grandes camponeses). No segundo caso, não existe fazendas de latifundiários ou são liquidadas pela revolução, que confisca e divide as propriedades feudais. Neste caso, predomina o camponês, que se converte em agente exclusivo da agricultura, e evolui até converter-se em agricultor capitalista. No primeiro caso, o conteúdo fundamental da evolução é a transformação da escravidão feudal em servidão e exploração capitalista nas terras dos latifundiários feudais junkers. No segundo caso, o básico é a transformação do campesinato patriarcal em um agricultor burguês"⁽¹³⁾.

Enquanto na via norte-americana há um rápido desenvolvimento das forças produtivas, com melhores condições de exis

(13) Lenin, Obras Escogidas, Vol. II, Ed. Cartago, Argentina, 1974, pp. 281/282.

tência para as massas camponesas, na via prussiana, ao contrário, há um lento desenvolvimento das forças produtivas e do capitalismo.

Ao desenvolver esta formulação de Lenin, Lukács mostrou que ela não deve ser referida somente à problemática agrária em seu sentido estrito, mas que se estende a todo desenvolvimento do capitalismo e da superestrutura política-ideológica da moderna sociedade burguesa alemã, ou ainda, em todos os terrenos onde se verifica a existência de resquícios feudais.

"As sobrevivências feudais, dentro da Alemanha, podiam entorpecer, porém não impedir o desenvolvimento espontâneo da produção capitalista... Porém este desenvolvimento espontâneo do capitalismo alemão não surgiu durante o período manufatureiro, como na Inglaterra e na França, senão na época do verdadeiro capitalismo, do capitalismo moderno. E a burocracia feudal absolutista dos pequenos estados alemães, principalmente da Prússia, viu-se obrigada a intervir, ativamente e na liderança, em apoio ao desenvolvimento capitalista"(14).

Na verdade o atraso alemão já tinha sido apontado por Marx desde seu célebre artigo "Introdução à Crítica da Filosofia do Direito de Hegel", onde a singularidade alemã é desnudada, em seus vários aspectos: "...a história da Alemanha gaba-se de um mo

(14) Lukács, G., Asalto a La Razón, Grijalbo, Espanha, 1974, p. 41.

vimento pelo qual não passou nenhum povo do firmamento histórico nem passará depois dela. Nós, alemães, compartilhamos das reutaurações das nações modernas sem que tenhamos participado de suas revoluções. Passamos por uma restauração, em primeiro lugar, porque outros povos sofreram uma contra-revolução; a primeira vez porque nossos senhores tiveram medo e a segunda, porque não tiveram" (15).

Ou ainda, pouco mais à frente, "A luta contra o presente político alemão é a luta contra o passado dos povos modernos, ainda aflitos por reminiscências desse passado... Ou seja, na Alemanha começa-se por onde se está terminando na França e Inglaterra. A corrompida e velha situação contra a qual sublevam-se esses países, na teoria, e que apenas a suportam como se suportam grilhões, é acolhida na Alemanha como aurora de um belo futuro que apenas se atreve, ainda, a passar da astuta teoria à mais implacável prática... Em França e Inglaterra trata-se, portanto, de superar o monopólio que chegou até suas últimas consequências; na Alemanha, trata-se, por outro lado, de levar até suas últimas consequências o monopólio. No primeiro caso trata-se da solução, no segundo, da colisão. Este é um exemplo suficiente da forma alemã dos problemas modernos, um exemplo de como nossa

(15) Marx, K., "Crítica da Filosofia do Direito de Hegel - Introdução", em Temas de Ciências Humanas, 2, Ed. Ciências Humanas, p. 3.

história, qual um recruta desajeitado, tivesse até agora apenas como tarefa o exercício de imitar histórias triviais"(16).

Esta via não clássica de transição, forma concreta de constituição do capitalismo nos países de desenvolvimento tardio, apresenta, portanto, um caminho lento, reacionário, conciliando o progresso com o atraso, através da fusão entre as velhas classes dominantes e as velhas formações econômicas que no caso alemão eram feudais, com as novas classes e as novas formações econômicas de talhe capitalista, num quadro onde inexistente a ruptura abrupta e radical.

Gramsci também apreendeu a forma particular de evo

(16) Ibid, pp. 3/6. "A revolução de março(de 1848)na Prússia deveria estabelecer a monarquia constitucional em espírito e o Poder da burguesia de fato. Longe de ser uma revolução europeia, não passou de abafada ressonância da revolução europeia num país atrasado. Em lugar de adiantar-se à sua época, atrasou-se em relação a ela de mais de cinquenta anos". Em " A Burguesia e a Contra-Revolução", belíssimo artigo de Karl Marx, escrito a 11 de dezembro de 1848 é publicado na Nova Gazeta Renana a 15 de dezembro de 1848, em Marx, K. e Engels, F., Textos 3, Edições Sociais, 1977. Ainda sobre o atraso alemão, veja-se Marx, Karl, Revolução e Contra-Revolução, Coleção 70, Portugal, 1971, compilação de artigos escritos em 1852, sobre a Revolução Alemã de 1848, para o Jornal The Tribune, de Nova Iorque. Ver especialmente cap. 1.

lução do capitalismo e das superestruturas italianas que, tal como a via prussiana, correspondeu a um modo não clássico de transição. No Ressurgimento Gramsci definiu este processo como sendo uma "Revolução Passiva", uma "Revolução sem Revolução" ou ainda uma "Revolução-restauração", onde, além da exclusão das classes populares do processo de unificação, houve um rearranjo pelo alto entre as elites, possibilitando-as a comandar este processo de modernização na Itália.

A noção de "Revolução Passiva" decorre, para Gramsci, do princípio fundamental segundo o qual "nenhuma formação social desaparece enquanto as forças produtivas que nela se desenvolveram encontrarem lugar para um ulterior movimento progressista" e que "a sociedade não assume compromissos para cuja solução ainda não tenham surgido as condições necessárias, etc"⁽¹⁷⁾.

A Revolução Passiva, consistiu-se num processo de unificação do Estado Nacional Italiano, processo este que compreendeu, simultânea e contraditoriamente, aspectos de uma revolução burguesa e de uma restauração que se exprimia no compromisso com as antigas classes dominantes e na ausência da iniciativa popular. Mais uma vez a dialética do velho e do novo é o traço particular desta forma de transição, onde o papel do Estado ganha relevância fundamental ao se sobrepor às classes dirigentes, fazendo

(17) Gramsci, A., Maquiavel, a Política e o Estado Moderno, op. cit., p. 75. Ver também, do mesmo autor, "O Ressurgimento" em Obras Escolhidas, Vol. II, Ed. Estampa, 1974, Portugal.

predominar o aspecto coercitivo, de dominação, sobre a "direção intelectual", justamente pela incapacidade das classes dominantes em lograr a hegemonia neste processo⁽¹⁸⁾.

Tanto a "Revolução Passiva" quanto a "via prussiana" são, portanto, formas particulares de constituição do capitalismo tardio. Especialmente a via prussiana mostra-se como referência teórica de que se pode partir para buscar o entendimento da particularidade do desenvolvimento do capitalismo no Brasil.

Nesta direção, caminha a formulação de Chasin: "Sineticamente a via prussiana do desenvolvimento capitalista aponta para uma modalidade particular desse processo, que se põe de forma retardada e retardatária, tendo por eixo a conciliação entre o novo emergente e o modo de existência social em fase de perecimento. Inexistindo, portanto, a ruptura superadora que de forma difundida, interessa e modifica todas as demais categorias sociais subalternas. Implica um desenvolvimento mais lento das forças produtivas, expressamente tolhe e refreia a industrialização, que só paulatinamente vai extraíndo do seio da conciliação as condições de sua existência e progresso. Nesta transformação 'pelo alto', o universo político e social contrasta com os casos clássicos, negando-se de igual modo ao progresso, gestando assim, for

(18) Ver Glucksmann, Christine Buci, "Sobre os Problemas Políticos da Transição: Classe Operária e Revolução Passiva", em Política e História em Gramsci, Ed. Civilização Brasileira, RJ, 1978, pp. 129/130.

mas híbridas de dominação, onde se 'reunem os pecados de todas as formas de estado"⁽¹⁹⁾.

Efetivamente, a via prussiana, forma específica de constituição do capitalismo na Alemanha, mostra-se relevante como referencial inicial de que se pode partir quando se busca a compreensão do caso brasileiro, por contrastar com os casos clássicos de transição e, ao contrastar, aproximar-se efetivamente em não poucos traços com o caminho seguido pelo capitalismo no seu trânsito para o industrialismo no Brasil.

Dizíã acima que o caminho prussiano aproxima-se em vários traços com o caminho percorrido pelo Brasil. Inegavelmente, também aqui a grande propriedade teve papel fundamental no processo de constituição do modo de produção capitalista, impedindo que um campesinato ativo - entendido como o pequeno proprietário rural clássico - pudesse dirigir o encaminhamento da questão agrária pela via "norte-americana" ou "francesa"; também aqui o processo de modernização teve, a nível político imediato, um "reformismo pelo alto" que exclui qualquer possibilidade efetiva de participação dos segmentos populares. Tal como na Alemanha, o Estado brasileiro sofreu um processo de fortalecimento e hipertrofia, o que lhe possibilitou avançar e dirigir o processo de transição para o capitalismo industrial no Brasil. O desenvolvimento das forças produtivas industriais foi também nos dois países, lento, tardio, sofrendo entraves e limitações por parte dos segmen-

(19) Chasin, J., op. cit., p. 625.

tos contrários à industrialização. Também aqui verificou-se, portanto, um processo conciliatório entre o velho, o latifúndio, e o novo, expresso pela industrialização, entre o mundo agrário e o industrial, sendo que o desenvolvimento deste deu-se pelo pagamento de um alto tributo ao historicamente velho⁽²⁰⁾.

Porém, se é notória a similitude entre a via prusiana e o caminho brasileiro para a constituição do capitalismo, não é menos necessário afirmar, "que estaremos diante de singularidades distintas acolhíveis, do ponto de vista de certos aspectos abstratamente tomados, sob um mesmo particular, que antes os separa dos casos clássicos, do que os identifica entre si"⁽²¹⁾.

Em outros termos, se há universais concretos que são comuns e muito próximos entre a Alemanha e o Brasil, há também distinções fundamentais ao se buscar, através da concreção, as singularidades de cada caso. Se a grande propriedade tem papel relevante na constituição do capitalismo nos dois países, faz-se mister ressaltar que, enquanto na Alemanha o latifúndio é uma herança do feudalismo, no Brasil o latifúndio tem uma herança colonial, que desde os seus primórdios inseria-se como instrumento do processo de acumulação primitiva do capital realizado pela Metróle. Essa distinção é, pois, essencial para o efetivo entendimento nestes dois caminhos para a constituição do capitalismo verdadeiro. Da mesma forma, a industrialização nos dois países foi lenta

(20) Ibid, p. 627.

(21) Ibid, p. 628.

e retardatária: "Mas, enquanto a industrialização alemã é das últimas décadas do século XIX, e atinge no processo, a partir de certo momento, grande velocidade e expressão a ponto da Alemanha alcançar a configuração imperialista, no Brasil a industrialização principia a se realizar efetivamente muito mais tarde, já num momento avançado da época das guerra imperialistas, e sem nunca, com isto, romper sua condição de país subordinado aos polos hegemônicos da economia internacional. De sorte que o "verdadeiro capitalismo" alemão é tardio enquanto o brasileiro é hipertardio... De maneira que ficam distinguidos, neste universal das formas não clássicas, das formas que, no seu caminho lento e irregular para o progresso social, pagam alto tributo ao acaso, dois particulares que, conciliando ambos com o historicamente velho, conciliam, no entanto, com um velho que não é, nem se põe como o mesmo" (22).

De modo que, se a via prussiana é um referencial teórico não clássico da transição do feudalismo para o capitalismo e neste sentido tem similitudes com o caminho brasileiro, ela tem também, aspectos singulares bastantes distintos daqueles que caracterizam o nosso país, o que nos permite incorporar a designação formulada pelo autor acima citado, de via colonial que de imediato descarta qualquer alusão à existência de um modo de produção feudal antecedendo ao capitalismo, tal como na via prussiana. A designação via colonial supera a via prussiana, exatamente por mostrar-se como uma forma concreta e específica - um particular que se põe como mediação entre o universal e o singular - de cons

(22) Ibid, p. 628.

tituição do capitalismo pleno no Brasil. Capitalismo, vale lembrar, que dentro dos contornos dados pela via colonial, tem o seu processo de industrialização, constituído hiper-tardamente, retardatariamente, e evidentemente, subordinado ao capitalismo na sua fase monopolista. Este caráter hipertardio é um traço singular da nossa industrialização, que também deve ser entendida como um marco definitivo do processo de transição para o capitalismo, como um momento de constituição do "verdadeiro capitalismo" onde se criam condições endógenas para o processo de acumulação na fase industrial e portanto, de superação da fase mercantil, característica do momento de transição. Sinteticamente dirá Sérgio Silva: "é necessário considerar a industrialização em si mesma (isto é, industrialização enquanto progresso das forças produtivas) como um processo social, e mais precisamente como o aspecto técnico do desenvolvimento de relações de produção determinadas, como uma forma do desenvolvimento das forças produtivas adequada a relações de produção determinadas, no caso as relações de produção capitalistas. O que equivale dizer que é necessário considerar que o desenvolvimento das forças produtivas toma as formas adaptadas à reprodução das relações de produção dominantes.

"O desenvolvimento das forças produtivas sob a dominação do capital não é somente um desenvolvimento das forças produtivas, é também desenvolvimento das relações sociais capitalistas. Em outras palavras, o reforço da dominação do capital sobre o trabalho"⁽²³⁾.

(23) Silva, S., op. cit., p. 20.

Entendida como tal, a industrialização brasileira, na particularidade da via colonial, além de hiper-tardia, retardatária e subordinada ao capitalismo na sua fase monopolista, tem outras especificidades que a distinguem dos casos clássicos de transição e que são fundamentais para o entendimento da constituição e da inserção da classe operária no capitalismo brasileiro. Enquanto nas formações centrais o processo de constituição do capitalismo passa pelas formas clássicas de produção - como o artesanato, a manufatura e a grande indústria - , no Brasil o processo de industrialização nasce dentro de um contexto onde predomina a grande indústria, entendida aqui como "o organismo de produção inteiramente objetivo que o trabalhador encontra pronto e acabado como condição material de produção"⁽²⁴⁾ e onde a mecanização e a coletivização do trabalho substituem o trabalho manual, individualizado ou parcelar das formas anteriores. Em outros termos, da acumulação mercantil fundada na economia agro-exportadora cafeeira transita-se lentamente, para um processo de acumulação centrado na grande indústria, com relativo grau de mecanização, onde a máquina foi introduzida antes mesmo que o trabalho artesanal individual, aqui praticamente inexistente, e o trabalho manufatureiro, efetivando a subordinação real do trabalho ao capital.

Nas palavras de Liana Aureliano: "É preciso ter em mente, ademais que o processo de trabalho nas indústrias fundamentais, especialmente na têxtil, já se organizou sob a forma da

(24) Marx, K., O Capital, Livro I, Vol. I, Ed. Civilização Brasileira, RJ, 1971, p. 440.

grande indústria, que não foi antecipada por qualquer fase manufatureira. A plena maquinização do processo produtivo, naqueles ramos, era uma exigência absoluta do momento de surgimento entre nós do capital industrial. Quer dizer, o capital industrial no Brasil tinha de se curvar diante de um século de desenvolvimento do capitalismo, tinha de enfrentar, para assegurar o direito à existência, a concorrência sem tréguas que lhe moviam os produtos das nações industrializadas. E enfrentá-las significava adotar os processos produtivos do Centro, admitir como ponto de partida um certo grau mínimo de desenvolvimento das forças produtivas sociais do trabalho. Além disto, nestes mesmos ramos, não somente teria de surgir a grande indústria, mas, também, a grande empresa, isto é, já se impõe, desde logo, um elevado grau de concentração do capital⁽²⁵⁾.

É relevante lembrar que, até a década de 20, inexistia um departamento produtor de meios de produção, o que limitou efetivamente a reprodução simples e ampliada do capital e garantiu a hegemonia do capital mercantil oriundo da economia agro-exportadora cafeeira. Apesar disso, o setor de bens de consumo assalariado viveu já nos anos 20, um processo de intensa modernização⁽²⁶⁾.

(25) Silva, Liana M. Aureliano, No Limiar da Industrialização: Estado e Acumulação de Capital, 1919-1937, Tese de Doutorado, UNICAMP, 1976, pp. 25/26.

(26) Ibid, pp. 28 e 46.

Neste mesmo momento configura-se, ainda em bases técnicas estreitas e limitadas, a montagem de um departamento de bens de produção, que gerou uma diferenciação ainda maior na estrutura industrial com relação à inexistência de algumas indústrias de base montadas, principalmente durante a Primeira Guerra, Liana nos diz: "Tratava-se, porém, de pequenas oficinas de reparação e montagem, de fabricação de peças e equipamentos rústicos, ou de indústrias de reduzido significado (olarias, etc.). Havia, mesmo, desde o início do século, algumas empresas produtoras de ferro, que empregavam, no entanto, processos os mais primitivos"(27).

"É indiscutível, portanto, que há uma profunda descontinuidade entre essas indústrias de bens de produção e as que surgem na década dos 20: a pequena indústria do aço, a indústria de cimento, a fabricação de motores elétricos, de máquinas para a indústria do açúcar, de máquinas têxteis, etc. E é certo, também, que este desenvolvimento do departamento de bens de produção, ainda que limitado, adquire importância crucial para o futuro, na medida em que é condição fundamental para que, mais adiante, o capital industrial possa se reproduzir de modo relativamente independente do capital mercantil-exportador"(28).

No que concerne à produção de bens de consumo assa

(27) Ibid, p. 46.

(28) Ibid, p. 47.

lariado, apesar da existência de um número relativamente grande de pequenas empresas "artesanais" e "manufatureiras" espalhadas pelo país e que atendem ao mercado local, em São Paulo e no Distrito Federal, são as grandes empresas que predominam e, consequentemente, melhor representam a estrutura de produção industrial do Brasil neste momento de gestação do capital industrial.

Os dados extraídos do Censo Industrial de 1907, e apontados por Sérgio Silva, levam a concluir que "O conjunto das empresas com 100 ou mais operários reagrupa, de acordo com os dados do Censo Industrial do Brasil, mais de 85% do capital, em São Paulo, e cerca de 70% no antigo Distrito Federal. Ao nível do número de operários, essa importância parece também extremamente acentuada. As grandes empresas reagrupam 80% do número total de operários em São Paulo e 57% no antigo Distrito Federal"⁽²⁹⁾ ver quadros I e II.

I. SÃO PAULO, 1907

Empresas segundo o Capital e número de operários	Valores Absolutos		Médias	Números Relativos (%)		
	Número de empresas	Número de operários	Número de operários	Número de empresas	Capital	Número de operários
Menos de 1.000 contos e 100 ou mais operários	43	8.422	196	13,19	12,70	34,82
1.000 contos ou mais e mais de 100 operários	27	10.884	403	8,28	70,13	45,00
1.000 contos ou mais e menos de 100 operários	2	108	54	0,61	3,13	0,45
Sub-total	72	19.414	270	22,08	85,96	80,27
Total da Indústria do Estado	326	24.186	74	100,00	100,00	100,00

Fonte: Le Brésil et ses richesses, vol. III.
Adaptado de Silva, Sergio, op. cit. p.85

(29) Silva, S., op. cit., p. 83.

II. DISTRITO FEDERAL, 1907 (*)

Empresas segun- do o Capital e número de ope- rários	Valores Absolutos		Médias	Números Relativos (%)		
	Número de empresas	Número de operários	Número de operários	Número de empresas	Capital	Número de operários
Menos de 1.000 contos e 100 ou mais operá- rios	40	6.783	170	5,97	6,97	19,25
1.000 contos ou mais e 100 ou mais operários	24	13.273	553	3,58	61,30	37,66
1.000 contos ou mais e menos de 100 operá- rios	2	140	70	0,30	2,56	0,40
Sub-total	66	20.196	306	9,85	70,83	57,31
Total da Indús- tria do Estado	670	35.243	53	100,00	100,00	100,00

(*) Não são consideradas seis empresas que forneceram informações incompletas.
Fonte: Le Brésil et ses richesses, vol. III.

Adaptado de Silva, Sergio, op.cit. p.84

O Censo de 1920 confirma a importância das grandes empresas; aquelas que contam com 100 ou mais operários empregam 73% do capital e 63% do número total de operários no Distrito Federal e 65% do número total de operários em São Paulo⁽³⁰⁾.

(30) Ibid, p. 87.

No Distrito Federal, mais de 20.000 operários, de um total de quase 36.000, trabalham em indústrias com 500 ou mais operários. Em São Paulo, mais de 30.000, de um total de quase 55.000 ⁽³¹⁾. Ver quadros III e IV.

Ora, é exatamente nesta região centro-sul que a indústria, na sua origem, encontra condições mais favoráveis, dadas pelo maior dinamismo da acumulação mercantil-cafeeira, pelo desenvolvimento de uma agricultura mercantil de alimentos voltada para o consumo assalariado e pela constituição de um amplo mercado de trabalho, condições que refletem um maior desenvolvimento das relações de produção capitalistas ⁽³²⁾.

A existência deste núcleo de atividades industriais, se de um lado encontra-se limitada pela acumulação mercantil-exportadora, de outro, já participa do processo de reprodução de parte do capital constante; mais que isso, "A instalação do núcleo embrionário de um setor produtor de meios de produção conduz à relativa autonomização do capital industrial frente ao capital mercantil configurando-se assim um desdobramento do capital em suas formas superiores que tende a romper os limites do padrão de acumulação mercantil-exportador. Parece, pois, que o movimento de

(31) Sérgio Silva desenvolve detalhadamente o papel da grande indústria nos Censos de 1907 e 1920, mostrando a pouca importância das pequenas empresas "artesanais" e "manufatureiras". Ver pp. 77 a 91. Ver também, Silva, Liana M.A., op. cit., cap. 1, item 3.

(32) Silva, Liana, op. cit., p. 34.

III. SÃO PAULO, 1920

Empresas segundo o número de operários	Números Absolutos		Números Relativos (%)		Médias
	Número de empresas	Número de operários	Número de empresas	Número de operários	Número de operários
100 a 199	68	9.122	1,6	11	133
200 a 499	47	14.413	1,1	17	307
500 ou mais	32	30.588	0,8	37	956
Total	147	54.123	3,5	65	—

Adaptado de Silva, Sergio, op.cit. p.89

IV. DISTRITO FEDERAL, 1920

Empresas segundo o número de operários	Números Absolutos		Números Relativos (%)		Médias	
	Número de empresas	Número de operários	Número de empresas	Número de operários	Capital (contos)	Número de operários
100 a 199	56	7.835	3,6	15	1.158	140
200 a 499	28	7.990	1,8	15	1.935	285
500 ou mais	15	20.017	1,0	33	13.432	1.334
Total	99	35.842	6,4	63	—	—

Fonte: Recenseamento de 1920, vol. II, tomo II.

Adaptado de Silva, Sergio, op.cit. p.88

acumulação cafeeira gera sua própria negação, na medida em que, impulsionando a instalação de um setor produtor de meios de produção, engendra as condições para que a reprodução ampliada do capital esteja endogenamente assegurada. É neste sentido, que o capital industrial ganha a autonomia suficiente para amparar um processo de industrialização" que se desenvolverá na década de 30 , fruto inclusive das alterações políticas verificadas já no início desta década⁽³³⁾.

A crise de 29, na verdade, reflete o momento de crise estrutural do padrão de acumulação mercantil-exportador. Os reflexos da crise, se bastante negativos no setor agrícola, foram menos agudos no setor industrial, cuja produção teria permanecido quase estagnada até 1933⁽³⁴⁾, quando então iniciou-se um processo de recuperação econômica voltada para o desenvolvimento das atividades industriais e que na especificidade do capitalismo hipertar dió colocou-se de forma restringida. Esse processo de industrialização que se prolonga até meados da década de 50, marcou porém, uma nova fase do período de transição. Nas palavras de João Manuel C. de Mello: "Há industrialização, porque a dinâmica da acumulação passa a se assentar na expansão industrial, ou melhor, porque existe um movimento endógeno de acumulação, em que se reproduzem, conjuntamente, a força de trabalho e parte crescente do capital

(33) Ibid, pp. 114/115.

(34) Villela, Annibal V. e Suzigan, Wilson, Política de Governo e e Crescimento da Economia Brasileira: 1889/1945 - IPEA, RJ , 1975, 2.^a Edição, p. 192.

constante industriais; mas a industrialização se encontra restrin-
gida porque as bases técnicas e financeiras da acumulação são in-
suficientes para que se implante, num golpe, o núcleo fundamental
da indústria de bens de produção, que permitiria à capacidade pro-
dutiva crescer adiante da demanda, auto-determinando o processo de
desenvolvimento industrial" (35).

Há, neste processo de industrialização posterior a
30, outro traço que distingue o capitalismo hipertardio dos casos
clássicos de capitalismo plenamente constituído: apesar da exis-
tência de um núcleo produtor de bens de produção, este caminha à
reboque da demanda tendo, portanto, uma capacidade produtiva limi-
tada pela própria estreiteza das bases técnicas, pela própria fra-
gilidade do avanço das forças produtivas industriais. Se de um la-
do o setor industrial "se liberta da dependência que o atrelava ,
direta ou indiretamente, pelo lado da realização dos lucros, à e-
conomia cafeeira", de outro lado "a capacidade para importar conti-
nua a impor à taxa de acumulação industrial um limite em última
instância, ainda que as restrições dentro do padrão de acumula-
ção, possam ser vencidas sucessivamente, com a contínua diferen-
ciação da indústria leve de bens de produção e da indústria de
bens de consumo promovidas à sombra de um forte grau de prote-
ção" (36).

(35) Mello, João M.C. de, op. cit., p. 116

(36) Ibid, p. 117.

Se a "Revolução de 1930" marcou o fim da hegemonia a grário-exportadora e o início da predominância de uma estrutura produtiva industrial, é necessário lembrar que este trânsito seguiu a forma lenta, conciliadora, hipertardia, conciliando o velho com o novo, "pelo alto" na conformidade da via colonial.

2. A Particularidade da Classe Operária

E como entender a formação da classe operária dentro desse contexto? Evidentemente, o processo de formação da classe operária no Brasil, na particularidade objetivada pela via colonial, teve forma diversa daquela vivenciada pela classe operária dos países clássicos. Nestes, o trabalho artesanal, seguido do manufatureiro, antecedeu o trabalho da grande indústria, quando então, após este período de transição, configurou-se o proletariado industrial⁽³⁷⁾. Na verdade, a formação do proletariado naqueles países seguiu as mesmas etapas do processo de constituição do capitalismo. Antes de constituir-se como proletariado, o que só foi possível com o advento da maquinaria, o trabalhador conheceu, inicialmente, a fase da cooperação simples, e logo a seguir, a manufatureira. Bastante diverso é o processo de formação da classe operária no Brasil, cujá constituição deu-se preponderantemente dentro de um contexto onde predominava a grande indústria⁽³⁸⁾.

(37) Sobre a constituição do proletariado industrial num país de capitalismo avançado veja-se Engels, Friedrich, A Situação da Classe Trabalhadora em Inglaterra, Ed. Presença, Portugal, 1975.

(38) Paulo Sérgio Pinheiro também refere-se a esta questão: "Fica

Porém, e é forçoso aqui ressaltar, o fato desta classe ter nascido dentro de um mundo já fabril, onde, como se disse, predominava a grande indústria, e, conseqüentemente, não ter percorrido as formas clássicas de produção anteriores, dadas pelo artesanato e manufatura, não permite desconsiderar que essa indústria teve um nascimento hipertardio, já num momento avançado das guerras imperialistas, e numa posição subordinada e dependente dos países capitalistas hegemônicos. Avançando um pouco mais, o que se ressalta na busca da particularidade da nossa classe ope

também claro que no mesmo período, (1919), no Brasil, as empresas com mais de 100 operários compreendiam 69,7% da mão-de obra industrial, apesar de somente abranger 3,5% dos estabelecimentos. Ainda que 57,3% dos estabelecimentos paulistas somente empreguem até 4 operários, esses mesmos estabelecimentos somente totalizam, no Estado de São Paulo, apenas 6,4% dos operários ocupados: a maioria absoluta, portanto, de operários, trabalhava em fábricas razoavelmente grandes, apesar da existência de um setor majoritário de pequenas empresas". E avança uma formulação que diz respeito à nossa temática: "Mas, a relação entre tipo de indústria e consciência operária não está muito clara: A organização e militância pareceu ocorrer indiferentemente, tanto em fábricas como em oficinas... Tudo indica que os trabalhadores das oficinas dessa época tinham a mesma experiência prévia (imigração e trabalho rural) que os 'operários' das grandes empresas". Piniheiro, Paulo Sérgio, "O Proletariado Industrial na Primeira República", O Brasil Republicano, Tomo III, 2º Vol., Difel, SP, 1977, pp. 142/143.

rária é que, apesar de ter seu nascimento dentro de um mundo onde a mecanização e a divisão do trabalho apresentavam-se de forma plena, esta industrialização teve um processo lento, retardatário, conciliador e pagando alto tributo às formas de produção dadas pelo latifúndio agro-exportador, seguindo as características de uma industrialização debilitada pela predominância do contexto agrarista. Do que se depreende uma conclusão fundamental, que reflete a contradição vivida pela classe operária no seu processo de constituição no Brasil: por um lado ela é uma classe que já nasce, objetivamente, dentro daquelas condições que caracterizaram a última fase do trabalhador europeu clássico - a grande indústria - ; por outro lado, e dialeticamente, essa grande indústria existe em algumas manchas do país, manchas estas submersas a um mundo ainda predominantemente agrário. Ou seja, a nossa classe operária reflete, na verdade, a contradição que caracteriza o nosso processo de industrialização: apesar de, em seu nascimento não ter percorrido as formas de produção anteriores, ela não pode crescer normalmente, limitada que foi por uma industrialização que pagou alto preço ao latifúndio para poder desenvolver-se, ao mesmo tempo em que se encontrava nas condições de uma industrialização subordinada.

Do que se conclui que no caminho objetivado pela via colonial, a classe operária, apesar de encontrar as condições concretas para o seu desenvolvimento dadas pela grande indústria, teve por outro lado uma restrição estrutural dada pela pesada herança do latifúndio e da economia agrário-exportadora. Sendo um país de capitalismo hipertardio, onde o verdadeiro capitalismo, em

sua configuração industrial, praticamente iniciava o seu processo de consolidação, daí é decorrente uma classe operária que, apesar de ter atingido a fase última do seu processo de formação - o trabalhador da indústria mecanizada - deveria ainda expandir-se quantitativa e qualitativamente, aumentando o seu contingente na medida que o parque industrial desenvolvesse com mais vigor seus departamentos. Ao nascer nas condições objetivamente favoráveis ao seu desenvolvimento, a classe operária brasileira teve um processo de formação distinto do proletariado europeu e sua incompletude verifica-se pela sua incapacidade em transitar do em si ao para si. Frise-se ainda que, esta incompletude é especialmente reproduzida pelo atraso do elemento subjetivo, conforme veremos nos capítulos posteriores.

Estas questões já nos permitem avançar um pouco mais na busca da particularidade da classe operária no Brasil e, repor, os componentes aparentes, até então utilizados como verdadeiros e determinantes na explicação da atuação operária, e, superá-los, em sentido hegeliano, pela explicação que capte o essencial, o verdadeiramente determinante para a explicação da classe operária.

Questiona-se, aqui, inicialmente, a postura privilegiadora da "origem rural" como componente explicativo da atuação da classe operária. A tese do "proletariado jovem de origem rural", por não conseguir transpor os aspectos aparentes, limita e restringe sua explicação a um nível preliminar de apreensão do real - o que não significa evidentemente que este não seja um momento verdadeiro -, impedindo a compreensão, na essência, da e-

fetiva forma de ser desta classe e da sua consciência. Daí, todo fundamento explicativo da sua "inconsciência", quando respaldado na idéia de "proletariado jovem e de origem rural", mostrar-se como incorreto para o seu entendimento.

Goldmann, tecendo considerações sobre a consciên -
cia do campesinato francês de meados do século passado nos diz:
"... êxodo rural para as cidades transforma a própria natureza do grupo ... (grifos meus) o que implica mudanças de estrutura não apenas da sua consciência real, mas também da sua consciência possível que é o fundamento da primeira"⁽³⁹⁾.

Em outras palavras, a explicação privilegiadora da "origem rural" da classe operária não dá conta de que, ao transitar para o mundo industrial, altera-se a natureza do grupo so -
cial, cujo comportamento e consciência de classe não podem ser explicados pela consciência real, empírica, verificada na sua situa -
ção anterior, então como camponeses.

Caberia ainda uma indagação: o proletariado, posto em termos universais, não teve em sua grande parte uma constitui -
ção oriunda do contexto agrário? E o proletariado russo, revolu -
cionário em 1917, não teve, na sua origem um peso agrário funda -
mental?

A outra argumentação, diretamente ligada à da "origem rural", explora o ideal de ascensão social do proletariado, o

(39) Goldmann, L., Dialética e Ciências Humanas I, Ed. Presença, Portugal, 1972, p. 106.

"self-made-man". Também aqui privilegiou-se, como fator explicativo da inconsciência da classe operária, o enfoque da consciência "individual", empírica.

Istvan Mészáros problematiza com rigor a formulação acima. Diz ele: "É uma simplificação demasiadamente grosseira dizer que 'as aspirações a melhorar a posição social', debilitam a consciência de classe na medida que os indivíduos buscam essa melhoria pela ação individual e não pela coletiva. A 'ação coletiva' em si, tampouco constitui nenhuma garantia da devida consciência de classe. Tudo depende da natureza real dos objetivos de que se trate, ou seja, de se os ganhos da ação coletiva podem ser bem integrados ou não. A ação coletiva sem objetivos estrategicamente importantes só podem reforçar a 'consciência do grupo' - ou 'consciência sindicalista' - anexa aos interesses parciais de um grupo limitado de trabalhadores..."

"Ademais, o 'melhorar de posição' do indivíduo não necessariamente introduz debilitação da consciência de classe. O que faz ou não depende em boa parte do grau de consciência de classe do indivíduo, relação implicitamente negada por esse modo de ver mecânico-determinista que primeiro postula arbitrariamente uma dicotomia entre 'fatos brutos' e 'valores' (...) e depois conclui, e publica triunfante, que as aspirações a 'melhor posição' - que por definição (porém só por definição) implicam uma diferente escala de valores - necessariamente debilitam a consciência de classe (uma vez mais constatamos a metamorfose do apriorismo arbi

trário em uma pretensão de validade empírica)"⁽⁴⁰⁾.

Se de um lado, é marcante a presença de trabalhadores oriundos do campo para a formação do proletariado industrial, principalmente no pós-30, assim como é também marcante a presença de trabalhadores imigrantes europeus nas décadas anteriores - o que é mais um traço da especificidade no proletariado brasileiro - ⁽⁴¹⁾, não nos parece correto concluir a partir somente destes fatores pela inconsciência de classe do proletariado.

Buscar uma explicitação para a atuação do proletariado brasileiro e da sua consciência em separado da história do desenvolvimento da nossa formação econômico-social, excluindo uma análise que penetre nas complexas relações sociais de produção e que entenda a forma de inserção desta classe neste processo, desconsiderando a atuação concreta desta classe frente aos problemas que lhe são postos, desde aqueles permeados pela busca da imedia-

(40) Mészáros, Istvan, "Conciencia de Clase Contingente y Necesaria", op. cit., pp. 136/137.

(41) Sobre a formação da classe operária no Brasil veja-se Fausto, B., Trabalho Urbano e Conflito Social, Difel, 1976; primeira parte. "A partir de 1920 podem ser observadas modificações interessantes no processo de migrações internas. Foi na década de 1930 que tomou grande vulto a migração de trabalhadores nacionais para São Paulo e para o sul do País; a crise cafeeira, ligada à crise econômica mundial de 1929, atingiu, como foi visto, o movimento imigratório internacional", além da legislação restritiva do governo decretada depois de 1930. Também a partir de 1920 a migração interna passou a ter um

tidade até os de maior amplitude, dados pela atuação política da classe e de sua organização, e mais ainda, desconsiderando as relações mantidas entre a classe operária e as demais classes e com o Estado, parece, efetivamente, não superar a relação preliminar, de empiricidade, dada pela idéia de proletariado de origem rural, e decorrentemente, de inconsciência desta mesma classe.

Penso que, ao mostrar o caráter contraditório que caracteriza o processo de formação da classe operária no Brasil e ao vinculá-lo com a hipertardia transição para o capitalismo industrial dada pela "via colonial", se está oferecendo uma explicação de maior densidade ontológica, onde apenas o fenomênico e o aparente não são suficientes para a explicitação da verdadeira forma de ser desta classe.

sentido rural-urbano. Ver Santos, Maria José, "Aspectos Demográficos" (Apêndice), em Villela, A. e Suzigam, W., op. cit., p. 268.

CAPÍTULO III

O ESTADO, O REFORMISMO PELO ALTO E A CLASSE OPERÁRIA

1. O Movimento Sindical e Operário Antes de 1930

Desde as primeiras décadas da República Velha a luta operária travou-se no sentido de conquistar os direitos fundamentais do trabalho. Nos congressos operários e sindicais e nas inúmeras manifestações grevistas tornaram-se constantes as reivindicações visando a melhoria salarial, redução na jornada de trabalho, regulamentação do trabalho da mulher e do menor, férias, estabilidade, etc.

Astrojildo Pereira, após relatar as lutas travadas nas primeiras décadas deste século diz: "Não há dúvida que outras muitas das reivindicações pelas quais lutavam as massas trabalhadoras, nessa época, foram alcançadas, total ou parcialmente. Mas, é um fato que a natureza e o volume das vitórias alcançadas não estavam em proporção com o vulto e a extensão do movimento geral. Mas ainda - as reivindicações formuladas, por aumento de salários, por melhores condições de trabalho, etc, constituíam como que um fim em si mesmo, e não um ponto de partida para reivindicações crescentes de nível superior. É que na realidade se tratava de lutas mais ou menos espontâneas, isoladas umas das outras, sucedendo-se por força de um estado de espírito extremamente combativo que se generalizava entre as massas"⁽¹⁾.

Penso que esta formulação caracteriza com juste-

(1) Pereira, A. , A Formação do PCB, Editora Vitória, RJ, 1962,

za as limitações do movimento operário na Primeira República. A predominância de uma pauta predominantemente economicista explicava-se pela hegemonia anarquista e anarco-sindicalista no seio da classe operária. Esta orientação ideológica negligenciava o momento explicitamente político, de luta pelo poder estatal, e ao fazer isso drenava todo seu potencial numa luta imediata e não direcionada para a efetiva superação do capitalismo. Mais ainda, o movimento operário anarquista no Brasil, tal qual nos países de origem do anarquismo, desconsiderava ou, mais ainda, não admitia na sua doutrina a criação da organização político-partidária das classes subalternas e, decorrentemente além de isolar-se do cenário político, não permitia a formação de um bloco hegemônico de classes subalternas, pois não buscava, concretamente, a necessária política de aliança com os demais setores dominados, especialmente o campesinato.

Neste sentido não me parece justo imputar ao movimento operário deste período o caráter de "revolucionário" apesar do relativo grau de mobilização operária. O fato de se utilizar a greve geral como instrumento privilegiado, de se limitar ao conflito intra-fábrica através da ação direta, não permite a caracterização feita por algumas interpretações.

Lígia Silva, ao discutir formulações que imputam o caráter "revolucionário" ao movimento operário na Primeira República, tece considerações relevantes sobre a verdadeira dimensão do anarquismo no Brasil. Mostra, por exemplo, que ao se estudar as consequências do movimento anarco-sindicalista, "torna-se difícil distin -

guí-lo do movimento sindical reformista dos marítimos e ferroviários do Rio de Janeiro"⁽²⁾. Enquanto os anarquistas negavam-se a participar da luta pelo controle do Estado, fundamentados no princípio doutrinário da necessidade da destruição prévia do Estado, e privilegiavam a luta puramente econômica, os reformistas, ao aceitarem a política estabelecida nos limites do capitalismo pautavam-se por reivindicações também exclusivamente economicistas. Pode-se argumentar que as formas de ação eram distintas entre os anarquistas e os reformistas. Mas o que a autora acima mencionada procurou ressaltar é que, na atuação concreta, ambos tiveram uma prática negadora da dimensão política, o que acarretou, especialmente para os anarquistas - pois que aos reformistas esta questão não se colocava - o isolamento da classe operária, impossibilitando uma participação mais efetiva dentro do Estado na Primeira República⁽³⁾.

Luiz Werneck Vianna, em seu trabalho, captou com clareza os limites do movimento operário na fase de predominância do anarco-sindicalismo: "... o sistema liberal em curso não so - fria ameaça de colapso por parte da ação das classes subalternas. A intensa movimentação operária, apesar do jargão anarco-sindicalista, que politizava agudamente seu discurso, não ultrapassou a luta por reivindicações econômicas e sociais, não se apresentando

(2) Silva, Lígia, Movimento Sindical Operário na Primeira República, Tese de Mestrado, UNICAMP, 1977, p. 200.

(3) Ibid. p. 200 e seguintes.

como um adversário político. Faltava-lhe organização partidária, estratégia para ação e um sistema de alianças que criasse as bases para a sua influência política e social. O aliado clássico da classe operária - os camponeses e os trabalhadores do campo em geral - se encontravam ferreamente submetidos aos agrários. No plano da política oficialmente constituída, as lideranças operárias passavam ao largo da dissidência oligárquica e das próprias rebeliões da juventude militar"⁽⁴⁾.

A orientação anarco-sindicalista sofreu, já no início da década de 1920, um descenso gradativo, que culminou nos primeiros anos da década seguinte, com o seu desaparecimento em quanto orientação hegemônica no seio da classe operária. A criação do PCB em 1922 foi, na verdade, uma opção de ex-militantes anarquistas que percebendo a inviabilidade do projeto libertário, optaram por uma nova concepção de mundo, cuja implementação carecia da constituição de uma organização político-partidária, que além de organizar a massa operária, através da constituição de um bloco hegemônico alternativo que englobasse o proletariado urbano e os demais setores subalternos, especialmente aqueles do campo, visava à luta pelo controle do Estado, dando uma dimensão nitidamente política à luta operária, rompendo com o viés econômico dado pela ação direta.

É relevante ressaltar que já neste período esboçou-

(4) Vianna, Luiz W., Liberalismo e Sindicato no Brasil, Editora Paz e Terra, RJ, 1976, p. 73.

se um processo de cooptação de setores da massa operária pelo Estado, o que se configurou com nitidez no início da década de 30. Ampliou-se a tendência reformista dentro do movimento sindical favorecida pelas benesses do Estado Republicano⁽⁵⁾. Tratando de forma diferenciada os vários segmentos da classe trabalhadora, o Estado tinha, perante os trabalhadores vinculados às atividades fundamentais para a exportação do café, como ferroviários e portuários, um tipo de relacionamento bastante distinto daquele dispensado aos operários industriais vinculados à burguesia industrial que, como se sabe, não constituía uma fração politicamente dominante. Se com relação aos marítimos e portuários havia uma relação integradora e conciliadora, a atenção dispensada aos trabalhadores fabris não foi muito além da conhecida repressão⁽⁶⁾. A garantia do pacto de dominação por parte do Estado Oligárquico deu-se através de um liberalismo excludente que aglutinava os setores

(5) Octávio Brandão narra a criação do Conselho Nacional do Trabalho, durante o governo de Artur Bernardes, "instituição burocrática, de embuste e conciliação de classes". Relata a expansão do reformismo em vários sindicatos como os ferroviários e estivadores. Menciona ainda a criação, em março de 1921, da Confederação Sindicalista Cooperativista Brasileira, que "dizia ser formada por 122 sindicatos e cooperativas, com 140 mil operários, empregados e camponeses, no Rio de Janeiro, em Minas Gerais, São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul". Brandão, O., Combates e Batalhas I, Editora Alfa-Omega, SP, 1978, pp. 253/254.

(6) Ver Silva, Lígia, op. cit., p. 204.

burgueses exportadores, - que detinham a hegemonia dentro dentro deste pacto - e as oligarquias não-exportadoras e excluía , além dos setores subalternos, os interesses ligados à burguesia industrial emergente⁽⁷⁾.

Entretanto, esta estrutura de mando forjada durante os primeiros anos da fase republicana encontrou já nos anos 20 seus primeiros sinais de ruptura. Lembre-se o fato acima mencionado, da criação do PCB que apesar de não se apresentar neste momento de sua fundação como uma alternativa efetiva do poder, causava apreensão ao Estado.

Fundamental para a cisão do pacto de poder foi a eclosão dos movimentos tenentistas que, se controlados numa primeira fase, constituir-se em aliado indispensável para os setores oligarcas divergentes na reestruturação do poder verificado em 1930. O fraccionamento entre os setores burgueses exportadores e não exportadores - estes reunidos em torno da Aliança Liberal - foi o fator político que deflagrou finalmente a crise do Estado liberal excludente. Evidentemente, a dependência externa, a crise de 29 e a disputa interimperialista são aspectos fundantes da transição verificada quando da deposição de Washington Luís.

2. A "Revolução de 1930" e o Reformismo pelo Alto

A "Revolução de 1930" marcou um momento significa-

(7) Ver Vianna, L.W., op. cit., cap. 1 e 2.

tivo no processo de modernização e expansão das relações de produção capitalistas. Nelson Werneck Sodré, ao apreender o seu significado disse: "A Revolução de 1930 resultava de uma brecha na classe dominante, cindindo-se e permitindo a composição de uma de suas frações com os elementos de classe média presentes em todas as fermentações internas. Há na revolução, assim, duas componentes: a tradicional, representada pelas forças políticas que exerciam o domínio do país, e a nova, representada por forças políticas que até então não haviam encontrado oportunidade para organizar-se e atuarem, particularmente representadas no tenentismo"⁽⁸⁾. Na verdade, o processo iniciado em 1930 assemelha-se ao que Lenin denominou de "reformismo pelo alto". A transição que caracteriza este período não foi, na verdade, revolucionária, pois 1930 marcou um momento de rearranjo do bloco de poder, rearranjo este feito pelo alto, excluindo qualquer participação efetiva das classes subalternas, e tendo um componente conciliador bastante nítido.

A conciliação entre o velho e o novo, entre os vários segmentos representantes dos interesses agrários e mesmo dos setores urbanos emergentes foi um componente que caracterizou o processo de transformações da sociedade brasileira quando, a partir de 1930, iniciou-se uma etapa de transição para o capitalismo industrial no Brasil. Processo também que se assemelha ao

(8) Sodré, N. Werneck, Formação Histórica do Brasil, Editora Brasiliense, SP, 1973, pp. 222/223.

que Gramsci denominou de revolução-restauração, uma vez que com porta momentos de progresso e de reacionarismo.

Francisco de Oliveira assim definiu esta transição: "Ao contrário da revolução burguesa 'clássica', a mudança das classes proprietárias rurais pelas novas classes burguesas empresariais industriais não exigirá, no Brasil, uma ruptura total do sistema, não apenas por razões genéticas, mas por razões estruturais. Aqui, passa-se uma crise nas relações externas com o resto do sistema, enquanto no modelo 'clássico' a crise é na totalidade da economia e na sociedade. No modelo europeu, a hegemonia das classes proprietárias rurais é total e paralisa qualquer desenvolvimento das forças produtivas, pelo fato mesmo de que as economias 'clássicas' não entravam em nenhum sistema que lhes fornecesse os bens de capital que necessitavam para sua expansão: ou elas produziriam tais bens de capital ou não haveria expansão do capitalismo, enquanto sistema produtor de mercadorias. A ruptura tem que se dar, em todos os níveis e em todos os planos. Aqui, as classes proprietárias rurais são parcialmente hegemônicas, no sentido de manter o controle das relações externas da economia, que lhes propiciava a manutenção do padrão de reprodução do capital adequado para o tipo de economia primário-exportador"⁽⁹⁾.

Apesar de 1930 marcar o início do processo de modernização e de transição para a industrialização, não se dedu-

(9) Oliveira, Francisco, "Crítica à Razão Dualista" em Seleções Cebrap 1, Editora Brasiliense, SP, 1975, pp. 30/31.

za daí a presença da burguesia industrial naqueles eventos. Na verdade a "revolução pelo alto" acarretou a formação de um novo bloco de poder onde os interesses agrários não vinculados à economia cafeeira exigiam do Estado medidas favoráveis à modernização daqueles setores agrários. Além desta modernização, a reestruturação da economia no pós-30 visou também o fortalecimento do mercado interno. Não é difícil concluir que mesmo não participando diretamente dos eventos de 1930 a burguesia industrial, em função das medidas tomadas pelo Estado Varguista, foi a sua maior beneficiária⁽¹⁰⁾.

Décio Saes, também procurando a particularidade brasileira, traça, a este respeito, considerações importantes: "Na verdade, não se trata de confirmar ou desmentir a caracterização da Revolução de Trinta como a 'revolução burguesa' ou como a 'revolução da classe média', mas de verificar em que nível de análise cada uma dessas afirmações pode ser parcialmente ou integralmente verdadeira". E, após discorrer sobre a presença das camadas médias, neste processo dirá: "Todavia, a despeito da participação oligárquica, a Revolução de Trinta se define igualmente, numa certa medida, como uma 'revolução burguesa'. É claro que não queremos com esta afirmação relacionar o movimento revolucionário com um projeto de industrialização do qual a burguesia industrial ter-se-ia feito agente político: a observa

(10) Luiz W. Vianna faz em seu estudo rica polêmica sobre as várias interpretações sobre a Revolução de 1930. Julgamos necessária esta referência pois, parte das idéias aqui mencionadas são desenvolvidas pelo referido autor. Vianna, L.W., op. cit., cap. 3, itens 3 e 4.

ção histórica dificilmente nos poderia fazer admitir a presença de uma burguesia industrial à procura da hegemonia política e disposta a conduzir, enquanto classe dirigente, o processo de industrialização. Mas o movimento político militar de 1930, ao destruir o monopólio oligárquico do poder político, criou as condições institucionais indispensáveis à aceleração do processo de industrialização periférica e ao desabrochar de uma nova classe dominante. A Revolução de Trinta substituiu o federalismo oligárquico pela centralização político administrativa e concedeu ao Estado os instrumentos institucionais indispensáveis à execução de uma política intervencionista e industrializante. Portanto, a burguesia industrial, mais que agente político da Revolução de Trinta foi sua criação; e é apenas nesse sentido que se pode caracterizá-la como uma 'revolução burguesa' (11).

A especificidade do pós-30 é dada pela incapacidade dos novos grupos dominantes em formular um projeto hegemônico para os demais setores subalternos da sociedade. Na verdade há uma crise de hegemonia entre as frações dominantes: a burguesia cafeeira, mostrou-se incapaz de fazer voltar à situação anterior a 1930; a burguesia agrária não-exportadora, apesar de vitoriosa com a ascensão de Vargas, não conseguiu lograr sua hegemonia e pouco a pouco perdeu esta condição para a burguesia industrial; os tenentes, se tiveram importância crucial para a

(11) Saes, Décio, Industrialização, Populismo e Classe Média no Brasil, Cadernos IFCH, nº 6, UNICAMP, Ed. Brasiliense, SP, 1976, pp. 7 e 9/10. Os grifos são meus.

deflagração do movimento de 30, foram em curto espaço de tempo, absorvidos pelo Estado Getulista e expurgados os seus setores mais progressistas. Na realidade, a composição diversa e heterogênea verificada a nível de bloco de poder no imediato pós-30 não possibilitou a nenhum destes setores a formulação de um pro jeto político hegemônico que fosse capaz de direcionar as políticas implementadas pelo Estado.

Apesar da conciliação que pouco a pouco efetivou-se entre as várias frações dominantes, exportadoras ou não, esta não se fez sem fissuras, ao menos momentâneas, uma vez que os vários setores dominantes encontravam-se em relativa disputa pelo maior controle do aparelho de Estado, buscando uma participação mais decisiva na nova configuração do poder. Parece que é dentro desse contexto que se deve entender o "levante paulista" de 1932, que exprimiu o descontentamento da burguesia cafeeira paulista frente a sua participação limitada na direção do Estado Vargasista. Essa disputa, que na verdade não levou a grandes rupturas mas a formas de compromisso e conciliação entre as forças dominantes, permitiu, isto sim, o fortalecimento do Estado Vargasista que, dentro do seu caráter nitidamente burguês, soube ir além da função de mero árbitro entre as frações dominantes agrárias e empreendeu uma política que desde logo favoreceu a industrialização brasileira. Com isso não endosso a tese de "Estado de Compromisso" que, se teve o mérito de apontar o caráter de conciliação existente no seio das classes domini

nantes, não conseguiu romper com a caracterização do Estado enquanto "árbitro entre as elites"⁽¹²⁾.

Há ainda outra lacuna que decorre da noção de "Estado de Compromisso": como explicar a política industrializante implementada por um Estado meramente arbitral? Torna-se difícil atribuir qualquer intencionalidade à política industrializante do Estado Vargas, caso se entenda este Estado somente como árbitro, mediador exclusivo dos interesses dominantes, que, inclusive exclui a própria burguesia industrial.

Luis W. Vianna teceu considerações relevantes a respeito do novo caráter do Estado no pós-30 particularmente na crítica que efetivou à noção de "Estado de Compromisso". Partindo das formulações de Marx acerca da excepcionalidade do Estado bonapartista, mostra que a atuação do Estado brasileiro não se caracterizou "para melhor desempenho dos seus papéis 'distributivos' quanto às classes dominantes, mas, principalmente para inaugurar uma função 'redistributiva' da posição relativa de cada fração burguesa. E a forma corporativa de Estado (como o define este autor) que sempre corresponde a uma exasperação de sua autonomia política, não consiste num meio para se distribu-

(12) Sobre o caráter arbitral do "Estado de Compromisso" veja-se Weffort, Francisco, O Populismo na Política Brasileira, Ed. Paz e Terra, RJ, 1978 e, do mesmo autor, Classes Populares e Política - Contribuição ao Estudo do Populismo, Tese de Doutorado, USP, 1968, especialmente capítulo II. Sobre a noção de "Estado de Compromisso" veja-se Fausto, Boris, A Revolução de 1930 - Historiografia e História, Ed.

ir equanimemente recursos e privilégios às frações de classe do minantes, mas um instrumento burguês de realização do industrialismo a partir da compulsão do Estado".

O caráter centralizador e intervencionista do Estado Varguista, a rigorosa disciplina imposta aos fatores de produção, especialmente à força de trabalho industrial, expressarão, ainda segundo Vianna, a natureza modernizadora e corporativista do Estado⁽¹³⁾.

O que procuramos aqui recuperar é que este Estado pautou sua atuação não como mero árbitro e mediador entre as frações dominantes, porém, mais que isso, impôs, ao aproveitar-se das fissuras existentes entre as frações dominantes, um projeto que se dirigiu para a constituição de um núcleo industrializante fundamental e que, neste processo, ultrapassou inclusive aos interesses imediatos das classes dominantes agrárias e mesmo da burguesia industrial, formulando um projeto que garantia e preservava a expansão capitalista no Brasil.

Há uma verdadeira hipertrofia do Estado que se colocou como agente indispensável para a industrialização no Bra

Brasiliense, SP, 1976, p. 104 e seguintes e Rowland, Robert, "Classe Operária e Estado de Compromisso", Estudos Cebrap 8, abril-junho de 1974, SP, Edições Cebrap.

(13) Vianna, L.W., op. cit., pp. 119 e seguintes.

sil: data da década de 30 a constituição de um aparato burocrático, constituído de uma série de instituições voltadas para o fomento das diversas atividades econômicas⁽¹⁴⁾.

Se concordamos com Werneck Vianna, na sua crítica efetivada à "noção de compromisso", o mesmo não podemos dizer com relação à sua denominação para o Estado brasileiro como sendo corporativista.

Parece que o fato do Estado ter assumido o papel de agente no processo de acumulação, não é suporte suficiente para justificar aquela conceituação. Além de suas diferenças, - em que pese algumas similitudes - com o corporativismo clássico italiano, é de se argumentar que o nível da luta de classes no Brasil estava aquém de propiciar o advento de um Estado corporativista, na sua essência dissimulador dos conflitos entre o capital e o trabalho visando garantir o processo de monopolização dos países que integravam o que Lenin denominou de "elos debéis do imperialismo" e que, ao fim de algumas décadas atingiram a condição de países monopolistas⁽¹⁵⁾. No caso do Bra

(14) De que é exemplo a Comissão de Similares, criada em 1934, que objetivava incentivar a produção industrial.

(15) Sobre o fascismo Togliatti tece considerações interessantes: "Há, em tudo isto, uma base real: o fascismo se viu diante de uma crise econômica muito grave, crise que teve repercussões em toda a economia do país e levou a modificações nas relações de classe. Que fez o fascismo para atenuar a crise do capitalismo? Fez, como vimos, uma política que favoreceu a concentração do capital, uma política que

sil, com uma industrialização, cujo processo somente agora se inciava e já na condição de uma industrialização subordinada aos interesses do capitalismo monopolista e, mais ainda, onde era ainda marcante a presença dos setores burgueses agrários, fortes ainda no aparelho do Estado, torna-se difícil aceitar a noção de um Estado corporativista. Penso que o específico do Estado no imediato do pós-30 - porque alterou-se significativamente já no fim do Estado Novo, quanto mais nos governos posteriores - é que, de um lado ele representava nos primeiros anos da década de 30, a fração ainda mais forte dentro do aparelho de Estado, composta pelos setores agrários. Porém, dentro dos contornos da transição colonial estes setores irão conciliar-se - aqui no sentido de que inexistiu uma ruptura superadora e revolucionária - com os setores emergentes especialmente os industriais, conciliação esta que comportava, ao mesmo tempo, uma disputa pelo aparelho de Estado, que ora se movia segundo os ditames a-

levou ao predomínio do capital financeiro em toda a economia do país. Vimos como a política do fascismo favorece o processo de concentração e como toda a sua política é orientada para o reforço das posições do capital financeiro. Esta é a base real do corporativismo, a base real da propaganda e da ideologia corporativa dos últimos anos". (grifos meus). E, mais adiante afirma: "... o corporativismo não é concebível, é inconcebível sem o estado fascista; o corporativismo não é concebível sem o partido fascista, não é concebível sem a desmobilização de todo o sistema das liberdades democráticas" (grifos do autor). Togliatti P. , Lições sobre o Fascismo, Editora Ciências Humanas, SP, 1978, pp. 104e 107/108.

grários, ora segundo os interesses industriais. É dentro desse movimento pendular que o Estado, através de seu aparato burocrático - militar, conseguirá fortalecer-se a ponto de formular, alguns anos mais tarde, um projeto de constituição de um setor produtor de bens de produção, e isso sem atender aos interesses imediatos de um ou outro setor da burguesia, mas sim se dirigindo no sentido de criar as condições mínimas para a preservação e a reprodução dos interesses capitalistas. Porém, o que aqui se pretende enfatizar é que esse fortalecimento do Estado é mais uma característica dos países de origem colonial, onde é marcante a exclusão de qualquer efetiva participação das classes subalternas no pacto de poder. Repetimos que a restrição em apropriar-se do conceito de Estado Corporativista deve-se ao fato de que, na sua configuração hipertardia, o nosso capitalismo pagou um alto tributo não só aos interesses agrários, como também e especialmente à sua condição de país subordinado ao capital monopolista. Tudo isso lhe tolheu as possibilidades de uma expansão na direção de um capitalismo monopolista autônomo - como sucedia especialmente na Alemanha e Itália, países de capitalismo tardio. A nossa industrialização, somente em 1933 iniciou o seu processo de expansão e ainda de forma restringida e subordinada. Acrescenta-se a isto que a luta de classes no Brasil, apesar da sua evidência, estava longe de atingir o grau verificado nos países corporativistas, especialmente a Itália. Tudo isso leva a não incorporar a denominação de Estado Corporativista para o Brasil dos anos 30. Se concordo com Werneck Vianna, na crítica que faz à noção de corporativismo de Robert Rowland, mostrando o seu plano "politicista" que desconsidera ou minimiza a dimensão eco-

nômica fundamental daquela forma de Estado, estamos procurando sugerir que foi exatamente no plano econômico, dadas as condições de atraso e dependência, que se tornou difícil crer nas possibilidades, ainda mais em 30, do Estado brasileiro dirigindo o nosso capitalismo para a fase monopolista. Quando utilizo a noção de uma via colonial ao invés de via prussiana, não estou com uma preocupação secundária; enquanto na segunda noção não há uma nítida distinção entre o processo de transição dos países de capitalismo tardio como a Alemanha e o capitalismo no Brasil, a via colonial aponta para a particularidade do capitalismo no Brasil, cuja gênese histórica é distinta daqueles países de via prussiana, e, mais ainda, aponta o caráter subordinado da nossa formação social, desde as suas origens, o que evidentemente não ocorreu com o capitalismo Alemão.

3.0 Estado, a Classe Operária e o Início do Controle Sindical

Ao contrário da explicação privilegiadora do "atraso" da classe operária, dada a sua "origem rural", ao "alto grau de mobilidade social", a sua "fraqueza e passividade", creio que o verdadeiro entendimento da atuação da classe operária no imediato pós-30 está diretamente ligado também à nova forma adquirida pelo Estado Varguista.

A "Revolução de 1930" significou, inegavelmente, o fim de um ciclo, o agrário-exportador, e o início de outro, que gradativamente criou as bases para a acumulação capitalista industrial no Brasil. Porém, essa transição não se deu de forma superadora, radical e abrupta. Pelo contrário, deu-se, como já dissemos lembrando Lenin, de forma conciliadora, quando os interesses agrá-

rios, expressando o velho, mesclaram-se com os interesses urbanos e industriais emergentes, num rearranjo do bloco de poder onde nenhuma fração dominante na fase anterior foi absolutamente excluída.

Essa forma reacionária de transição, se de um lado não tocou na estrutura latifundiária e ainda permitiu o crescimento da emergente burguesia industrial, não comportou qualquer forma efetiva de participação das classes populares. Ao contrário, o "reformismo pelo alto" marcou uma exclusão absoluta das classes populares na direção econômica, social e política do país. A inexistência de uma transição burguesa clássica em nosso país acarretou também a carência das formas liberal-democráticas, onde a presença popular pudesse encontrar canais de expressão e participação. Na verdade, o traço fundamental naquele momento foi a exclusão das classes populares de qualquer participação efetiva e a repressão política e ideológica desencadeada pelo Estado, através da política sindical controladora e da legislação trabalhista manipulatória. Este capítulo pretenderá demonstrar que a submissão da classe operária ao Estado Varguista deu-se muito mais em função das razões acima apontadas, ou seja, na necessidade de reprimir e controlar os subalternos, do que nas antigas teorias do "atraso", explicadas através da "origem rural" etc...

Ou seja, pretende-se enfatizar que a desmobilização da classe operária no pós-30, - na verdade somente após 1935 - foi muito mais uma decorrência da atuação controladora do Estado, visível na sua política sindical e ao mesmo tempo manipulatória, através da ideologia do Varguismo, do que da exclusiva incapacidade

da classe operária. A particularidade do nosso capitalismo necessitou, para que as condições mínimas de uma acumulação industrial endógena se realizasse, de um robustecimento do Estado, capaz de operar uma simbiose entre os interesses agrários, exportadores ou não, e os interesses industriais emergentes. Ora, esse robustecimento em todos os níveis do aparelho estatal impôs uma limitação da prática política autônoma e independente do movimento operário, o que difere substancialmente da afirmativa de que o atraso operário foi o elemento gerador desse Estado poderoso.

O que se percebe no Estado Vargasista - ao contrário do período republicano que o antecedeu -, é que a "questão social" ganhou uma dimensão significativa, não só politicamente, mas também porque a constituição de um parque industrial exigia toda uma regulamentação ao mundo do trabalho até então demasiadamente incipiente e restrita a algumas categorias de relevo para o desempenho da economia agro-exportadora. É dentro desse quadro que se pode entender a atuação do Estado Vargasista e seu relacionamento com a classe operária: sua face repressiva manifesta-se inicialmente na formulação de uma política sindical coibidora, controladora e que visou sujeitar politicamente a classe operária à dominação do capital, através da dissolução de suas organizações independentes⁽¹⁶⁾ e, em função da resposta operária, do desencadeamento da repressão policial, que em determinados momentos, como em 1935, foi incontornável. Porém, se no plano da política sindical a atuação estatal

(16) Vianna, L.W., op. cit., p. 152.

teve uma dimensão controladora, no plano da legislação regulamentadora do trabalho a ótica nos parece diferente. Esta inegavelmente correspondeu, - ao contrário do decantado Mito da Outorga - a uma luta da classe operária, especialmente desde a segunda década do sec. XX, visando a constituição dos direitos fundamentais do trabalho⁽¹⁷⁾. Porém, se a legislação trabalhista pode ser entendida como conquista da classe operária, é inegável que o Estado, ao atender as reivindicações cotidianas e imediatas conseguiu criar as bases sociais para a sua sustentação junto aos subalternos, uma vez que junto com o atendimento às pressões populares descarregava um vasto conteúdo manipulatório expresso na ideologia do Vargasismo. Porém, esse duplo aspecto, por vezes contraditório, do relacionamento do Estado com a classe operária comportava uma unidade cuja essência era o caráter desmobilizador da presença Vargasista no seio do movimento operário e sindical, condição também necessária para uma acumulação industrial centrada na exploração da força de trabalho.

Não é outro o sentido da conclusão de Werneck Vianna: "A 'paz social' era procurada através de concessões e benefícios concretos, a que não era insensível a massa dos assalariados. A possibilidade do controle operário incluirá necessariamente uma legislação minimamente protetora do trabalho⁽¹⁸⁾."

(17) Voltarei a esta questão no capítulo seguinte.

(18) Vianna, L.W., op. cit., p. 150.

Logo após a ascensão dos vitoriosos em 1930, o Estado iniciou a formulação de uma política sindical cujo aspecto essencial era o seu caráter controlador e desmobilizador, condição esta necessária, não só para que o movimento operário não transbordasse os limites impostos pela nova ordem política, mas também para que se assegurasse as condições mínimas garantidoras da instauração de uma nova ordem econômica dirigida para a industrialização. Vargas, em discurso proferido nos primeiros anos de seu governo, expõe com clareza esta questão: "O individualismo excessivo, que caracterizou o século passado, precisava encontrar limite e corretivo na preocupação predominante do interesse social. Não há nessa atitude nenhum indício de hostilidade ao capital, que, ao contrário, precisa ser atraído, amparado e garantido pelo poder público. Mas, o melhor meio de garanti-lo está, justamente, em transformar o proletariado numa força orgânica de cooperação com o Estado e não o deixar, pelo abandono da lei, entregue à ação dissolvente de elementos perturbadores, destituídos dos sentimentos de Pátria e de Família"⁽¹⁹⁾. E, vinculando a regulamentação do trabalho às necessidades da economia asseverou que: "O trabalho justamente remunerado eleva-o na dignidade social. Além dessas condições, é forçoso observar que, num país como o nosso, onde em alguns casos há excesso de produção, desde que o operário seja melhor remunerado, poderá, elevando o seu padrão de vida, aumen -

(19) Vargas, Getúlio, A Nova Política do Brasil, Vol. II, pp. 97/98, Livraria José Olympio, RJ, 1938.

tar o consumo, adquirir mais dos produtores e, portanto, melhorar as condições do mercado interno"⁽²⁰⁾. Foi dentro destes parâmetros que o Estado Varguista concebeu a organização sindical: "A organização do trabalho, no sentido que se lhe deve dar, num momento conturbado de profundas transformações sociais e econômicas como o atual, não pode realizar-se, com proveito para as classes patronais e benefícios para os operários, senão mediante inteligente, ponderada e sistemática coordenação para conciliar e garantir os interesses mútuos".(...)

"No Brasil, onde as classes trabalhadoras não possuem a poderosa estrutura associativa nem a combatividade do proletariado dos países industriais e onde as desinteligências entre o capital e o trabalho não apresentam, felizmente, aspecto de beligerância, a falta, até bem pouco de organizações e métodos sindicalistas, determinou a falsa impressão de serem os sindicatos órgãos de luta, quando, realmente, o são de defesa e colaboração dos fatores capital e trabalho com o poder público"⁽²¹⁾. Foi exatamente dentro desse espírito de "colaboração de classes" e de subserviência ao Estado que se constituiu, nos primeiros anos da década de 30, os pilares da estrutura sindical brasileira⁽²²⁾.

(20) *Ibid*, Vol. V, p. 204.

(21) *Ibid*, Vol. III, pp. 143/144.

(22) É necessário ressaltar que durante a vigência da Primeira República foi criada uma legislação mínima, determinando as condições de organização dos sindicatos. A primeira regula-

Seu grande marco inicial datou de 1931, com o Decreto 19.770, pilar sobre o qual se erigiu a estrutura sindical brasileira e cuja caracterização foi expressa claramente pelo primeiro Ministro do Trabalho Lindolfo Collor, na exposição de motivos daquele Decreto:

"Os sindicatos ou associações de classe, serão os pára-choques dessas tendências antagônicas; os salários mínimos ,

mentação (Decreto nº 976) datou de 1903 e facultava aos profissionais da agricultura e da indústrias rurais a organização dos sindicatos para o estudo, custeio e defesa de suas terras. Este Decreto era restrito exclusivamente aos setores agrícolas. A regulamentação que estendeu o direito de sindicalização aos trabalhadores urbanos (Decreto nº 1.637), datou de 1907 e, "impregnado das concepções liberais da época, dava toda liberdade de associação aos diversos setores profissionais e determinava expressamente que os sindicatos profissionais constituir-se-iam livremente sem autorização do governo. Para o registro do sindicato, bastava indicar seus estatutos, os nomes de seus membros, sede, forma e finalidades. A direção deveria ser composta de brasileiros natos ou naturalizados, com mais de 5 anos de residência no País e no gozo de todos os direitos civis. A reunião de sete sócios bastava para o registro da associação. Os sindicatos que se constituíssem 'com espírito de harmonia entre patrões e empregados' poderiam ser considerados como representantes legais de classe". Rodrigues, L.M., Conflito Industrial e Sindicalismo no Brasil, Difel, SP, 1966, pp. 158/159, nota 71. Ver também, Moraes F., Evaristo, O Problema do Sindicato Único no Brasil, Editora Alfa-Omega, SP, 1979, pp. 186 e seguintes.

os regimes e as horas de trabalho serão assuntos de sua prerrogativa imediata, sob as vistas cautelosas do Estado"(23).

(23) Exposição de Motivos do Decreto 19.770, de 19 de março de 1931, em Louzada, A.J., Legislação Social e Trabalhista, D.N.T., 1933, pp. 402/3. No seu artigo primeiro este Decreto estabelecia o direito de organização sindical para as classes patronais e operárias, "que no território nacional, exercam profissões idênticas, similares ou conexas", objetivando a defesa de "seus interesses de ordem econômica, jurídica, higiênica e cultural". Como condições mínimas estabelecia: reunião de um mínimo de 30 membros, maiores de 18 anos, maioria de 2/3, no mínimo, de brasileiros natos ou naturalizados; cargos de administração ou representação "confiado à maioria de brasileiros natos com 10 anos no mínimo, de residência no País, só podendo ser admitido estrangeiro em número nunca superior a 1/3, e com residência efetiva no Brasil, de pelo menos 20 anos"; estabelece ainda a proibição de "toda e qualquer propaganda de ideologias sectárias, de caráter social, político ou religioso".

O Art. 2 vincula o reconhecimento do sindicato à aprovação do estatuto pelo Ministério do Trabalho.

O Art. 3 estabelece que os sindicatos, num número mínimo de três, poderão formar uma federação regional e, um mínimo de cinco federações poderá formar uma Confederação Brasileira do Trabalho (para operários) e uma Confederação Nacional da Indústria e Comércio, de caráter patronal. O parágrafo 2º deste artigo estipula que a constituição e funcionamento das federações e confederações só serão consideradas válidas após a aprovação dos respectivos estatutos pelo Ministério do Trabalho.

O Art. 4º estabelece que os sindicatos, as federações e confederações deverão mandar anualmente um relatório para o Mi-

(cont. Nota 23)

nistério do Trabalho, narrando entre outros itens, a situação financeira da organização.

O Art. 5º garantia o exercício de atividades assistencialistas dos sindicatos, além de que "serão considerados, pela colaboração de seus representantes ou pelos representantes das suas federações ou respectiva confederação, órgãos consultivos e técnicos no estudo e solução, pelo Governo Federal, dos problemas que, econômica e socialmente, se relacionem com os seus interesses de classe".

O Art. seguinte estabelece que "ainda como órgão de colaboração com o poder público, deverão cooperar os sindicatos, as federações e confederações, por conselhos mistos e permanentes de conciliação e de julgamento, na aplicação das leis que regulam os meios de dirimir conflitos suscitados entre patrões, operários ou empregados".

O Art. 7º estabelece o direito dos sindicatos, como pessoas jurídicas, de firmarem convenções ou contratos de trabalho dos seus associados com outros sindicatos profissionais, como empresas e patrões, nos termos da legislação a respeito decretada.

O Art. 8º dá ao sindicato o direito de reivindicar melhoria e uniformização salarial, regulamentação da jornada de trabalho em geral e do trabalho das mulheres e menores, fiscalização das condições de higiene, etc.

O Art. que trata da unidade sindical (Art. 9º) estabelece que, quando existir mais de um sindicato ou associação, será reconhecido aquele que reunir 2/3 da mesma classe, e se isto não acontecer, o que reunir maior número de associados.

O Art. 10 faculta aos "sindicatos de patrões, de empregados e de operários, celebrar entre si, acordos e convenções para defesa e garantia de interesses recíprocos" que serão ratifi

(cont. Nota 23)

cados pelo Ministério do Trabalho.

O Art. 11 estabelece a inexistência de distinção "entre empregados e operários" e entre "operários manuais e operários intelectuais". Não são considerados empregados os funcionários públicos (terão um estatuto específico) nem os que prestam serviços domésticos (regulamentação à parte).

O Art. 12 proíbe o sindicalizado de filiar-se a "sindicatos internacionais". As organizações de classe somente poderão filiar-se a organizações internacionais mediante a aprovação do Ministério do Trabalho.

A proibição à classe patronal de despedir, suspender e rebaixar de categoria, salário ou ordenado ao trabalhador sindicalizado é estabelecida pelo Art. 13, sendo estipuladas penalidades (indenizações) no caso de ocorrerem tais infrações. A transferência de local de trabalho, que prejudique a atividade sindical do trabalhador é proibida pelo Art. 14.

No Art. 15 fica patente a intervenção governamental nos sindicatos: "Terá o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, junto ao sindicato, às federações e confederações, delegados com a faculdade de assistirem às Assembléias Gerais e a obrigação de, trimestralmente, examinarem a situação financeira dessas organizações, comunicando ao Ministério, para os devidos fins, quaisquer irregularidades, ou infrações do presente decreto".

As penalidades para o não cumprimento dos itens estabelecidos neste decreto aparecem no Art. 16. Variam desde multas até o fechamento do sindicato, federação ou confederação pelo prazo de seis meses, além de "destituição da diretoria ou sua dissolução definitiva". Neste último caso, nomeará o Ministro um delegado que dirigirá a associação até a eleição, no prazo máximo de 60 dias, de nova direção.

Este Decreto, apesar de contar em sua elaboração com a assinatura de antigos militantes sindicais como Joaquim Pimenta e Evaristo de Moraes, criou as condições sobre as quais, pouco a pouco, se consolidou a estrutura sindical brasileira. Entre seus princípios básicos já estipulava a subordinação dos sindicatos ao Estado, através da intervenção do Ministério do Trabalho junto as diretorias, junto às próprias assembleias e através do controle financeiro exercido sobre os recursos dos sindicatos. O seu caráter desmobilizador também se expressava nas restrições impostas a atuação dos estrangeiros, que constituíam a parcela politicamente mais avançada dentre os operários, além da proibição explícita ao sindicato de exercer qualquer atividade política e ideológica.

Lembre-se, mais uma vez, que este Decreto fundamentava-se noutro princípio, - que muitos atribuem ao Corporativismo - o da colaboração entre as classes. Quanto ao seu verdadeiro caráter desmobilizador e controlador do movimento sindical autônomo até então existente, parece não haver dúvida. Mostrarei, inclusive, como foi incansável a luta dos setores mais avançados

(cont. Nota 23)

As multas não pagas serão cobradas pela Justiça Federal (Art. 17).

O Art. 19 determina que "Quando a caixa de uma organização sindical registrar quantia superior a 2:000\$, em dinheiro ou em apólices, será, de dois em dois meses, recolhido o excedente desta quantia ao Banco do Brasil ou às suas agências". No caso de dissolução de uma associação, nas condições previstas neste Decreto, o seu patrimônio será, a critério do Ministro, destinado a institutos de assistência social (Art. 20).

do movimento sindical pelo repúdio e pela desconsideração desta determinação do Ministério do Trabalho.

Creio entretanto, que a denominação de sindicalismo corporativista para essa estrutura que aí se iniciava é algo que, se válida quando criticada pelos militantes operários na sua luta cotidiana contra essa legislação sindical repressiva, mereceria por parte dos estudiosos um aprofundamento maior, que aqui, por fugir do objetivo deste estudo, não farei. Porém, parece relevante apontar algumas considerações a este respeito.

Evaristo de Moraes Filho, estudioso do sindicalismo brasileiro faz, dentro de uma perspectiva jurídicista, considerações significativas. Comentando as referências ao Decreto 19.770, por alguns entendido como de inspiração "comunista" e por outros como "fascista", dirá, negando as duas denominações: "Nem uma, nem outra. Se houve legislação que mais de próximo inspirasse o Decreto de 1931, essa teria sido a legislação francesa"⁽²⁴⁾. Frente a essa mesma questão, Joaquim Pimenta nega qualquer caráter "fascista" ou "comunista" ao Decreto: este "Fora, ao contrário, elaborado tendo-se em conta a situação das classes trabalhadoras no Brasil; os obstáculos que se antepunham à sua organização e a uma política social que fosse a expressão de interesses que teriam de

(24) Moraes F., Evaristo, op. cit., p. 221.

ser ritmados por um regime legal que resultasse de uma aproximação dessas classes com o Poder..."(25).

Ao afirmar que, "Sem dúvida alguma, o critério geral, básico, era o das profissões idênticas, similares ou conexas, à maneira da lei francesa"(26), Evaristo de Moraes Filho aproxima-se da exposição de motivos do Decreto 19.770 onde não faltam referências de Lindolfo Collor a legislação sindical francesa (especialmente às leis de 1884 e 1919) além de juristas e pensadores como Duguit, cuja obra "está impregnada desse mesmo espírito de colaboração social", como "grande mestre do Direito Hauriou" à "previsão genial de Augusto Comte que já havia divisado que nem todas as relações entre os indivíduos de uma mesma sociedade podem ser enquadradas dentro de regras comuns de Direito Privado", aos estudos dos contratos coletivos de trabalho de Raoul Jay, ao inglês Lord Melchett e a Fourgeaud, quando afirma que "O regime sindical é o antídoto dos abusos do poder econômico, ... ele constitui o ponto de equilíbrio pela equivalência das forças cujas tendências antagônicas limita"(27).

Não deixa de ser interessante a constatação de Waldyr Niemeyer, ao referir-se às exigências legais para a sindicalização: "Mas a prática e as condições do meio onde se desenro-

(25) Pimenta, Joaquim, "Direito Sindical Brasileiro", em Revista de Trabalho, 1935, cit. por Moraes F., Evaristo, op. cit., p. 222.

(26) Moraes, F., E., op. cit., p. 223.

(27) Lindolfo Collor, em "Exposição de Motivos do Decreto 19.770", em Louzada. A.J., op. cit., pp. 400/402.

la a vida de nossos operários fizeram surgir, em pouco tempo, três tipos perfeitamente distintos: os sindicatos por empresa, os sindicatos por indústria e os sindicatos por profissão ou ofícios propriamente ditos". E, procurando dar sustentação a sua afirmativa, após pesquisa efetuada junto à indústria têxtil (que, segundo estimativa da época aglutinava 200.000 operários) concluiu que, "dos 33 sindicatos reconhecidos das indústrias têxteis em todo Brasil, até 15 de julho de 1933, 5 eram patronais e 28 de empregados. Destes, 5 eram sindicatos de empresa, dividindo-se os restantes entre sindicatos por indústrias ou por profissões"⁽²⁸⁾.

Esses dados parecem relevantes uma vez que, se ao nível da legislação sindical a filiação incondicional do Decreto 19.770 ao corporativismo parece discutível, a sua implementação dá ainda margem a inúmeras dúvidas, especialmente se concordarmos com a caracterização de corporação, feita por Togliatti, segundo a qual dela participavam ou podiam participar "patrões e operários, capitalistas e proletários", numa composição baseada "na representação 'paritária' dos empregadores e dos empregados, dos técnicos e do Partido Fascista"⁽²⁹⁾. Ou ainda quando diz: "Vocês sabem que há vinte e duas corporações, um primeiro grupo que compreende um ciclo produtivo agrícola, um segundo grupo um ciclo de produção industrial, o terceiro as atividades dos serviços. Essas

(28) Niemeyer, Waldyr, "O Movimento Sindicalista no Brasil", cit. por Moraes, E., op. cit., p. 224.

(29) Togliatti, P., op. cit., pp. 102 e 111.

corporações vão da corporação dos cereais, que é a primeira, até a da hotelaria, que é a última. Por muito tempo se discutiu: deverão as corporações ser classificadas por categoria ou por produto? A discussão não era ociosa. Que representava a classificação das corporações por categoria? Em seu interior, seriam encontrados os representantes dos trabalhadores e dos patrões, seriam determinados ainda os contrastes em bases de classe. A organização por produto é, ao contrário, a organização dos representantes dos patrões e os operários de todas as categorias que contribuem para a produção de um determinado produto. Vocês vêem, por exemplo, na corporação dos cereais, entrarem os representantes dos patrões e dos trabalhadores dos moinhos, padarias, confeitarias, comércio de cereais, técnicos agrícolas, etc"⁽³⁰⁾.

Obviamente, esse caráter de "paridade" é ilusório, uma vez que os representantes operários são escolhidos burocrati-

(30) Ibid, p. 111. "Na organização por produto, o elemento que vem em primeiro plano é outro: a intervenção dos grupos mais fortes para impor sua vontade aos mais fracos. Quais os problemas discutidos na corporação? Se vocês olham os jornais, verão que aí só se discutem problemas concernentes às relações entre os diversos grupos de industriais, os problemas da organização da produção, enquanto que não são discutidas as relações entre patrões e operários, que com o tempo sem dúvida também serão tratadas. Mas é um fato que o fascismo, ao escolher esta via, indicava que o caráter que se pretendia dar à corporação era justamente o de assinalar uma nítida separação entre sindicatos e corporações". Togliatti, op. cit., p. 111.

camente entre os dirigentes sindicais fascistas, além do que a presença de representação do partido fascista e dos técnicos sempre favorece os patrões⁽³¹⁾.

O que aqui estou procurando apontar é que a corporação de trabalho, entendida por Krotoschin, como o organismo legal que, não obstante sua composição paritária, adquire o caráter de organismo unitário ao combinar em seu seio os dois grupos compostos pelos trabalhadores e patrões, para assumir a representação dos interesses do ramo de produção, não teve, no momento de origem da estrutura sindical brasileira, nenhuma implementação efetiva⁽³²⁾. A idéia de criação de organismos colegiados que integram os representantes do capital e do trabalho visando à direção da vida pública não encontrou aqui condições de desenvolvimento efetivo. Mais ainda, a estrutura sindical brasileira, em suas origens, não se assemelharia a nenhuma das tendências de corporativismo a que se referem os estudiosos da política social: nem ao corporativismo vertical, classicamente encontrado na Itália, que agrupa em um só organismo todos os elementos pertencentes a uma mesma categoria da produção, tendo em vista o seu ordenamento, não só enquanto interesse de um ramo profissional, senão também aquele relativo a economia nacional, nem ao corporativismo horizontal, que mantém o sindicato, porém englobado pela existência superior

(31) Ibid. p. 111.

(32) Krotoschin, "Instituciones de Derecho del Trabajo", citada por Zamora, L.A. e Cabenellas, G., Tratado de Política Laboral y Social, Vol. II, Editora Heliasta, Argentina, p. 297.

da corporação, de que se constitui a célula primeira. Apesar de persistirem os sindicatos patronais e de trabalhadores, ambos se aglutinam numa entidade superior: a corporação⁽³³⁾.

Porém, se estou procurando indicar que a estrutura sindical, nos primeiros anos de sua constituição, não conseguiu implementar-se dentro dos moldes do sindicalismo corporativista, parece-me inegável que ela incorporou algumas características que a aproximaram daquele sindicalismo; por exemplo, ao estruturar-se de forma verticalista, hierarquizada e burocratizada, ao subordinar os sindicatos ao Estado, ao propugnar uma política de "paz social", de colaboracionismo entre as classes e ao criar as comissões mistas entre o capital e o trabalho para a resolução dos conflitos trabalhistas.

Há que se reconhecer também que o Estado brasileiro já na década de 30 apropriou-se de algumas características do Estado corporativista. Isso pode ser percebido na Constituição de 1934 e na Carta outorgada de 1937. Mas faz-se necessário lembrar que a própria Constituição de 1934, se de um lado criava o direito de representação classista, de outro lado não rompia com os pressupostos liberais oriundos de todo o período republicano⁽³⁴⁾.

(33) Zamora, L. e Cabanellas, G., op. cit., p. 298.

(34) "Mas a grande novidade criada pela Constituição de 34 foi a representação profissional das classes junto ao Congresso Político, eleito este diretamente por sufrágio universal. Dispunha sobre a matéria o Art. 23, do parágrafo 3º ao 9º. Os deputados das profissões eram eleitos na forma da lei ordinária por sufrágio indireto das associações profissionais com-

Como enfatiza W. Vianna, a Constituição de 34 marca "uma esdrúxula combinação de liberalismo com corporativismo", onde, além da representação classista, permanece o fundamento republicano do federalismo - existência da Federação - além dos direitos garantidores da liberdade individual. Essa ambigüidade transparece, ainda mais, quando se toma o artigo 120, § único, que estabelecia "a

preendidas para esse efeito, e com os grupos afins respectivos, nestas quatro divisões: lavoura e pecuária; indústria; comércio e transportes; profissões liberais e funcionários públicos. Excetuando a última categoria, devia existir em cada uma delas, dois grupos eleitorais distintos: um, das associações de empregadores; outro, das associações de empregados. Tudo deveria ser feito de modo a garantir a representação igual de uns e de outros. Constituíam os grupos os delegados das associações, eleitos mediante sufrágio secreto igual e indireto por graus sucessivos". Moraes, E., op. cit., p. 239. Em outras palavras, seria este o processo de escolha dos "representantes classistas": os sindicatos dos trabalhadores de todo o País deveriam enviar "delegados eleitores" para o Rio de Janeiro, onde, reunidos no prédio do Ministério do Trabalho, escolheriam 18 representantes à Assembléia. O mesmo procedimento deveria ser seguido pelos sindicatos patronais, que teriam 17 representantes. Restavam 2 representantes dos funcionários públicos e 3 das profissões liberais. A estes 40 "delegados classistas" se somaram 214 deputados eleitos em 03/maio/33. Ver Dulles, J.W.F., Getúlio Vargas - Biografia Política, Editora Renes, RJ, pp. 141/2.

pluralidade sindical e a completa autonomia dos sindicatos". Mesmo sabendo que este artigo foi desconsiderado pelo Decreto 24.694, é patente a preservação nesta Carta, de alguns fundamentos jurídicos liberais⁽³⁵⁾.

A Constituição de 1937, ainda que tenha avançado em direção aos pressupostos jurídicos corporativistas - e onde não poucos artigos foram literalmente traduzidos da Carta Del Lavoro do Fascismo italiano - não chegou a implementar o Artigo 140 que estabelecia que "a economia de produção será organizada em corporações, e estas, como entidades representativas das forças de trabalho nacional, colocados sob a assistência e a proteção do Estado, são órgãos deste e exercem funções delegadas do poder político". Este, um dos aspectos da essência do corporativismo em nenhum momento teve sua efetiva implementação⁽³⁶⁾.

(35) Luiz W. Vianna, op. cit., p. 154. Se de um lado o Decreto 24.964, de 12 de julho de 1934, mantinha o princípio da pluralidade sindical atendendo à pressão exercida sobretudo pelos católicos, de outro mantinha o mesmo espírito de controle do Estado sobre as entidades sindicais. Ver, sobre este Decreto, Martins, Heloisa de S., O Estado e a Burocratização do Sindicato no Brasil, Editora Hucitec, pp. 54/59 e Moraes, E., op. cit., p. 226.

(36) Luciano Martins, ao desenvolver a noção de Estado Corporativista, chega a apontar que "Embora a Constituição de 1937 previsse que a economia de produção será organizada em corporações e estas ... colocadas sob a assistência e a proteção do Estado" (Art. 140), este dispositivo nunca foi aplicado. Nem era necessário que o fosse, porque o corporativismo já estava instituído na prática, por intermédio dos contro-

4. A Resistência Operária ao Controle Sindical

Dentro desse processo de transição "pelo alto" verificado em 1930, onde houve a exclusão de qualquer participação operária na direção econômica, social ou política do país, a luta pela autonomia e preservação dos sindicatos ganhou um aspecto particularmente importante na luta da classe operária pelo atendimento de suas necessidades e de seus interesses de classe. Creio, inclusive que esta luta sindical, agregada à luta econômica grevista desencadeada na primeira metade da década de 30, dá o quadro da dimensão da luta e do nível da consciência operária, especialmente se a estas lutas acrescentarmos a atuação propriamente política da classe operária. Com isso tenta-se responder a formulação inicial onde se procura entender em que medida houve o interesse da classe operária em colocar-se acima da imediatidade, de perceber o momento imediatamente importante, e assim superá-lo⁽³⁷⁾.

A resistência do movimento sindical autonomista às normas oficialistas estabelecidas pelo Decreto 19.770 pode clara-

les exercidos pelo Estado sobre as associações de classes e pela criação de órgãos técnicos através dos quais os representantes patronais participavam da tomada de decisões. Estes órgãos técnicos datam do começo dos anos 30". Martins, Luciano, Pouvoir et développement économique, Editora Anthropos, Paris, 1976, cap. 2.

(37) Lukács, G., Historia y Conciencia de Clase, op. cit., pp. 58/59.

mente mostrar que houve fracasso na política sindical Varguista na primeira metade da década de 1930⁽³⁸⁾. O pequeno número de sindicatos operários reconhecidos pelo Ministério do Trabalho até outubro de 1934 é um dado empírico extremamente significativo (ver tabela I)⁽³⁹⁾.

Somente 288 sindicatos ligados à indústria de transformação subordinaram-se às exigências da Lei de Sindicalização. Em São Paulo, por exemplo, somente 43 sindicatos eram oficiais ; no Rio de Janeiro, 41. Estas duas sedes mais industrializadas tinham somente 25% dos sindicatos reconhecidos pelo Ministério do Trabalho. Rio Grande do Sul e Minas Gerais participavam com 25,5%. À medida em que se caminha em direção a áreas com menor índice de industrialização como Bahia, Santa Catarina, Pernambuco, Pará, Paraná, Sergipe, Espírito Santo, Amazonas, Maranhão e Piauí, torna-se maior o número de sindicatos reconhecidos. Nestas regiões os índices aproximam-se a 50% do total⁽⁴⁰⁾. Nas áreas mais industrializadas, onde a combatividade operária era mais constante, percebe-se uma resistência maior à incorporação do sindicato pelo Estado. Não querendo fazer grandes inferências destes dados empíricos, gostaria de ressaltar a sua relevância para este trabalho. É justamente nas áreas com menor grau de industrialização que se percebe maior incorporação dos sindicatos à rede estatal. Avan

(38) Os dados abaixo foram extraídos de Vianna, L.W., op. cit., pp. 142/146.

(39) Ibid, p. 142.

(40) Ibid, pp. 143/144.

ço outra conclusão, que desenvolverei ao longo deste capítulo e que complementa a afirmativa anterior: a penetração do "Sindicalismo de Estado" deu-se inicialmente nas categorias mais atrasadas, sem experiência de luta e sem combatividade para posteriormente atingir aquelas mais avançadas.

Entre 1931/33, diz W. Vianna, momento em que a estrutura verticalista tenta se implementar no sindicalismo brasileiro, em São Paulo a classe operária conseguiu conservar sua organização autônoma até, pelo menos, durante o ano de 1933 (ver tabela II). Em 1934 o Decreto nº 24.694 recuava frente a pressão operária, fazendo voltar a "pluralidade sindical e a completa autonomia dos sindicatos". Concretamente, porém, "persistiam as limitações à autonomia sindical decorrentes em última análise da definição do sindicato como órgão 'de colaboração com o Estado'"⁽⁴¹⁾.

Como demonstra a tabela II, após um período de incorporação intensa (1933) já no ano de 1934, com os novos ares liberalizantes, a resistência sindical autonomista levou a uma queda no crescimento dos sindicatos oficiais (queda que atinge 20% dos sindicatos nacionais, 48% em São Paulo e 60% no Distrito Federal).

Após a onda repressiva desencadeada pela Lei de Segurança Nacional, de 04 de abril de 1935, e o fracasso do Movimento Aliancista, foi praticamente impossível à classe operária ope-

(41) Rodrigues, José Albertino, Sindicato e Desenvolvimento no Brasil, Difel, SP, 1968, p. 85.

rar nos quadros de um sindicalismo autônomo. Um dos dispositivos da Lei de Segurança Nacional dissolvia a Confederação Unitária Sindical; outro limitava o direito de greve a "motivos pertinentes às condições de trabalho"⁽⁴²⁾.

Já em 1936, forçado pela reversão total da conjuntura, o sindicalismo oficialista aumenta em 55%. Cita ainda W. Vianna, para caracterizar esta reversão, que, durante o período de atuação da ANL, o número de sindicatos reconhecidos pelo Ministério do Trabalho tinha sofrido um decréscimo de 73%.

Significativo ainda é lembrar que, enquanto os setores operários lutavam para não se subordinarem ao Sindicalismo de Estado, o patronato atendia vigorosamente ao apelo estatal (ver tabela III em anexo). No Estado de São Paulo o índice de sindicalização dos setores patronais supera em muito o das classes trabalhadoras. Enquanto aqueles vêem quadruplicado o número de sindicatos reconhecidos entre 1933/34, os sindicatos operários decresceram em 52%⁽⁴³⁾.

(42) Vianna, L.W., op. cit., p. 200.

(43) Ibid, pp. 145/146.

TABELA I

Sindicatos reconhecidos pelo Ministério do Trabalho até outubro de 1934: Indústria.

ESTADOS

Sindicatos por profissões	DF	SP	MG	RS	RJ	BA	PE	SC	ES	PA	SE	FR	AM	AL	MA	PI	Totais
Alfaiates	1	-	2	1	1	-	-	-	1	-	-	-	1	-	-	-	7
Chapeleiros	1	1	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4
Ceramistas	1	1	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4
Sapateiro	1	1	2	1	-	-	1	-	-	1	1	1	1	1	1	-	12
Construção Civil	1	6	10	7	14	6	3	4	5	1	1	2	1	-	-	2	63
Construção Naval	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2
Calafates	1	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2
Confeiteiros	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Eletricistas	1	-	-	-	2	1	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	5
Gráficos	1	-	3	2	2	1	-	1	1	1	1	1	-	-	1	-	15
Ladrilheiros	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Marmoristas	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	2
Magarafes	-	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	1	1	-	-	4
Marceneiros	1	1	2	6	1	1	-	-	-	1	1	-	-	-	-	-	14
Metalúrgicos	1	6	1	4	4	2	1	2	-	1	-	1	1	-	-	1	25
Mineiros	-	-	2	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3
Madereiros	-	-	-	1	-	-	1	1	-	-	-	-	1	-	-	-	4
Padeiro	1	3	1	3	3	2	1	1	1	-	-	-	-	-	1	-	17
Saboeiros	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Tecelões	3	11	4	2	7	1	3	3	1	-	3	-	-	2	1	-	41
Tintureiros	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2
Vidreiros	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2
Refinação de Banha	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2
Fabricação de Bebidas	1	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	4
Cortumes	1	1	1	3	-	1	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	8
Frigoríficos	1	3	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5
Fabricação de Gás	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Fabricação de Papel	1	-	-	-	4	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	6
Petróleo	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Pedreiras	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2
Laticínios	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Fabricação de Fósforos	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	2
Sabão e Vela	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Fumos e Cigarros	-	-	-	-	-	1	-	1	-	1	-	-	1	-	-	-	4
Barriqueiros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1
Confecções	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2
Usinas e Refinação de Açúcar	1	-	1	-	3	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7
Farinha e Massas Alimentícias	-	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2
Moinhos	-	1	-	1	-	2	1	1	-	1	-	-	-	-	-	-	7
Fabricação de Carbonato de Cálcio	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1

T O T A I S

27 43 33 41 44 20 13 15 9 9 8 8 7 4 4 3 288

FONTE: Arquivo do Ministério do Trabalho

Extraído de Vianna, Luiz W., op. cit., p. 143.

TABELA II

Número de sindicatos reconhecidos anualmente
entre 1931 e 1936: DF, SP e Brasil (1933 = 100)

	1931		1932		1933		1934		1935		1936	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
DF	21	105	25	125	20	100	8	40	13	65	11	55
SP	2	4	6	11.5	52	100	27	52	16	31	13	25
Brasil	39	15	116	45	259	100	208	80	69	27	106	41

Fonte: Boletins do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, nº 11, de julho de 1935, e de nº 31, de março de 1937. Extraído de Vianna, Luiz W., op. cit., p. 144.

TABELA III

Número de sindicatos patronais reconhecidos anualmente: DF, SP e Brasil

	1931	1932	1933	1934
DF	1	2	26	32
SP	2	2	21	83
Brasil	3	4	79	273

Fonte: Boletins do Ministério do Trabalho, da Indústria e do Comércio, nº 11, de julho de 1935, e nº 31, de março de 1937. Extraído de Vianna, Luiz W., op. cit., p. 145.

No mesmo sentido são as conclusões de Annez A. Troyano que, em trabalho recentemente publicado, mostrou os poucos resultados oriundos da implantação da "Lei de Sindicalização". De início são reconhecidos pelo Ministério do Trabalho 39 sindicatos em todo o país; o Distrito Federal, sendo sede do Ministério e dispondo de elevado contingente de trabalhadores, contou com 21 sindicatos oficializados, seguido do Paraná com 10, do Rio de Janeiro com 4 e de São Paulo e Sergipe com 2⁽⁴⁴⁾.

O estudo relativo à imprensa permitiu mostrar de que maneira os vários setores da massa assalariada reagiram frente à política de controle sindical. Isto pode ser detectado através da pesquisa sobre a atuação dos trabalhadores gráficos, da indústria hoteleira e similares, metalúrgicos, trabalhadores da Light, ferroviários, têxteis, bancários e comerciários, que constituíam as categorias mais importantes no início dos anos 30.

Para que se tenha um panorama da dimensão quantitativa da classe operária nos idos de 1934, reproduz-se aqui um quadro sobre a população operária, por ramos de atividades:

(44) Troyano, Annez A., Estado e Sindicalismo, Editora Símbolo, SP, 1978, p. 35.

(45) Carone, Edgard, A República Nova, Difel, SP, 1974, p. 101. Já o Jornal A Platêa, de 25/07/1934, traz os seguintes dados sobre a composição da classe trabalhadora:

Indústria Têxtil	200.000
Transportes	180.000
Indústria Madeira	80.000

<u>Atividades</u>	<u>Nº de Operários</u>
Indústria Têxtil	210.000
Construção em Geral	200.000
Metalúrgica	160.000
Indústria de Madeira	100.000
Couros, Cortumes e Artefatos (inclusive calçados) e objetos de luxo e fantasia	100.000
Vestuário e Toucador(exclusive calçados)	70.000
Mineração	40.000
Cerâmica e Vidrarias	36.000
Energia Elétrica	30.000
Produtos Químicos	<u>25.000</u>
T O T A L	971.000 (45)

Energia Elétrica	80.000
Metalúrgica	40.000
Alimentação	30.000
Cerâmica e Vidros	30.000
Mineração e Indústria	
Extrativa Vegetal	20.000
Construção Civil	20.000
Ind. Química	20.000
Vestuário e Toucador	20.000
Impressão	<u>10.000</u>
	730.000

Os Trabalhadores da Indústria Hoteleira e Similares

A atuação dos trabalhadores da indústria hoteleira e similares mostrou a relutância deste setor em aceitar a oficialização dos sindicatos. Essa categoria, de extrema combatividade na década de 1930, objetivava, além das conquistas trabalhistas reivindicadas pelos demais assalariados, o reconhecimento da sua condição de operários, pois somente dessa forma poderia gozar das vantagens sociais que estavam sendo obtidas. (O Ministério do Trabalho designava essa categoria como constituída de "empregados domésticos").

No que se refere à luta sindical, os trabalhadores da indústria hoteleira eram incisivos em sua atuação. Em matéria publicada em seu jornal iniciam indagando: "Pode o Ministério do Trabalho Defender os Interesses Proletários?" E respondem: O Governo "organiza finalmente o Ministério do Trabalho à frente do qual está um ministro burguês, que organiza sindicatos cujos estatutos ele aprova, controlando sua ação e suas finanças, que cria comissões de arbitragem para resolver as desinteligências entre patrões e empregados e que as ditas comissões se compõem de um representante dos patrões, um dos empregados e um do Ministério. Portanto, da composição da comissão se compreende que quem resolve é o Ministério. E sendo esse Ministério departamento do governo dos patrões, todas as questões tem de ser resolvidas de acordo com os interesses patronais. É verdade que, uma ou outra vez, farão a nós, trabalhadores, algumas concessões, quando vejamos que estamos dispostos a conseguí-las e para não se desmascararem de todo perante as massas trabalhadoras"(46).

(46) Nossa Voz, Órgão de Defesa dos Trabalhadores da Indústria Hoteleira e Similares, 01/12/33.

Acentuando suas críticas, diziam que "a sindicalização criada pelo outubrismo é a reprodução fiel da Carta Del Lavoro, imposta a ferro e fogo pelas camisas negras ao proletariado italiano".

Colocaram-se também "contra a Fascistização do Movimento Sindical", apoiando a repulsa de 40 sindicatos no Rio Grande do Sul que devolveram a carta de sindicalização, com a declaração pública de que o "Ministério do Trabalho foi criado para exercer o controle dos sindicatos, com o único objetivo de, através de uma série de enganos e de manobras, facilitar aos patrões a realização de sua política de diminuição de salários, de aumento de horas de trabalho, para não cumprir as leis que favorecem os trabalhadores". Postulavam ainda uma luta independente, fora dos marcos do sindicalismo oficial, como a única forma de defesa dos interesses operários⁽⁴⁷⁾.

É relevante ressaltar que a maioria dos sindicatos existentes até 1930, que efetivavam uma prática autonomista e representativa, não aceitaram passivamente o seu enquadramento nos marcos do sindicalismo oficial. É o que se depreende da carta do Sindicato dos Empregados em Hóteis e Similares de Santos à Nossa Voz:

"Levamos ao vosso conhecimento que na penúltima assembléia da corporação foi aprovado por unanimidade de votos não reconhecer o Sindicato Único dos Empregados em Hóteis e Con-

(47) Nossa Voz, 01/03/34.

gêneres de São Paulo, fundado de acordo com o Decreto 19.770 da Lei de Sindicalização porque de fato o dito Sindicato Único não representa a corporação de São Paulo e foi fundado por indivíduos ligados ao patronato para dividir os trabalhadores das indústrias hoteleiras, pois desde a existência dele tem-se notado retroceder em vez de defender as reivindicações e nossos direitos"(48).

A pesquisa junto a esta categoria mostrou ainda a intensa campanha desencadeada em 1934 pela formação de uma FRENTE ÚNICA SINDICAL, cujo programa incluía uma proposta de unidade sindical autônoma da classe operária em oposição à oficialização dos sindicatos, além de um conjunto de reivindicações econômicas imediatas. Lembre-se, ainda, que os trabalhadores da indústria hoteleira, categoria que deflagrou inúmeras greves visando a melhoria das condições de trabalho era filiada à Federação Sindical Regional de São Paulo e a Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil, ambas dirigidas pelos comunistas, que no início dos anos 30 intensificaram a sua atuação no movimento sindical(49).

(48) Nossa Voz, 15/07/34.

(49) Ainda dentro dessa categoria, mostrando a diversidade e heterogeneidade do movimento sindical neste momento, existia a União dos Empregados em Café, que era filiada à Federação Operária de São Paulo e nitidamente influenciada pelo anarco-sindicalismo. A leitura da imprensa operária demonstra uma inexpressiva influência dessa União junto à massa assalariada deste setor.

Os Trabalhadores Gráficos

Outra categoria que pesquisei foi a dos trabalhadores gráficos. Organizados na União dos Trabalhadores Gráficos (U.T.G.), essa categoria mostrou uma prática combativa e autonomista. Existente desde 1919, a U.T.G. teve participação importante em vários movimentos grevistas como o de 1929, quando sobre ela se abateu uma intensa repressão. Já no ano seguinte os gráficos recuperaram sua combatividade, conforme as palavras enunciadas em seu jornal de classe:

"Hoje, como ontem, a atividade da U.T.G. é de defesa intransigente dos interesses diretos da corporação e da causa geral do proletariado, na qual os princípios se integram. Hoje, como ontem, o sindicato gráfico, para viver, precisa lutar, a fim de conservar as conquistas que já realizou no passado e que o inimigo de classe pretende arrancar-lhe em todas as oportunidades. Novas reivindicações se apresentaram, entretanto. Entre outras, a resistência a manobras patronais do Ministério do Trabalho, a abolição da carteira profissional e da "Lei de Sindicalização", - açaimo fascista que se pretende aplicar no proletariado do país. Neste sentido, a organização de um comitê inter-sindical de combate, patrocinado pela U.T.G. e destinado a realizar a frente única de todas as organizações atualmente existentes em São Paulo, em torno de questões imediatas que interessam a todos, é de um grande alcance prático"⁽⁵⁰⁾.

(50) O Trabalhador Graphico, 25/05/32, Órgão da União dos Trabalhadores Graphics de São Paulo.

Imbuída de uma prática combativa, a U.T.G. não deixou de denunciar as características da Lei de Sindicalização : "A mais completa liberdade de organização é portanto a nossa mais imediata reivindicação. Sob o controle direto ou indireto do Estado, os sindicatos operários não serão mais que instrumentos da política patronal no seio da classe trabalhadora, a união dos trabalhadores será quebrada, a burguesia imporá a sua vontade".

E sobre a Lei de Sindicalização enfatiza:

"O traço característico do governo surgido da vitória do movimento de 1930 foi a tentativa de fazer frente às tendências espontâneas das corporações operárias a organizarem-se dentro de sindicatos de luta de classes.

"O controle desejado das organizações operárias pelo Estado está expresso na famigerada Lei de Sindicalização, a única lei na 'República Nova' pode-se dizer, que não engana, que não nega os seus fins. O objetivo do Decreto 19.770 é limitar a ação direta do proletariado nas suas reivindicações, isto é, cercar a nossa defesa nas lutas quotidianas contra o patronato pela interposição do aparelho burocrático do Ministério do Trabalho. Ao mesmo tempo que amortece o espírito de luta da massa operária, a lei de sindicalização organiza o controle do Estado sobre a vida das organizações sindicais"⁽⁵¹⁾

(51) O Trabalhador Graphico, 25/05/32.

É bastante significativa a discussão travada entre a União dos Trabalhadores Gráficos de São Paulo e a União dos Trabalhadores em Livros e Jornais do Rio de Janeiro (U.T.L.J.) em torno da autonomia sindical. Esta entidade sofria constantes críticas da U.T.G. porque subordinava-se às normas estabelecidas pelo Decreto 19.770 e porque advogava que qualquer alteração dos estatutos do sindicato estaria na dependência de uma modificação da Lei de Sindicalização. A U.T.G. criticava violentamente essa concepção oficialista da U.T.L.J. mostrando que "a quebra de relações com o Ministério do Trabalho não jogaria o vosso sindicato na ilegalidade como afirmais, pois este continuaria com a sua personalidade jurídica garantida pelo Código Civil"⁽⁵²⁾.

Na verdade, essa crítica da U.T.G. a U.T.L.J. reflete a realidade do sindicalismo brasileiro no momento de implantação da estrutura sindical Vargasista: de um lado a resistência dos sindicatos mais organizados e combativos à sujeição ao Ministério do Trabalho. De outro, a existência de sindicatos que, ou já nasceram dentro das condições impostas pela Lei de Sindicalização - isto quando foram criados depois de março de 1931 - ou que não conseguiram manter-se autônomos com relação ao Estado, pedindo logo o seu reconhecimento. Ora, como já se viu quando do estudo da "Lei de Sindicalização", o pedido de reconhecimento implicava na aceitação das condições impostas pelo Ministério do Trabalho.

(52) O Trabalhador Graphico, n.º 11.

Com relação a esta situação os gráficos de São Paulo são claros na sua concepção de luta sindical:

"Nos sindicatos oficializados a luta deve ter por objetivo imediato, a reforma de estatutos para livrá-los da canga do Ministério do Trabalho. As corporações já divididas pela fundação de sindicatos oficiais devem conduzir a luta sob a bandeira do sindicato livre e pela fusão dos organismos sindicais. Aqui em São Paulo, onde a política do Ministério do Trabalho não pode firmar-se ainda por causa não só dos interesses políticos burgueses, mas também, e principalmente, pela existência de uma decisiva vanguarda operária, crescem as organizações no sentido de fazer uma frente única de ferro contra a sindicalização, de não deixar medrar a má semente do divisionismo, de lutar sistematicamente contra as tendências da cisão nas corporações, de organizar os desorganizados"⁽⁵³⁾. E, encampando a proposta de frente única sindical já lançada por outras categorias propõem as seguintes palavras de ordem: liberdade de organização, contra a Lei de Sindicalização, pela manutenção da Lei de Férias, pela participação do operário dentro do seu sindicato e pela criação de um grupo de coordenação do movimento sindical autônomo.

Com relação a este último ponto - sobre a formação de um "Comitê Inter-Sindical" - os gráficos argumentavam que, independente dos organismos federativos existentes, a classe operária de São Paulo ressentia-se da falta de um organismo inter-sindical que, colocado acima dos choques entre as tendências sin

(53) O Trabalhador Graphico, 10/12/32.

dicais e políticas, pudesse apresentar na luta contra os interesses capitalistas a indispensável unidade de ação⁽⁵⁴⁾.

A pesquisa junto aos gráficos permite concluir que também nesta categoria foi intensa a luta pela preservação dos sindicatos autônomos e representativos, fora das determinações do Decreto 19.770. É importante também ressaltar que os gráficos foram fortemente influenciados pelos comunistas desde os fins da década de 20. Depois de 1931 a influência será ainda maior, mas desta feita pela chamada Liga Comunista, tendência trotskysta que se separou do P.C.B.

Mas, se foi possível durante alguns anos o exercício desta atuação sindical autônoma e independente do Estado, o estudo desta categoria mostrou que, também ela, a partir de um determinado momento subordinou-se às determinações legais. Em seu jornal, datado de 7 de fevereiro de 1935, anunciava que o sindicato procurava adaptar-se às novas condições da legislação do país e para tanto requereu o seu reconhecimento junto ao Ministério do Trabalho⁽⁵⁵⁾. Apesar disso, ainda se depreende da leitura deste jornal uma atuação combativa, pelo menos por algum tempo, não só pelas reivindicações econômicas imediatas, mas também pelo exercício de uma luta política explícita - por exemplo, a campanha intensa desencadeada contra a Lei de Segurança Nacional. Em seu editorial enfatizava ainda que a "U.T.G., nascida da

(54) O Trabalhador Graphico, 25/05/32.

(55) O Trabalhador Graphico, 07/02/35.

luta, não poderá fugir do imperativo destes combates, se não quiser preparar seu suicídio como órgão de luta de classes"⁽⁵⁶⁾.

O reconhecimento do Ministério do Trabalho foi da do no dia 23 de outubro de 1935, alterando inclusive a sua denominação: a U.T.G. passou a chamar-se Sindicato dos Trabalhadores Gráficos de São Paulo. É relevante constatar que o editorial do jornal, ao anunciar o reconhecimento do Ministério do Trabalho, fale em "nova fase da U.T.G.". Da leitura depreende-se uma clara mudança em sua orientação ai sim já subordinada aos ditames do Ministério do Trabalho: há um privilegiamento das conquistas "econômicas e morais" e apesar de se procurar enfatizar alguns momentos a necessidade dos gráficos continuarem na sua luta, aparece também a importância de se recorrer ao sindicato devido aos serviços ali oferecidos. É exatamente neste momento de crise do sindicalismo representativo que o assistencialismo implantou-se e arraigou-se em pouco tempo na estrutura sindical brasileira. É elucidativa a transcrição de trechos de um artigo datado de 10/dez./35:

"Alguns não querem ser sócios, alegando haver política extremista no seio de nosso sindicato; outros, não se contentando com isso, vão além, injuriam, caluniam e fazem péssima propaganda em torno do nosso sindicato. Os mais moderados saíram com as suas desculpas, dizendo que enquanto o sindicato não fosse reconhecido, eles não aderiam:

(56) O Trabalhador Graphico, 07/02/35.

Pois agora o nosso sindicato já é reconhecido; e o que esperam? ...

Imaginemos, em primeiro lugar, que cada companheiro tem em nossa biblioteca centenas de livros...

Em segundo lugar, assistência médica gratuita...

Em terceiro lugar, assistência dentária...

Em quarto, assistência jurídica...

Em quinto lugar, divertimentos gratuitos, bailes, etc.

Em sexto lugar, prática de esportes..."

E finaliza: "Companheiro! Se ainda vos resta um pouco de consciência e boa vontade, entrai imediatamente para o vosso sindicato"⁽⁵⁷⁾.

E no início de 1936, o jornal dos gráficos já estampará com ainda maior nitidez, sua nova orientação de atuar somente "dentro da ordem e da lei". É evidente a ambiguidade do sindicato neste nítido momento de transição. Apesar de comportar alguns traços de sua história anterior, em sua "nova fase oficialista" coadunava-se com a proposta Varguista de controlar politicamente os sindicatos e, ao mesmo tempo, procurava empreender uma "sindicalização maciça", através do oferecimento de um assistencialismo e da negação de qualquer atividade autêntica dos sindicatos.

(57) O Trabalhador Graphico, 10/12/35.

Os Trabalhadores Ferroviários

Nossa pesquisa estendeu-se também à categoria dos ferroviários, de destaque não somente na atuação do movimento grevista do início dos anos 30, como em todo período anterior. Os ferroviários, constituíam uma parcela significativa da massa assalariada. Porém, apesar da sua combatividade expressa nas manifestações grevistas, os ferroviários constituíam uma categoria bastante diversificada e heterogênea no que tange à sua orientação sindical. O Sindicato Ferroviário do Estado de São Paulo, embora fosse influenciado pela Federação Operária de São Paulo que seguia a orientação anarquista, sujeitou-se às determinações do Decreto 19.770. Seu reconhecimento datou de 17 de outubro de 1931, poucos meses após a publicação da "Lei de Sindicalização", o que causou estranheza e repúdio da própria F.O.S.P., que, nas palavras de seu dirigente disse: "E agora mesmo estamos francamente revoltados contra o procedimento de uma dessas (categorias): O Sindicato dos Ferroviários. Pela entrevista que o seu secretário deu à 'Platêa' acabamos de saber que os ferroviários estão em véspera de reconhecer a Lei de Sindicalização, o que nós consideramos uma traição considerável"⁽⁵⁸⁾. Apesar disto o programa sindical dos ferroviários refletia uma orientação que privilegiava as reivindicações mais imediatas, como a promoção do "melhoramento material, intelectual e moral dos ferroviários, estimulando a sua maior união e intensificando a solidariedade entre todos...", além de uma série de reivindicações específicas da categoria⁽⁵⁹⁾.

(58) A Platêa, 30/09/31.

(59) A Platêa, 01/02/32. Os ferroviários contavam também com e

Em 1934, quando do aparecimento do Sindicato Uniti vo dos Ferroviários, constituiu-se a oposição sindical dos ferroviários da Central do Brasil, também aqui com a participação predominante dos comunistas. O programa da oposição para a categoria ferroviária abrangia desde questões imediatas como aumento de salários, melhores condições de trabalho, até "direito de livre reunião, propaganda e imprensa independente, orientada na luta de classes", "abolição das punições e demissões e liberdade para todas os presos por questões sociais"⁽⁶⁰⁾.

Porém, a diversidade da categoria ferroviária era ainda maior. Composta por vários sindicatos, devido à existência de linhas ferroviárias distintas, destacava-se ainda a atuação do Sindicato dos Ferroviários da Noroeste, de nítida inspiração anti-fascistas e anti-integralista. Porém, a par dessa atuação, que transparecia nas críticas à Lei de Segurança Nacional - "Lei Monstro" -, onde os ferroviários enfatizavam que "A nossa consciência de classe deve repudiar com atos e ações todas as medidas adotadas pelos potentados com o fito de esmagar o proletariado e golpear as associações sindicais operárias" , este Sindicato sujeitou-se as determinações legais do Ministério do Trabalho. É o que

Sindicato Central dos Ferroviários da S.P. Railway que, além de ter participação atuante na condução das greves da categoria no ano de 1932, era aderente da Frente Única Sindical dirigida pelos comunistas em 1934. Ver A Platéia, 02/05/32 e Nossa Voz, 15/12/34 .

(60) Nossa Voz, 15/05/34.

se depreende do Relatório Social do Ano de 1934 onde afirmam que "com a nova Lei de Sindicalização tivemos de proceder a uma reforma de nossos estatutos, adaptando-o às exigências da lei vigente". Estes estatutos foram enviados para o Ministério do Trabalho em fins de dezembro (de 1934) e aprovados em julho de 1935⁽⁶¹⁾.

Orientação distinta encontramos no Sindicato dos Ferroviários da E.F. Araraquara e de interesse do Comércio e da Lavoura. Em artigo de primeira página, datado de 1934, elogiava a figura de Salazar que seguindo "com processos diferentes as doutrinas de Mussolini 'objetiva' reconstituir Portugal moral e materialmente". E conclui enfaticamente: "... porque não podemos pois adotar o fascismo que é a forma de governo que está renovando a Itália, Alemanha e Portugal?"⁽⁶²⁾

Os Trabalhadores Metalúrgicos

A categoria metalúrgica é outro bom exemplo da dualidade que caracterizou o sindicalismo brasileiro nos primeiros a

(61) Ver O Syndicato, Órgão do Sindicato dos Ferroviários da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, nº 15 (março/35), nº 16 (abril/35), nº 18 (junho/35) e nº 20 (outubro/35).

(62) O Trabalho, Órgão dos Ferroviários da Estrada de Ferro Araraquara e de Interesse do Comércio e Lavoura, 04/03/34. Já a pesquisa junto ao Sindicato dos Ferroviários da Estrada de Ferro Sorocabana demonstra uma fidelidade absoluta à política de controle sindical, a ponto de falar na "Força do Síndi

nos da década de 1930⁽⁶³⁾. De um lado existia, desde anos anteriores, a União dos Operários Metalúrgicos de São Paulo, exercendo uma ação autônoma frente ao Estado. Essa União, seguidora da orientação anarco-sindicalista, não aceitava as normas estabelecidas pela Lei de Sindicalização. Por sua vez, desde dezembro de 1932, iniciou-se o processo de criação do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, subordinado às normas oficiais. Decorrentemente, a categoria metalúrgica passou a ter dois organismos de representação: A União dos Operários Metalúrgicos, não reconhecida enquanto tal, mas com relativa representatividade e o Sindicato, que embora fosse reconhecido oficialmente, não contava com o respaldo da categoria. Percebe-se também, que a partir dos fins de 1934, começa a ser mencionada nas próprias atas a existência de uma oposição dentro do Sindicato. Apesar disto, a atuação desse sindicato foi sempre de cautela frente ao movimento sindical autonomista.

cato no Estado Novo", sabidamente uma fase de absoluto controle por parte do Estado Vargas sobre as atividades sindicais. Em O Syndicalista, agosto/setembro de 1933 e setembro de 1938. Órgão do Sindicato dos Ferroviários da E.F. Sorocabana.

- (63) Efetuei também a pesquisa junto ao Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de São Paulo. A consulta junto a esta categoria foi em parte dificultada pela inexistência da imprensa sindical naquele período. Apesar disso consegui apreender os pontos fundamentais da atuação dos metalúrgicos através da leitura das Atas do Sindicato durante os anos 1933-35, além da consulta aos jornais A Platêa e A Plebe, extremamente ricos em dados referentes ao movimento operário.

E foi assim que, ainda em 1933, participaram da discussão da proposta de constituição de uma Frente Única Proletária⁽⁶⁴⁾. Em novembro de 1934, em decisão da Assembléia da categoria, a direção dos metalúrgicos resolveu não aceitar a proposta do Sindicato dos Bancários, para engrossar fileiras da Frente Única Sindical⁽⁶⁵⁾.

Em junho de 35 o Sindicato dos Metalúrgicos recusou o convite da Aliança Nacional Libertadora, que solicitava a sua adesão junto àquele movimento. Escolhida uma comissão para debater com os representantes da A.N.L., a comissão deliberou pela não participação no movimento aliancista.

O que se conclui da atuação sindical dos metalúrgicos é que ela se limitava quase que exclusivamente ao terreno da atuação econômica, visando o aumento salarial e a instituição do salário mínimo. Ainda dentro das determinações da Lei de Sindicalização, os metalúrgicos empenharam-se em contatos com os sindicatos do interior, visando a constituição da Federação Metalúrgica de São Paulo. Foi só em novembro de 1935, quando da realização da I.^a Concentração dos Operários Metalúrgicos de São Paulo que, junto com várias outras categorias, como os operários em tração, força e luz, tecelões, marceneiros, trabalhadores da Light, bancários e metalúrgicos de Campinas, os metalúrgicos de São Paulo avançaram em sua atuação, dando sua adesão à União Sindical de São Paulo.

(64) Ata do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, 14/06/33.

(65) Ibid. 28/11/34.

Os Trabalhadores Têxteis

Outra categoria de grande importância nesse período é a têxtil, cuja atuação no movimento grevista é intensa. Os têxteis eram representados pela União dos Operários em Fábricas de Tecidos (U.O.F.T.), dirigida por "socialistas" como Jose Righetti e outros, que eram fortemente influenciados pelo então interven- tor Miguel Costa⁽⁶⁶⁾. Essa orientação, apesar de evitar a presen- ça direta de comunistas e anarquistas - os comunistas encontra- vam sérias dificuldades para penetrar na U.O.F.T. - , mantinha u- ma prática sindical de resistência ao controle estatal. Essa re- sistência foi inclusive mantida até meados dos anos 30, embora des- de alguns anos antes já sofressem pressão do Ministério do Traba- lho. Lembre-se porém, que ao longo das manifestações grevistas dos anos 30, a participação da U.O.F.T. foi intensa na direção dos a- contecimentos, o que expressava não sô uma combatividade como tam- bém uma representatividade junto à massa têxtil.

Os Trabalhadores da Light

A pesquisa estendeu-se aos trabalhadores da Light, de relativa importância no conjunto da massa assalariada. Até o ano de 1934 os trabalhadores da Light conseguiram atuar indepen- dentemente das normas estabelecidas pela "Lei de Sindicalização". Organizados em torno da União dos Trabalhadores da Light, não pou- param críticas à atuação do Ministério do Trabalho. Vale ainda des-

(66) Infelizmente inexistente nos arquivos que consultamos (inclusi- ve no Arquivo do Sindicato dos Trabalhadores Têxteis de São

tacar que eles eram filiados à Federação Operária de São Paulo e seguiam a orientação anarco-sindicalista. A oposição desta categoria à política sindical Varguista era intensa conforme podemos depreender das considerações que se seguem:

"A Lei de Sindicalização não tem outro objetivo que tornar mais fácil aos capitalistas a exploração da classe trabalhadora. O produtor que aceita a Sindicalização oficial torna-se duplamente escravo" (67).

E, não titubeavam em denunciar a política sindical controladora do Estado, empanhado que estava em montar uma estrutura sindical vertical e subordinada aos interesses dominantes:

"Pelo mesmo sistema adotado para a formação de sindicatos legalizados, os agentes do Ministério do Trabalho, de parceria com os industriais, fundaram uma 'Federação do Trabalho do Estado de São Paulo'. Ainda que na consciência de todos os trabalhadores de São Paulo está a convicção de que esta obra obedece a um plano pré-concebido pelos exploradores e seus lacaios, com o fim de impedir o desenvolvimento das organizações revolucionárias, cremos ser nosso dever chamar a atenção do proletariado consciente para que não poupe esforços em fazer fracassar os intentos dos inimigos da classe produtora!" (...)

Paulo) qualquer referência ao jornal sindical dos têxteis durante os anos 30/35.

(67) O Trabalhador da Light, Órgão da União dos Trabalhadores da Light, janeiro/34.

"Combater o Integralismo e deixar o Ministro do Trabalho prosseguir a fascistização das associações operárias é realizar obra incompleta. A campanha anti-fascista deve incluir em seu programa o combate sistemático à Lei nº 19.770, que ampara e fomenta arapucas patronais e governamentais, mediante as quais a escravidão moral e econômica dos produtores se acentuará ainda mais do que é presentemente"(68).

Da mesma maneira que a maioria das categorias de importância dentro do sindicalismo brasileiro, os trabalhadores da Light defrontavam-se com a situação de dualidade que caracterizava a estrutura sindical brasileira. Além da União dos Trabalhadores da Light a imprensa fazia referência, desde 1934, à existên

(68) "Os politíqueiros da Ditadura, com o monstruoso 19.770 criaram a Lei de Sindicalização, que além de ser contra o livre pensamento e de negar a luta de classe, a mesma é fascista e chauvinista; a Lei dos 2/3 os estatutos sindicais explicam bem claro, que as diretorias devem ser formadas sô por brasileiros, etc. Torna-se necessário fazer uma pergunta aos locais da Sindicalização: Em três anos de Sindicalização, quais foram as conquistas e as melhorias obtidas pelo proletariado no Brasil?...

A Lei das 8 horas é uma burla...

A Lei de férias está suspensa.

A lei do Salário Mínimo está nos papéis do Ministério.

A lei para proteção aos menores e as demais Leis sociais nem se fala mais...

cia do Sindicato dos Operários em Tração, Força e Luz, possivelmente reconhecido pelo Ministério do Trabalho.

Os Trabalhadores Comerciais

Além das categorias acima mencionadas, estendemos nossa pesquisa a outros dois segmentos assalariados, não vinculados a atividade industrial: os empregados no comércio e os bancários. Cremos que, desse modo delineamos um panorama da reação dos assalariados frente à política sindical instaurada a partir do Decreto 19.770.

Também os empregados do comércio tiveram, ao nível da organização sindical, duas entidades: de um lado o Sindicato dos Empregados do Comércio de São Paulo, reconhecido segundo as normas estabelecidas pelo Ministério do Trabalho, e de outro, a Associação dos Empregados no Comércio, cuja atuação contestava as normas oficiais⁽⁶⁹⁾. Frente à iminente aprovação da Lei de Sindicalização de 1934, que preservava a essência do Decreto 19.770, esta

A Lei de Sindicalização não passa de uma tapeação aos trabalhadores .

"Os proletários conscientes devem lutar pela Sindicalização livre e pela Ação Direta, sem intermediários de quem quer que seja. A Lei de Sindicalização é uma monstruosidade inaceitável, sendo mil vezes preferível o desaparecimento de todas as organizações sindicais do que nos submetemos à mencionada Lei, a qual visa fascistizar os trabalhadores". O Trabalhador da Light, janeiro de 1934.

(69) A Platéia, 20/06/33.

Associação dirigiu à Assembléia Nacional Constituinte um Manifesto contrário à legislação sindical. Reproduzimos aqui alguns trechos:

"Essa lei não força, aparentemente, os proletários a se sindicalizarem mas, aos poucos, vemos que o governo provisório está dando aos sindicatos oficiais todos os poderes legais para agirem em nome de determinada profissão ou corporação, embora tais sindicatos únicos se componham de apenas algumas dezenas de aderentes, visto que a lei em vigor determina que basta, mesmo em capitais como São Paulo e Rio de Janeiro, o ínfimo número de 30 membros para a fundação de um sindicato oficial"⁽⁷⁰⁾.

(70) Após mencionarem alguns decretos que concebem vantagens somente aos sindicatos oficiais dizem: "Onde, todavia, o odioso atinge o auge é no caso das férias para os operários. O Decreto nº 23.768, de 18 de janeiro de 1934, dá direito às férias, exclusivamente aos operários sindicalizados oficialmente. Não constitui isso uma ameaça indireta às demais profissões não sindicalizadas oficialmente?"

"O intuito do Governo Provisório é evidente. Vendo o pouco sucesso numérico dos sindicatos oficiais, teve a idéia, sem dúvida genial de, por um decreto-degola, forçar os operários não sindicalizados ou pertencentes somente aos sindicatos livres a se sindicalizarem oficialmente.

"Onde, pois, a tolerância apregoada nos primórdios do Decreto 19.770, quando se dizia que se sindicalizaria oficialmente quem quizesse?"

"Os sindicatos únicos foram criados, aliás a maioria a toda pressa, para estabelecer uma hipotética colaboração de clas-

Os Trabalhadores Bancários

Foi singular o encaminhamento sindical dos bancários, frente à política Varguista. Existindo desde a década anterior, a Associação dos Bancários encontrava sérias dificuldades para obter seu reconhecimento junto ao patronato⁽⁷¹⁾. Mesmo mesclando uma atividade corporativa com certa dose de assistencialismo havia, como foi dito acima, resistência e temor do patronato pelo reconhecimento dessa Associação. Desta feita, quando o governo Vargas estabeleceu as normas para a criação e reconhecimento dos sindicatos, essa atitude foi saudada pelos bancários que viram aí as condições necessárias para o seu reconhecimento junto ao patronato.

Imediatamente os bancários solicitaram junto ao Ministério do Trabalho o seu reconhecimento, obtendo-o em 12 de agosto de 1931, quando passaram a denominar-se Associação dos Ban

ses, isto é, a fim de suprimir a luta de classes, logo sem o legítimo direito de greve..." E, após caracterizar o Decreto 19.770 como "odioso, unitário e draconiano", o manifesto concluiu defendendo a liberdade dos sindicatos não reconhecidos". A Platêa, 15/03/34.

(71) A Assembléia de 16 de abril de 1923, composta de representantes de 18 bancos de São Paulo, aprovou os estatutos criando a Associação dos Bancários. Ver Canêdo, Letícia B., O Sindicalismo Bancário em São Paulo, Editora Símbolo, 1978, pp. 47/48. As referências que se seguem sobre os bancários foram extraídas desse trabalho.

cários de São Paulo - órgão sindical⁽⁷²⁾. A própria preservação da denominação Associação, ao invés de Sindicato, reflete a opção pela manutenção e uma prática assistencialista, que caracterizava a sua atuação desde 1922. Foi somente nos idos de 1932, que começou a surgir, no seio dos bancários, uma concepção de oposição à prática até então dominante. Aglutinados em torno do Partido Sindicalista, pretendiam a unificação e a participação ativa dos bancários dentro de um sindicato forte que visasse a modificação do Decreto 19.770. Ou em outras palavras: "Esta (a Lei de Sindicalização) está muito falha. Nada resolve sem uma interminável discussão. Quem dá as cartas é o Sr. Ministro do Trabalho. Precisamos de coisa mais positiva, mais concreta, ampla e previamente estudada"⁽⁷³⁾.

A partir de então, o "Partido Sindicalista" organizou a primeira chapa de oposição para disputar a direção da Associação. Centrando sua proposta em torno da necessidade de organização dos funcionários, a chapa de oposição, em eleições bastante disputadas conseguiu a direção da entidade, iniciando uma fase mais arrojada em direção aos interesses dos bancários. Essa gestão, que se estendeu em 1935, partiu para a mobilização da categoria, levando especialmente as reivindicações específicas como a lei das seis horas, o contrato coletivo de trabalho, salário mínimo, estabilidade, aposentadoria, etc. Em sua proposta já aparecia a necessidade de entender a dinâmica da sociedade contemporânea:

(72) Ibid, p. 53.

(73) O Bancário, maio de 1932, cit. por Canêdo, Letícia, op. cit., p. 54.

"Duas classes se defrontam em permanente luta; o proletariado e burguesia. Aqui se dá um termo técnico à classe íntima que explora, e à grande classe explorada. É um fenômeno histórico".

Daí a sua proposição de "Unir os sindicatos para a luta mais eficiente na defesa dos interesses gerais do proletariado"(74).

Na realidade existiam três correntes disputando a hegemonia dentro dos bancários: a "trabalhista", representante do grupo tradicional, que defendia que era "imprescindível para a solução do problema social, que haja harmonia entre as classes e as questões que se suscitarem entre elas sejam dirimidas pelo Estado, o árbitro supremo, pelos seus representantes (...). Não pode haver capital sem trabalho, nem trabalho sem capital. Enquanto as classes que se digladiam não chegarem ao reconhecimento pleno desse princípio, não poderá haver solução justa dos problemas..."(75). A segunda corrente, que dirigia o sindicato no período 33/35, e que já se manifestava pelo reconhecimento da luta de classes, expressou sua concepção na resposta que endereçou à corrente tradicional. "Há quem afirme que as questões entre exploradores e explorados são dirimidas pelo Estado, o árbitro supremo. Mas, não será o Estado atual um árbitro de cujas decisões temos inúmeras razões para divergir combatendo-as? Não serão os grandes

(74) Vida Bancária, Órgão Oficial do Sindicato dos Bancários de São Paulo, nº 103, (set/33), cit. por Canêdo, L. op. cit. p. 58.

(75) Vida Bancária, nº 123, (agosto/34), cit. por Canêdo, L., op. cit. pp. 59/60.

banqueiros, latifundiários, industriais e capitalistas que dirigem esse Estado?"⁽⁷⁶⁾

Um terceiro grupo, aglutinado "altos funcionários e diretores de caixas particulares", com nítida orientação patronal, resolveu fundar o Sindicato dos Funcionários de Bancos de São Paulo, aproveitando-se do Decreto nº 27.694, que concedia o direito à pluralidade sindical. Sua proposta visava "pugnar no sentido de ser a entidade sindical tomada como centro de estudos de problemas aos quais caibam remédios adequados, dentro das possibilidades existentes na estrutura jurídica do país, desprezado, por conseguinte, o recurso a tudo quanto choque ou fira a índole conservadora do nosso povo"⁽⁷⁷⁾.

De fato, estas manifestações de diversidade no plano sindical refletiam a polarização que caracterizava o quadro político brasileiro neste momento, que apresentava de um lado, a atuação da Aliança Nacional Libertadora e de outro, com posição política e ideológica radicalmente distinta, a Ação Integralista Brasileira. Tudo isso refletia um curto momento de liberalização política da sociedade brasileira.

Os bancários não ficaram imunes aos acontecimentos políticos da época. Já em 1933, sob sua liderança, foi criada a Coligação dos Sindicatos Proletários, cujo objetivo era dirigir a

(76) Vida Bancária, nº 124 (set/34), cit. por Canêdo, L., op.cit., pp. 60/61.

(77) Syn-dikê, 1:3, maio de 1935, cit. por Canêdo, L., op. cit., p. 62.

luta sindical em conjunto com outros sindicatos. Como vivia-se uma época de intensas manifestações grevistas, a Coligação encontrou um solo fértil para suas pregações. A Coligação dos Sindicatos Proletários - como se verá mais adiante - congregava socialistas e outros setores, sob direção da Liga Comunista, de orientação trotskysta. Foi essa concepção político-ideológica que orientou o Sindicato dos Bancários até meados de 1934. Também pela iniciativa dos bancários, através da Coligação dos Sindicatos Proletários foi criado, segundo as normas do Decreto 19.770, a Federação Regional do Trabalho do Estado de São Paulo, registrada em 08 de janeiro de 1934, onde somente seriam admitidos os sindicatos reconhecidos pelo Ministério do Trabalho⁽⁷⁸⁾.

Porém, a partir de setembro de 1934 o Sindicato dos Bancários alterou sua orientação política iniciando uma oposição crescente à Coligação, já expressava então a influência do P.C.B. dentro de sua entidade de classe. A questão que forçou a saída dos bancários daquela entidade foi gerada a partir da "adesão da Coligação dos Sindicatos à Coligação das Esquerdas, visando concorrer às eleições para deputados às Câmaras Estaduais e Federal a serem realizadas em outubro de 1934. O programa desta Coligação prescrevia a completa autonomia sindical, ao mesmo tempo que postulava pela (sic) representação política profissional nos Conselhos Municipais e nas Câmaras Federal e Estaduais, o que era incompatível com a sua autonomia. O fracasso da representação classista na Assembléia, devido às várias manobras do governo para a eleição de u

(78) Vida Bancária, 10/01/34, cit. por Canêdo, L., op. cit., p. 143.

ma maioria de sua confiança, foi uma das razões apresentadas nas Assembléias para o desligamento da Coligação"⁽⁷⁹⁾. Foi nesse momento, de direta atuação do P.C.B., que cresceu, entre os bancários, a propaganda pela criação de uma Frente Única Sindical. O Sindicato filiou-se também à Federação dos Sindicatos Bancários do Brasil, criada há pouco. Em nível mais diretamente político o Sindicato participou da Aliança Nacional Libertadora, movimento de massas que atingiu parcela do proletariado, dos assalariados em geral, das camadas médias e liberais, numa frente anti-imperialista e anti-latifundiária. E foi com a participação mais direta dos bancários apoiando a A.N.L. que o Ministério do Trabalho passou a reprimir violentamente aquela atitude de classe. Apontada como "comunista", a direção do Sindicato teve vários de seus membros detidos. O pretexto da intervenção deveu-se ao fato da direção do Sindicato ter aprovado em Assembléia os novos estatutos "classistas", e não tê-los submetidos à aprovação do Ministério do Trabalho. Nessa mesma Assembléia, datada de 13/05/35, a Associação passava a denominar-se oficialmente Sindicato dos Bancários de São Paulo, já usada de fato desde alguns meses. O conflito adquiriu tal dimensão, que temendo perder a carta sindical, a direção renunciou em fins de 35. Em 1936, uma junta tomou posse, pretendendo evitar que os bancários se deixassem "empolgar por espíritos fracos e indolentes, capazes de, por sua timidez, provocarem as conseqüências mais funestas"⁽⁸⁰⁾.

(79) Canêdo, L., op. cit., pp. 144/145.

(80) Citado por Canêdo, L., op. cit., p. 64.

Parece que a história das relações entre os bancários e o Estado, no que concerne à questão sindical, é interessante porque distinta dos exemplos anteriormente mencionados. Se as categorias mais significativas como ferroviários, têxteis, metalúrgicos, trabalhadores de energia elétrica, trabalhadores em hotéis e similares, reagiram de forma pronta à política sindical do governo Vargas, vendo sua essência desmobilizadora e repressiva, com o nítido caráter de coibidor da luta sindical, o mesmo não ocorreu com aquelas categorias mais atrasadas, em boa parte de extração social pequeno-burguesa e com menor experiência de luta, como os bancários, que viram a Lei de Sindicalização de 1931, num primeiro momento, até como um avanço, pois permitiria a oficialização do seu organismo sindical que o patronato até então se negava a reconhecer como órgão representativo dos bancários. Claro que, como se demonstrou, em pouco tempo os bancários iniciaram uma luta contrária às interferências do Ministério do Trabalho. Porém, não deixa de ser significativa a forma diversa, singular, pela qual os bancários procederam frente à Lei de Sindicalização. O que se pode concluir desse evento é que a aceitação das normas estatuidas na Lei de Sindicalização deu-se com maior facilidade nas categorias que, ou não tinham experiência combativa de luta sindical nos anos anteriores, ou que constituíram seus sindicatos após a década de 1930. Naqueles setores mais organizados, cuja prática sindical datava de anos ou décadas anteriores, a subordinação à norma ministerialista foi, como se viu em detalhe, difícil e à custa de uma dosagem mesclada, ora por uma manipulação ideológica, ora pelo fortalecimento da dimensão repressiva. O que vale ainda ressal

tar é que, para estas categorias mais atrasadas, o Estado postou-se como uma entidade que os representava, que incorporava em sua plataforma as reivindicações específicas dos vários segmentos assalariados⁽⁸¹⁾. Através dessa prática o Estado buscava sustentação para, de outro lado, minar a base das entidades sindicais autênticas e autônomas e evitar que as reivindicações gerais dos assalariados fossem expressas em suas entidades sindicais e mesmo partidárias. A "concessão" de vantagens trabalhistas somente aos trabalhadores vinculados aos sindicatos oficiais veio exatamente nesta direção e constituiu-se num sólido instrumento estável visando conter a luta sindical autônoma, na medida que atraiu as massas trabalhadoras pra um novo sindicato apolítico que pautava sua atuação dentro dos limites do assistencialismo, um dos pilares da estrutura sindical criada no início dos anos 30⁽⁸²⁾.

5.A Heterogeneidade Política do Movimento Sindical

Se a pesquisa aponta para uma resistência das categorias mais significativas da massa assalariada frente à política

(81) Em 18/05/33 o Ministério do Trabalho reconhecia os seguintes sindicatos: dos Telegrafistas e Radio-Telegrafistas de São Paulo, dos Operários em Fiação e Tecelagem de Piracicaba, dos Operários da Construção Civil com sede em Barretos e dos Auxiliares de Farmácia, Drogarias e Laboratórios de São Paulo. Em A Platêa, 31/05/33 e 3/06/33.

(82) O artigo de Décio Saes, sobre as tendências do movimento sindical de classe média, apresenta estas mesmas conclusões: "Em consequência, o reconhecimento do sindicato pelo Estado, no

de incorporação sindical efetuada pelo Estado Vargas já nos seus primeiros anos, o mesmo é possível concluir quando verificamos a forma pela qual as principais concepções político-ideológicas existentes dentro do movimento sindical enfrentaram a questão do sindicalismo. É inegável a diversidade existente dentro da massa assalariada. Ainda em 1930 as tendências mais importantes no seio do movimento sindical eram: a anarco-sindicalista, a comunista, a trotskysta e a socialista, todas expressando uma postura de esquerda, e, de outro lado, os "pelegos", advogando a defesa da política oficialista e conservadora e os católicos.

Os anarco-sindicalistas, de atuação combativa desde os primeiros anos do século XX, encontravam-se então em situa-

pós-30, vai representar objetivamente, para os setores menos avançados das classes trabalhadoras, uma proteção à atividade sindical, contra as ameaças do patronato. Nessa medida, o sindicalismo de Estado (...) é visto por esses setores, menos como um instrumento de controle do movimento popular, e mais como o anteparo do Estado contra uma burguesia pouco disposta a reconhecer a legitimidade da própria atividade sindical. Assim, se, para as camadas politicamente mais experientes das classes trabalhadoras, o estabelecimento do sindicalismo de Estado significa a sua derrota e o controle político do movimento sindical, para as camadas menos avançadas ele representa um duplo incentivo: o incentivo à participação dos trabalhadores no Sindicato, e o incentivo à ação sindical reivindicativa". Saes, Décio, "Tendências do Sindicalismo de Classe Média no Brasil, 1930-1964, Trabalhadores, Sindicatos e Política", (vários autores), CEDEC, Ed. Global, 1980, pp. 36/37.

ção diversa daquela fase, já num período de efetivo descenso; sua presença no seio da massa operária não mais se dava de forma hegemônica. Porém a pesquisa efetuada nas categorias mais significativas do operariado em São Paulo mostrou que não é verdadeira a afirmativa que procura mostrar os anarco-sindicalistas como força secundária no início dos anos 30. Ao contrário, os anarco-sindicalistas constituíam, pelo menos até 1934, força ainda significativa em termos de penetração no movimento sindical. Articulados e dirigidos pela Federação Operária de São Paulo (FOSP) - entidade sindical existente desde décadas anteriores - os anarco-sindicalistas repudiavam as normas restritivas impostas pelo Estado no início do governo Vargas. A sua atuação foi assim definida: "Proseguindo na senda que desde a sua fundação trilhou, a FOSP desde sua reorganização em 1930 vem coordenando o movimento sindical da capital e do interior, dentro dos princípios apolíticos da ação direta"⁽⁸³⁾.

Sua penetração no seio da massa assalariada é, como disse, ainda marcante e entre os anos 1930-34 parece ser a maior força dentro do movimento sindical⁽⁸⁴⁾.

(83) A Plebe, 19/11/32.

(84) Dentre as categorias filiadas à FOSP lembramos: União dos Artífices em Calçados e Classes Anexas, União dos Operários Metalúrgicos, União dos Trabalhadores da Light, Liga Operária da Construção Civil, União dos Empregados em Cafês, Sindicatos dos Operários em Frigoríficos, Sindicato dos Trabalhadores em Fábricas de Bebidas, União dos Operários em Fábricas de Botões, Pentes e Similares, Sindicato dos Manipuladores de

A entidade sindical federativa dos anarco-sindicalistas tinha a seguinte configuração: "A FOSP é justamente formada pelos sindicatos que lhes dão dois delegados. Atualmente contamos com 22 sindicatos, ficando por conseguinte formada por 44 membros, e é donde se extrai a comissão executiva. O papel da Federação não é centralizar forças como vê, mas sim coordená-las para benefício da classe. As comissões executivas dos sindicatos pelos seus delegados trazem ao conhecimento da Federação as questões de seus interesses. Aliás, os sindicatos perante a Federação são completamente autônomos, não sendo o nosso intuito subordiná-los, mas sim, ajudá-los em qualquer empreendimento"⁽⁸⁵⁾.

Também não foi menos intensa sua luta contra a Lei de Sindicalização. Algumas transcrições são elucidativas: "Repeti

Pão e Anexos, Sindicato dos Operários em Fábricas de Chapéus, União dos Carreiros de São Paulo, Liga Operária de São Bernardo, Sindicato dos Ofícios Vários (que aglutina trabalhadores de ramos diversos, que não pertenciam ao sindicato de classe), Liga Operária de São Caetano, Liga Operária da Penha e Liga Operária da Vila Anastácio. Sob a influência anarco-sindicalista ainda encontramos: Sindicato dos Operários em Fábricas de Vidros, União dos Trabalhadores em Limpeza Pública, União dos Operários em Fábricas de Vassouras e o Sindicato dos Trabalhadores em Fábricas de Velas, Óleo, Sabão e Similares. Ver A Plebe, 19/11/32 e 03/12/32.

(85) Entrevista concedida por membros da FOSP ao jornal A Plebe, em 09/01/33.

das vezes a federação operária tem declarado não estar de acordo com a fascistização dos sindicatos!{..})

"Considerando que a Lei de Sindicalização, baixada pelo Governo Federal e assinada na Pasta do Ministério do Trabalho, visa a fascistização das organizações operárias e que representa a negação do espírito liberal de que se dizem defensores os governos da República Nova; considerando que a lei ficam subordinadas todas as questões entre capital e trabalho e, conseqüentemente a decisão do Ministério do Trabalho, o que é contrário às mais rudimentares normas sindicalistas; considerando que os trabalhadores onde quer que se encontrem são obrigados a submeter-se à exploração capitalista para viver e que, por este fato devem agrupar-se entre si em defesa de seus interesses, não entrando, por isso, como fator decisivo ou secundário a questão da nacionalidade conforme pretensão contida no decreto; considerando que nas relações entre indivíduos ou coletividade, só a estes cabe o direito de escolhê-las e que toda imposição neste sentido será arbitrária, representando manifesta coação; considerando que o Estado carece de autoridade para interpretar fielmente as necessidades dos trabalhadores, por conseqüência, o espírito de luta existe entre os produtores e os detentores dos meios de produção, e que a sua ingerência neste caso, por parte do Estado terá sempre um caráter partidário de classe (a Burguesia); considerando que a Lei de Sindicalização não se inspira nas necessidades intrínsecas do proletariado, mas apenas trata de reforçar mais ainda o poder de uma classe privilegiada e parasitária em detrimento de uma classe explorada; A Federação Operária resolve: a) não tomar conhecimento

da lei que regula a vida das associações operárias; b) promover u ma intensa campanha nos sindicatos por meio de manifestos, conferências, etc. de crítica à lei; c) fazer, mediante essa campanha de reação proletária, com que a Lei de Sindicalização seja derrogada"⁽⁸⁶⁾. A repulsa anarco-sindicalista manifesta-se também contra a obrigatoriedade da sindicalização, contra a existência do sindicato único oficial e contra as restrições existentes que impedem a participação dos operários estrangeiros nos cargos de direção dos sindicatos⁽⁸⁷⁾.

Há um rico depoimento de Natalino Rodrigues, Secretário Geral da FOSP que expressa claramente a postura anarco-sindicalista frente à presença do Estado nas entidades sindicais operárias:

"O Ministério do Trabalho, permita-me dizê-lo, é uma dessas 'blagues' que costuma aparecer em nosso País. Nós o combatemos sistematicamente, pela sua inutilidade. E damos as nos sas razões. A Lei de Sindicalização, que mereceu o desbarretamento dos pobres de espírito e a censura dos que possuem agudez bastante para descortinar através de seu fraseado um atentado contra as classes operárias, nada mais, em sùmula do que a Carta del Lavoro que Mussolini impôs ao operariado italiano, disfarçada entre nós com este rótulo falso de Lei de Sindicalização. O seu objetivo oculto é tão somente subordinar mais ainda o operariado, pois pretende controlar todos os sindicatos, embaraçando todo movimen-

(86) A Plebe, 26/11/32.

(87) Ver A Plebe, 17/12 e 31/12/32.

to renovador que vise a nossa emancipação.

- "Quais são, então, as desvantagens que encontra na Lei de Sindicalização?

- "Muitas e tão claras que pasma como se os seus e laboradores tivessem de formular tantos 'itens' manifestamente prejudiciais ao operário, predendendo com isto impor uma lei cuja natureza é puramente draconiana. Só mesmo confiado na ignorância do trabalhador, concebe-se que o Ministério do Trabalho tivesse a idéia de nos impor tudo isso aos nossos anseios liberais. Vejamos alguns pontos já que não é possível, pela carência de tempo, fazer uma análise detalhada.

"A Lei de Sindicalização, por exemplo, nega ao operário o direito de greve, a alavanca mais poderosa de que dispõem as classes trabalhadoras, para fugir à escravidão do capitalismo e à exploração do braço. Esse direito, que hoje é dado por quase todos os países europeus, a Lei do Trabalho, aqui entre nós, não se reconhece. Isso por si só, era o suficiente para que nós repudiássemos tal código.

"Nega também aos estrangeiros o direito de fazer parte das comissões sindicais, pelo receio de que esses homens, que provêm de meios mais civilizados onde o operário já possui uma posição definida, nos auxiliem, com sua experiência, nas conquistas que pretendemos. Isso é absurdo, pois se o governo permite a entrada de gente no País, facultando-lhe o direito de trabalhar, deve, portanto, reconhecer-lhe o direito de fazer parte das

associações de suas classes. O contrário é injustiça, para não dizermos abuso da força. Os homens de 18 anos não podem, pela Lei de Sindicalização, fazer parte de nossos grêmios pois o governo receia que esses meninos, formando o seu espírito no seio da classe, venham a se constituir amanhã elementos subversivos, como ele diz, reivindicadores de nossos direitos, como dizemos nós. É outro absurdo. Porque se o governo tem esta preocupação tão exagerada, deveria também impedir que os menores entrassem nas oficinas de trabalho para, ainda em crianças, começarem a se submeter ao martírio da exploração dos patrões. O Código dos Trabalhadores exige que todos os sindicalizados lastrem no Banco do Brasil seus fundos econômicos, mediante o conhecimento do Ministro.

"Esses fundos para serem retirados depois exigem igualmente o 'visto' do Ministro. Isto é um objetivo tão claro, que espanta como essa gente tenha vontade de zombar do operário, levando a sua ignorância além dos limites naturais. Pois está mais do que visto que o Ministro, com tal medida, o que pretende é tão somente imobilizar o operário nas suas tentativas de greve. Não podendo tirar os seus fundos do Banco para atender as necessidades de greve, porque o Ministro não há de ser tão estulto que vise a caderneta num período de agitação, as classes trabalhadoras que transigissem com tal medida nunca poderiam tomar um pronunciamento grevista, porque, embora dispondo de meios, não poderia usá-los. Como se vê, são medidas estas que incompatibilizam de uma vez o Ministro do Trabalho com os trabalhadores (sic).

"Conclui-se por essas medidas que o Ministério do Trabalho ao invés de ser criado para vir ao encontro dos interes-

ses do operariado, teve por fim, apenas hostilizá-lo. E, por isso, nos porfiamos em não nos submeter às suas imposições, preferindo abandonar as nossas organizações a ter que subordiná-las a tutela tão tendenciosa.

- "E da visita do Ministro à São Paulo, não houve uma série de promessas?

- "A visita do Ministro do Trabalho à São Paulo não foi feita para conhecer as necessidades do operariado. Foi uma visita de cordialidade aos industriais. Por ocasião da tal visita, algumas associações convidaram o Sr. Collor para uma palestra em suas sedes. Em cada uma delas o Ministro quis expor a utilidade da Lei de Sindicalização e chegou mesmo a dizer que a lei não era obrigatória, porque sendo beneficentes, não se compreendia que se impusesse benefício a quem não o pretende. Subordinavam-se a ela somente os sindicatos que quisessem. No entanto, no Rio e em outros Estados do Brasil, o Ministério tem negado reconhecimento às associações que tendem a se constituir sem aceitar as imposições da lei. Aqui em São Paulo é que ainda temos conseguido uma certa resistência e continuamos no propósito de não baixar a cerviz preferindo, como ainda há pouco disse, uma desorganização de nossos grêmios a um posto que lhe tolheria qualquer esforço de libertação"(88).

A recusa em atuar dentro das diretrizes oficiais ca

(88) A Platéia, 30/09/31.

racterizou a prática anarquista durante toda a sua existência no Brasil. Ainda no ano de 1934, os anarco-sindicalista, através da FOSP, iniciaram uma campanha visando a criação da sua entidade sindical unitária: A Confederação Operária Brasileira⁽⁸⁹⁾.

Já no ano de 1935 o descenso da presença anarco-sindicalista é bem mais visível. Numa conjuntura liberalizante, onde afloram as tendências explicitamente políticas - comunistas e socialistas na A.N.L. e integralistas na A.I.B. - o anarco-sindicalismo, aí sim, desestruturou-se enquanto força operária. É necessário enfatizar que os anarco-sindicalistas, ainda assim, continuaram negando qualquer participação nos sindicatos oficiais, o que favoreceu ainda mais sua diluição.

A outra tendência importante era composta pelos comunistas que aumentavam sua influência no movimento sindical. Desde a sua fundação, em 1922, o P.C.B. vinha lutando pela penetração no seio da massa assalariada. Com as novas determinações oficiais estabelecendo as formas de organização dos sindicatos no pós-30, o P.C.B. iniciou uma intensa campanha contrária à presença do Estado no movimento sindical. A sua posição frente a esta questão pode ser detectada pelos jornais das categorias que eram influenciadas pelo P.C.B. Em matéria publicada no jornal Nossa Voz perguntavam: "Pode o Ministério do Trabalho defender os interesses proletários?" E respondiam: "... organiza(o Governo) finalmente o Ministério do Trabalho, à frente do qual está um Ministro bur -

(89) A Plebe, 28/04/34, 12/05/34 e 26/05/34.

guês, que organiza sindicatos cujos estatutos ele aprova, controlando sua ação e suas finanças; que cria comissões de arbitragem para resolver as desinteligências entre patrões e empregados e que as ditas comissões se compõem de um representante dos patrões, um dos empregados, e um do Ministério. Portanto, da composição da comissão se compreende que quem resolve é o Ministério. E sendo o Ministério departamento do governo dos patrões, todas as questões tem de ser resolvidas de acordo com os interesses patronais"(90).

A política sindical dos comunistas pregava a autonomia e a unidade sindicais. Criticavam o aparecimento de vários sindicatos do mesmo ramo, com o intuito de dividir a organização operária e dificultar o traçado de um programa mínimo de reivindicações imediatas: "Se hoje sofremos as consequências da falta de não havermos trabalhado essa linha reta, deve-se exclusivamente aos fundadores destes tais sindicatos ministerializados" que "constantemente tem dividido os trabalhadores... A experiência da luta pela emancipação dos trabalhadores tem demonstrado que só com a unificação sindical de nossos componentes da corporação poderemos construir uma força inquebrantável, capaz de resistir à onda negra de reação desencadeada pelo patronato contra nós trabalhadores"(91).

Daí que a conduta dos comunistas no movimento sin-

(90) Nossa Voz, 01/12/33.

(91) Nossa Voz, 15/02/34.

dical dirigia-se no sentido de lutar pela unidade sindical, através da propugnação de uma Frente Única Sindical. Este movimento tinha como objetivos "levar a proposta de Frente Única a todas as organizações não aderentes" e "intensificar os trabalhos por reivindicações, objetivando a formação da mais ampla Frente Sindical em todos os setores do proletariado estadual".

Aglutinados em torno das palavras de ordem: "Contra a exploração e a opressão. Contra os que querem fechar os nossos sindicatos. Pela unidade sindical e contra a pluralidade sindical", estavam os seguintes sindicatos: Bancários de São Paulo, Empregados no Comércio, Pintores, Trabalhadores em Construção Civil de Santo Amaro, União dos Alfaiates e anexos de São Paulo, União Beneficente dos Empregados em Hotéis e Similares de São Paulo, Ferroviários da S.P. Railway, Profissionais do Volante, Contadores, Médicos de São Paulo e CGTB (Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil). Os comunistas tinham também penetração, através das "frações vermelhas", junto aos trabalhadores metalúrgicos, têxteis, sapateiros, etc. (92).

Porém, é notório que o número de sindicatos dirigidos pelos anarco-sindicalistas, através da FOSP, era bem mais significativo frente aqueles que engrossavam as fileiras da Frente Única Sindical sob condução comunista. Estes últimos tinham também o seu organismo sindical central em São Paulo: tratava-se da Federação Sindical Regional de São Paulo (F.S.R.S.P.). A transcrição

(92) Ver Nossa Voz, 15/12/34 e Basbaum, Leôncio, Uma Vida em Seis Tempos (Memórias), Editora Alfa-Omega, SP, 1976, p. 122.

de trechos de um de seus manifestos é esclarecedora: "A F.S.R.S.P. diante do agravamento constante da situação econômica e política do proletariado e dos trabalhadores em geral, diante do reforçamento da fiscalização do movimento sindical pelo governo", declara-se "contra a fascistização do movimento sindical". Depois de referir-se ao caráter demagógico do Ministério do Trabalho e da repulsa dos vários sindicatos frente à Lei de Sindicalização dizem: "O Ministério do Trabalho foi criado para exercer o controle dos sindicatos com o único objetivo de através de uma série de enganos e manobras, facilitar aos patrões a realização de sua política de diminuição de salários, de aumento de horas de trabalho, para não cumprir as leis que favorecem os trabalhadores. Existe no Ministério do Trabalho mais de 100.000 reclamações sobre férias, acidentes, etc., não atendidas". O artigo finaliza postulando uma luta fora dos marcos do sindicalismo oficial, como única forma de defesa dos interesses proletariados e defende a seguinte plataforma:

1- A unidade de ação entre os operários, pertencentes ou não ao sindicato oficializado; 2- A extensão para os trabalhadores da cidade e do campo, o direito de férias; 3- A eleição democrática de um Comitê de Frente Única.

E para a discussão e organização do Comitê, a F.S.R.S.P. apresentava os seguintes pontos: Férias; Aumento geral de salários; Jornada de 8 horas de trabalho e 6 horas para mulheres e crianças, sem diferença salarial; Licença com salário integral dois meses antes e depois do parto; Liberdade de greve, de

reunião, de organização livre da tutela do Ministério do Trabalho, de imprensa, palavra, etc., para todos os operários; Liberdade para todos os presos por questões sociais e pela volta de todos os deportados pelo mesmo motivo; subsídio em dinheiro por conta dos patrões e do governo, para os desempregados; Contra os despejos e pela distribuição gratuita do café destinado à queima e dos gêneros armazenados; Luta contra o militarismo e contra a guerra.

"A F.S.R.S.P. quer lutar pelos direitos mais vitais, contra a fome, a reação e a guerra... A Federação dirige este apelo às organizações sindicais e à massa operária em geral (visando) o estabelecimento de uma frente única de luta"⁽⁹³⁾.

Desde o ano de 1934, a F.S.R.S.P. empenhava-se na criação de uma Confederação Sindical. Porém, foi no ano seguinte (1935) que tal evento, decorrência de uma prática sindical autonomista, levou à criação da Confederação. Em fevereiro, vários Sindicatos, como os Bancários de São Paulo, os Profissionais do Volante e a Frente de Ação dos Ferroviários, em manifestação contrária a Lei de Segurança Nacional, avançaram em direção à unidade sindical, convocando as demais entidades sindicais para uma reunião do Congresso da Unidade Sindical de São Paulo. Em Minas Gerais, o Congresso pela Unificação Sindical reuniu representantes de 200.000 trabalhadores. No auge do movimento aliancista realizou-se a Convenção Nacional de Unidade dos Trabalhadores que, reunindo 300 delegados representando mais de 500.000 trabalhadores,

(93) Nossa Voz, 01/03/34.

criou a Confederação Sindical Unitária do Brasil. A esta Convenção, além da participação dos vários organismos sindicais como federações, uniões sindicais, compareceu também uma delegação de camponeses. A criação da Confederação deveu-se porque "sendo um antigo organismo federativo do proletariado, estando na vanguarda da luta, embora colocada pela polícia num terreno ilegal, conhece a situação geral e melhor do que ninguém poderia compreender a necessidade, premente, que tem os sindicatos proletários de se unirem em face de toda a reação que culminará com esta monstruosa ameaça que pesa sobre a cabeça da massa explorada: a Lei de Segurança Nacional"⁽⁹⁴⁾.

(94) Vida Bancária nº 138, 15/03/1935. "A realização do Congresso Nacional de Unidade Sindical, no Rio de Janeiro, constituiu um grande acontecimento, ao mesmo tempo que concretizou a aspiração maior do proletariado, com a fundação do seu Centro-Sindical - A Confederação Sindical Unitária no Brasil... O camponês esteve ao lado do ferroviário, do tecelão, do bancário, do comerciário, do médico, etc..." Em Vida Bancária, nº 142, 14/05/1935. E, em outra referência ao Congresso; "Todos nós sabemos das dificuldades que tiveram os trabalhadores do Brasil para concretizar a unidade sindical, cujo 1º Congresso, realizado nos últimos dias de abril e a 1º de maio, no Rio de Janeiro, com a presença de mais de uma centena de delegados sindicais de todos os recantos do Brasil, redundou na patente pujança de um movimento nascente e já vitorioso". Vida Bancária, nº 143, 31/05/1935. Outras notícias sobre o 1º Congresso e a Confederação Sindical Unitária podem ser encontrados no jornal Vida Bancária, nºs 144, de 15/06 e 154 de 16/11/35, além das referências acima. Ver também, Carone, Edgard, A República Nova, op. cit., p. 106; Vianna, Luiz W.

A Confederação Sindical, expressando a organização sindical de parcela da massa assalariada que se encontrava sob direção dos comunistas, além das reivindicações específicas e imediatas, inseria-se numa atuação mais explicitamente política, num momento de plena atividade da Aliança Nacional Libertadora. O seu manifesto dizia: "O proletariado do Brasil compreendeu, enfim, que só organizado e unificado poderá enfrentar a reação patronal, na luta pelos seus direitos já assegurados por uma constituição que tem sido, até hoje, letra morta em virtude da ação de certos elementos ligados às empresas imperialistas, empresas que, além de explorarem avaramente a nossa força de trabalho, ainda canalizam para os seus respectivos países todas as riquezas e impedem criminosamente a industrialização deste imenso Brasil, tão rico de matérias primas"⁽⁹⁵⁾. Com a intensa repressão desencadeada aos Aliancistas, após a participação armada de novembro de 1935, a Confederação Sindical foi declarada ilegal e violentamente reprimida.

Outra corrente existente dentro do movimento sindical, que correspondia a uma cisão do P.C.B., era composta pelos trotskystas da Liga Comunista.

Também essa corrente não aceitou as normas estabelecidas pelo Decreto 19.770, considerado como "a Lei Mussolinésca de Sindicalização de Classes", que "vem acentuar ainda mais o

op. cit., p. 200; Teles, Jover, O Movimento Sindical no Brasil, Ed. Vitória, 1962, p. 35 e Canêdo, Letícia, op. cit., pp. 146/147.

(95) Vida Bancária, novembro/35, citado por Canêdo, Letícia, op. cit., p. 147.

que está dominando o Governo do Brasil: um espírito fascista em processo de cristalização"⁽⁹⁶⁾.

A influência desta tendência junto ao movimento sindical era bem menor que a anarco-sindicalista e a do P.C.B. A Liga Comunista tinha forte influência sobre a União dos Trabalhadores Gráficos (U.T.G.) e, durante um curto período (início de 1933, até meados de 34) influenciou também o Sindicato dos Bancários. Em fins de 1933 os trotskystas criaram a Coligação dos Sindicatos Proletários, organização que procurava unificar o movimento sindical em São Paulo⁽⁹⁷⁾. Em seu programa a Coligação propugnava "lutar pelo sindicato único por indústria e pela completa autonomia sindical, admitindo-se também o sindicato único profissional"⁽⁹⁸⁾. Apesar disso a Coligação sofreu críticas, especialmen-

(96) A Lucta de Classes, Órgão da Liga Comunista, 01/05/1931.

(97) Segundo seus estatutos, a Coligação era regida por um Conselho de Representantes e por uma Comissão Executiva sem direito à remuneração pelos serviços prestados. "O órgão supremo da Coligação era o Conselho de Representantes, composto de 3 delegados de cada sindicato coligado, eleito por Assembléia Geral. Evitando 'personalismos' a Comissão Executiva era composta de sete membros, não possuía um presidente. A ele competia fazer cumprir as deliberações do Conselho de Representantes - único corpo com poder decisório". Canêdo, L., op. cit., pp. 142/143.

(98) A Platêa, 14/09/34.

te do P.C.B., que a acusava de ter sido "fundada com o conhecimento de advogados do Ministério do Trabalho"⁽⁹⁹⁾. Outro aspecto criticado na atuação da Coligação deveu-se à criação da Federação do Trabalho do Estado de São Paulo que, aceitando as normas estabelecidas pelo Ministério do Trabalho, somente aceitava a filiação de sindicatos reconhecidos pelo Ministério do Trabalho. A criação desta Federação deveu-se ao "fato de que o governo havia decretado a formação de Representação Classista na Assembléia Constituinte, convocada e a ser eleita. Tocando 20 deputados aos empregados, teriam os sindicatos proletários força e número para eleger toda essa bancada federal e, depois, as estaduais em diversas unidades da Federação, se desde logo formulassem o seu pedido de registro ministerial"⁽¹⁰⁰⁾. A Coligação dos Sindicatos Proletários teve entretanto uma atuação constante no movimento sindical em 1934, desaparecendo no ano seguinte.

A atuação dos católicos no seio do movimento sindical parece restrita neste período. Eles investiram sua influência durante a Assembléia Constituinte, visando conquistar a pluralidade sindical. É o que se depreende da pesquisa junto ao Semanário Católico Popular O Operário: "O Centro Operário tem-se desdobrado ultimamente, não poupando esforços na preparação dos elementos que formarão os sindicatos católicos, logo que se publique a lei

(99) Nossa Voz, 01/10/34.

(100) Sindicalismo, Análise, Crítica, Tese apresentada pela Comissão nº 2 ao X Congresso Nacional dos Bancários e Seguritários, realizado em Porto Alegre, em julho de 1971, p. 8. Citado por Canêdo, Letícia, op. cit., p. 143.

que venha regular a pluralidade sindical, aprovada na Constituinte..."(101)

Justificando sua existência dentro do movimento operário diziam: "De fato, sindicalismo sem religião é um absurdo, pois nunca se realizará completamente e, portanto, satisfatoriamente, porque o sindicalismo visa tão somente realizar a justiça social. E como será possível a justiça social se cada qual não sente em sua consciência o dever gravíssimo de respeitar o direito alheio?" Afirmavam ainda que "assistimos, nos dias que passam, a um verdadeiro ressurgimento das associações operárias fundadas no espírito católico, agremiações que existiam na Idade Média, e que fizeram, por muitos séculos a fio, a felicidade humana dos trabalhadores daquela época remota"(102).

Não se pode esquecer que a atuação dos católicos a través do Centro Operário Católico Metropolitano, foi no sentido de criar sindicatos católicos como alternativa aos sindicatos oficiais ou àqueles dirigidos pelos setores mais combativos, como os comunistas e mesmo os anarquistas, sendo para isso mobilizadas as igrejas, que propagavam as concepções dos católicos sobre a questão sindical(103).

Cabe destacar que, enquanto os comunistas e os anarquistas faziam rígida oposição à estrutura sindical e procura-

(101) O Operário, Órgão do Centro Operário Católico Metropolitano, 17/06/34.

(102) O Operário, 25/02/34.

(103) O Operário, 26/08/34.

vam desencadear uma prática sindical autonomista, o campo ficou aberto ao Ministério do Trabalho, que criou uma liderança "pele - ga" e que pouco a pouco foi penetrando e formando uma estrutura sindical controladora e coibidora dos interesses assalariados.

Assim é que, já em 1931, realizou-se em São Paulo manifestação de apoio ao Ministro do Trabalho, Lindolfo Collor, e que foi respaldada por algumas associações operárias, tais como : Centro Operário Católico Metropolitano, Sociedade Guilherme Oberdan, Sociedade Vitório Emanuele II, Sociedade Operária Barra Funda, Sociedade Benedetto Marcello e Sociedade Dante Alighiere. Nessa manifestação o Ministro do Trabalho explicitava algumas finalidades da política social e sindical recém elaborada: "Nas atividades urbanas, os trabalhadores nacionais não devem ceder o passo aos alienígenas" donde "a chamada Lei dos 2/3 representava uma necessidade vital para a proteção do trabalhador brasileiro". Apresentou ainda os reacionários e comunistas como sendo contrários à Lei de Sindicalização; "Os reacionários porque tem vantagens dispondo de um proletariado desorganizado. Os comunistas porque, com a sindicalização, os operários fortalecem, gozam de seus direitos, e não servem mais de campo de exploração para certos 'profiteurs' internacionais"(104).

É exatamente dentro desse contexto que se construiu a nova estrutura sindical atrelada ao Estado: enquanto os setores mais representativos da classe operária buscavam manter sua

(104) A Platêa, 18/05/31.

prática sindical autonomista e independente do Estado, visando preservar os seus organismos sindicais, o Estado, através do Ministério do Trabalho, conseguiu criar os "sindicatos oficiais" , com base no Decreto 19.770. Ou seja, o particular nesse processo é que foi o Estado quem criou "sindicatos oficiais" como forma de minar o sindicalismo autêntico. E o fez através de uma prática dupla, onde além da repressão sobre os setores organizados da massa assalariada e seus sindicatos, desencadeou uma política de manipulação junto ao contingente operário. Exemplo evidente disso é o Decreto 23.678, de 18 de janeiro de 1934, que regulava a concessão de férias aos empregados da indústria, desde que associados aos sindicatos de classe reconhecidos pelo Ministério do trabalho, ou ainda o Decreto 22.132, de 25 de novembro de 1932 , "que alterou a legislação anterior das Comissões Mistas de Conciliação para só conceder direito de demanda ao sindicalizado"⁽¹⁰⁵⁾.

Disso se depreende que para gozar os benefícios oferecidos pelas vantagens e conquistas trabalhistas, os operários, ou abandonavam o seu sindicato de classe e buscavam ingressar nos "sindicatos oficiais" ou pressionavam, mesmo que indiretamente, suas lideranças no sentido de pedir o reconhecimento dos sindicatos autônomos, sujeitando-se às normas oficiais, ou ainda, se já existisse um "sindicato oficial", forçavam a adesão ou fusão da organização autônoma à oficial. De qualquer modo, a con

(105) Ver Vianna, L., op. cit., p. 148 e Simão, Azis, Sindicato e Estado, Dominus Editora, SP, 1966, p. 92.

clusão é imediata: a resistência do sindicalismo autônomo em manter-se fora das determinações estatais tornou-se cada vez mais difícil.

Para os setores mais esclarecidos do movimento sindical houve um momento de dubiedade: ou persistiam numa luta independente, fora dos limites do oficialismo, ou iniciavam uma luta dentro dos próprios sindicatos oficiais, seguindo porém uma atuação combativa, tentando reverter por dentro a estrutura sindical. Os comunistas, - incluindo os trotskystas - após esgotadas todas as possibilidades, optaram pela segunda alternativa. Os anarco-sindicalistas procuraram persistir na luta fora dos marcos do sindicalismo oficial e, após 1935, praticamente desapareceram do movimento sindical brasileiro.

No mesmo sentido apontado pela conclusão acima acima minha o relato de Hermínio Linhares: "Os sindicatos continuavam orientados por comunistas e trotskystas, mas o Governo penetrava cada vez mais no meio sindical, tentando anular todo o prestígio dos comunistas. Estes oficializaram rapidamente os sindicatos que controlavam ou fundiram-se com as organizações oficiais. A consequência foi que a direção dos sindicatos mais importantes e das federações ministerializadas passaram para a orientação comunista, que mais se reforçou, passando a agir com o rótulo de agentes do Governo"⁽¹⁰⁶⁾.

(106) Linhares, Hermínio, "O Comunismo no Brasil", em Revista Brasiliense nº 26, Editora Brasiliense, novembro/dezembro de 1959, pp. 187/188.

Essa configuração dual que caracterizou a estrutura sindical brasileira durante o período 1931-35, marcou um processo onde, de um lado os setores mais avançados procuraram preservar seu movimento sindical independente e, do outro, o Estado, usou das mais variadas formas para, de um lado coibir a luta sindical e, de outro, criar um sindicalismo dócil, subordinado aos interesses dos setores dominantes e ao Estado.

Todos esses dados confirmam que o processo de subordinação da classe operária ao "Sindicalismo de Estado" não se deu de forma imediata, mas sim contando com intensa resistência por parte das categorias mais representativas e dos setores mais organizados do movimento sindical, de que foram exemplos a atuação dos gráficos, trabalhadores da indústria hoteleira e similares; trabalhadores das indústrias de energia elétrica, dos têxteis, ferroviários, metalúrgicos, bancários e comerciários, além da existência de organismos sindicais autônomos como a Federação Sindical Regional de São Paulo, a Federação Operária de São Paulo, a Coligação dos Sindicatos Proletários, a Confederação Sindical Unitária do Brasil, todos exemplos de organismos inter-sindicais que não aceitavam as determinações do Ministério do Trabalho.

Quando estes setores mais avançados da massa assalariada foram forçados a ingressar no sindicalismo oficial algumas categorias ainda conseguiram, durante um escasso período de tempo, manter uma luta combativa, devido especialmente ao avanço do movimento de massas. No momento em que a estrutura sindical a trelada associou-se a intensificação da repressão pelo Governo

Vargas, desencadeada a partir de meados de 1935 e especialmente depois do levante Aliancista de novembro de 1935, deu-se a desmobilização do movimento sindical: os sindicatos foram fechados e as organizações inter-sindicais foram dissolvidas, assistindo-se então a perda da autonomia sindical.

CAPÍTULO IV

O MOVIMENTO GREVISTA E A CONSCIÊNCIA DE CLASSE

Este presente capítulo, junto com o anterior, pretende oferecer uma resposta à seguinte indagação: o movimento operário, através da sua luta sindical e grevista, inseriu-se num processo de avanço qualitativo da consciência de classe, na busca de sua verdadeira consciência, ou limitou-se a reivindicações de caráter imediatista, presas a uma ideologia não superadora do capitalismo, a uma falsa consciência? Em que medida a atuação concreta da classe operária procurou colocar-se acima da imediatidade, visando o entendimento da realidade em sua totalidade, e assim superá-la?

O estudo do movimento grevista mostra-se como um passo indispensável para se penetrar na atuação concreta da classe operária e, portanto, para o entendimento efetivo do seu nível de consciência.

I. As Manifestações Grevistas

As manifestações grevistas que eclodiram durante a primeira metade da década de 1930, ao contrário daquilo que procurou consagrar certa historiografia, foram, em alguns momentos, relativamente intensas. Veremos que houve momentos de ascenso e declínio no movimento grevista; num primeiro momento as greves foram uma resposta às situações desfavoráveis, consequência de uma depressão econômica oriunda da crise de 29. Os reflexos da crise, porém, se foram bastante negativos no setor agrário-exportador, foram menos agudos na indústria. Entretanto, o crescimento da produ

ção industrial permaneceu quase estagnado durante os anos 1929/32, "ou mesmo declinante se se levar em conta o crescimento da população, que foi da ordem de 2%"⁽¹⁾. O setor de bens de consumo assalariado (têxteis, alimentícios) foi, entretanto, o que apresentou menor decréscimo de produção. Em 1933, ocorreu o início de um processo de recuperação econômica voltado para o desenvolvimento das atividades industriais, desenvolvimento este que se deu através da sobre-utilização da capacidade produtiva instalada; a indústria têxtil chegou a produzir, em 1936, 54% mais em relação a 1927, com o mesmo número de teares e fusos existentes em 1927, porém operando em dois e três turnos diários⁽²⁾.

Os índices referentes à evolução dos salários e dos níveis de emprego também são significativos: "no auge da crise diminuíram os salários nominais e reais do operariado, seja em

(1) Villela, Annibal e Suzigan, Wilson, op. cit., p. 191. Os dados que seguem encontram-se nas páginas 191 a 199.

(2) Ibid, p. 195. Entre 1930/33 foram criados 8.210 estabelecimentos industriais; entre 1933/40, nada menos que 26.881. "O fato de os índices da produção indicarem que, no período 1929/39, ela cresceu a taxa média anual de 8,4%, enquanto que a agricultura cresceu a 2,2%, sugere que a atividade industrial substituiu em boa parte a atividade agrícola naquele período". Conforme Villela e Suzigan, op. cit., p. 193

virtude da redução de horas trabalhadas, seja pelo corte puro e simples da remuneração paga pelas empresas"⁽³⁾. É o que se constata do quadro abaixo:

Evolução do Salário Real dos Operários de Fábricas no Estado de São Paulo - (1928 - 1934)

Ano base 1928 = 100

1928	1929	1930	1931	1932	1934
100	96,4	85,9	88,4	122,4	108,7

FONTE: Extraído de Almeida, M. Hermínia, op. cit.

Como se vê, foi somente em 1932 que o nível real de salário dos operários recuperou-se. Também neste mesmo ano os níveis de emprego nos principais ramos industriais recuperaram-se, excedendo em pequena escala os índices de 1928, conforme se depreende do quadro a seguir.

É dentro desse movimento da economia, aqui reproduzido somente através da enumeração de alguns dados empíricos, que eclodem as manifestações grevistas⁽⁴⁾. Claro que a este quadro es

(3) Almeida, Maria Hermínia T. de, Estado e Classes Trabalhadoras no Brasil: 1930/45, Tese de Doutorado, 1979, USP, p. 183, Os quadros citados são adaptados deste mesmo estudo.

(4) Para uma análise econômica do período, veja-se Silva, Liana M. Aureliano da, op. cit., especialmente cap. III.

Evolução do Emprego em Diversos Ramos Industriais (1928 / 34)

	1928		1929		1930		1931		1932		1933		1934
de Op. empadados	Índ.	Nº Op.	Índ.	Nº Op.	Índ.	Nº Op.	Índ.						
48.376	100	138.002	93	119.296	80.4	147.370	993	150.808	101.6	171.667	115.6	202.900	136.7

FONTE: Extraído de Almeida, M.H., op. cit.

trutural se agregaram as condições políticas que caracterizaram es sa meia década, marcada, por exemplo, em 1934, início do Governo Constitucional, por um curto período de relativa liberalização.

Se é verdade que o Governo Vargas teve sempre u ma proposta controladora do movimento operário autônomo, é certo também que a conjuntura política sofreu alterações ao longo des - ses anos, alterações estas dadas pela ausência, por parte das fra - ções das classes dominantes, de um projeto hegemônico que incorpo - rasse efetivamente as classes subalternas. Essa ausência de hege - monia, a nível do bloco de poder, permitiu em alguns momentos pre - sença maior da classe operária, manifesta, por exemplo, na eclo - são dos movimentos grevistas e no avanço político verificado quan - do da criação da Aliança Nacional Libertadora.

É dentro deste quadro que o movimento grevista se insere. Como veremos, esse período foi marcado por momentos de a - vanços e recuos do movimento operário. As greves foram quase que exclusivamente econômicas, voltadas para a obtenção de aumentos sa

lariais e para a conquista de uma regulamentação minimamente protetora do trabalho. Foram greves isoladas, e que somente em alguns poucos momentos adquiriram a dimensão de greves generalizadas. Dada a ausência de uma condução política revolucionária, o movimento grevista não conseguiu romper, em nenhum momento, com sua condição de classe subordinada ao capital. Ao contrário, as greves foram mais defensivas que ofensivas, uma vez que, ou eclodiram em momentos desfavoráveis, de depressão econômica ou, mesmo quando a economia esboçou uma retomada do seu crescimento, a pauta grevista manteve-se procurando acompanhar esse ritmo de crescimento. Apesar da combatividade operária, as greves não conseguiram superar a sua espontaneidade. É o que veremos a seguir⁽⁵⁾.

1930-31: Avanço e Descenso

Já em 1930 várias categorias deflagraram greves, na sua quase totalidade após os eventos de outubro de 1930, que le-

(5) Optei pelo relato detalhado das greves deflagradas entre 1930/35, apesar de reconhecer que seria perfeitamente possível sintetizá-las, apontando suas principais manifestações e com isso tornar bem mais amena a leitura das páginas seguintes. Como, porém, o estudo das greves é um momento que julgo decisivo para o entendimento da consciência operária, preferi mencioná-las pormenorizadamente, visando a obtenção de um quadro amplo e real do movimento grevista para, no momento seguinte, avançar algumas conclusões acerca das relações entre as greves e a consciência operária.

varam Getúlio Vargas ao poder⁽⁶⁾. Exceção feita a uma paralisação no setor têxtil em fevereiro deste ano, entre novembro e dezembro houve a eclosão de várias greves: os tecelões paralisaram suas atividades nove vezes, motivados basicamente pela diminuição salarial. Merece particular destaque a paralisação geral que atingiu a totalidade das indústrias de tecidos no Bairro do Brás, aglutinando cerca de 5.000 trabalhadores. Foi um momento em que as greves isoladas generalizaram-se naquele ramo, exigindo aumentos salariais. A União dos Operários em Fábricas de Tecidos (UOFT) esteve presente durante os surtos grevistas. Além destes, houve uma paralisação no ramo de calçados e igual número no ramo frigorífico, nos motoristas de praça e nos lixeiros. Houve duas paralisações na indústria metalúrgica e também nos ferroviários. A Exceção de alguns casos particulares, a temática das greves situava-se em torno da questão salarial. Deve-se evidenciar que o surto grevista, desencadeado entre novembro e dezembro, eclodiu

(6) A principal fonte de dados para a reconstituição grevista foi o jornal A Platêa. Agradeço a Maria Hermínia Tavares de Almeida que cedeu sua pesquisa efetuada em A Platêa durante o período 1930/35, o que possibilitou a reconstituição que faço neste capítulo. Essa pesquisa encontra-se em Almeida, Maria Hermínia T. de, op. cit., vide anexos. Ainda em A Platêa pesquisei o período de janeiro a maio de 1932, com o objetivo de complementar os dados obtidos anteriormente. Outra fonte bastante rica foi o jornal A Plebe, onde pesquisei os números 1 a 98, correspondentes aos anos 1930/35. Constituem fontes complementares os jornais Nossa Voz, n.ºs 5 a 30 e O Trabalhador Graphico, n.ºs 3 a 15, ambos correspondentes aos anos 1930/35.

porque encontrou condições políticas favoráveis, dadas pela vitória da "Revolução de 1930", que prometia, nos pronunciamentos da Aliança Liberal, solucionar a questão social.

O ano de 1931 marcou um momento de descenso do movimento grevista. Inicialmente, os motoristas de praça paralisaram suas atividades em duas oportunidades no mês de janeiro, ambas contra o aumento das taxas cobradas pela prefeitura. Também neste mês, os operários do Moinho Santista, em São Paulo, paralisaram suas atividades, reivindicando aumento salarial e outras vantagens.

Em junho foi a vez da Fábrica Brasileira de Sedas. Suas causas foram: redução salarial, brutalidade do mestre da fábrica, jornada de trabalho de 9 horas sem descanso e a abusiva exigência de cada trabalhador operar com dois teares. No mês de julho o movimento se estende a outras categorias, paralisando 40.000 trabalhadores que exigiam a redução da jornada de trabalho, objetivando diminuir o número de desempregados, indenização àqueles que permanecessem sem trabalho, abolição da carteira de trabalho, reconhecimento das comissões internas na fábricas, etc. Estas manifestações ocorreram num momento de conflito entre o tenentismo e as forças dominantes; enquanto a UOFT procurava, dados os seus vínculos com os tenentes em São Paulo, como Miguel Costa, apoiar os tenentistas - vivia-se o período de sucessão na interventoria de São Paulo -, a Federação Operária de São Paulo (FOSP) insistia em manter a pauta dos grevistas no terreno exclusivamente econômico. Essa paralisação, última de

vulto verificada neste ano em São Paulo, durou vários dias e foi parcialmente vitoriosa.

1932: A Recuperação

O ano de 1932 marcou um momento ascensional da luta dos trabalhadores, especialmente no período que antecedeu o levante armado em São Paulo. Logo em fevereiro, os operários da São Paulo Railway entraram em greve nas oficinas da Lapa e do Centro, motivados pelo aumento da taxa de contribuição para as Caixas de Aposentadoria e Pensão. Reivindicavam ainda a regulamentação do horário de trabalho (200 horas por mês) e 5% de aumento salarial. A paralisação teve a duração de aproximadamente 15 dias e contou com a intervenção do Ministro do Trabalho, sendo que as reivindicações foram atendidas. Durante a greve dos ferroviários foram realizados vários comícios, efetuando-se a prisão de vários elementos, como Fernando Lacerda, figura da direção do P C B. Neste mesmo mês os tecelões entraram em greve durante 23 dias, exigindo diminuição das horas de trabalho, aumento salarial e abolição da produção forçada com o sistema de prêmios insignificantes. A paralisação, que foi vitoriosa, realizou-se no Cotonifício Ítalo-Brasileiro, atingindo 2.000 tecelões e contou com a direção da UOFT. Em abril, os padeiros, com a participação do Sindicato dos Manipuladores de Pão, paralisaram seus trabalhos, reivindicando mais um trabalhador de masseira, aumento salarial e a não dispensa de nenhum grevista. Os bancários de Santos também deflagraram greve devido ao não cumprimento do estatuto, no que se referia à gratificação de 3 meses e ao paga-

mento de trabalho extraordinário. A greve teve a duração de dois dias, contou com a solidariedade da Associação dos Bancários de São Paulo e teve atendidas suas reivindicações. Em maio, o movimento grevista adquiriu uma amplitude ainda maior: logo no início do mês os operários nas fábricas de calçados paralisaram suas atividades, dirigidos pela União dos Operários em Fábricas de Calçados. No mesmo dia eclodiu a greve dos ferroviários da São Paulo Railway, exigindo a reintegração dos demitidos na última greve, pagamento dos dias em que os operários estiveram parados e demissão dos chefes da Central e Lapa. O movimento reivindicava ainda aumento salarial e férias. Houve a participação do Sindicato Central Ferroviário e o da S.P. Railway e a greve contou com a solidariedade dos ferroviários da Santos-Jundiaí e do Alto da Serra. A Federação Operária de São Paulo, mesmo discordando da orientação política dada "pelos elementos alheios à classe", solidarizou-se com os ferroviários. Em Santos, houve uma passeata da S.P. Railway em solidariedade aos grevistas; a UOFT também hipotecou solidariedade às categorias paralisadas. A greve durou cerca de 2 semanas, obteve aumento salarial, mas teve demitida a Comissão de Greve e cerca de 50 operários estrangeiros. Além dos ferroviários e trabalhadores em fábricas de calçados, no mês de maio, também nos seus primeiros dias, eclodiu a greve de mais uma categoria: os vidreiros. Esta paralização foi parcial e durou cerca de 15 dias. No dia 10 de maio, cerca de 800 trabalhadores da indústria hoteleira de Santos deflagraram greve, exigindo descanso semanal, salário mínimo, aumento salarial, cumprimento da lei de férias, jornada de trabalho diurno de 8 horas e noturno de 7 horas, pagamento dos dias em greve, garantia de liberdade a todos

aqueles que foram presos, nenhuma perseguição aos grevistas e re integração dos demitidos. A União Beneficiente dos Trabalhadores em Construção Civil solidarizou-se com o movimento paredista e fez várias reivindicações como: fixação de salário mínimo, cumprimento da lei de férias, aviso prévio, pagamento quinzenal e reconhecimento, pelos patrões, de um delegado da U.B.T.C.C. em cada local de trabalho. As greves neste mês de maio assumiram o caráter de greve quase generalizada, ao incorporar a categoria mais significativa do parque industrial paulista: os têxteis.

Suas exigências eram efetivação da jornada de 8 horas, aumentos salariais de 20%, fim do serviço extra, igualdade salarial para o mesmo trabalho, preferências pelo trabalho masculino, cumprimento do código de menores, cumprimento da lei de férias, abolição da Carteira de Trabalho, reconhecimento da UOFT e das comissões operárias nas fábricas, descanso entre os turnos, aumento para trabalho noturno, pagamento integral dos dias em greve e pagamento quinzenal. Como essas reivindicações não foram aceitas pelo Sindicato patronal da indústria têxtil, os trabalhadores de flagraram greve. Esta categoria, segundo relata o jornal A Platóia, congregava cerca de 100.000 trabalhadores. Em seus primeiros dias, a greve não conseguiu generalizar-se mas paralisou, ao menos parcialmente, as atividades em quase todas as fábricas⁽⁷⁾.

(7) São as seguintes as fábricas de tecidos paralisadas nos primeiros dias de greve: Estamparia Matarazzo, Fábrica de Tecidos Tatuapé, Fábrica Libaneza, Cotonifício Paulista, Lanifício Ítalo Armênio, Fábrica Fernandes, Fábrica de Tecidos Jorge Street, Cotonifício Crespi, Fábrica de Tecidos Três Ir -

A greve durou cerca de 2 semanas, sendo que o movimento diminuiu à medida que as empresas assinavam acordos com os grevistas. As cigarreiras também declararam-se em greve, reivindicando aumento salarial. Da mesma forma, os empregados em hotéis e similares deflagraram greve que paralisou 18 hotéis em São Paulo, deixando 9 deles funcionando em situações precárias. Através da União Beneficente dos Empregados em Hotéis e Similares de São Paulo, os trabalhadores reivindicavam descanso semanal, abolição da gorjeta e, em seu lugar, 10% de aumento na consumação do cliente, igualdade salarial para o mesmo trabalho, jornada diurna de 8 horas e noturna de 7 horas, salário mínimo, reconhecimento de um delegado da União Beneficente em cada estabelecimento, aumento salarial de 20% e 10%, em outras reivindicações. A paralisação durou cerca de 10 dias e foi parcialmente vitoriosa. Após algumas tentativas de negociação, os padeiros declararam-se em greve, reivindicando a abolição da residência nas padarias e aumento salarial. A greve foi dirigida pelo Sindicato dos Manipulado-

mãos, Fábrica de Juta Sant'Ana, Fábrica de Meias Mosseline, São Paulo Alpargatas, Fábrica Maria Angela, Fábrica Maria Zélia, Fábrica Prada, Cotonifício Guilherme Giorgi, Tecelagem de Seda Ítalo-Brasileira, Irmãos Andrauss, Irmãos Mousale, Lanifício Londres, Fábrica Santa Rosa, Vanini Grande, Tinturaria Brasileira de Sedas Santa Magdalena, Lanifício Germaque, Fábrica de Sedas da Rua Martim Afonso, Cotonifício Adelina, Fiação e Tecelagem São Paulo e Fábrica de Seda Oriental. Em A Platêa, 13/05/32.

res de Pão e teve caráter parcial. Houve uma greve isolada na Fábrica de Artefatos de Borracha Renzo Bertelo que, através da mediação do Departamento de Trabalho, foi solucionada. Após o mês de junho o movimento grevista entrou em declínio vertiginoso, tendo-se notícias de algumas poucas paralisações como aquela deflagrada na Metalgráfica Aliberti, do grupo Matarazzo. A greve, ocorrida em fins de novembro, exigia o cumprimento da lei de férias e não foi bem sucedida pelas divergências políticas existentes entre os metalúrgicos, influenciados pela União dos Operários Metalúrgicos, anarquista e os gráficos, vinculados à União dos Trabalhadores Gráficos, trotskista. Há notícias também de uma greve na Vidraria Santa Marina, exigindo aumentos salariais e de outra na Fábrica de Pianos Nardelli, exigindo o pagamento das férias e outras reivindicações. O movimento grevista, durante o ano de 1932, limitou-se praticamente à primeira metade daquele ano. O atendimento parcial das reivindicações através de acordos com as empresas e entidades patronais, de um lado, e a violenta repressão desencadeada pelo Governo tentando conter as lideranças operárias mais avançadas, fez refluir o movimento. Com a eclosão da "Revolução de 1932" e o conflito armado entre as tropas estadual e federal, o movimento grevista praticamente desapareceu. Ressalte-se que neste surto grevista de maio de 1932, de relativa proporção, houve uma tentativa de centralização do movimento, através da constituição de um comitê de greve, composto por lideranças de algumas categorias envolvidas e que procurou dirigí-lo politicamente. A repressão intensa e a debilidade política das lideranças - expressa também na sua fragmentação po -

lítico-ideológica - impediu que esse surto grevista assumisse uma dimensão maior.

1933: Um Novo Descenso

O ano de 1933 deu continuidade ao descenso do movimento grevista verificado desde a segunda metade do ano de 1932. São poucas as referências a paralisações, em sua maioria limitadas ao âmbito fabril. Assim, logo no início do ano eclodiu nova greve na fábrica de Pianos Nardelli que se arrastou até o dia 13/01, quando foi vitoriosa. Neste mesmo mês, duas fábricas de tecidos em Sorocaba (a Votorantin e Santo Antônio), totalizando 5.000 operários, paralisaram suas atividades. Suas exigências eram: cumprimento da lei de férias e jornada de 8 horas. Também os operários da Cristaleria Americana, em São Paulo, entraram em greve durante pouco mais de 10 dias, contrários aos descontos nas horas de trabalho para quem não atingia a tabela de produção exigida pela empresa. No mês de fevereiro, os operários metalúrgicos da Companhia Brasileira de Mineração e Metalurgia, em São Caetano, deflagraram greve em solidariedade a alguns companheiros demitidos pela gerência. Essa paralisação foi liderada pela Liga Operária de São Caetano, de inspiração anarquista, durou 10 dias e foi vitoriosa. Houve ainda neste mês, algumas greves em pequenas fábricas de sapatos exigindo melhoria salarial. Os estivadores de Santos também paralisaram suas atividades, sofrendo intervenção do Ministério do Trabalho. Como se vê, o ano de 1933 caracterizou-se por um declínio do movimento grevista, causado não só pela repressão iniciada em meados do ano anterior, mas

também porque 1933 marcou um momento de reorganização da economia, com as atividades industriais recobrando o ritmo normal de trabalho, reduzindo a capacidade ociosa existente em vários ramos, o que não só normalizou a jornada de trabalho, mas absorveu boa parte dos desempregados.

1934: O Ressurgimento

No ano de 1934, o movimento grevista ressurgiu de forma vigorosa, favorecido pela conjuntura política dada pela vigência da Assembléia Constituinte e pela relativa liberalização que marcou o Governo Provisório nos seus primeiros passos. Logo nos primeiros dias do ano, os operários da fábrica de Juta Penteadado declararam-se em greve por reivindicações imediatas, tendo obtido vitórias. Também os ferroviários e motoristas da Light paralisaram suas atividades durante cinco dias, exigindo aumento salarial, 8 horas de trabalho e readmissão dos grevistas. Houve a participação do Sindicato dos Ferroviários de Sorocabana e foram obtidos algumas vitórias. Ainda no mês de janeiro, os motoristas deflagraram greve, com o apoio do Sindicato dos Profissionais do Volante, exigindo revogação dos atos 537 e 515 da Prefeitura sobre o trabalho dos motoristas e a readmissão dos grevistas. Novamente em fevereiro, os operários vidreiros da Cristaleria Americana entraram em greve, reivindicando aumento salarial. A greve, que contou com a atuação do Sindicato dos Operários em Fábricas de Vidro e com a solidariedade da União dos Operários Vidreiros, durou mais de um mês e teve resultado insatisfatório para os operários. No início de julho, foi a vez dos bancários de São Pau -

lo, Santos e Rio de Janeiro deflagrarem greve pela criação do Instituto de Aposentadorias e Pensões e visando vantagens sociais como seguro, aposentadoria, estabilidade e bonificações. Houve a participação do Sindicato dos Bancários de São Paulo e o apoio da Coligação dos Sindicatos Proletários. Também os marítimos de Santos (e outros portos do Brasil) entrarem em greve, reivindicando a reorganização da Caixa de Aposentadorias e Pensões. Os operários da City, também de Santos, paralisaram suas atividades durante um dia, exigindo aumento salarial, regulamentação da jornada de trabalho e reconhecimento do seu Sindicato. O resultado foi negativo. Ainda em julho, os telegrafistas do país paralisaram suas atividades reivindicando aumento salarial. Novamente em Santos, os operários da construção civil paralisaram suas atividades, reivindicando aumento salarial. Houve a participação do Sindicato dos Operários em Construção Civil e o resultado da greve foi positivo. Em São Paulo, os operários têxteis da Fábrica Mariângela, com cerca de 1.500 trabalhadores, paralisaram suas atividades exigindo 20% de aumento salarial, férias, fim de multas e pagamento quinzenal. A greve durou 12 dias, contou com o apoio da Coligação dos Sindicatos Proletários e, apesar da obtenção do aumento, teve vários grevistas demitidos. Em Piracicaba, os trabalhadores na indústria do açúcar paralisaram suas atividades no Engenho Central, exigindo aumentos salariais e demissão de um administrador. A greve durou 6 dias e atingiu 600 trabalhadores. Em Santos, novo surto grevista, atingindo os trabalhadores da construção civil, padeiros e trabalhadores da indústria hoteleira. As reivindicações foram: reconhecimento dos sindicatos, reintegração dos grevistas, cumprimento das leis sociais,

pagamentos de férias e aumento salarial. A greve durou pouco mais de um mês e teve resultado positivo. Em São Paulo, os operários da Metalúrgica Paulista paralisaram suas atividades protestando contra o rebaixamento salarial dos últimos anos. A greve contou com a participação do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, durou uma semana e teve um resultado positivo. Em agosto, novamente os operários metalúrgicos, agora da Metalúrgica Aliança, paralisaram suas atividades por 2 dias, reivindicando aumentos salariais. Também neste mês, os padeiros de Piracicaba paralisaram suas atividades, reivindicando aumento de salários, jornada de 8 horas e férias. Os escreventes dos cartórios de São Paulo e interior paralisaram suas atividades por 2 dias, solicitando aumento salarial. Ainda em agosto os marceneiros, em número de 1.800, paralisaram várias fábricas em São Bernardo, reivindicando aumento salarial e férias. A paralisação durou cerca de um mês e teve resultado positivo. Em setembro, 3.000 operários da Light de Santo Amaro e Cubatão deflagraram greve durante uma semana, exigindo aumento salarial, jornada de 8 horas, pagamento de horas extras, melhores condições de trabalho, protesto contra demissões e reconhecimento do Sindicato. A greve foi parcialmente positiva. Em São Paulo, os empregados em padarias, com a participação do Sindicato dos Manipuladores de Pão, paralisaram suas atividades por um dia, reivindicando uma tabela de salário mínimo. Também os operários da Pedreira Beneducci e Cia, contando com a participação do Sindicato dos Operários em Pedreiras, paralisaram suas atividades por um dia, sendo derrotados pela repressão policial. Em outubro, vários padeiros de Campinas, com o apoio do Sindicato dos Operários em Panificação e Confeitarias

daquela cidade, paralisaram suas atividades. Em outubro, 1.600 operários têxteis da Fábrica Penteado paralisaram suas atividades, reivindicando aumento salarial e melhorias nas condições de trabalho. Ainda neste mês, os ferroviários da linha São Paulo-Rio Grande deflagraram greve, reivindicando aumento de salários e melhores condições de trabalho. Por fim, a última greve verificada neste ano deu-se junto aos funcionários dos Correios e Telegráfos de São Paulo e Rio de Janeiro, com mais de 1.000 trabalhadores paralisados durante 8 dias, reivindicando aumento salarial, aumento do quadro de funcionários e não punição para os grevistas, visto que, por lei, os funcionários públicos estavam proibidos de deflagrar greves. A paralisação teve resultado favorável.

1935: O Apogeu

Como se pode perceber, o ano de 1934 marcou um momento de retomada das reivindicações da massa assalariada que, no ano seguinte, atingiu seu ponto mais alto, quando o movimento grevista eclodiu em várias categorias. Logo em janeiro de 1935, os motoristas particulares e das empresas de ônibus paralisaram suas atividades por 11 dias, exigindo jornada de 8 horas, descanso semanal, criação do Instituto de Aposentadoria e Pensões, além de reivindicações específicas. A greve contou com o apoio do Sindicato dos Condutores de Veículos e foi parcialmente vitoriosa. Neste mesmo mês, os trabalhadores em frigoríficos, primeiro na Armour e depois na Wilson, deflagraram greve: os primeiros, em número de 1.800 trabalhadores, exigiram aumento salarial, aplicação das leis sociais e readmissão de grevistas. Os trabalha

dores da Wilson paralisaram em apoio aos grevistas da Armour. As duas greves contaram com a participação do Sindicato dos Trabalhadores em Frigoríficos de São Paulo, com duração de aproximadamente 15 dias. Ainda em fins de janeiro, os alfaiates de São Paulo, através de União dos Alfaiates e Anexos, declararam-se em greve "em sinal de protesto contra a Lei de Segurança Nacional e contra a prática de violência por parte da polícia... tendo conseguido paralisar os serviços em vários estabelecimentos do ramo"⁽⁸⁾. A greve estendeu-se a várias empresas têxteis de São Paulo e Santos, que também protestaram contra a Lei de Segurança Nacional, durante um dia, através da Frente Única Sindical de Santos. No mês de fevereiro, também os motoristas de São Paulo paralisaram suas atividades, por curto período, protestando contra a mesma Lei de Segurança Nacional. Os têxteis da Fábrica de Santo Elias paralisaram em maio suas atividades, exigindo aumento salarial e jornada de 8 horas. No mês seguinte, novamente os operários têxteis, agora da Fábrica Ítalo-Brasileiro, num total de 1.500 trabalhadores, deflagraram greve contra a redução de salários, pela jornada de 8 horas e pagamento das horas extras. A greve durou cerca de 50 dias, contou com a participação do Sindicato dos Trabalhadores em Fiação e Tecelagem e da União dos Sindicatos Proletários e teve um resultado negativo. Ainda no mês de junho, 100 tecelões do Cotonifício Crespi, paralisaram suas atividades em protesto pela demissão de um operário. Também os tecelões da Fábrica de Mousselina paralisaram uma seção, contrários à redução

(8) A Plebe, nº 81, 02/02/1935.

salarial, em greve que contou com a participação do Sindicato dos Trabalhadores em Fiação e Tecelagem. Neste mesmo mês, os marceneiros da Marcenaria Nicola Tarriconi paralisaram suas atividades, contrários à redução Salarial. No início de julho, os operários têxteis em várias fábricas de São Paulo deflagraram greves e receberam a solidariedade da Aliança Nacional Libertadora. No mesmo dia (16/07) os trabalhadores da Metalúrgica São Caetano paralisaram suas atividades. No mês seguinte, novamente os metalúrgicos, agora da Fundação Brasil, entraram em greve, reivindicando aumento de salários, férias e jornada de 8 horas, em manifestação que contou com a presença do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo. Os têxteis da Fábrica Paulo de Abreu também paralisaram suas atividades, motivadas pelo atraso de pagamentos e desrespeito à jornada de trabalho. Em setembro foi a vez dos marceneiros, em 3 fábricas de São Bernardo, totalizando 420 operários, paralisaram suas atividades durante 10 dias reivindicando jornada de 8 horas e manifestando-se contrários à convenção coletiva assinada. A greve contou com a participação do Sindicato dos Operários Marceneiros, Carpinteiros e Anexos. Em outubro, 6.000 operários da construção civil de Santos paralisaram suas atividades, exigindo aumento salarial, reconhecimento do seu Sindicato pelos patrões e pagamento quinzenal. A greve durou cerca de um mês e teve resultado favorável. Também os gráficos de Santos paralisaram seus trabalhos por 6 dias, exigindo aumentos salariais. A greve contou com a participação do Sindicato dos Trabalhadores Gráficos de Santos e teve um desfecho positivo. Por fim, ainda em Santos, os trabalhadores em moinhos e pastifícios de várias fábricas paralisaram

suas atividades, por cerca de 10 dias, exigindo aumento salarial. Como se percebe, o ano de 1935 foi um momento de avanço das reivindicações operárias, quando comparado aos anos anteriores. Em alguns poucos casos as greves já explicitavam um conteúdo qualitativamente novo, dado por sua nítida dimensão política. É relevante ainda lembrar que estes últimos 2 anos, particularmente 1935, caracterizaram-se por uma polarização política intensa: de um lado, as massas populares e os setores de esquerda aglutinados em torno da Aliança Nacional Libertadora e, de outro, as forças integralistas, que também contavam com certo apoio das massas. Após o Levante Aliancista, de novembro de 1935, o movimento sindical e grevista, que esboçava em grau ainda embrionário um vínculo político com o Movimento Aliancista, viu-se totalmente tolhido, visto que foi desencadeada violenta e indiscriminada repressão, atingindo todos aqueles que, de uma forma ou de outra, questionavam o poder do Estado Varguista.

2. Greve Espontânea e Falsa Consciência

Já disse anteriormente que não há oposição rígida entre luta econômica e luta política, mas que, ao contrário, está na essência de toda luta econômica transformar-se em luta política. Dentro desse contexto, a greve é um momento privilegiado no processo de constituição da consciência operária. Se é verdade que a greve pode constituir-se em fator de integração parcial da classe ao sistema de produção capitalista, também ela é um fator potencial para a desintegração definitiva da ordem econômica social vigente. No primeiro caso, estamos frente ao reformismo, fren

te à forma de luta política chamada trade-unionista. No segundo, estamos frente a uma política revolucionária, efetivamente superadora da realidade. É claro que entre as políticas tradeunionista e revolucionária há mediações: um exemplo disto pode ser encontrado na espontaneidade de uma greve, desprovida, em sua natureza, de qualquer proposta política, quer reformista, quer revolucionária⁽⁹⁾. Penso que a análise das greves no Brasil deve partir deste quadro analítico.

O estudo das manifestações grevistas nos anos 1930/35 revela que, em sua quase totalidade, as greves foram econômicas, voltadas para a necessidade de recuperação dos índices salariais. Do conjunto de greves deflagradas naquele período, eram extremamente raras as paralisações que não contassem como temática principal em sua pauta de reivindicações, a busca de melhores salários. Além desta reivindicação, as greves objetivavam também uma legislação minimamente protetora do trabalho, como jornada de 8 horas de trabalho, lei de férias, melhoria nas condições de trabalho, etc. Nos momentos em que a depressão econômica

(9) É fundamental reportar à diferença apontada no capítulo I entre movimento espontâneo e a concepção política espontaneísta: aquele é próprio da classe em seu processo de constituição; é da lógica da classe que, antes de atingir a sua plenitude dada pela política revolucionária, ela tenha uma dimensão natural espontânea. Já no espontaneísmo é uma concepção política que faz apologia do espontâneo como sendo a única forma avançada de organização da classe.

foi relativamente significativa, algumas greves exigiam a manutenção da jornada mínima de 8 horas, evitando com isso a redução excessiva das horas de trabalho, o que acarretava uma redução brusca nos níveis salariais. Quando, especialmente a partir de 1933, iniciou-se o processo de recuperação econômica, a luta da classe trabalhadora visou preservar a jornada de trabalho normal, pois a tendência agora era pela sobre-utilização da força de trabalho através de atividades extraordinárias, que em muito excediam o turno de 8 horas. Outra característica importante para o entendimento das greves foi o fato de que, salvo raras exceções, elas foram manifestações isoladas, presas a reivindicações que se restringiram ao universo fabril. O ano de 1932 foi uma das poucas exceções, pois o movimento grevista ampliou-se atingindo várias categorias e adquiriu a dimensão de uma greve geral. A ausência de uma direção política efetiva impediu que o movimento atingisse uma qualidade superior.

É verdade que no ano de 1935 eclodiram algumas greves com caráter nitidamente político, repudiando a Lei de Segurança Nacional. Ainda assim, foram extremamente limitadas, restringindo-se a algumas categorias onde a direção dos sindicatos encontrava-se sob influência de segmentos mais politizados.

Apesar destas limitações, o movimento grevista desencadeado pelos trabalhadores nos anos 30 permite avançar outra conclusão importante: antes de ter sido outorgada de forma paternalista e independente de qualquer pressão das massas trabalhadoras, a legislação trabalhista, decretada com grande intensidade naqueles anos, foi uma resposta do Estado Varguista a uma situa -

ção concreta da luta social, onde sempre esteve presente a necessidade de conquistar - e depois fazer cumprir - os direitos fundamentais do trabalho. Daí que reivindicações como regulamentação da jornada de trabalho, férias, estabilidade, indenização, a viso-prévio, aposentadoria, regulamentação do trabalho de mulheres e menores - pontos que floresciam no bojo das lutas grevistas - foram, pouco a pouco, constituindo-se em leis de trabalho⁽¹⁰⁾.

(10) Dentre os Decretos trabalhistas dos anos 1930/35, merecem destaque: n° 19.671 (fevereiro/1931), que criou o Departamento Nacional do Trabalho; n° 21.471 (maio/32), que versava sobre a regulamentação do trabalho feminino; n° 21.186 (março/32), regulamentando em 8 horas a jornada de trabalho dos comerciários; n° 21.364 (maio/32), estendendo esta regulamentação para o trabalho na indústria; n° 21.396 (maio / 32), instituindo as Juntas de Conciliação e Julgamento; n° 21.761 (julho/32), instituindo a Convenção Coletiva do Trabalho; n° 23.103 (agosto/33), concedendo férias aos bancários e empregados em estabelecimentos comerciais; n° 23.768 (janeiro/34), regulamentando a concessão de férias aos empregados sindicalizados da indústria, além de uma série de outros decretos, relativos a categorias específicas. Ver Vianna, Luiz Werneck, op. cit., p. 148 e Louzada, A.J., op. cit. Vale ainda ressaltar que, mesmo antes de 1930 já havia uma regulamentação do trabalho que era, porém, restrita a algumas categorias; no período imediatamente posterior a "Revolução de 1930", a luta da classe trabalhadora visou a extensão destes direitos para várias categorias de trabalhadores, além de lutar pelo seu efetivo cumprimento.

Penso que o estudo das manifestações grevistas , deflagradas com intensidade na primeira metade dos anos trinta , aliadas à resistência do sindicalismo autônomo frente às investidas controladoras do Estado Vargasista, dão mostras suficientes de que aquilo que foi consubstanciado em lei não se deveu a dádivas ou benesses do Estado. Parece necessário fazer uma distinção a cerca da legislação social: enquanto a legislação trabalhista é uma resposta do Estado às reivindicações da classe operária na busca de uma regulamentação minimamente protetora do trabalho, a legislação sindical, imbuída de um conteúdo controlador e desmobilizador, contrariou os verdadeiros interesses da classe trabalhadora, expressos sinteticamente na necessidade de preservar a autonomia e liberdades sindicais herdadas do período anterior a 1930, e subordinou os sindicatos do Estado. Se é verdade que a luta pela resistência ao controle sindical não logrou resultados favoráveis aos trabalhadores, o mesmo não é verdadeiro quando se faz referência à legislação trabalhista, conquistada inclusive à revelia dos interesses da emergente burguesia industrial.

José Albertino Rodrigues, conhecido estudioso do sindicalismo brasileiro, não desconsiderou as relações existentes entre o movimento de massas e a legislação social: "... todos os pontos da moderna legislação do trabalho já haviam sido levantados pelo movimento operário brasileiro em suas primitivas fases. Em torno delas se fazia a mobilização e a agitação operária e constituíram objeto de lutas em condições penosas e de repressões violentas que custaram a vida de muitos militantes". E mais adiante, diz: "Resta finalmente analisar a repetida afirma-

ção de que a legislação trabalhista legada por Vargas foi uma generosa concessão à classe trabalhadora. Outras afirmações parciais negam a existência de sindicatos verdadeiros antes de 1930, e ainda proclamam sem modéstia alguma que a nossa legislação é a mais adiantada do mundo... Assim não foi inovadora a legislação getuliana nem tão pouco ofertada generosamente às classes trabalhadoras, sem que a tivessem desejando ou sem que tivessem lutado por ela"⁽¹¹⁾.

Penso ter demonstrado que a atuação da classe trabalhadora, particularmente através das greves, forçava o Estado Varguista a dar cumprimento a algumas das promessas feitas desde a campanha da Aliança Liberal. Daí que é de todo necessário questionar, negando, o decantado "Mito da Outorga", segundo o qual o Estado ter-se-ia antecipado aos interesses da classe trabalhadora. Não se antecipou na questão sindical, mas, ao contrário, respondeu de forma contrária aos interesses dos trabalhadores e não se antecipou também na questão trabalhista, mas, aí sim, soube elevar as aspirações populares à agenda estatal. Ao converter ao menos uma parcela das reivindicações populares em lei, ao dar-lhes corpo jurídico, o Estado - ante a ausência de uma organização partidária sólida e organicamente vinculada aos subalternos, que unificasse as suas aspirações, exigisse o seu cumprimento e, conseqüentemente, se beneficiasse politicamente das conquistas alcançadas - soube captar para si as vantagens e os ganhos polí-

(11) Rodrigues, J. Albertino, op. cit., pp. 45/46 e 77/78.

ticos destes eventos, passando para a história como um "Estado Benefactor", um Estado que se antecipou aos interesses das classes populares⁽¹²⁾.

Se dentro deste Estado haviam várias forças sociais dominantes refratárias à efetivação dessas conquistas sociais, como a burguesia industrial, era possível também encontrar segmentos capazes de incorporar essas reivindicações e implementá-las. Os "tenentes" são um exemplo, conforme apontou Maria Hermínia T. de Almeida: "Penso que foram os 'tenentes' os propulsores da política social durante o Governo Provisório. Como já assinalei em outro momento, o núcleo básico das medidas de legislação social (...) já aparecia bastante especificado nos primeiros documentos elaborados pelos 'tenentes' após o movimento de outubro". E, pouco adiante, dirá que: "A incorporação da temática social às propostas dos antigos militares rebeldes expressava sua sensibilidade às precárias condições de vida da imensa maioria e ao desassossego das camadas populares urbanas"⁽¹³⁾. Creio ser bastante viável a hipótese de que o movimento grevista de massas, ao exercer sua pressão, encontrou eco nos "tenentes" que, àquela época, constituíam força expressiva dentro do aparelho de Estado.

Mas retomemos, com a finalidade de concluir, a a-

(12) A expressão é de Vianna, Luiz W., op. cit., p. 135.

(13) Almeida, Maria H.T., op. cit., pp. 177/8.

nálise do movimento grevista: se podemos afirmar com tranquilidade que as greves não expressavam a atuação de uma classe com seu máximo de consciência possível, com sua consciência verdadeira, resta entender se a atuação da classe operária pautou-se nos limites de uma consciência contingente, falsa, para usar uma expressão lukacsiana, isto é, sem conseguir efetivamente romper com a condição de classe subordinada ao capital.

O movimento grevista desencadeado naquele período, quando analisado em seu conjunto, não conseguiu ir além de manifestações parciais, defensivas, que eclodiram em situações econômicas desfavoráveis - vivia-se uma crise econômica de certa profundidade - e, favorecidas pelas alterações políticas havidas em 1930, época em que se modificou a composição das forças dominantes no bloco do poder e que, como vimos anteriormente, caracterizou-se pela crise de hegemonia das frações dominantes. Mesmo quando a economia apresentou uma recuperação a partir de 1933, e o ordenamento político sofreu uma relativa liberalização, a pauta grevista limitou-se a reivindicações predominantemente econômicas, ainda defensivas, pois essa recuperação econômica deu-se, vale lembrar, através da exploração intensa da força de trabalho. Poucas vezes viu-se a eclosão de greves ofensivas, ocorridas em momentos de expansão econômica e dentro de condições favoráveis ao avanço real do movimento de massas⁽¹⁴⁾. As greves polí

(14) Ver a este respeito, Bouvier, Jean, "Le Mouvement Ouvrier et Conjonctures Économiques", em Le Mouvement Social, nº 48, França, 1964 pp. 3/38.

ticas que eclodiram no ano de 1935, dada a escassez com que foram deflagradas e seu caráter ainda isolado, não alteram, mas confirmam, a tônica das greves anteriores. A ausência de uma direção política manteve o movimento grevista dentro dos limites dados pela espontaneidade, impedindo que a consciência operária desse um salto qualitativamente importante. Vão também, nesta direção as conclusões de Maria Hermínia T. de Almeida: "As mobilizações dos trabalhadores refletiam, assim, simultaneamente combatividade e limitações organizatórias. O proletariado não parecia disposto a esperar de braços cruzados que as leis sociais se efetivassem. Tomava a iniciativa de fazê-las cumprir, conquistando na prática o direito de greve que lhe fora negado pela Assembléia Constituinte. Entretanto, a fraqueza de suas entidades sindicais impedia que os movimentos ganhassem maior envergadura. As greves por fábrica eram, sem sombra de dúvida, sintomas de mal estar e disposição espontânea para a luta, que não se podiam canalizar, estender e unificar devido à inexistência de organizações e lideranças sindicais fortes e com autoridade incontestada sobre o conjunto de massas trabalhadoras"⁽¹⁵⁾. Para usarmos uma idéia de Hobsbawn, havia uma situação de explosividade das massas, que pode surgir tanto nos momentos de depressão econômica, quanto em fases de expansão⁽¹⁶⁾. Mas dada a sua dimensão espontânea

(15) Almeida, M.H.T., op. cit., p. 219.

(16) Hobsbawn, Eric J., "Economic Fluctuations and Some Social Movements Since 1800", em Labouring Men, New York, 1964, pp. 149/183.

nea, essa explosividade acabou sendo de curta duração, o que, no Brasil dos anos 1930/35, era reflexo principalmente da falta de direção política para o movimento grevista. Dentro da esquerda operária, dois exemplos ajudam a elucidar essa problemática: o dos anarco-sindicalistas e o dos comunistas. Os anarco-sindicalistas, embora ainda contassem com relativa presença no seio da massa assalariada, não conseguiram conduzir politicamente o movimento. Veja, por exemplo, que em pleno ano de 1932, a Federação Operária de São Paulo (FOSP) enfatizava seu papel de coordenação do movimento sindical, mantendo-se, porém, "dentro dos princípios apolíticos da ação direta". Em maio do mesmo ano, no calor dos acontecimentos, a FOSP lançou um manifesto aos grevistas, cuja pauta era exclusivamente econômica⁽¹⁷⁾. A outra tendência existente dentro do movimento sindical, composta pelos comunistas, encontrava inúmeras barreiras para conseguir impor-se como força hegemônica no seio da classe operária. É também bastante elucidativo o relato feito por um militante comunista da época, Octávio Brandão, sobre a atuação do P.C.B. no movimento grevista ocorrido entre 1931 e 1932:

"Durante as greves, o PC agita as massas, organiza comícios e difunde manifestos, desmascarando os anarquistas, os trotskistas e seus protetores, os partidos e os líderes pequeno-burgueses, pretensamente revolucionários, agentes dos latifundiários, burgueses e imperialistas (Miguel Costa) e desmascara também o Ministro do Trabalho e os sindicatos governamentais,

(17) Em A Plebe, 19/11/32 e A Platêa, 28/05/32.

e luta por uma linha de classe independente, porém, encontra para isso grandes obstáculos: sua própria insuficiência teórica e política, a desorganização dos sindicatos vermelhos, as manobras de 'esquerda' dos anarquistas, amarelos, etc., o terror do governo dos latifundiários e burgueses.

"Apesar de seus progressos, o PC e os sindicatos revolucionários cometeram uma série de falhas. Em primeiro lugar se observa um atraso do PC com relação às condições objetivas favoráveis e à combatividade das massas. Depois o PC exagera o valor da espontaneidade querendo preparar movimentos através de uma simples agitação verbal e escrita (manifestos), sem um trabalho sério de organização, restringindo as tarefas do fator consciência (PC). Não tem uma estratégia grevista justa. Não sabe unir a luta dos operários à dos desempregados, à dos camponeses trabalhadores, etc, não sabe organizar as greves, não aprendeu bem a dirigi-las, não dirige mais que uma parte das greves, e sua participação nas demais é insuficiente. A passividade direitista, a indiferença pelas greves em alguns casos e o sectarismo, o 'esquerdismo', impediram uma boa aplicação de uma tática de frente única. Não obstante, sobre esta questão se progrediu algo durante as grandes greves de São Paulo, em maio. A desorganização dos sindicatos vermelhos, e o mau funcionamento das frações sindicais, a criação formal de comitês de fábrica, estão ligadas à falta de cristalização orgânica das vitórias obtidas.

"As reivindicações imediatas que o PC lança são demasiadamente gerais, extraídas dos livros e elaboradas em pe -

quenas reuniões e não forjadas na vida e na luta, no coração das fábricas. É por isto que tais reivindicações não podem mobilizar as massas"(18).

Essa citação parece ilustrativa da problemática a cima apontada: presas à espontaneidade, as greves esgotavam-se com relativa facilidade por carecerem de uma direção política que pudesse inseri-las numa luta de maior amplitude. Apesar de suas lutas específicas, imediatas, terem eclodido com certa intensidade, possibilitando a unificação do movimento espontâneo de massas - e por isso apresentando-se como um momento extremamente favorável para se elevar a consciência das massas -, a sua fragmentação e debilidade políticas impossibilitaram esse avanço qualitativo, impedindo-a de atingir a sua verdadeira consciência de classe.

A análise da atuação concreta da classe operária, expressa nas eclosões grevistas e na resistência ao controle sindical, mostrou que, apesar de sua combatividade, ela foi incapaz de perceber a totalidade em sua plenitude. Por não conseguir superar a espontaneidade, sua percepção da realidade foi parcial, incompleta, o que lhe impediu o alcance da sua possibilidade objetiva. A ausência de um condutor político que lhe permitisse a apreensão da totalidade, manteve a classe operária nos limites da consciência contingente, da falsa consciência.

(18) Brandão, Octávio, "El P.C. del Brasil en las Huelgas", em la Correspondencia Internacional, Revista Semanal, Ano V, 17/02/1933, nº 8, Madrid, p. 124.

CAPÍTULO V

AS VICISSITUDES DA VANGUARDA OPERÁRIA

Disse no Capítulo I que a realização da verdadeira consciência de classe, do seu máximo de consciência possível, está intrinsecamente ligada à existência de um organismo que, partindo dos interesses imediatos e cotidianos, encontrados na espontaneidade das massas, e tendo somente aí sua fonte, forja uma teoria da transformação revolucionária inspirada na razão dialéctica, que permite à classe operária saltar do em si ao para si. Tal organismo, a vanguarda operária, tem, portanto, o intransferível atributo de conceber e elaborar, sob rigoroso controle das massas, um projeto globalizante de transformação que permita, ao abolir o conteúdo classista da sociedade, a auto-extinção da classe operária e a sua universalização.

Assim, minha preocupação neste Capítulo será analisar a forma pela qual se pautou a atuação da vanguarda operária no Brasil; se sua atuação foi fértil, no sentido de ter possibilitado um avanço qualitativo na consciência da classe operária, ou se não conseguiu, em razão de fatores diversos, concretizar esse intento.

Inegavelmente, a debilidade das organizações políticas da classe operária nos anos 30 transparecia de forma límpida, e somente o P.C.B. encontrava condições mínimas para colocar-se enquanto direção política e ideológica da classe operária⁽¹⁾.

(1) No imediato pós-30 é possível detectar a existência de vá -

Pretendo também, apontar alguns fatores que impossibilitaram o P.C.B. de materializar-se enquanto direção política efetiva da classe operária na primeira metade de 1930⁽²⁾. E, no caso, indaga-se por que o P.C.B. não foi capaz, apesar dos esforços de seus quadros, de elaborar uma proposta efetivamente superadora e transformadora da sociedade brasileira, naquele momento de transição?

rias siglas partidárias, de expressão minúscula, quando não fictícias: é o caso de agrupamentos como o Partido Proletário, o Partido Nacional do Trabalho, a Convenção Proletária Carioca, a Vanguarda Proletária, o Partido Trabalhista, etc. Deve-se mencionar ainda a criação do Partido Socialista Brasileiro em 1932 e do Partido Socialista Proletário do Brasil, em 1934, fruto de cisão da agremiação anterior, acrescida da bancada classista da Assembléia Constituinte. Veja-se Pereira, Astrojildo, URSS, Itália e Brasil, Editorial Alba, RJ, 1934, p. 150.

- (2) Não existe a menor pretensão de oferecer uma explicação de conjunto para o P.C.B.; longe disso, o que se pretende é apreender um momento dessa atuação, o período que compreende os anos 1928 (época em que se realizou o IIIº Congresso do Partido e o VIº Congresso da Internacional Comunista) até 1935, quando da eclosão da Aliança Nacional Libertadora e do VIIº Congresso da I.C.. Um entendimento real da atuação do P.C.B. em sua totalidade histórica é um imperativo que se coloca para o estudo científico e político no Brasil, mas que demandará uma pesquisa de várias décadas de atuação do P.C.B.. Aqui pretende-se tão somente apreender os aspectos mais gerais de uma parte deste todo, necessária para o entendimento da atuação operária naquele momento histórico que nossa pesquisa compreende.

Penso que seja necessário, antes de tentar enfrentar tal questionamento, fazer brevíssimas referências aos anos iniciais da atuação do P.C.B.

1- A Gênese do P.C.B.

Creio que, ao surgir num momento de ruptura com as concepções ideológicas permeadas pelo anarco-sindicalismo, ruptura esta que se efetivou apesar da ausência de tradição do pensamento socialista no movimento operário brasileiro, o P.C.B. herdou algo que talvez caracterize não só uma particularidade da classe operária brasileira, mas também das classes dominantes: a ausência de uma tradição teórica e cultural.

Se é verdade que os comunistas não emergiram no seio de um debate entre as esquerdas - caso singular, uma vez que foi dos poucos a não surgir a partir da cisão dos partidos socialistas - também não foram herdeiros de uma tradição teórica da própria burguesia. Isto evidentemente refletia a fragilidade subjetiva das classes sociais no Brasil; a classe operária, ante a inexistência de uma sólida cultura burguesa a superar e, de outro lado, ante a ausência absoluta de uma tradição marxista no Brasil, partiu praticamente do nada. E isso, acredito, refletiu-se diretamente na atuação do P.C.B.

Astrojildo Pereira, expressão das mais significativas dentre os comunistas, não teve dúvidas ao apontar esta questão fundamental: ... "nossa grande debilidade na direção do Partido resultava principalmente da insuficiência de natureza i-

deológica e teórica, sobretudo na questão fundamental relativa ao caráter da revolução brasileira"⁽³⁾.

Daí que somente em meados da década de 20 surgiu, através de Octávio Brandão, um estudo que procurou apreender a realidade brasileira. Refiro-me a Agrarismo e Industrialismo que, afora esse mérito inicial, expressava ainda a ausência de uma análise da particularidade brasileira. Este entendimento, desprovido do instrumental verdadeiramente dialético, era buscado a partir de valores universais, insuficientes para a compreensão

(3) E continua: "A direção do Partido (...) não possuía capacitação bastante para proceder, do ponto de vista marxista, a uma análise, mesmo elementar, da realidade histórica brasileira. Não possuíamos um conhecimento sequer aproximado da verdadeira situação do País no concernente à sua estrutura econômica e política, às forças sociais em presença, à natureza e ao conteúdo das lutas de classes em seus diversos setores, etc. Víamos e encarávamos os acontecimentos de maneira superficial, por assim dizer - impressionista, sem nenhuma dialética da sua verdadeira significação. Não podíamos perceber o que realmente se passava em torno de nós, nem podíamos, portanto, imprimir à atividade do Partido uma orientação acertada, clara, firme e consequente". Pereira, Astrojildo, A Formação do P.C.B., op. cit., pp. 139/140. A mesma ausência de tradição marxista foi reconhecida também por Octávio Brandão, que junto com Astrojildo, era responsável pela formulação teórica e política do P.C.B. naquela fase. Ver Brandão, Octávio, op. cit., pp. 216 e seguintes. Não seria demasiado lembrar as considerações contundentes de Caio

do Brasil⁽⁴⁾.

Há também um outro nexos da questão que precisa ser obrigatoriamente evidenciado, quando se trata de apreender a atuação da vanguarda operária no Brasil: as relações entre o P.C.B. e a III Internacional. Esta questão parece crucial para o entendimento da atuação dos comunistas brasileiros, no início da década de 30. A debilidade acima aludida era um fator que facilitava a aceitação das teses da Internacional Comunista. Porém, enquanto a I.C. viveu sob a fertilidade do pensamento de Lenin, tinha como princípio preservar a autonomia dos partidos comunistas dos países, principalmente aqueles de origem colonial. Além do que, a temática dos países coloniais e semi-coloniais, quando afluorou na I.C., referia-se principalmente às "colônias inglesas e francesas na Ásia e na África. O resto do mundo dependente era assinalado à Índia, à Turquia, ao Egito, à Indonésia ou à China.

Prado Jr. acerca das debilidades da esquerda brasileira. Ver A Revolução Brasileira, Ed. Brasiliense, SP, 1977, Cap. I e II.

- (4) As teses do IIº Congresso do P.C.B., de maio de 1925, refletem limpidamente as dificuldades que acabo de referir: "As teses sobre a situação política nacional baseavam-se na concepção dualista 'agrarismo-industrialismo', dominante na direção do Partido. Fala-se aí em luta entre o capitalismo agrário semi-feudal e o capitalismo industrial moderno, como sendo a contradição fundamental da sociedade brasileira após a República". Pereira, Astrojildo, A Formação do P.C.B., op. cit., p. 66.

A América Latina não era percebida de uma maneira autônoma. Somente em 1922 será designado um responsável da Internacional Comunista para os assuntos latino-americanos: Alfred Stürner, de origem suíça"⁽⁵⁾.

Lembre-se ainda que o Bureau Latino-Americano da I.C. foi criado em julho de 1924, "sendo as questões então pendentes nas seções comunistas sul-americanas resolvidas pelo Secretariado do EKKI (Comitê Executivo da IC) dos Partidos Comunistas dos países latinos e, mais precisamente, pelo Partido Comunista Argentino que funcionou durante todo esse período, como uma caixa postal para os contatos com os PCs Latino-Americanos"⁽⁶⁾.

Dentro deste contexto, querer entender a atuação do P.C.B. como mero apêndice da IC parece algo passível de questionamento: "... será muito difícil extrair as razões que inspirarão as táticas do P.C.B. em face das revoltas 'tenentistas' ,

(5) Pinheiro, Paulo Sérgio, Política e Trabalho no Brasil, Ed. Paz e Terra, RJ, 1975, p. 121.

(6) Michel Zaidan, "Construindo o P.C.B. (1922/24)", Revista Temas de Ciências Humanas, nº 7, p. 121. Este ensaio parece-me extremamente interessante e suas formulações conclusivas bastante pertinentes. Há aí um questionamento real da tese de que o P.C.B. sempre sujeitou-se aos desígnios da IC. Penso que com relação ao período que Zaidan estuda, suas conclusões são bastante satisfatórias, razão porque aqui as utilizo.

das discussões entre M.N. Roy, Lenin, Zinoviev e Stalin acerca da participação dos comunistas nos movimentos de libertação nacional. Aquelas razões terão que ser buscadas, antes, na complexidade da formação social brasileira, na sua estrutura de classes, na formação ideológica das lideranças comunistas, nas mobilizações nacional-populares, encabeçadas pela pequena burguesia etc"⁽⁷⁾. E, complementa o autor, que a debilidade teórica e política dos comunistas brasileiros necessitou efetivamente, em determinados momentos, de uma atuação decisiva da IC, o que de maneira nenhuma se atribui a ingerências descabidas da IC junto ao PC brasileiro. Nunca é demais repetir que naquela fase a IC vivia sob a hegemonia e riqueza do pensamento de Lenin, e sua função primordial não era imprimir ao movimento operário internacional uma alternativa única de luta, mas sim fazer avançar as revoluções socialistas, especialmente nos países europeus, adequando-as porém às particularidades históricas de cada país.

É inegável que esta debilidade histórica e política dos comunistas, a que já nos referimos brevemente, acrescida do fato de que nas análises da IC, em seus primeiros congressos, a questão latino-americana sequer fora considerada, fizeram com que as concepções formuladas pela IC fossem aqui por vezes transpostas de forma problemática: "Coexistirão no interior do P.C.B. uma 'estratégia ofensiva a curto termo', que põe a ênfase na cisão do movimento operário através da recomendação da criação de

(7) Ibid, op. cit., p. 121.

'núcleos comunistas' nas velhas organizações sindicais da classe operária (...), e uma 'estratégia defensiva' que, em face do refluxo do movimento operário europeu e da reação patronal contra o nível de vida das massas e suas conquistas políticas e sociais, passa a privilegiar, agora, a organização de 'frentes únicas' operárias e socialistas..."⁽⁸⁾ Claro que as táticas e as estratégias acima referidas estão diretamente vinculadas aos momentos distintos da atuação da IC ao longo dos anos 1919/24. Porém, não foi através do instrumental analítico oferecido pela IC que foram desenvolvidas as análises dos comunistas sobre o Estado Republicano: "...elas anteciparão a maioria dos temas da historiografia contemporânea ligada ao assunto: a regionalização da estrutura de classes, a hegemonia política mineiro-paulista, o reacionarismo anti-proletário, o dualismo agricultura/indústria, tudo isso já estará presente nas análises de Astrojildo Pereira"⁽⁹⁾.

Se é verdade que a análise dos comunistas era débil e inconclusa, que ela substituiu a análise dialética de situações particulares por uma análise privilegiadora de valores universais que não nos dizem respeito - por exemplo, a insistência injustificada de falar em feudalismo no Brasil, em revolução democrático-burguesa nos mesmos moldes daquelas vivenciadas pelos países de capitalismo desenvolvido - entretanto não parece verdadeira a tese de sujeição do P.C.B. às análises da IC. Ao contrário, diz Zaidan, referindo-se aos primeiros anos da década

(8) Ibid, pp. 122/123.

(9) Ibid, p. 126.

de 20, "pode-se dizer com segurança, e sem nenhuma conotação pejorativa, que o Partido Comunista Brasileiro sempre foi muito nacional"⁽¹⁰⁾.

Penso que após estas sintéticas referências sobre a formação do P.C.B., seja possível retomar a preocupação maior neste capítulo:

Porque o PC não conseguiu elaborar uma proposta de transformação da sociedade brasileira, da perspectiva da classe operária e com isso permitir a esta mesma classe atingir o seu máximo de consciência possível?

Para enfrentar esta questão, parece-me razoável trilhar os seguintes passos: 1º) Qual foi a proposta do P.C.B. , tendo em vista a necessidade de transformação revolucionária da sociedade brasileira? 2º) Quais os seus vínculos com a proposta da Internacional Comunista? 3º) Onde estavam os seus equívocos maiores e quais as causas determinantes destes equívocos?

2. O IIIº Congresso do P.C.B. e a Questão Nacional

Após o IIº Congresso do P.C.B., uma nova palavra de ordem é assumida: a necessidade de criação de um bloco unido das organizações operárias⁽¹¹⁾. E essa idéia concretizou-se em

(10) Ibid, p. 127.

(11) Conforme Pinheiro, P.S., op. cit., p. 128. O IIº Congresso do P.C.B. foi realizado no Rio de Janeiro, entre 16/18 de maio de 1925.

1927 quando, às vésperas do pleito eleitoral, formou-se o Bloco Operário, convertido no ano seguinte em Bloco Operário e Camponês (BOC). Se essa experiência teve alguns aspectos positivos, pois lançava a idéia da aliança operária-camponesa e jogava o Partido para a cena política, foi também merecedora de sérios reparos: "Muitos perigos, que rondavam o BOC desde o início, acentuaram-se com o correr do tempo, e entre eles o 'eleitoralismo', campo aberto à proliferação de oportunistas e carreiristas da pior espécie. Na discussão interna que se travou no Partido, em 1928, uma das questões mais acesamente debatidas foi a do BOC e os erros consequentes cometidos na política eleitoral do Partido. Outro perigo, mais grave ainda, consistia numa certa tendência a não só esconder o Partido por trás do BOC mas também fazer o Partido dissolver-se em suas fileiras. O exame e o debate de tais perigos é que levou o IIIº Congresso do Partido, reunido nos últimos dias de 1928, a tomar importante resolução sobre o BOC, visando precisamente a corrigir os erros e desvios constatados"⁽¹²⁾.

É dentro deste contexto que, em fins de dezembro de 1928 e início de janeiro de 1929 realizou-se o IIIº Congresso do P.C.B.. Julgo absolutamente necessário fazer algumas referências a este Congresso, uma vez que pretendo apontar que suas resoluções já se aproximavam, ao menos inicialmente, das teses aprovadas no VIº Congresso da Internacional Comunista.

(12) Pereira, Astrojildo, A Formação do P.C.B., op. cit., pp. 102/103. Essas críticas foram reproduzidas no IIIº Congresso do P.C.B..

O IIIº Congresso assim caracterizou a situação brasileira⁽¹³⁾: "... o exame objetivo da situação econômica, política e social do País, no momento presente, faz prever uma conjuntura revolucionária, que poderá resultar da coincidência de vários fatores: 1º) Crise econômica consequente a uma catástrofe na política do café; 2º) Crise financeira ligada à crise econômica e resultando diretamente do fracasso do plano de estabilização monetária artificialmente sustentado por meio de empréstimos onerosos, 3º) Crise política vinculada ao problema da sucessão presidencial brasileira (1930)..."⁽¹⁴⁾.

Se esta caracterização apontava para uma realidade que não lhe era muito distinta, ela já, no entanto, apresentava algumas deformações. A economia brasileira, encarada em seu conjunto, no fundamental, pertence a uma economia agrária, "semi-feudal" e "semi-colonial": "O Brasil é um país semi-colonial. Penetrando nele o imperialismo, adaptando a economia do país ao seu próprio interesse, apoia-se nas formas de exploração feudais e semi-escravagistas, baseadas no monopólio da terra"⁽¹⁵⁾.

(13) As referências seguintes são resoluções do IIIº Congresso do P.C.B., realizado durante os dias 29 de dezembro de 1928 a 4 de janeiro de 1929 no Rio de Janeiro. As citações foram extraídas de Pereira, A., Formação do P.C.B., op. cit., pp. 114 e seguintes.

(14) Ibid, p. 116.

(15) Ibid. p. 120.

Toda caracterização, a partir daí, resume-se à disputa inter-imperialista, que segundo os comunistas brasileiros, agudizava-se: de um lado o imperialismo inglês, que até a Primeira Guerra Mundial dominava a economia brasileira, e estava especialmente vinculado ao capital agrário e à "burguesia agrária e conservadora" e, de outro, o imperialismo norte-americano, que procurava apoiar-se na burguesia vinculada ao capital industrial. O produto principal da nossa economia, o café - dizia ainda a resolução daquele Congresso - dependia tanto do imperialismo nor-te-americano, onde encontrava o seu maior mercado consumidor, como do inglês, onde encontrava os empréstimos e financiamentos necessários à sua produção⁽¹⁶⁾. Essa dupla pressão externa, agravava ainda mais os antagonismos entre as classes sociais, "amentando a exploração e a opressão das massas laboriosas em geral. Tal a causa primordial dos descontentamentos populares acumula-dos nestes últimos anos e que explodiram nas revoltas a 5 de julho"⁽¹⁷⁾.

É no bojo desta caracterização da sociedade brasileira que se desdobrou a propositura teórico-política da "Terceira Revolta": os movimentos tenentistas de 1922 e 24, e posteriormente a Coluna Prestes teriam questionado o poder do Estado Republicano, através da ação da pequena burguesia e abriam a possibilidade para uma "terceira explosão revolucionária", mais ampla

(16) Ibid, p. 120.

(17) Ibid, p. 118.

e radical, uma vez que agora seria desencadeada pelas massas, tendo como força dirigente o Partido Comunista⁽¹⁸⁾.

As alterações nas propostas políticas do P.C.B. , frente às concepções anteriores que se acentuarão ao longo dos a nos seguintes, efetivamente não serão entendidas se não levarmos em conta as alterações sofridas no seio da III^o Internacional Comunista, especialmente depois do seu VI^o Congresso, realizado entre 17 de julho e 1 de setembro de 1928, e que pela primeira vez destinava um capítulo à temática latino-americana e às estra

(18) Algumas resoluções da Conferência Sindical Latino-Americana - na, no início de 1928, antecipavam certas considerações sobre a América Latina, que foram introduzidas e aprovadas no III^o Congresso: "O Movimento proletário da América Latina a travessa atualmente um período de tempestuoso desenvolvimento. Isto se explica, antes de tudo, pela rápida industrialização de toda a América Latina e pela pressão que exerce o imperialismo americano e inglês sobre as massas populares de todo o continente". E, pouco adiante, afirma "que a situação objetiva é muito favorável para o desenvolvimento e ação da classe operária "e" para o crescimento e a organização dos sindicatos devido a que existe uma efervescência revolucionária contínua, quase incessante, em todos os países da América Latina, efervescência que é o reflexo de uma transição que se opera do regime feudal e de servidão, ao regime burguês e capitalista". "As Tarefas do Movimento Sindical na América Latina", em O Trabalhador Latino-Americano - no, Revista Quinzenal de Informação Sindical, Órgão Oficial do Comitê Pró-Confederação Sindical Latino-Americana, Ano I, nºs 1 a 5, 15 de novembro de 1928. As resoluções acima citadas datam de abril de 1928.

tégias a serem adotadas pelos PCs daquela região; "o interesse súbito da Internacional Comunista pela América Latina que faz sua 'estréia' no VIº Congresso, pode ser explicado por um lado pelo fracasso da insurreição de Cantão, comandada pelo Komintern, e por outro lado pelos problemas que ameaçavam colocar o declínio da Inglaterra em proveito dos Estados Unidos no que diz respeito à política imperialista na América Latina (...)"⁽¹⁹⁾.

Vejamos então como a questão latino-americana foi tratada pela IC.

3. A Internacional Comunista, a Questão Colonial e a Revolução Brasileira

Conforme aludi acima, o P.C.B., apesar de sua debi

(19) Goldberg, A., La Question Coloniale vue par la Troisième Internationale: L'Amérique Latine, Paris, datilografado, 1970, cit. por Pinheiro, Paulo S., op. cit., p. 135. A questão colonial apareceu inicialmente no IIº Congresso da IC, tendo como referência os países atrasados do Oriente, e assim permaneceu até o VIº Congresso. No Vº Congresso da IC explicitando descontentamento disse o representante do PC mexicano: "A importância da América Latina para os Estados Unidos é imensa, porém não é reconhecida nem por Zinoviev, nem pelos comunistas dos Estados Unidos". Citado por Claudin, F., La Crisis Del Movimiento Comunista - De La Komintern al Kominform, Ed. Ruedo Ibérico, 1970, p. 203. No VIº Congresso houve um reparo de Lacerda, delegado do P.C.B. a Bukharin, que merece ser citado: "Desejaria iniciar, disse Lacerda, com uma pequena observação. Lê-se nas teses do camarada Bukharin, que o movimento comunista chegou pela

lidade política e ideológica, conseguiu manter durante os seus primeiros anos um caráter nacional; e se sua caracterização da sociedade brasileira era superficial, essa superficialidade antes se atribuía a sua incapacidade de apreender a particularidade brasileira - desprovido que estava de um verdadeiro instrumental analítico - do que a qualquer ingerência indevida do movimento comunista internacional. A temática latino-americana inclusive não constava da pauta da IC., que, enquanto teve a riqueza e lucidez teórica e política de Lenin a sua frente, estava voltada particularmente para a Europa, ante a iminência da revolução alemã. A questão colonial por sua vez voltava-se especialmente para os países asiáticos, como a Índia e a China, países que já tinham produzido um certo desenvolvimento de atividades industriais. O mesmo não se poderá dizer, quando da viragem do VIº Congresso, uma vez que a generalização da tática e da estratégia para os países coloniais e semi-coloniais, desconsiderou as diferenças fundamentais existentes entre os países asiáticos e os países latino-americanos⁽²⁰⁾. Ou seja, apesar da justeza do entendimento dos

primeira vez aos países da América Latina. Camaradas, isto não é muito exato. Não foi o movimento comunista que chegou pela primeira vez na América Latina, foi a Internacional Comunista que pela primeira vez se interessa pelo movimento comunista na América Latina". O VIº Congreso De La Internacional Comunista, Informes y Discusiones, Cuadernos de Pasado y Presente, 67, México, 1978, p. 82.

(20) "Não se trata, para dizer a verdade, do ponto de vista cronológico, de uma viragem pontual correspondente ao VIº Con-

países latino-americanos como coloniais e semi-coloniais, isto não refletiu um estudo suficiente da particularidade daqueles países. Ao contrário, por ser um entendimento extraído a partir do exemplo da China e Índia, a caracterização de país colonial e semi-colonial manteve-se num grau de generalização que não conseguiu dar conta das especificidades dos países latino-americanos, e particularmente do Brasil. Daí que, mesmo concordando com o enquadramento do Brasil dentro dos esquema "colonial e semi-colonial", é necessário enfatizar que isso não significa que a nossa economia tenha necessariamente as mesmas características da economia asiática.

gresso. Os seus primeiros sinais podem ser detectados no VII Plenário, de 1927: a corrente de esquerda da social democracia é considerada como mais perigosa para os comunistas do que a corrente de direita ... A viragem só se precisa com o X Plenário, de 1929". Poulantzas, Nicos, Fascismo e Ditadura, Liv. Martins Fontes, SP, 1978, pp. 170/171, nota de rodapé 20. É bom lembrar que, quando das eleições para o C.E.I.C., ao fim do Vº Congresso, o nome de Trotsky foi excluído da lista e o de Stalin, que anteriormente ao Congresso não havia tido participação alguma nos assuntos do Comintern, foi eleito para o C.E.I.C.. Com Lenin falecido, já no Vº Congresso Stalin garantia sua vitória frente a Trotsky. E neste mesmo Congresso a concepção staliniana começava a tomar corpo no seio da IC: "Estamos decididamente contra uma desbolchevização do partido russo e pela bolchevização dos partidos irmãos, pela criação de um partido bolchevique mundial, no que deve transformar-se a Internacional Comunista, inspirada pelo espírito de Lenin. "Ver Carr, Edward, "El V Congreso De La Internacional Comunis -

As "Teses Sobre o Movimento Revolucionário nas Colônias e Semi-Colônias", do VIº Congresso, iniciavam enfatizando que "... o enorme mundo das colônias e semi-colônias converteu-se em um foco inextinguível do movimento revolucionário de massas"⁽²¹⁾. Após algumas referências à China, Índia e Indonésia - nestes dois últimos países a situação era entendida como objetivamente favorável a eclosões revolucionárias - passou-se a América-Latina, onde a penetração econômica do imperialismo norte-americano foi acentuada, colocando o imperialismo britânico em condição de inferioridade. Também aí as insurreições camponesas, as greves operárias - no Brasil fala-se em "uma série de insurreições no sul" do país - expressariam a ampliação e o aprofundamento do processo revolucionário e, em especial, a crescente sublevação dos países latino-americanos contra a dominação imperialista. Como decorrência, a agudização da contradição entre a política colonial imperialista e o desenvolvimento autônomo dos povos coloniais somente poderia ser superada através da luta vitoriosa das massas trabalhadoras dos países coloniais. Frente ao catas -

ta", Cuadernos de Pasado y Presente 55, Argentina, 1975, p. 28. O VIº Congresso, por sua vez, teve como pano de fundo o conflito entre Stalin e Bukharin, que polemizavam sobre os caminhos da política econômica.

(21) VIº Congreso de la Internacional Comunista, tesis, manifiestos y resoluciones, Cuadernos de Pasado y Presente 66, México, 1977. Reproduzo nas páginas seguintes as suas resoluções mais relevantes para o nosso estudo. A cit. está na p. 188.

trofismo capitalista, a inevitabilidade da crise insuperável do imperialismo abria-se "...a possibilidade objetiva de um desenvolvimento não capitalista nas colônias atrasadas", o que, por sua vez, também introduzia o problema da tomada de poder através dos Soviets⁽²²⁾.

As teses, por sua vez, também distinguiam os países coloniais: de um lado estavam aqueles que absorveram a população excedente das metrópoles e que acabaram se convertendo em prolongamentos do sistema capitalista - de que seriam exemplos o Canadá e a Austrália - e de outro aqueles países coloniais que em sua origem foram explorados pelo imperialismo, constituindo-se em mercados consumidores, fornecendo "matérias primas" ou se convertendo em áreas de investimento de capitais.

Nas "colônias de imigração" houve uma reprodução da estrutura de classes existente nos países metropolitanos, os interesses da burguesia local eram em grande parte idênticos a aqueles da burguesia metropolitana. Já nas "colônias de exploração" os interesses da burguesia imperialista "travam ao fim e ao cabo o desenvolvimento das forças produtivas das respectivas colônias"; "se a exploração colonial pressupõe certa promoção do desenvolvimento da produção das colônias, este desenvolvimento, graças ao monopólio imperialista, segue um caminho muito determinado e só é promovido na medida em que isso corresponda aos interesses da metrópole..."⁽²³⁾

(22) Ibid, pp. 192/194. A Citação está na página 194.

(23) Ibid, p. 198.

Aí se encontra o ponto crucial das relações entre o imperialismo e os países que sofreram exploração colonial: estes vêm-se impedidos de buscar um desenvolvimento autônomo e de sempenham as funções de apêndice econômico do capitalismo desenvolvido; as classes trabalhadoras dos países coloniais vêm os frutos do seu trabalho drenados para as burguesias dos países imperialistas⁽²⁴⁾.

Apesar da justeza destas considerações, já se percebia, no que concerne às estratégias e táticas a serem seguidas pelos países coloniais, uma tendência à generalização, a partir da experiência chinesa e indiana. Senão vejamos:

"Da mesma forma que em todas as colônias e semi-colônias, o desenvolvimento das forças produtivas e a socialização do trabalho na China e na Índia estão em um escalão relativamente baixo. Esta circunstância e o jugo da dominação estrangeira, igualmente à existência de fortes resíduos de feudalismo e de relações pré-capitalistas determinam o caráter da próxima etapa da revolução nestes países". Decorrentemente, ao movimento revolucionário destes países coloca-se o problema da "revolução democrático-burguesa, vale dizer da etapa de preparação dos pressupostos para a ditadura proletária e a Revolução Socialista"⁽²⁵⁾.

(24) Ibid, p. 199.

(25) Ibid, p. 205 (grifos meus). "A revolução democrático-burguesa das colônias se distingue principalmente da revolução democrático-burguesa de um país independente no fato de que ela está organicamente vinculada à luta nacional de libertação, contra a escravização por parte dos imperialistas"
Ibid, p. 206.

Como tarefas fundamentais a serem implementadas no curso das revoluções democrático-burguesas nos países coloniais e semi-coloniais destacam-se: rompimento dos laços e de dependência ao imperialismo, através da nacionalização das concessões, ferrovias, bancos, etc., busca da unidade nacional onde esta ainda não houver sido conquistada, destruição do poder das classes exploradoras e a organização de conselhos operários e camponeses - os soviets -, criação do exército vermelho, ereção da ditadura do proletariado e o campesinato e fortalecimento da hegemonia do proletariado. Enfatiza-se ainda a importância da revolução agrária como forma de libertação dos camponeses da dominação pré-capitalista, colonial e escravista e propõe-se a nacionalização dos solos, além da necessidade de ampliar os sindicatos operários e fortalecer os partidos comunistas⁽²⁶⁾.

Buscando particularizar a questão para a América Latina, o VIº Congresso estabelece que "os comunistas devem tomar parte ativa e geral no movimento revolucionário de massas dirigido contra o regime feudal e contra o imperialismo, inclusive onde este movimento estiver sob a direção da pequena burguesia. Para isso, os partidos comunistas não tem que se subordinar sob nenhuma circunstância a seus aliados temporários"⁽²⁷⁾. E, ao lançar as palavras de ordem para os comunistas latino-americanos o VIº Congresso reafirmou o conteúdo programático acima exposto, a

(26) Ibid, p. 205.

(27) Ibid, p. 238.

saber: expropriação sem indenização dos latifúndios, confisco das empresas estrangeiras, cancelamento da dívida externa, regulamentação da jornada de 8 horas de trabalho, armamento dos operários e camponeses visando a criação de milícias populares e "ereção do poder soviético de operários, camponeses e soldados em substituição à dominação de classe dos fazendeiros e da Igreja. Na agitação comunista, a consigna governo operário e camponês deve ocupar o lugar mais importante, por oposição aos assim chamados governos 'revolucionários' da ditadura militar da pequena burguesia"(28).

Ora, se em termos universais e genéricos a caracterização do Brasil e demais países da América Latina como sendo colonial e semi-colonial é válida e justa, é inegável que se operou uma equalização entre países coloniais de gêneses e características distintas. Exemplo disso pode ser encontrado nesta resolução, que combinava reivindicações democrático-burguesas com algumas mais avançadas, como a que se estabelecia a necessidade de criação do poder soviético dos operários e camponeses que, ape -

(28) Ibid, pp. 238/9. De acordo com a concepção predominante no VIº Congresso, que concebeu a social-democracia como o inimigo principal, braço aliado do fascismo, a luta dos comunistas das colônias contra o imperialismo era uma luta também contra a política colonial da social-democracia. Ibid, p. 241.

sar de sua inquestionável validade em outros países, no Brasil, às vésperas de 1930, era uma proposta que não tinha condições para se concretizar. Veremos isto mais adiante, quando analisarmos a atuação dos comunistas frente a "Revolução de 1930".

De todo modo, o que se pretende enfatizar é que, se as resoluções da IC são válidas para os países asiáticos, quando aplicadas genericamente aos países latino-americanos, e especialmente ao Brasil, sem as devidas mediações condizentes com a particularidade brasileira, levarão a alguns sérios equívocos políticos. Antes de estudar a atuação dos comunistas no Brasil é necessário ponderar que os informes e as discussões ocorridas durante o VIº Congresso tocaram em alguns pontos essenciais e desenvolveram considerações que muitas vezes elucidam as teses finais do Congresso, que pretendo mencionar⁽²⁹⁾.

A análise do capitalismo contemporâneo naquele momento de crise coube a Bukharin apresentar⁽³⁰⁾. Partindo do pós-guerra, propõe o entendimento do capitalismo em três períodos: o primeiro, de crise revolucionária aguda, que abragem as várias situações revolucionárias ocorridas desde o fim da primeira guer

(29) É impossível, neste capítulo, fazer considerações a respeito dos pontos mais polêmicos existentes nos debates do VIº Congresso da IC e, particularmente aqueles que tocam diretamente os países coloniais e semi-coloniais. Limitar-me-ei a apontar aqueles que considero mais relevantes.

(30) Ver Bukharin, N., "La Situación Internacional y Las Tareas de La Internacional Comunista", VIº Congreso da La Inter -

ra até os anos 1920/21 e que teve na Revolução Russa e na Revolução Alemã momentos altamente significativos. O segundo, que marcou uma ofensiva do capitalismo, frente às derrotas de várias tentativas revolucionárias, e, conseqüentemente, significou uma fase defensiva do proletariado. Apesar disso, houve ainda algumas situações revolucionárias em países coloniais e semi-coloniais, como China, Síria e Marrocos. O terceiro período caracterizou-se de um lado, e inicialmente, por uma ampla reorganização capitalista, através de um intenso processo de monopolização e desenvolvimento técnico e, ao mesmo tempo, pelo "crescimento das forças opostas ao capitalismo" e pelo "desenvolvimento extremamente intenso das contradições do capitalismo". O aguçamento da luta de classes e a iminência de uma "situação revolucionária" acabaram, por sua vez, por agravar o "quadro geral da crise capitalista". Lembre-se, ainda, que segundo a formulação de Bukharin, existiam três tipos de países: aqueles de capitalismo muito desenvolvido, aqueles com um desenvolvimento capitalista médio como Iugoslávia e Romênia e aqueles países coloniais e semi-coloniais (31).

nacional Comunista, Informes y Discusiones, op. cit., pp. 9/11.

(31) Ibid, pp. 11, 29 e 153. "Por um lado, produz-se uma certa consolidação técnica e econômica do capitalismo e, por outro, (...) as contradições aumentam, a luta de classes se acentua, a desocupação cresce. Os EEUU podem servir aqui de exemplo clássico". Ibid, p. 27. Os países capitalistas subdividiam-se em dois grupos: países altamente desenvolvidos e

Deve-se destacar que os representantes latino-americanos, por vezes, procuravam apontar as particularidades do nosso continente, e dentro dele, as diferenças existentes entre os vários países. No informe da delegação latino-americana sobre o Programa da IC., a questão foi aflorada: "Parece-me que o programa não dá uma fisionomia própria ao desenvolvimento do capitalismo nos países coloniais e aqueles chamados semi-coloniais"⁽³²⁾. E, exigindo uma análise mais apurada da forma de dominação imperialista naqueles países, os seus vínculos com o capitalismo nacional, o comunista equatoriano avançou uma proposição: em alguns países, como a Argentina e o Brasil, dada a resistência um pouco maior à dominação estrangeira, favorecida inclusive pela sua situação geográfica, a denominação "semi-colonial", é insatisfatória. "É muito importante estabelecer uma distinção entre os países semi-coloniais e aqueles que, à falta de um termo melhor, podem ser chamados de 'dependentes'. Os problemas da luta

aqueles com um nível médio de desenvolvimento capitalista, onde subsistem resíduos semi-feudais na agricultura, como a Rússia antes de outubro. Quanto aos países coloniais, também subdividiam-se em 2 grupos: aqueles com uma indústria considerável, porém insuficiente para atingir diretamente o socialismo, e aqueles totalmente atrasados, com muito poucos trabalhadores assalariados e uma burguesia nacional muito restrita. Ver Schlesinger, Rudolf, La Internacional Comunista y El Problema Colonial, Cuadernos de Pasado y Presente 52, México, 1974, p. 106.

(32) Paredes, Ricardo "Informe De La Delegación Latinoamericana Sobre El Programa de La Internacional Comunista", delegado pelo Equador, VIº Congreso ..., op. cit., p. 176.

proletária devem ser encarados de um modo diferente nos países coloniais e semi-coloniais do que nos países dependentes". E conclui dizendo que "Deve se então aceitar uma nova categoria adjunta aos três grupos de países classificados no programa de acordo com seu desenvolvimento econômico e grau de dependência política. Este novo grupo estaria constituído pelos países 'dependentes', que estão penetrados economicamente pelo imperialismo, mas conservam uma independência política bastante grande, seja devido a uma penetração econômica débil, seja devido à sua força política"(33).

Claro que, como decorrência deste entendimento , várias formulações que aparecem nas discussões são contrárias àquelas consagradas nas teses definidas do VIº Congresso: questionou-se, por exemplo, a validade da consigna de Revolução agrária democrático-burguesa nos países "dependentes"; identificou-se os latifundiários nestes países como sendo uma fração da burguesia, ao invés de concebê-los como setores feudais e refletiu-se sobre a necessidade das alianças com os camponeses e com a pequena burguesia(34).

Faço estas citações não para endossar a caracterização de países "dependentes", mas sim para mostrar que algumas

(33) Ibid, pp. 178/9.

(34) Ibid, pp. 184/186.

particularidades da América Latina não estavam sendo devidamente consideradas pelas recentes análises da IC. Daí, mesmo não concordando com a caracterização proposta pelo delegado equatoriano, penso que ela apontava para a necessidade de se aprofundar o conhecimento do capitalismo nos países latino-americanos e com isso superar as generalizações que até então marcavam as análises sobre os países coloniais e semi-coloniais.

Já o informe de Humbert-Droz, "Sobre os países da América Latina", questionava o caráter "dependente" da América Latina. Embora reconhecendo a diversidade existente entre os países daquele continente, especialmente entre os países da América Central e da América Meridional, Droz afirmava a necessidade de "estabelecer a linha tática geral que devemos dar à nossa ação comunista, à ação revolucionária em geral na América Latina", baseados em algumas características comuns dos países deste continente⁽³⁵⁾. E, procurando argumentar no sentido de reafirmar o caráter "semi-colonial" do conjunto daqueles países, diz: "Sem embargo, as inversões de capitais ingleses e norte-americanos na Argentina, Chile, Brasil, e nos países que possuem já um certo desenvolvimento industrial, demonstram que seu progresso econômico não é independente, não é o progresso de uma economia capitalista independente do imperialismo, do qual ela em um certo momento poderá livrar-se; demonstram que estes países são semi-coloniais dos imperialismos inglês e norte-americano"⁽³⁶⁾. Além da depen-

(35) Humbert-Droz, J., "Sobre Los Países De América Latina", VIº Congreso..., op. cit., p. 301.

(36) Ibid, p. 302.

dência econômica, há também um controle político sobre os países latino-americanos, especialmente por parte dos EUA. Outro argumento utilizado por Droz refere-se à inexistência de um capitalismo nacional desenvolvido; nas empresas que contam com inversões norte-americanas, não há grande participação do capital nacional, como ocorre na Alemanha e Itália. E conclui que não se pode atribuir ao imperialismo o papel de obstaculizar o desenvolvimento industrial dos países latino-americanos mas, ao contrário, as inversões de capital incrementam o processo de industrialização, o que, por sua vez não significa que este processo leve a uma descolonização. "Pelo contrário, quanto mais capitais investem na América Latina o imperialismo, mais desenvolve-se a industrialização, e mais desenvolve-se também a colonização destes países"⁽³⁷⁾. Disso também decorre que não há nestes países mais industrializados uma burguesia nacional autônoma; esta se encontra desde suas origens ligada ao imperialismo e por isso impossibilita objetivamente de desenvolver um projeto revolucionário burguês anti-imperialista⁽³⁸⁾. Da mesma forma, a burguesia industrial não se contrapõe aos latifundiários, mas tem seus interesses mutuamente imbricados.

(37) Ibid, p. 309.

(38) Ibid, p. 310. É inegável a importância desta tese que, aliás, foi desconsiderada ao longo de inúmeras décadas pelo pensamento da esquerda brasileira, que acreditava na possibilidade de autonomia desta classe social.

Interessante é também apontar outro ponto divergente, desta feita entre o Secretariado Latino-Americano e o Presidium da IC, expresso na polêmica entre Humbert-Droze e Travin. Enquanto para o primeiro, a etapa do movimento revolucionário da América Latina ainda tinha características fundamentais de uma revolução democrático-burguesa, cabendo ao proletariado a obtenção da hegemonia neste processo, para Travin, ante a impossibilidade de constituição de um capitalismo nacional autônomo, a transição na América Latina já teria um caráter eminentemente socialista; seria "um movimento espontâneo dos operários e camponeses, de natureza socialista" que romperia com as características "feudais" destes países⁽³⁹⁾.

Por mais que os informes e discussões procurassem apreender certas particularidades da América Latina, as suas resoluções finais que nortearam a atuação dos partidos comunistas latino-americanos, operavam, especialmente ao nível das táticas, algumas generalizações abstratas e mesmo equivocadas. No Brasil isto manifestou-se, por exemplo, ao se descartar, aprioristicamente, a política de alianças com a pequena burguesia e ao não se enfatizar com a devida força, a necessidade de buscar uma aliança com o campesinato. Presos à orientação da IC, que se opunha aos "governos revolucionários da ditadura militar da pequena burguesia" e que se mostrava temerosa ante a possibilidade de sujeição do proletariado ao campesinato, os comunistas brasi

(39) "Discusión Del Problema Del Movimiento Revolucionario en Las Colonias". VIº Congreso, op. cit., p. 332.

leiros - conforme veremos a seguir - não conseguiram viabilizar uma proposta que incorporasse, sob sua hegemonia, aqueles setores subalternos⁽⁴⁰⁾.

(40) Lembre-se que a concepção tática da frente única estava em descrédito, naquela fase. Um estudo sobre as transformações ocorridas ao longo do período que compreende o VIº Congresso pode ser encontrada em Hajek, Milos, "La Tática de La Lucha de 'Clase contra Clase' em el VIº Congreso" VIº Congreso... Teses, op. cit., pp. 7/83. Aqui algumas breves considerações são necessárias: os desvios desse "oportunismo de esquerda", intimamente vinculado à hegemonia staliniana, não passaram despercebidos a algumas expressões significativas no seio do pensamento comunista: Lukács, por exemplo, elaborou em 1928 as "Teses Sobre a Situação Econômica e Política na Húngria e Sobre as Tarefas do PC Húngaro, as Teses de Blum (pseudônimo de Lukács), onde desenvolveu as concepções de Lenin sobre a Ditadura Democrática dos Operários e Camponeses, entendida como "a via concreta através da qual a revolução burguesa se desdobra em revolução do proletariado". O Comitê Executivo da Internacional Comunista, neste mesmo ano, publicou então uma carta, deformando significativamente a formulação lukacsiana: "Na realidade, o camarada Blum se coloca no terreno da social-democracia: ele propõe ao partido que ele conduza a luta contra o fascismo com base na democracia burguesa, que as principais palavras de ordem do partido na luta sejam as da exigência de reformas burguesas, que o PC húngaro se caracterize como um partido das reformas burocráticas (...). Essas teses não têm nada a ver com o bolchevismo". É evidente que essa crítica não correspondia a verdadeira proposta lukacsiana, mas a deformava significativamente. A citação das Teses de Blum encontram-se em Lukács, "A Ditadura Democrática", em Revista Temas de Ciências Humanas, nº 7, Ed. Ciências Humanas, SP,

Caio Prado Jr. teve o mérito de apontar algumas consequências desastrosas oriundas das teses do VIº Congresso: "De início, é realmente de pasmar que os elaboradores dessa teoria revolucionária não se tenham dado conta das diferenças profundas que separam os países asiáticos - "coloniais" e "semi-coloniais" na nomenclatura consagrada - dos países "dependentes" da América Latina. Todos esses países foram em bloco enquadrados no mesmo esquema, decalcado por sua vez, como referimos, no modelo europeu. Muito menos ainda aqueles teóricos se aperceberam da diversidade da situação respectiva - e diversidade da maior importância na fixação de uma linha revolucionária - dos diferentes países latino-americanos..."(41)

1980, p. 22. O fragmento da Carta da IC é citado por Konder, L., Lukács, Ed. LPM, RS, 1980, p. 61. É também conhecida a oposição de Gramsci às teses do VIº Congresso: sua teorização sobre a "guerra de posição", na época em que a IIIª Internacional falava de conflito de "classe contra classe" de crise catastrófica e final do capitalismo, e sua recusa em aceitar a tese do "social-fascismo", são claras reprovações de Gramsci àquelas teses. Trotsky, em seus escritos sobre a Alemanha, também apontou os desdobramentos perigosos - e que depois confirmaram-se na Alemanha - da tese do "social-fascismo". Ver Revolução e Contra-Revolução na Alemanha, Ed. Ciências Humanas, 1979, SP e La Internacional Comunista Desde La Muerte de Lenin, Ed. Materiales Sociales, Argentina, 1973.

(41) Prado Jr., Caio, A Revolução Brasileira, op. cit., p. 37.

As referências feitas nas páginas anteriores ao IIIº Congresso do P.C.B., que se realizou quatro meses após o VIº Congresso, mostram que suas questões fundamentais já sofriram forte influência das resoluções da IC; a previsão de uma "conjuntura revolucionária" e a consequente fase da "terceira revolta", a disputa inter-imperialista sobre a América Latina e o Brasil, o caráter "feudal" do nosso país, a crítica severa ao BOC e a negação da política de frentes populares. Enfim, as resoluções políticas do IIIº Congresso já se aproximavam das resoluções da IC⁽⁴²⁾. Apesar desta aproximação, "esta linha política foi veementemente criticada pela IC, em reuniões realizadas em Moscou, em fins de 1929, na presença de Astrojildo, sendo qualificada de submissão à pequena burguesia, por isso condenada", e, ao longo dos anos imediatamente posteriores, operou-se por parte do

(42) O informe de Humbert-Droz fez referências críticas ao Bloco Operário e Camponês no Brasil (BOC), uma vez que este foi identificado como o "Kuomintang" brasileiro, "que agrupa as organizações operárias e camponesas, porém existe o perigo de que certos elementos pequeno-burgueses possam rodear este bloco operário e camponês". Humbert-Droz, J., op. cit., p. 319. Lembre-se ainda que Lacerda, delegado brasileiro no VIº Congresso externou sua plena concordância com Droz: "Nosso 'Kuomintang' não chegou a concretizar-se; mas como comunistas devemos fazer diante da IC a confissão desta tentativa e nós aceitamos as críticas do camarada Humbert-Droz, convencidos de que são inteiramente justas". Lacerda "Informes De La Delegación Latinoamericana En El Debate Sobre El Problema Colonial", VIº Congreso... Informes..., op. cit., p. 353.

P.C.B., uma sintonização com as teses da IC⁽⁴³⁾.

Poucos meses antes da realização do IIIº Congresso do P.C.B., Astrojildo Pereira, em documento sobre o P.C.B. e sua ação, após breve análise da realidade política brasileira, propugnava como diretriz prioritária do Partido pela "idéia de uma aliança com a vanguarda revolucionária da pequena burguesia que encabeçara os movimentos de 1922 e 1924"; toda justificativa teórica para esta tática encontrava-se na propositura formulada por Octávio Brandão de levar adiante a "revolução democrática pequeno-burguesa", tendo a frente o proletariado⁽⁴⁴⁾. Esta mesma Revista em seu número subsequente publicou artigo de Humbert-Droz, onde eram estabelecidas as tarefas gerais de luta para a

(43) Lima, Heitor Ferreira, "Apresentação" de Pereira, Astrojildo, Ensaio Histórico e Político, Ed. Alfa-Omega, 1979, SP, p. 29. Veja-se também a este respeito os fatos arrolados por Dulles, John F., Anarquistas e Comunistas no Brasil, Ed. Nova Fronteira, RJ, 1977, pp. 340/342. Apesar dessa proximidade, a IC, alguns anos depois, fez críticas às resoluções do IIIº Congresso do P.C.B., particularmente à "teoria da terceira revolta", e a atuação ainda "seguidista" do BOC. Ver "Informe de Balanço do Comitê Central do P.C.B. ao IVº Congresso do Partido Comunista do Brasil", em Problemas, nº 64, dez 54/fev. 55, p. 90, cit. por Dulles, op. cit., p. 341.

(44) Pereira, Astrojildo, "O P.C.B. e sua Ação", em La Correspondencia Sudamericana, Buenos Aires, 15 de septiembre de 1928, citado por Carone, Edgard, O Movimento Operário no Brasil (1877/1944), Ed. Difel, SP, 1979, p. 504.

América Latina, e que divergia claramente do artigo de Astrojildo em não poucos pontos. Embora Droz não descartasse a aliança com a pequena burguesia, trazia como palavra de ordem a "dualidade de poder", isto é, ao lado do poder central, dever-se-ia constituir o poder dos operários e camponeses. "... o movimento revolucionário do proletariado criará a ditadura democrática dos operários e dos camponeses, poder surgido do seio mesmo das massas no decurso da luta, apoiado nos soviets de operários, camponeses e soldados. A palavra de ordem central deve ser, então, a do governo operário e camponês" e, após mencionar vários pontos de um programa - que depois foram incorporados no VIº Congresso da IC - terminava com a "palavra de ordem geral para a América Latina": a "união federativa das repúblicas operárias e camponesas"(45).

(45) Humbert-Droz, J., "O Movimento Revolucionário na América Latina (1928)" em La Correspondencia Sudamericana, Buenos Aires, 30 de setembro de 1928, cit. por Carone, E., op. cit., pp. 491/492. Neste mesmo número de La Correspondencia Sudamericana, Astrojildo Pereira reclamou a falta de regularidade nas relações com a IC: "O Brasil (como também toda a América do Sul) merece da IC atenção mais séria do que até então foi prestada e nosso partido formado e mantido através das maiores dificuldades tem o direito de esperar dos órgãos dirigentes da IC uma assistência política mais assídua do que a que lhe tem sido prestada até o momento". Citado por Carone, E., op. cit., p. 515. Lembre-se ainda que em 1929 o P.C.B. participou da Iª Conferência Latino-Americana, convocada pelo Secretariado Sul-Americano da IC, onde a linha do VIº Congresso foi consolidada para os PCs latino-americanos.

E foi dentro deste contexto que se pautou a atuação dos comunistas brasileiros no fim da década de 1920 e início dos anos 30. O entendimento feito pelo P.C.B. sobre a "Revolução de 1930" mostrou que as concepções da IC, embora muito mais próxima à realidade dos países asiáticos, já estavam presentes e cada vez mais conduzindo a ação do PC, que durante um curto período manteve uma posição ambígua, inicialmente fundamentada em sua linha política anterior, de aliança com a pequena burguesia e que, pouco a pouco, foi substituída pela política oriunda do VIº Congresso da IC⁽⁴⁶⁾.

(46) É sabido que a penetração desta concepção no PC brasileiro não se deu sem resistências: Astrojildo Pereira foi duramente criticado e, no início dos anos 30 foi afastado do P.C.B. Octávio Brandão, então responsável pela teoria da "revolução democrática pequeno-burguesa" sofreu terrível censura, e teve que se sujeitar a inúmeras autocríticas, para poder permanecer no Partido; Leôncio Basbaun, Fernando Lacerda e Paulo Lacerda foram afastados do Bureau Político. O anti-intelectualismo tomou conta da direção do P.C.B. que viveu então uma fase obrerista. O nosso trabalho não tem a finalidade de aprofundar esta discussão; penso ter oferecido argumentos para mostrar, entretanto, que o obreirismo não se deveu a desvios deste ou daquele dirigente, mas sim, principalmente, as transformações sofridas pelo próprio movimento comunista internacional: lembro que na URSS deu-se a vitória de Stalin frente a Trotsky, o que foi entendido como o triunfo da corrente "operária" frente à "intelectual", o que, por sua vez, acarretou consequências no seio da IC e do movimento comunista internacional. Ressalto, ainda, que nos primeiros anos da década de 1930, o P.C.B. teve vários secre

A análise da atuação do Partido às vésperas da "Revolução de 1930" e ao longo do seu desdobramento fez aflorar essa ambiguidade que acabo de apontar; Octávio Brandão, no momento em que se discutia a sucessão presidencial, lançou a tese que ressaltava a importância do BOC alargar sua base social "operária e camponesa" e buscar a adesão da pequena burguesia, sob a liderança de Luis Carlos Prestes. Defendia a idéia de que, se os tenentistas e os revoltosos da coluna Prestes prolongassem sua luta pelo terreno eleitoral, poderiam ser contaminados com conteúdo revolucionário que seria introjetado pelo proletariado, o que daria consequência à luta política eleitoral. Daí as palavras de Brandão: "Tendo em vista a sucessão presidencial e suas consequências políticas e sociais, a luta contra os imperialistas e contra os grandes proprietários, especialmente contra os grandes agrários, deve constituir a base de uma aliança entre o proletariado com Luis Carlos Prestes"⁽⁴⁷⁾.

tários-gerais, numa sucessão muito grande, o que se não deveu somente a repressão. A respeito do obreirismo veja-se Basbaun, Leôncio, Uma Vida em Seis Tempos, Ed. Alfa-Omega, SP, 1976, p. 94; Brandão, Octávio, op. cit., p. 220; Dulles, J.F., op. cit., pp. 340 e seguintes e Carone, E., A República Nova, op. cit., pp. 237 e seguintes.

(47) Brandão, Octávio, "A Sucessão Presidencial", em Diário Carioca, 30/01/1929, citado por Carone, E., O Movimento Operário no Brasil, op. cit., p. 517.

Embora Brandão não tivesse conseguido apreender a essência da "Revolução de 1930" - uma vez que também a resumia a uma disputa entre os imperialismos inglês e o norte-americano - sua postura tinha o intuito de evitar o isolamento político do proletariado naquele evento. Daí a recorrência àquele segmento que desde o início dos anos 20 vinha questionando o Estado Republicano. E reconhecia em Prestes a liderança de âmbito nacional, com quem os comunistas deveriam articular-se⁽⁴⁸⁾. Brandão procurava, em sua proposta política, implementar no Brasil uma frente popular e democrática que estava em descrédito na concepção então predominante no IC. E na medida que sua propositura expressava o entendimento tático que o P.C.B. vinha procurando viabili

(48) Interessante seria recuperar os debates travados entre Luis Carlos Prestes e o P.C.B., tanto aqueles referentes à possibilidade de Prestes liderar um programa elaborado pelo P.C.B. para as eleições em 1930, quanto aqueles desencadeados a partir dos Manifestos de Maio e Agosto de 1930, assinados por Prestes, e as respostas do P.C.B. - "O Partido Comunista do Brasil a Propósito do Manifesto de Luis Carlos Prestes: 1930", em La Correspondance Internationale, 1930, nº 55 e "O Movimento Revolucionário do Brasil e a Liga Revolucionária de Prestes (1930)" em Revista Comunista", Buenos Aires, ano 1, nº 1, Setembro de 1930. Ver estes textos em Carone, E., A Segunda República, op. cit., pp. 328/332 e O Movimento Operário no Brasil, op. cit., pp. 517/526. Paulo S. Pinheiro, em seu estudo fez uma discussão acerca dos debates travados entre o P.C.B. e Prestes. Ver, op. cit., Cap. VII. Aqui optamos por avançar na análise dos vínculos do P.C.B. com a IC.

zar há alguns anos, desencadeou-se uma crítica intensa e violenta por parte da IC e da Seção Latino-Americana e esta concepção, e particularmente a Octávio Brandão, seu principal formulador.

Em abril de 1930, a questão brasileira recebeu , por parte da IC uma análise especial⁽⁴⁹⁾: a crise econômica que assolava o Brasil estava intimamente vinculada à baixa violenta dos preços do café no mercado internacional, o que gerou níveis de produção bastante superiores a capacidade de absorção do mercado. Sendo o Brasil fornecedor de mais de 2/3 da produção mundial, sua estrutura econômica estaria "minada por uma crise profunda, proveniente do caráter colonial da economia brasileira e da crescente contradição entre o desenvolvimento rápido do modo de produção capitalista e a base econômica e social, que ainda se conservava feudal e escravagista. Este fato, ligado ao amadu-

(49) Refiro-me à "Resolução Internacional Comunista sobre a Questão Brasileira", publicada em A Classe Operária, a 17 de abril de 1930. Este documento dizia em sua apresentação: "A resolução do Secretariado Político da IC que abaixo publicamos, é o resultado de um sério exame, a que se procedeu em Moscou, da situação do Brasil e do P.C.B.. Ela nos traça, em forma concisa, diretivas claras e firmes para toda a atividade política do Partido no período atual". A análise é desenvolvida em 7 capítulos: (1) A Crise Econômica do Brasil , (2) O Amadurecimento da Crise Revolucionária no Brasil, (3) O Caráter da Revolução Brasileira, (4) Importância da Independência do P.C.B., (5) O P.C.B. e o Bloco Operário e Camponês, (6) O P.C.B. e as Organizações de Massas e (7) As Tarefas Imediatas do P.C.B.. Publicado alguns meses antes da Revolução de 1930, este documento orientou a atuação do P.C.B. naquele episódio. Ver A Classe Operária, 17/abril / 1930, p. 3.

recimento da crise econômica mundial e, principalmente, à crise econômica dos Estados Unidos da América do Norte, para onde o Brasil exportava, sobretudo, seu café, cria condições que prolongarão a crise econômica do país, ameaçando-lhe a economia de uma catástrofe completa, principalmente em consequência da profunda agravação da luta entre o imperialismo inglês e americano, e da intervenção, nessa luta, das diversas classes da população do Brasil"⁽⁵⁰⁾.

A crise econômica, uma vez que agravava as condições de vida das massas trabalhadoras, criava "as condições indispensáveis para um vasto movimento revolucionário das massas trabalhadoras". Embora a resolução falasse em conflito entre as classes dirigentes - de um lado a "burguesia industrial" e os "grandes proprietários de terra não produtores de café", e de outro os "grandes fazendeiros feudais", "burgueses", "industriais e grandes comerciantes, ligados à política da valorização do café" - vinculava esse conflito interno aos interesses externos, ao conflito entre o imperialismo norte-americano e imperialismo inglês. Este ligado aos fazendeiros de café, e aquele às forças opositoras que se aglutinaram em torno da Aliança Liberal. De qualquer forma, o agravamento da crise econômica, o descontentamento das massas assalariadas e a luta no seio das classes dominantes "constituíam as premissas fundamentais para o rápido amadurecimento da situação revolucionária no Brasil.

(50) A Classe Operária, 17/abril/1930, p. 3

"Isto significa que o PC do Brasil deve, desde agora, preparar-se para a luta, a fim de poder encabeçar a insurreição revolucionária das grandes massas trabalhadoras, que tanto pode explodir por ocasião das eleições presidenciais, como por ocasião de qualquer greve importante ou de uma qualquer sublevação local de operários agrícolas, de camponeses ou de desempregados"⁽⁵¹⁾. E, referindo-se ao caráter da revolução brasileira, pré-estabelecia sua vitória se ela contasse com a hegemonia do proletariado, em oposição à hegemonia burguesa. O programa em torno do qual se construiria a hegemonia operária seguia os mesmos pontos daquele aprovado pelo VIº Congresso da IC., assim sintetizados: revolução agrária, libertação frente ao domínio do imperialismo, através da nacionalização em todos os ramos de atividade econômica, a instauração da república operária e camponesa, através dos soviets⁽⁵²⁾.

Quanto ao papel das massas rurais na Revolução brasileira esta análise demonstrava uma certa incompreensão: "Nos países como o Brasil, onde existe uma grande massa de operários agrícolas e de camponeses pobres e um proletariado rural relativamente pouco numeroso e politicamente atrasado, o desenvolvimento do movimento nacional-revolucionário da massa camponesa e das massas simi-proletárias, ligado a este caráter agrário fundamental da revolução, ameaça seriamente absorver, por completo, o movimento independente do proletariado, no conjunto do movimento na

(51) Ibid.

(52) Apesar do soviets, junto com a Comuna, mostrar-se como a forma mais avançada de poder operário, aqui se questiona a

cional-revolucionário. A perda, por parte do proletariado, de seu papel independente na revolução democrático-burguesa, significaria a perda de sua hegemonia, que seria conquistada pela pequena burguesia revolucionária". E, dentro desta concepção, a Resolução não poupou críticas aos supostos desvios do P.C.B.: "No partido, prega-se abertamente a teoria da 'revolução democrática 'pequena burguesa'', sob cuja cobertura 'o proletariado poderia preparar-se para a conquista do poder' (Camarada Brandão). Esta teoria menchevista, anti-leninista e anti-marxista, nega a hegemonia do proletariado na revolução democrático-burguesa, como garantia essencial contra sua derrota e como a melhor preparação do proletariado para a conquista do poder"(53).

Essa crítica atingiu também o BOC, acusado de implementar um programa composto de reivindicações absolutamente desligadas de conteúdos revolucionários, o que praticamente selou o fim de sua existência. Fim este que não se deveu ao fracasso efetivo do BOC, mas à indecisão da direção do P.C.B., frente à oposição feita pela IC. E concluía a Resolução lançando as seguintes palavras de ordem: revolução agrária, libertação do domínio imperialista e organização de uma República operária e camponesa sobre a base dos soviets(54).

forma mecânica como essa palavra de ordem penetra no Brasil daqueles anos, desconsiderando as condições objetivas da nossa realidade.

(53) A Classe Operária, op. cit.

(54) Uma reprodução destes argumentos pode ser encontrada em Bo-

Foi por estas concepções teóricas e políticas que o P.C.B. pautou sua atuação ao longo da "Revolução de 1930": o instrumental oferecido pela IC o levou a entender aquele momento como mera disputa inter-imperialista, a qual, decorrentemente, não cabia à classe operária qualquer tipo de atuação. A recusa em propor um programa efetivo de aliança para as massas pequeno-burguesas e camponesas impediu o P.C.B. de elaborar uma proposta democrática, que iniciasse o processo de instauração daquilo que Lenin chamou de Ditadura Democrática, e cuja função seria impedir que a transição burguesa seguisse no Brasil por uma via reacionária, excludente, pelo alto, e fosse, isto sim, democrática, o que somente seria possível se contasse com uma forte participação da classe operária, das massas rurais e da pequeno-burguesia. Isso acabou acarretando o isolamento do P.C.B. frente às massas e impossibilitou a classe operária de participar hegemonicamente nos eventos de 1930⁽⁵⁵⁾.

rodine, Saul, "La Situation Politique et Le Mouvement Ouvrier Révolutionnaire au Brésil", em La Correspondance Internationale, nº 66, p. 872, 1930.

(55) Lembre-se que o P.C.B., pelos fatores que já mencionamos, de sistiu de intensificar seu contato com Prestes, em 1929, quando, se o tivesse aprofundado, poderia efetivamente modificar o curso da "Revolução de 1930", dando-lhe um conteúdo popular e progressista. O programa que o P.C.B. apresentou a Prestes tinha a seguinte proposta: divisão dos latifúndios, nacionalização das terras, das indústrias e dos bancos imperialistas, abolição da dívida externa, liberdade de

Imediatamente após a eclosão dos acontecimentos de outubro de 1930, o entendimento dos comunistas permanecia o mesmo: "A revolução que estourou no Brasil e que progride vitoriosamente sob a direção da 'Aliança Liberal', é uma revolução preparada e financiada pelo imperialismo yankee contra o governo atual dos grandes proprietários agrários, principalmente os plantadores de café - ligados ao imperialismo inglês pela política do monopólio do café"⁽⁵⁶⁾. E, com o desdobrar dos acontecimentos essa tese solidificou-se no interior das análises dos comunis

organização e de imprensa, direito de greve, legalidade para o P.C.B., jornada de 8 horas, lei de férias, aumento de salários e outras melhorias para os trabalhadores. Em contrapartida, Prestes propôs: voto secreto, alfabetização, justiça, liberdade de imprensa e organização e melhoria para os operários. Apesar da distância entre as duas propostas, os Manifestos assinados por Prestes em 1930 praticamente referendavam este Programa proposto pelo P.C.B.. Mas aí, guiado por uma concepção que fora transplantada mecanicamente para o Brasil, e que não tinha como concretizar-se, o P.C.B. já tinha se distanciado sectariamente do programa que anteriormente tinha oferecido a Prestes, e com isso ausentou-se num momento em que isso era imperdoável. Sobre o Programa do P.C.B. e a resposta de Prestes, veja Basbaun, op. cit., p. 70.

(56) Par Un Latino-Américain, "A Propos des Événements du Brésil", em La Correspondance Internationale, nº 86, p. 1110, 1930. E dizia pouco adiante: "Os telegramas não falam nem da luta das massas operárias e camponesas, nem da luta do PC, nem da Coluna Prestes". Porém, o autor deste artigo acreditava que a proposta de governo operário e camponês poderia amadurecer e concretizar-se, sob a direção do PC.

tas⁽⁵⁷⁾. As análises discordantes careciam de condições mínimas para serem incorporadas. Foi o caso de Astrojildo Pereira, que, ainda sob o calor dos acontecimentos, rompeu o dogmatismo das análises daquele período e, sem dúvida nenhuma, aproximou-se significativamente do verdadeiro caráter da "Revolução de 1930". Diz Astrojildo Pereira: "A 'revolução' de outubro, com o ter sido um golpe reacionário pró-fascista, o que me parece indiscutível, continha também nas suas origens históricas certos fatores

(57) "O caráter do golpe de estado como expressão da luta inter-imperialista encabeçada pelos latifundiários e capitalistas nacionais, salta hoje completamente a nu. Essa parte da pequena burguesia, do campesinato e parcialmente dos operários arrastados no último movimento, que pensaram que algumas reformas seriam a inevitável consequência de sua participação na luta, começam a ver mais e melhor que nenhum dos dois bandos imperialistas pensa em tocar os privilégios feudais e que, ambos, que defendem a maior colonização do país, lutam por uma intensificação da exploração das massas operárias e camponesas, esmagadas pela crise". Em "El P. Comunista Del Brasil frente a los Próximos Combates", em Revista Comunista, Organo Teórico Del Secretariado Sudamericano de la Internacional Comunista - Año 1 - N 2y 3 - Enero y Febrero/1931, p. 21. Este documento expressa fielmente a dimensão sectária, de forte inspiração staliniana, que caracterizava a atuação do P.C.B. naquela fase obreirista: "O Plenum do CC do P.C.B. tinha muita razão quando declarava que (...) 'sem uma luta encarniçada contra os elementos pretistas, trotskystas, aliancistas, etc, não pode existir um partido comunista que mereça tal nome', que represente realmente a linha da Internacional Comunista". Ibid, p. 27.

de uma revolução (sem aspas) do tipo democrático-burguês, ou seja a revolução agrária e anti-imperialista" e, mostrou que as tarefas históricas exigidas pela realidade brasileira não foram realizadas porque somente o proletariado, como classe dirigente, poderia realizá-las de forma consequente⁽⁵⁸⁾.

Sem dúvida nenhuma, o entendimento da questão brasileira e mais particularmente da "Revolução de 1930" como mera disputa inter-imperialista, a desconsideração de particularidades elementares da nossa formação econômico-social, a negligência política de alianças do proletariado com os trabalhadores do campo e com a pequena burguesia, a concepção catastrófica da

(58) É inegável o avanço de Astrojildo, dos poucos a captar, naquela época de empobrecimento analítico da esquerda brasileira, o nexó contraditório da "Revolução de Trinta". Lembre-se inclusive que Astrojildo, na época em que escreveu esses ensaios encontrava-se afastado das fileiras do Partido - inicialmente da direção e depois da própria organização. A sua contribuição para a análise dialética no Brasil já é, de há muito merecedora de um estudo específico. Outro exemplo da sua riqueza analítica pode ser encontrado ainda nestes mesmos ensaios onde Astrojildo teve o mérito de perceber, antes mesmo da fundação da Ação Integralista Brasileira, a verdadeira essência do discurso integralista. "Sem exagero, tratou-se, sob certos aspectos, durante quase meio século, da mais sugestiva tentativa de interpretação do ideário pliniano", disse J. Chasin, referindo-se a análise de Astrojildo feita quando da aparição do primeiro manifesto integralista. Ver Pereira, Astrojildo, URSS, Itália e Brasil, op. cit., pp. 143/144 (grifos meus). Suas anotações so

crise econômica e o seu imediato caráter revolucionário , tudo isso pagava tributo a formulações predominantes na Internacional Comunista, após o VIº Congresso.

Penso que foi possível apontar algumas questões que efetivamente impediram o P.C.B. de elaborar uma proposta concreta, popular e democrática para a atual etapa da revolução brasileira. Decorrentemente a classe operária não conseguiu atingir o seu máximo de consciência possível que lhe permitisse superar a espontaneidade e dar um salto qualitativo. A proposta para a revolução brasileira propugnada pelos comunistas descolava-se da realidade concreta. Vários fatores contribuíram para isso: a sua fraqueza político-ideológica, que exprimia a ausência de uma tradição marxista no pensamento operário, a sua origem anarco-sindicalista, herdeira de conhecidas limitações políticas, além da ausência de uma sólida tradição cultural burguesa que fosse ponto de partida, para superação pelo pensamento revolucionário. Esses fatores internos imbricam com outra causa decisiva naquele contexto, dada pela influência da concepção que passou a predominar no seio da IIIª Internacional que, após a fase de fertilidade e hegemonia de Lenin, viu-se tolhida em suas virtuosidades e foi, pouco a pouco, transformando-se até a consolidação do predomínio staliniano, que foi em grande parte responsável naquele período pela penetração no P.C.B. das teses que, dado seu grau de

bre o Integralismo estão nas pp. 109 a 126 desta mesma obra. A referência de J. Chasin está em O Integralismo de Plínio Salgado, op. cit., p. 25.

generalização e sua referência aos países asiáticos pouco tinham a ver com a particularidade brasileira⁽⁵⁹⁾.

4. A Retomada do Movimento de Massas: A Aliança Nacional Libertadora

As consequências oriundas do entendimento e da atuação do P.C.B., durante os acontecimentos de 1930, tiveram repercussão não só naquele momento, mas também nos anos subsequentes; facilitou a condução conciliadora das forças sociais dominantes, permitiu a exclusão da ala mais radical da pequena burguesia, impossibilitou ao proletariado - e seus aliados - dar um conteúdo popular e progressista àqueles eventos, o que acarretou o isolamento político da classe operária que, a partir de então,

(59) O sectarismo staliniano é, em essência, um sectarismo de objetivos conservadores, taticistas e burocratizado em seus métodos. Ver Lukács, "Prológo" de 1967, a Historia e Consciencia de Classe, op. cit., p. XIV. Quero apenas apontar aqui, que a deformação staliniana transcende em muito a individualidade Stalin, assim também como não se resume a manifestações superestruturais. O stalinismo tem suas raízes nas condições de atraso em que se encontrava a Rússia em 1917. País que se enquadrava dentro da problemática dos "elos débeis" a Rússia teve que cumprir, após a vitória da revolução, um "socialismo de acumulação" que acabou acarretando inúmeras dificuldades. Ver Lukács, "Carta ao Stalinismo" em Revista Temas de Ciências Humanas, nº 1, Ed. Grijalbo, 1977, SP, e, do mesmo autor, "Lenin y Los Problemas Del Periodo de Transición" em Lenin (...) op. cit.

viu intensificar a repressão sobre os seus melhores quadros⁽⁶⁰⁾.

Quando da eclosão do surto grevista generalizado de maio de 1932, em São Paulo, o P.C.B. procurou aproximar-se do movimento de massas que ressurgia. Porém, tolhido por um entendimento falseado da realidade, distanciando organicamente das massas trabalhadoras, o P.C.B. não foi capaz de dirigir a luta econômica, espontânea; do proletariado, não conseguindo conduzi-la politicamente⁽⁶¹⁾. Quando naquele mesmo ano eclodiu a rebelião

(60) Sobre a evolução histórico-factual do P.C.B. entre 1930/35, veja-se Carone, A República Nova, op. cit., pp. 232/279, Dulles, op. cit., pp. 329/428, e Chilcote, R.H., The Brazilian Communist Party: Conflict and Consensus, 1922/1970, New York, 1974.

(61) Ver Brandão, Octávio, "El PC del Brasil em las Huelgas", La Correspondencia Internacional, op. cit., p. 124. Lembra-se ainda que, além da intensa repressão sofrida, o P.C.B. ainda estava mergulhado naquele sectarismo obreirista que anteriormente apontávamos: "Muitos esforços tem custado ao P.C.B. para desfazer-se da teoria oportunista em grau máximo sobre a correlação das forças de classe na revolução agrária e anti-imperialista, segundo a qual, 'a sombra da revolução democrático-burguesa amadurecia nossa revolução proletária'. Esta teoria conduz o Partido à passividade, aos blocos com diferentes agrupações da pequena burguesia, ao colaboracionismo com os adversários. Astrojildo Pereira foi durante alguns anos o executor desta política. Até hoje os elementos astrojildistas constituem foco do oportunismo mais podre, obstruem a formação do P.C.B. e sustentam a linha da passividade na luta do Partido pela realização de

em São Paulo, as teses do P.C.B. permaneciam as mesmas, simplifi-
cando demasiadamente os conflitos intra-burgueses no Brasil e
vinculando-os quase que exclusivamente a disputa inter-imperia-
lista: os golpistas de São Paulo vinculavam-se ao imperialismo
inglês e o governo Vargas ao imperialismo norte-americano. E
quando procuravam apreender a especificidade interna, recorriam
inevitavelmente à presumível contradição entre os grupos "feu-
dais e burgueses", agora aprofundada frente à agudização da cri-
se econômica (62).

frente única das amplas massas, das lutas independentes pe-
las reivindicações econômicas e políticas delas mesmas con-
tra a reação, pela solução revolucionária da crise, pela re-
volução agrária anti-imperialista". P. Gonzalez Alberdi, La
Correspondencia Internacional, 1933, nºs 3/4/5, citado por
Carone, A Segunda República, op. cit., p. 357.

- (62) Brandão, Octávio, "Contra La Guerra - Los Preparativos de
Reparto Del Brasil", La Correspondencia Internacional, Re-
vista Semanal, Ano IV, 30 Septiembre 1932, nº 40, Madrid.
Outro artigo dizia: "A Revolução de 1930, que levou Vargas
ao poder, estava dirigida pelos grandes proprietários de
terras; a revolução contra Vargas, a qual assistimos hoje,
tende a instaurar uma 'democracia'. Porém hoje, como em
1930, não se trata em modo algum de 'fins sociais e democrá-
ticos' senão da luta entre o imperialismo yanque e o impe-
rialismo britânico em toda América do Sul". Koclner, R.,
"Sublevaciones y Guerra Civil en el Brasil", La Correspon-
dencia Internacional, Revista Semanal, Ano IV, 9/Septiembre/
1932, nº 37, Madrid. Veja-se também, Brandão, Octávio, "Con-
tra la Guerra, En American Del Sur, Como En Todas Partes .
El Pacifismo Encubre la Preparacion de la Guerra", La Cor-
respondencia Internacional, Ano IV, 18 Noviembre, 1932, nº
49, Madrid.

Foi somente com a proposta da criação da Aliança Nacional Libertadora, em março de 1935, que o P.C.B. conseguiu formular um programa justo e que permitiu um novo, embora brevíssimo, avanço do movimento de massas.

Ainda aqui a alteração que levou à recuperação da temática da "frente", se era um imperativo da realidade, tinha nexos com as alterações no seio da IC: os resultados nefastos oriundos do VIº Congresso - particularmente a tese do "social-fascismo" - tinham levado a derrotas significativas, como a ascensão do nazismo alemão⁽⁶³⁾. Isto forçou a IC a rever a tese

(63) "Imediatamente depois da subida de Hitler ao poder, começa a perfilar-se uma mudança nas posições dos líderes socialistas com respeito ao problema da frente única com os comunistas. Em um chamamento dirigido aos operários de todos os países, datado de fevereiro de 1933, a direção da Internacional Operária Socialista (IOS) declara estar disposta a encetar conversações com a IC, a fim de organizar ações comuns contra o fascismo". Conforme Claudín, Fernando, op. cit., p. 134. A 5 de março, o executivo da IC, respondendo à solicitação anterior, "dá um primeiro passo no sentido de Dimitrov, a respeito da frente única proletária. O executivo recomenda os contatos com os comitês centrais social-democratas, em certos países, e por causa das suas condições particulares, com vista a ações comuns contra o fascismo; durante o tempo dessas ações 'o executivo considera possível recomendar aos partidos comunistas que refreiem os ataques contra as organizações social-democratas'". Ver Poulantzas, op. cit., p. 174, nota 29. Será, entretanto, em 1934 que serão encontrados os sinais de mudança, posterior-

do "social-fascismo" e recuperar, no VIIº Congresso, de agosto de 1935, a questão da frente, em seus dois momentos: a frente popular anti-fascista e a frente única proletária⁽⁶⁴⁾.

Inegavelmente, a ANL operou uma ruptura com as concepções estreitas que marcaram a atuação da esquerda brasileira durante anos anteriores: significou uma alternativa, propugnada pelas massas trabalhadoras para a crise que assolava a nação⁽⁶⁵⁾.

mente ratificada no VIIº Congresso da IC. Em maio de 1934, frente a possibilidade de aliança com os socialistas, o órgão dos comunistas franceses L'Humanité publicou artigos do Pravda onde a proposta de aliança com os socialistas era perfeitamente admissível. Ver Claudin, F., op. cit., p.137.

(64) No VIIº Congresso da IC, de agosto de 1935, A ANL foi mencionada como exemplo de frente única anti-imperialista: "No Brasil o Partido Comunista, que, com a criação da Aliança Nacional Libertadora, estabeleceu um princípio acertado para o desenvolvimento da frente única anti-imperialista, tem que fazer todos os esforços para continuar alargando no futuro esta frente, por meio da incorporação em primeiro lugar, das massas de milhões de camponeses, orientando-se para a criação de destacamentos de um exército popular revolucionário, entregues, sem reserva, à revolução, e trabalhar pela instauração do poder da Aliança Nacional Libertadora". Dimitrov, A Unidade Operária Contra o Fascismo, informe feito em 2/8/1935 no VIIº Congresso da IC., Ed. AGlobal, MG, 1978, p. 63.

(65) Ver Almeida, Maria H., op. cit., p. 253.

Seu programa, partindo das reivindicações concretas dos assalariados e articulando-os com as exigências de participação efetiva das massas no poder, conseguiu romper com o isolamento da classe operária: a ANL se definia como uma frente única que abarcava operários, camponeses, soldados, marinheiros, estudantes, intelectuais, pequena burguesia urbana, enfim, "todos os que sofrem, cada dia mais, com a situação de miséria e fome em que se encontra o Brasil" e objetivava a constituição de um Governo popular revolucionário: "... será o primeiro governo em nosso país dentro da democracia popular que será capaz de exercer a mais dura ditadura contra os imperialistas e seus agentes"⁽⁶⁶⁾.

A Proposta Aliancista expressava ainda o reconhecimento e a possibilidade concreta de que, somente através da intervenção direta e efetiva das massas populares, poder-se-ia transformar a sociedade brasileira. Para isso centrava suas propostas visando a extinção do latifúndio e o rompimento dos laços com o imperialismo.

É necessário frisar que a formulação Aliancista não rompia com alguns equívocos significativos na sua interpreta

(66) Carta de Luís Carlos Prestes a Herculino Cascardo, de 15/5/35, publicado em A Platéia. Ver Carone, A Segunda República, op. cit., p. 426, e "O Governo Popular Nacional Revolucionário e o Seu Programa (1935)" em Carone, O Movimento Operário no Brasil, op. cit., p. 552.

ção da realidade brasileira: insistia, por exemplo, em caracterizar a estrutura agrária brasileira como feudal, e caracterizava a evolução política brasileira como tendente a facistização. Reconhecia porém, contrariamente às resoluções anteriores, a inviabilidade naquele momento de um governo à base dos soviets de operários e camponeses e propugnava por "um governo surgido realmente do povo em armas, compreendendo como um povo a totalidade da população de um país, com exclusão somente dos agentes do imperialismo e da minoria insignificante que os segue"⁽⁶⁷⁾.

Penso, entretanto, que apesar daqueles equívocos, o seu mérito maior - e que por isso adquiriu o caráter de movimento de massas em poucos meses, especialmente enquanto esteve na legalidade - estava em conseguir perceber que a democracia a ser buscada só encontrava possibilidade de concretização através de "intervenção direta e efetiva da grande massa popular brasileira". E que para a ampla mobilização das massas a resolução da questão econômica era prioritária: "as reformas econômicas que vimos analisando e que representam a solução única dos problemas fundamentais da nacionalidade, não podem depender da atual situação dominante. Nada podemos esperar dela, e isto porque a política oficial brasileira do momento se apoia justamente nestes dois elementos cuja supressão está na base do programa proposto; o latifúndio e o imperialismo"⁽⁶⁸⁾. Daí, a instauração de um Gover

(67) Ibid, p. 551.

(68) Prado Jr., Caio, "O Programa da Aliança Nacional Libertado-

no popular e a efetiva democratização da sociedade brasileira implicavam na transformação radical destes pilares da estrutura econômica, social e política brasileira. É fruto dessa caracterização - e da condução política que dava as massas, recuperando as-

ra (VIII)", em A Platêa, 3/agosto/1935. Caio Prado Jr. foi, sem dúvida nenhuma, outra exceção dentro da esquerda brasileira naquela época. Sua análise da realidade era extremamente feliz, e é ao que saiba, o único marxista a questionar a caracterização de feudalismo para a sociedade brasileira já naquela época. Sua análise da questão agrária era clara: "Há muita gente que imagina que a organização atual de economia brasileira é idêntica à de qualquer outro país do universo (...). Existe aí uma confusão, senão um erro considerável. Embora regido por um sistema jurídico semelhante ao de outros países, o Brasil, e com ele um grupo numeroso de nações mais ou menos idênticas a nós (entre elas, as nações latino-americanas), o Brasil possui um regime agrário nitidamente individualizado. É o regime da "fazenda" e do "latifúndio", que ninguém encontrará, por exemplo, nos países da Europa e que na própria terminologia oficial da ciência econômica tem um nome particular: "plantation system" ou sistema de plantação.

"Tal regime, podemos caracterizá-lo numa palavra, é a exploração agrícola em larga escala fundada no trabalho assalariado ou semi-assalariado, em todo caso totalmente subordinado ao proprietário, de camponeses sem terra". Prado Jr., Caio, "O Programa da ANL - I", A Platêa, 25/julho de 1935, p. 3. O conjunto de oito artigos sobre a ANL, escritos por Caio Prado Jr., constituem rica análise da realidade brasileira naqueles anos.

sim o papel dirigente da vanguarda - a ANL avançava; sua dimensão atingia cada vez mais os trabalhadores. Antevendo com rapidez os riscos que em pouco tempo começava a correr, a ditadura Vargasista, quatro meses após a criação da ANL, decreta a sua ilegalidade ⁽⁶⁹⁾. E com isso forçou os aliancistas a uma saída insurrecional, em novembro de 1935, e que por estar desprovida de apoio e da resistência efetiva das massas - as ações foram desencadeadas dentro dos quartéis - foi facilmente sufocada.

Desta feita a coesão burguesa, mais sólida agora do que em 1930, impediu o avanço das massas. Daí, há quem diga que se o programa da ANL, houvesse sido desencadeado pelas massas em 1930, poderia efetivamente ter mudado o curso dos acontecimentos. Em 1935 a situação era distinta ⁽⁷⁰⁾.

(69) Após o fechamento da ANL, a 11/07/1935, muitos elementos da sua liderança, especialmente aqueles que não eram comunistas ou que eram oriundos das camadas médias, abandonaram a organização, que a partir daí passou a ser dirigida quase exclusivamente pelos comunistas. Ver Harding, Timothy F., The Political History of Organized Labor in Brazil, Stanford University, 1973, xerox, p. 116. A fase a que me refiro, de apogeu da ANL, compreendeu os meses de março a julho de 1935. Decretada a sua ilegalidade, o movimento perdeu em muito o seu potencial.

(70) " ... o programa da ANL era o programa que Prestes, junto a ala esquerda da Revolução de 30, teria desfraldado com sucesso em 1930/31". Conforme Santos, Theotônio, Manuscrito, p. 21.

Quando a ANL apenas iniciava a recuperação do real sentido da vanguarda, através de uma proposta efetivamente transformadora, e apontava, no horizonte, para o avanço da consciência das massas, para a superação da sua espontaneidade e para o alcance do seu máximo de consciência possível, teve tolhida as suas ações por um ato ditatorial do Governo Vargas. E perdeu uma real oportunidade de determinar positivamente o curso da história.

CONCLUSÃO

Seria penoso e desnecessário repetir as considerações feitas ao longo dos capítulos anteriores. Penso, entretanto, ser possível oferecer uma formulação sintética e conclusiva: ao contrário da explicação privilegiadora de aspectos aparentes, fenomênicos, a atuação crescente da classe operária, sua resistência sindical ao controle estatal e sua disposição grevista expressavam uma classe que buscava transitar do em si ao para si. Porém, ante a incapacidade de compreender o todo social em sua complexidade, a consciência operária não conseguiu superar os limites da falsa consciência, não conseguiu superar a espontaneidade. O projeto político de sua vanguarda foi incapaz de possibilitar o salto em direção à verdadeira consciência.

A ausência de uma verdadeira teoria revolucionária que se fundisse com o movimento espontâneo de massas, permitindo com isso o alcance da totalidade, impediu que a classe operária se aproximasse da verdadeira consciência e acabou por manter sua ação em limites que não conseguiram superar a imediatidade.

Se a sua atuação sindical e grevista, desencadeada entre 1930-35, foi suficiente para questionar as teses da "passividade" da classe operária frente ao Estado Vargas e da "inconsciência" devido à sua "origem rural", ela não conseguiu, dada a ausência da teoria revolucionária, superar a falsa consciência. Falsa consciência, que é, porém, parte integrante do processo de obtenção da plena consciência de classe, pois, co

mo disse Lukács, mesmo nos momentos de falsa consciência existe uma tendência objetiva para a verdade.

BIBLIOGRAFIA

I- LIVROS, ARTIGOS E TESES

- ALMEIDA, Maria Hermínia T. de - Estado e Classes Trabalhadoras no Brasil: 1930-45 - Tese de Doutorado, USP, 1979.
- ALTHUSSER, Louis - Nuevos Escritos (La Crises del Movimiento Comunista Internacional Frente a la Teoria Marxista) - Ed. Laia, Barcelona, 1978.
- BALIBAR, Etienne - "Materialismo e Idealismo en La Historia de La Teoria Marxista" - Cinco Ensayos de Materialismo Histórico, Ed. Laia, Barcelona, 1976.
- BASBAUN, Leôncio - Uma Vida em Seis Tempos - Ed. Alfa-Omega, S.P., 1976.
- BENSAÏD, D. e Nair, A. - "A Propósito Del Problema de Organización: Lenin y Rosa Luxemburgo" - Cuadernos de Pasado y Presente, nº 12.
- BOUVIER, Jean - Mouvement Ouvrier et Conjoncture Économiques - Le Mouvement Social, nº 48, França, 1964.
- BRANDÃO, Octávio, - Combates e Batalhas - Ed. Alfa-Omega, S.P., 1978.
- CANÊDO, Letícia B. - O Sindicalismo Bancário em São Paulo - Ed. Símbolo, S.P., 1978.
- CARONE, Edgard - A República Nova - Ed. Difel, S.P., 1974.
- _____ - A Segunda República - Difel, S.P., 1974.
- _____ - Movimento Operário no Brasil (1877-1944) - Ed. Difel, S.P., 1979.
- CARR, Edward H. - "El V Congreso de La Internacional Comunista" - Cuadernos PyP, nº 55, Argentina, 1975.
- CHASIN, J. - O Integralismo de Plínio Salgado: Forma de Regressividade no Capitalismo Hiper-Tardio - Ed. Ciências Humanas, S.P., 1978.

- CHILCOTE, R.H., - The Brazilian Communist Party: Conflict and Consensus, 1922-1970, New York, 1974.
- CLAUDIN, Fernando - La Crisis Del Movimiento Comunista de la Komintern al Kominform - Ed. Ruedo Ibérico, Tomo 1, Espanha, 1970.
- COUTINHO, Carlos Nelson - O Estruturalismo e a Miséria da Razão - Paz e Terra, R.J., 1972.
- _____ - "O Significado de Lima Barreto na Literatura Brasileira" - Realismo e Anti-Realismo na Literatura Brasileira (vários), Paz e Terra, RJ, 1974.
- DIMITROV - A Unidade Operária Contra o Fascismo - Ed. Aldeia Global, 1978, Minas Gerais.
- DULLES, J.W.F. - Anarquistas e Comunistas no Brasil - Ed. Nova Fronteira, R.J., 1977.
- _____ - Getúlio Vargas - Biografia Política - Ed. Renes, R.J.
- ENGELS, F. - A Situação da Classe Trabalhadora em Inglaterra - Ed. Presença, Portugal.
- _____ - Ludwig Feuerbach y el Fin de la Filosofía Clásica Alemana - Ed. Rosa Blindada, Argentina, 1975.
- _____ - "Sobre o Papel do Trabalho na Transformação do Marcado em Homem", - Textos 1, Edições Sociais, S.P., 1975.
- FAUSTO, Bóris - A Revolução de 1930 - Historiografia e História - Ed. Brasiliense, S.P., 1976.
- _____ - Trabalho Urbano e Conflito Social - Ed. Difel, SP, 1976.
- FREDERICO, Celso - A Vanguarda Operária - Edições Símbolo, S.P., 1979.
- FURTADO, Celso - Formação Econômica do Brasil - Cia. Editora Nacional, S.P., 1970.
- GIANNOTTI, A. - Origens da Dialética do Trabalho - Ed. Difel, S.P., 1966.

- GLUCKSMANN, Christine Buci - "Sobre os Problemas Políticos da Transição: Classe Operária e Revolução Passiva" - Política e História em Gramsci - Ed. Civilização Brasileira, R.J., 1978.
- GOLDMANN, L. - Dialética e Ciências Humanas, Vol. I - Ed. Presença, Portugal, 1972.
- GRAMSCI, A. - Maquiavel, a Política e o Estado Moderno - Ed. Civilização Brasileira, R.J., 1978.
- _____ - Obras Escolhidas, Vol. II - Ed. Estampa, Portugal.
- GRUPPI, Luciano - "Lénine Et La Théorie du Parti Revolutionnaire de La Classe Ouvriere" - História du Marxisme Contemporain, direção de Dominique Grisoni, Union Generale D'editions, França.
- HAJEK, Milos - "La Tática de La Lucha de Clase Contra Clase em el VI Congreso" - Cuadernos de Pasado y Presente, nº 66, México, 1977.
- HARDING, Timothy F. - The Political History of Organized Labor in Brasil - Stanford University, Xerox, 1973.
- HELLER, Agnes - O Cotidiano e a História - Paz e Terra, R.J., 1972.
- HOBBSBAWN, Eric - "Economic Fluctuations and Some Social Movements Since 1800" - em Labouring Men, New York, 1964.
- HOLZ, H.H., L. Kofler e W. Abendroth - Conversando com Lukács - Ed. Paz e Terra, R.J., 1969.
- KAUTSKY, K. - "El Camino Del Poder" - Cuadernos de Pasado y Presente, nº 68, México, 1978.
- _____ - La Doctrina Socialista, Réplica al Livro de Eduardo Bernstei, Socialismo Teórico y Socialismo Practico - Ed. Claridad, Argentina, 1966.
- KONDER, Leandro - Fontes do Pensamento Político - Lukács - Ed. LPM, R.S., 1980.

- LENIN, V.I. - Duas Táticas da Social Democracia na Revolução Democrática - Ed. Livramento, S.P.
- _____ - Esquerdismo, Doença Infantil do Comunismo - Ed. Escriba, S.P.
- _____ - Estado e Revolução - Ed. Herinque Carneiro, Portugal.
- _____ - Obras Completas, Vol. VI - Ed. Cartago, Argentina, 1959.
- _____ - Obras Escolhidas - Ed. Alfa-Omega, S.P., 1979.
- _____ - Obras Escogidas, Vol. II - Ed. Cartago, Argentina, 1974.
- _____ - Que Fazer? - Ed. Estampa, Portugal, 1973.
- _____ - "Sobre Lal Huelgas" - em Sobre el Sindicalismo, Ed. Abraxas, Buenos Aires, 1972.
- LINHARES, Hermínio - "O Comunismo no Brasil" - em Revista Brasileira, n° 26, Ed. Brasiliense, S.P., Nov./Dez. de 1959.
- LOUZADA, A.J. - Legislação Social e Trabalhista - D.N.T., 1933.
- LUKÁCS, G. - "As Bases Ontológicas do Pensamento e da Atividade Humana" - em Temas de Ciências Humanas, n° 4, Ed. Ciências Humanas, S.P., 1978.
- _____ - "Teses de Blum (Extrato) - A Ditadura Democrática" - Revista Temas de Ciências Humanas, n° 7, Ed. Ciências Humanas, S.P., 1980.
- _____ - El Asalto a La Razón - Ed. Grijalbo, Espanha, 1976.
- _____ - "Carta ao Stalinismo" - Revista Temas de Ciências Humanas, n° 1, Ed. Grijalbo, S.P., 1977.
- _____ - Estetica I - Ed. Grijalbo, México, 1974.

- LUKÁCS, G. - Existencialismo ou Marxismo - Ed. Ciências Humanas , S.P., 1979.
- _____ - Historia y Consciencia de Clase - Ed. Grijalbo, Espanha, 1975.
- _____ - Introdução a uma Estética Marxista - Ed. Civilização Brasileira, R.J., 1970.
- _____ - "La Mision Moral del Partido Comunista" - em Cuadernos de Pasado e Presente, nº 41, Argentina, 1973.
- _____ - Lenin (La Coherencia de su Pensamiento) - Ed. Grijalbo, México, 1970.
- _____ - Ontologia do Ser Social - Os Princípios Ontológicos Fundamentais de Marx, - Ed. Ciências Humanas, S.P., 1979.
- LUXEMBURGO, Rosa - Greve de Massas, Partido e Sindicatos - Ed. Centelha, Portugal, 1974.
- _____ - "Problemas de Organizacion de La Social Democracia Rusa" - em Cuadernos de Pasado y Presente, nº 12, Argentina.
- MARTINS, Heloisa de Souza - O Estado e a Burocratização do Sindicato no Brasil - Ed. Hucitec, S.P., 1979.
- MARTINS, Luciano - Pouvoir et Développement Économique - Ed. Anthropos, Paris, 1976.
- MARX, K. e Engels, F. - "A Burguesia e a Contra-Revolução", em Textos 3, Edições Sociais, S.P., 1977.
- _____ - A Ideologia Alemã - Ed. Presença, Portugal, 1974.
- MARX, K.: - "Crítica da Filosofia do Direito de Hegel - Introdução" Temas de Ciências Humanas, nº 2 Ed. Grijalbo, S.P., 1977.
- MARX, K. e Engels, F. - Escritos Inéditos sobre Sindicalismo - Ed. Abraxas, Buenos Aires, 1974.
- MARX, K. - Revolução e Contra-Revolução - Coleção 70, Portugal, 1971.

- MARX, K. - Miséria da Filosofia - Ed. Grijalbo, S.P., 1976.
- _____ - O Capital - Livro 1, Vols. I e II, Ed. Civilização Brasileira, R.J., 2.^a Edição, 1971.
- _____ - "Para a Crítica da Economia Política - Prefácio" - Os Pensadores, Ed. Abril Cultural, S.P., 1974.
- _____ - "Salário, Preço e Lucro" - Marx e Engels - Textos 3, Edições Sociais, S.P., 1977.
- _____ - "Teses sobre Feuerbach" - A Ideologia Alemã, Ed. Grijalbo, S.P., 1977.
- MELLO, João Manuel C. de, - O Capitalismo Tardio - Tese de Doutorado, UNICAMP, 1975.
- MÉSZÁROS, Istvan - "Conciencia de Clase Contigente y Necesaria" - em Aspectos de la Historia y la Conciencia de Clase, UNAM, México, 1973.
- MOORE, Jr., B. - As Origens Sociais da Ditadura e da Democracia - Livraria Martins Fontes, 1975.
- MORAES, F., Evaristo - O Problema do Sindicato Único no Brasil - Ed. Alfa-Omega, S.P., 1979.
- OLIVEIRA, Francisco - "A Emergência do Modo de Produção de Mercadorias: Uma Interpretação Teórica da Economia da República Velha no Brasil" - A Economia da Dependência Imperfeita, Ed. Graal, R.J., 1977.
- _____ - "Crítica à Razão Dualista" - em Seleções Cebrap 1, Ed. Brasiliense, S.P., 1975.
- PEREIRA, Astrojildo - A Formação do PCB - Ed. Vitória, R.J., 1962.
- _____ - Ensaio Histórico e Político - Ed. Alfa-Omega, S.P., 1979.
- _____ - URSS, Itália e Brasil - Ed. Alba, R.J., 1934.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio - "O Proletariado Industrial na Primeira República" - História Geral da Civilização Brasileira, Difel, S.P., 1977.

- PINHEIRO, Paulo Sérgio - Política e Trabalho no Brasil - Ed. Paz e Terra, R.J., 1975.
- POULANTZAS, Nicos - Fascismo e Ditadura - Livraria Martins Fontes, S.P., 1978.
- PRADO Jr., Caio - A Revolução Brasileira - Ed. Brasiliense, S.P., 1978.
- _____ - História Econômica do Brasil - Ed. Brasiliense, 1969, 11ª Edição, S.P.
- RODRIGUES, José Albertino - Sindicato e Desenvolvimento no Brasil - Ed. Difel, S.P., 1968.
- RODRIGUES, Leôncio M. - Conflito Industrial e Sindicalismo no Brasil - Ed. Difel, S.P., 1966.
- ROWLAND, Robert - "Classe Operária e Estado de Compromisso" - Estudos Cebrap 8, S.P., 1974.
- SAES, Décio - Industrialização, Populismo e Classe Média no Brasil - Cadernos IFCH nº 6, UNICAMP, Ed. Brasiliense, S.P., 1976.
- _____ - "Tendências do Sindicalismo de Classe Média no Brasil, 1930-1964" - Trabalhadores, Sindicato e Política (vários), CEDEC, Ed. Global, S.P., 1980.
- SANTOS, Theotônio - Manuscrito - Xerox.
- SCHLESINGER, Rudolf - La Internacional Comunista y el Problema Colonial - Cuadernos de Pasado y Presente, nº 52, México, 1977.
- SILVA, Liana M. Aureliano - No Limiar da Industrialização: Estado e Acumulação de Capital, 1919-1937 - Tese de Doutorado, UNICAMP, 1976.
- SILVA, Lúcia - Movimento Sindical Operário na Primeira República - Tese de Mestrado, UNICAMP, 1977.

- SILVA, Sérgio - Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil - Ed. Alfa-Omega, S.P., 1977.
- SIMÃO, Azis - Sindicato e Estado - Dominus Editora, S.P., 1966.
- SODRÉ, Nelson Werneck - Formação Histórica do Brasil - Ed. Brasiliense, S.P., 1973.
- TOGLIATTI, P. - Lições sobre o Fascismo - Ed. Ciências Humanas, S.P., 1978.
- TROTSKY, L. - Revolução e Contra-Revolução na Alemanha - Ed. Ciências Humanas, S.P., 1979.
- _____ - La Internacional Comunista Desde La Muerte de Lenin, Ed. Materiales Sociales, Argentina.
- TROYANO, Annez A. - Estado e Sindicalismo - Ed. Símbolo, S.P., 1978.
- VARGAS, Getúlio - A Nova Política do Brasil, Vols. II, III e V - Livraria José Olympio, R.J., 1938.
- VIANNA, Luis Werneck - Liberalismo e Sindicato no Brasil - Ed. Paz e Terra, R.J., 1976.
- VILLELA, Annibal e Suzigan, Wilson - Política de Governo e Crescimento da Economia Brasileira: 1889/1945 - IPEA, R.J.
- WEFFORT, F. - Classes Populares e Política. Contribuição ao Estudo do Populismo - Tese de Doutorado, 1968, USP.
- _____ - O Populismo na Política Brasileira - Ed. Paz e Terra, 1978.
- ZAIDAN, Michel - "Construindo o PCB (1922/24)" - Revista Temas de Ciências Humanas, nº 7, Ed. Ciências Humanas, S.P., 1980.
- ZAMORA, Y.A e Cabenellas, G. - Tratado de Política Laboral y Social, Vol. II - Ed. Heliasta, Argentina, 1972.

II- DOCUMENTOS

REVISTAS

ARQUIVO DO PROFESSOR EDGARD CARONE

- El Trabajador Latino Americano - Revista Quinzenal de Informacion Sindical - Organo Oficial del Comité Pro-Confederación Sindical Latino Americano - Montevideo.
 - Ano I, Nº 3, 15 de outubro de 1928
 - Ano III, Nºs 34 e 35, agosto e setembro de 1930

- La Correspondance Internationale
 - Nºs 66 e 86 - Ano 1930
 - 79 - Ano 1932
 - 84 e 86 - Ano 1934
 - 116 e 117 - Ano 1935

- La Correspondencia Internacional - Revista Semanal - Madrid
 - Nºs 37 - Ano IV - 9 de setembro de 1932
 - 40 - Ano IV - 30 de setembro de 1932
 - 49 - Ano IV - 18 de novembro de 1932
 - 8 - Ano V - 17 de fevereiro de 1933

- O Trabalhador Latino Americano (Edição Portuguesa)

Revista Quinzenal de Informação Sindical - Órgão Oficial do Comité Pro-Confederação Sindical Latino-Americana - Montevideo.

 - Nºs 1 a 5 - Ano I - 15 de novembro de 1928
 - 6 e 7 - Ano I - 30 de novembro e 15 de dezembro de 1928

- Revista Comunista - Organo teórico del Secretariado Sudamericano de la Internacional Comunista -
 - Nºs 2 e 3 - Ano 1 - Janeiro e fevereiro de 1931

JORNAIS

- A Classe Operária - Órgão Central do PCB

Nº Consultado: 17 de abril de 1930

ARQUIVO EDGARD LEUENROTH

do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas de UNICAMP

- A Lanterna - Jornal quinzenal de combate ao clericalismo
Editor Edgard Leuenroth

Números Consultados:

354 a 368 - Ano 1933

369 a 386 - Ano 1934

387 a 402 - Ano 1935

- A Luta de Classes - Órgão da Liga Comunista

Números Consultados

1 - 8/5/1930

7 - 1/5/1931

- A Plebe - Editor Edgard Leuenroth

Números Consultados:

1 a 6 - Ano 1932

7 a 46 - Ano 1933

47 a 72 - Ano 1934

73 a 98 - Ano 1935

- Nossa Voz - Órgão de Defesa dos Trabalhadores da Indústria Ho-
teleira e Similares

Números Consultados.

- 5 a 7 - Ano 1933
- 9 a 29 - Ano 1934
- 30 - Ano 1935

- O Operário - Órgão do Centro Operário Católico Metropolitano

Números Consultados:

- 762 - Ano 1932
- 796 e 803 - Ano 1933
- 833, 849 a 852, 854, 859, 881 - Ano 1934

- O Syndicalista - Órgão do Sindicato dos Ferroviários da Estr-
da de Ferro Sorocabana

Números Consultados:

- 4 e 5 - Ano 1933
- 36 - Ano 1938

- O Sindicato - Órgão do Sindicato dos Ferroviários da Estrada
de Ferro Noroeste do Brasil

Números Consultados:

- 15 - Ano 1934
- 16, 18 e 20 - Ano 1935
- 25 - Ano 1937

- O Trabalhador da Light - Órgão União dos Trabalhadores da
Light

Números Consultados

- 2 e 3 - Ano 1934

- O Trabalho - Órgão dos Ferroviários da Estrada de Ferro Araraquara e de interesse do Comércio e Lavoura

Números Consultados:

- 107 - Ano 1933
- 133 - Ano 1934
- 173 - Ano 1935

ARQUIVOS DE SINDICATOS

- Atas das Assembléias do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo - Arquivo do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo
Anos: 1932, 1933, 1934, 1935

- O Trabalhador Gráfico - Órgão da União dos Trabalhadores Gráficos de São Paulo - Arquivo do Sindicato dos Trabalhadores Gráficos de São Paulo

Números Consultados:

- 3 - Ano 1931
- 4 a 7 - Ano 1932
- 8 a 11 - Ano 1933
- 13 - Ano 1934
- 14 - Ano 1935
- 15 - Ano 1936

- Vida Bancária - Jornal Oficial do Sindicato dos Bancários de São Paulo - Arquivo do Sindicato dos Bancários de São Paulo

Números Consultados:

- 119 a 132 - Ano 1934
- 133 a 156 - Ano 1935

DO ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO

- A Platêa - Diretor Pedro Cunha - Jornal diário

Período Consultado:

- março a setembro de 1931
- janeiro a maio de 1932
- janeiro a dezembro de 1934
- julho a agosto de 1935

.....